MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Defesa Agropecuária

M A P A

147 ANOS

ABASTECENDO O BRASIL

TOMADA DE CONTAS – CONSOLIDADA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO – 2007

1) DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA:

Tabela 1: Dados gerais

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo
Vinculação ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto Nº 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2005 Portaria Nº 45, de 22 de março de 2007, publicada no DOU de 23 de março de 2007.
Nº do CNPJ	00.396.895/0042-01
Nome e código no SIAFI	SDA - 130007
Código da UJ titular	22803
Código da UJ abrangida	▪ Laboratório Nacional Agropecuário em Recife/PE – LANAGRO/PE : 130016 ▪ Laboratório Nacional Agropecuário em Belém/PA – LANAGRO/PA: 130017 ▪ Laboratório Nacional Agropecuário em Goiânia/GO – LANAGRO/GO: 130032 ▪ Laboratório Nacional Agropecuário em Pedro Leopoldo/MG – LANAGRO/MG: 130058 ▪ Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas/SP – LANAGRO/SP: 130102 ▪ Laboratório Nacional Agropecuário em Porto Alegre/RS – LANAGRO/RS: 130103
Endereço completo da sede	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Esplanada dos Ministérios Bloco D, Ed. Anexo, ala “B” CEP 70.043-900 Telefones: 61 3218 23 14 / 3218 2315 / Fax: 61 3224 3995
Endereço da página institucional na Internet	www.agricultura.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento
Função de governo predominante	Agricultura
Tipo de atividade	Defesa sanitária animal e vegetal

Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	
Nome	**Código**
Superintendência Federal de Agricultura no Distrito Federal	130014
Superintendência Federal de Agricultura em Tocantins	130018
Superintendência Federal de Agricultura no Piauí	130021
Superintendência Federal de Agricultura no Ceará	130022
Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte	130023
Superintendência Federal de Agricultura na Paraíba	130024
Superintendência Federal de Agricultura em Pernambuco	130025
Superintendência Federal de Agricultura em Alagoas	130027
Superintendência Federal de Agricultura em Sergipe	130028
Superintendência Federal de Agricultura na Bahia	130029
Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais	130056
Superintendência Federal de Agricultura no Espírito Santo	130060
Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso do Sul	130062
Superintendência Federal de Agricultura no Rio de Janeiro	130063
Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo	130067
Superintendência Federal de Agricultura no Maranhão	130069
Superintendência Federal de Agricultura no Paraná	130070
Superintendência Federal de Agricultura em Santa Catarina	130072
Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul	130074
Superintendência Federal de Agricultura em Mato Grosso	130077
Superintendência Federal de Agricultura em Goiás	130080
Superintendência Federal de Agricultura em Rondônia	130083
Superintendência Federal de Agricultura no Acre	130088
Superintendência Federal de Agricultura no Amazonas	130090
Superintendência Federal de Agricultura em Roraima	130093
Superintendência Federal de Agricultura no Pará	130094
Superintendência Federal de Agricultura no Amapá	130100

2. Responsabilidades Institucionais

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem a responsabilidade de prevenir e controlar doenças e pragas animais e vegetais de interesse econômico e de importância para a saúde pública, assim como de assegurar a origem e a conformidade dos produtos de origem animal e vegetal destinados à alimentação humana e a outros fins e dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

Os serviços de inspeção sanitária de produtos de origem animal e vegetal, contribuem para assegurar a sanidade, a conformidade e a inocuidade dos produtos destinados à alimentação humana. Sua atuação é importante para assegurar a oferta de alimentos seguros para os mercados interno e internacional. A qualidade dos produtos de origem animal e vegetal e dos insumos agropecuários depende da aplicação de procedimentos que garantam o cumprimento de normas e padrões referentes aos aspectos higiênico-sanitários, tecnológicos e de identificação das características dos produtos. O objetivo é evitar riscos à saúde do consumidor e fraudes econômicas.

O agronegócio brasileiro cumpre com eficiência o papel de abastecer a mesa da população brasileira, em quantidade, com qualidade e preços baixos. O excedente da produção exportado tem revelado a extraordinária capacidade de competição internacional da agricultura do país, que se tornou o principal exportador mundial de alimentos. Para manter a produção e a exportação de produtos de origem animal ou vegetal é preciso forte investimento nos serviços governamentais de defesa, inspeção e fiscalização sanitária e fitossanitária e de apoio laboratorial.

Com o aumento da participação do Brasil no comércio agrícola internacional, as questões sanitárias e fitossanitárias adquirem um papel de fundamental importância, com níveis de exigência cada vez mais rigorosos. Tal tendência se reflete no crescimento do número de missões estrangeiras em visita ao Brasil, para negociação de acordos sanitários ou auditoria nas áreas de sanidade animal e vegetal e de inspeção de produtos de origem animal e vegetal no Brasil.

As ações do Ministério da Agricultura na área da sanidade vegetal garantiram a manutenção e ampliação das exportações de vários produtos agrícolas para diversos países. O Brasil é responsável por 39% da soja, 82% do suco de laranja, 29% do açúcar, 28% do café em grãos, 44% do café solúvel e 23% do tabaco, comercializados internacionalmente.

No exercício de 2007 ampliaram-se as ações para controle e erradicação de doenças e pragas dos vegetais, entre os quais destacam-se os seguintes programas:

(i) Mosca das frutas, possibilitando a abertura do mercado da manga para o Japão, expansão da área de exportação de mamão para os Estados Unidos com aumento da receita do setor produtivo em 80%.

(ii) Mosca da carambola: controle da mosca da carambola, restrita ao Estado do Amapá. O estabelecimento da praga no Brasil pode levar a perdas diretas e indiretas de aproximadamente US$ 150 milhões anuais. A dispersão da praga para outras Unidades da Federação compromete as exportações de frutas para os Estados Unidos, Mercosul, Japão e outros países.

(iii) Cancro cítrico: apoio à campanha de erradicação do cancro cítrico, resultando na diminuição do nível de contaminação nas áreas com ocorrência da doença, aumento de produção e propiciando a continuidade da exportação de frutas frescas para a União Européia e outras áreas.

(iv) Lagarta da macieira "*Cydia pomonella*": ações de erradicação da praga de áreas urbanas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, preservando o agronegócio maça que envolve cerca de 50.000 mil empregos diretos.

(v) Sigatoka negra: oficialização do sistema de manejo de risco, propiciando o acesso de quatorze estados brasileiros ao mercado interno e externo da banana.Caracterização do território de dez estados como "área livre de sigatoka negra" (BA-CE-ES-GO-MA-PA-PE-RJ-RN-MG(PARCIAL).

(vi) *Anastrepha grandis*: reconhecimento de áreas livres nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, possibilitando a exportação de melão e melancia para os Estados Unidos e Argentina.

As ações na área de sanidade animal asseguraram a manutenção e ampliação de mercados internacionais. O Brasil é o primeiro exportador mundial de carne bovina e de carne de aves.

O programa de luta contra a febre aftosa contribui para a manutenção de mercados internacionais para as carnes bovina e suína e para animais vivos. O status sanitário do Brasil junto a Organização Mundial de Saúde Animal – OIE foi alterado em 27 de maio de 2007 com o reconhecimento internacional do Estado de Santa Catarina como área livre de febre aftosa sem vacinação, a primeira Unidade da Federação a alcançar esta condição. Igualmente, na mesma data, a OIE reconheceu a região centro-sul do Estado do Pará como área livre de febre aftosa com vacinação, acrescentando mais 670 mil km2 ao território brasileiro livre de febre aftosa.

Ao final de 2007 a febre aftosa encontra-se erradicada em dezesseis Unidades da Federação e de parte do território de dois estados. São reconhecidos livres de febre aftosa com vacinação os estados do Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins e o Distrito Federal. Também são livres com vacinação a região centro-sul do Estado do Pará e os Municípios de Boca do Acre e Guajará, no Amazonas. O Estado de Santa Catarina é livre de febre aftosa sem vacinação. A área livre de febre aftosa corresponde a 5 milhões de quilômetros quadrados com uma população bovina de aproximadamente 178 milhões de cabeças.

Durante o ano de 2007 foram produzidas 409 milhões de doses de vacina contra a febre aftosa, das quais 402 milhões foram aprovadas nos controles oficiais e liberadas para comercialização. Estima-se que 190 milhões de bovinos foram vacinados contra a febre aftosa.

Para ampliar o controle de doenças na produção avícola, o Ministério da Agricultura adotou novos critérios que identificam os estados e regiões, de acordo com a capacidade de gerenciamento de riscos de contaminação pelo vírus da influenza aviária e da doença de Newcastle. Vinte e um estados foram auditados pelas equipes do Programa Nacional de Sanidade Avícola.

Em razão da liderança alcançada nas exportações de carnes, os serviços federais de saúde animal e de inspeção sanitária de produtos de origem animal foram bastante demandados. Esta demanda se traduziu em aumento no número de estabelecimentos de abate e de processamento de carnes que solicitaram habilitação para exportação e no elevado número de missões estrangeiras que visitaram o país em 2007 para auditar os mencionados serviços.

No ano de 2007 foram iniciados vários processos de revisão de normas, legislações e procedimentos na área da inspeção sanitária de produtos de origem animal com o intuito de buscar a adequação frente às inovações tecnológicas e a equivalência com as normas e regulamentos internacionais. A segurança da certificação sanitária oferecida aos mercados consumidores de carnes foi melhorada, com incremento do uso de meios eletrônicos e de papel moeda.

Ampliaram-se as ações de fiscalização dos insumos pecuários - produtos destinados à alimentação animal, medicamentos e vacinas de uso veterinário e material genético animal. Além de verificar o atendimento das boas práticas de fabricação, a fiscalização teve como objetivo assegurar a conformidade e inocuidade dos insumos pecuários disponibilizados no comércio, incluindo aqueles de maior importância para a

execução dos programas nacionais de controle e erradicação de algumas doenças animais - febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva dos herbívoros, além de diversas doenças aviárias. Cabe destacar ainda o monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, parte importante do programa de prevenção da encefalopatia espongiforme bovina – BSE, além do monitoramento de substâncias potencialmente perigosas que podem ser incluídas na cadeia alimentar.

Com o objetivo de melhor atender às demandas quanto à qualidade e inocuidade dos insumos pecuários e adequá-los aos constantes avanços tecnológicos, foram atualizadas diversas normas vigentes. Dentre as normas atualizadas destaca-se o decreto que estabelece a obrigatoriedade da inspeção e fiscalização de alimentos para animais e as normas higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação de alimentos para animais. Foram ainda aprovados: o regulamento que proíbe o uso da violeta genciana em alimentos para animais e o regulamento que define os critérios para produção, comercialização e uso de vacinas contra leishmaniose visceral canina, elaborado em conjunto com o Ministério da Saúde.

No exercício de 2007 a Secretaria de Defesa Agropecuária envidou esforços significativos para ampliar as garantias quanto à segurança dos alimentos frente aos resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes em produtos de origem animal e de agrotóxicos em produtos de origem vegetal. Houve um compreensivo incremento no escopo analítico do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, o que fortaleceu as garantias de inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal disponibilizados à sociedade brasileira, assim como para todos os seus parceiros comerciais. Este trabalho foi importante para garantir a manutenção mercados compradores de produtos do agronegócio brasileiro. Houve a consolidação do plano de controle de resíduos de agrotóxicos em maça e mamão, que representam duas importantes frutas consumidas no Brasil e exportadas.

2.1 Responsabilidades por Departamento

2.1.1 Departamento de Sanidade Animal – DSA

O Departamento de Saúde animal tem como finalidade promover o controle e a profilaxia das doenças dos animais, assim como, planejar, coordenar, supervisionar e disciplinar os aspectos necessários à prevenção e erradicação das principais enfermidades de modo a preservar a sanidade do rebanho brasileiro. É também missão do DSA garantir o fornecimento de produtos e subprodutos de origem animal de qualidade ao mercado interno e assegurar a participação crescente do Brasil no mercado Internacional.

Tabela 2 – Atividades do DSA

O Departamento de Saúde Animal possui legislação específica para a execução de suas atividades estabelecidas no Decreto Nº 5.350 de 21 de janeiro de 2005, a seguir:	
	elaborar as diretrizes de ação governamental para a saúde animal, visando contribuir para formulação da política agrícola; programar, coordenar e promover a execução das atividades de; vigilância zoossanitária, especialmente, a definição de requisitos sanitários a serem observados no trânsito de animais produtos e derivados de origem animal, bem como materiais de uso na veterinária; profilaxia e combate às doenças dos animais, desenvolvendo estudos para a definição dos requisitos exigidos para os produtos biológicos, em articulação com o Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários; fiscalização do trânsito de animais, de produtos veterinários, de materiais de multiplicação animal, de produtos destinados à alimentação animal, produtos e derivados de origem animal, incluindo a aplicação de requisitos sanitários a serem observados na importação e exportação; e promoção de campanhas zoossanitárias – promover auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de sua competência; – formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas de defesa animal, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos do Ministério; e V – coordenar a elaboração, promover a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas do Departamento.

2.1.1.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

O trabalho do Departamento de Saúde Animal é desenvolvido por meio de diversos programas de âmbito nacional, todos eles incluídos no PPA – Plano Plurianual, do Governo Federal, a saber: Programa Desenvolvimento da Avicultura; Programa de Desenvolvimento da Bovideocultura; Programa da Equideocultura, Caprinocultura, Ovinocultura e outros Animais; Programa de Desenvolvimento da Suideocultura e Programa de Segurança da Sanidade na Agropecuária. Além disso, o DSA é responsável pela normatização do trânsito e da quarentena de animais.

2.1.2 Departamento de Sanidade Vegetal – DSV

2.1.2.1 - Papel da Unidade na execução de políticas públicas

Ao Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal, segundo o Decreto nº 5.351/2005, de 21/01/2005, que definiu a Estrutura Regimental do MAPA, compete:

I - elaborar as diretrizes de ação governamental para a sanidade vegetal com vistas a contribuir para a formulação de Política Agrícola;

II - programar, coordenar e promover a execução das atividades de:

a) - vigilância fitossanitária, inclusive a definição de requisitos fitossanitários a serem observados no trânsito de plantas , produtos e derivados de origem vegetal e materiais de uso agrícola;

b) - previsão e controle de pragas , em especial a definição de requisitos fitossanitários a serem observados na importação e exportação de agrotóxicos, de sementes e mudas e de produtos vegetais;

c) - fiscalização do trânsito de vegetais, partes de vegetais, seus produtos e subprodutos e derivados incluindo a aplicação de requisitos fitossanitárias a serem observados na importação e exportação; e

d) - promoção de campanhas de educação e demais ações de defesa fitossanitária;

III - Promover auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades pertinentes de sua competência;

IV - Formular proposta e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas de defesa vegetal, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos do Ministério; e

V - coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do Departamento.

A agricultura, no contexto maior do agronegócio brasileiro, apresentou notáveis incrementos quantitativos e qualitativos nos últimos anos, tanto que na atualidade

encontra-se empenhada em extraordinário esforço de manter e ampliar seus níveis de competitividade nos cenários nacional e internacional. Nesta complexidade é necessário, simultaneamente, nas importações: evitar a entrada de pragas quarentenárias no país; identificar previamente os riscos de entrada de agentes nocivos à agricultura nacional, inclusive aplicar medidas quarentenárias e, também preservar, controlar e prevenir as áreas livres e os sistemas produtivos agrícolas regionais da disseminação de pragas nocivas ao sistema agrícola brasileiro. Nas outras vias, das exportações e do abastecimento doméstico, é imperativo garantir a rastreabilidade, sanidade e a qualidade dos vegetais e partes de vegetais, atendendo às exigências do mercado nacional e importadores.

Especificamente os produtos mais trabalhados para a exportação e comércio interno pelo DSV são frutas selecionadas, como manga, mamão, citros, uva, goiaba, maçã e banana; hortaliças em geral, inclusive cucurbitáceas como melão, melancia, abóboras, café, cacau, cana-de-açúcar, cereais, raízes; oleaginosas, como soja, girassol e plantas fibrosas; flores e plantas ornamentais; material para reprodução e madeiras, destinados ao mercado interno ou exportação.

2.1.3 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA

2.1.3.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA tem amparo regimental no âmbito do Governo Federal, na Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Abastecimento e tem como objetivo garantir a qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos e subprodutos de origem animal destinados aos consumidores.

O Serviço de Inspeção Federal, SIF, coordenado pelo DIPOA, tem sob responsabilidade o controle higiênico-sanitário e tecnológico das empresas que realizam comércio interestadual e internacional de produtos de origem animal “in natura” e industrializados. Estão ainda sob a égide do Serviço, as análises prévias para registro de novos estabelecimentos, aprovando plantas, instalações e equipamentos, bem como a apreciação de processos e rótulos de produtos.

As atividades de inspeção “ante e post-mortem” dos animais de açougue e as realizadas nas plataformas de recebimento de leite cru exigem mão-de-obra especializada, metodologia de trabalho previamente definida e critérios de julgamentos dos dados de inspeção fundamentados em bases científicas bem como controles laboratoriais. Para o

correto exercício destas ações é fundamental que as atividades de inspeção “ante e post-mortem” sejam executadas em momentos precisos do processo de abate, sob pena de comprometer a almejada garantia da qualidade dos produtos obtidos. Também, por ser uma atividade altamente restritiva, que acarreta elevadas perdas econômicas ao segmento industrial, deve ser executada com independência e transparência, única forma de se alcançar desejados ganhos sociais, impedindo a transmissão de zoonoses e protegendo a saúde pública. Esta é razão pela qual, em todo o mundo, a inspeção sanitária dos alimentos é uma atribuição do poder público.

Em 2007, além das atividades rotineiras, o DIPOA empreendeu diversas ações visando coibir as fraudes em alimentos como adição de água em carcaças de aves (aos produtos) e a adição de soro de leite ao leite em pó. Houve uma atenção especial à implementação de uma ação conjunta com o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial, que visou realizar o monitoramento dos produtos Leite UHT e Leite em Pó, sob o Serviço de Inspeção Federal objetivando garantir a qualidade do leite consumido e comercializado, além de aumentar a competitividade e a modernização deste setor.

Durante este exercício, o DIPOA também trabalhou na elaboração e atualização de legislações de maneira a se adequar aos constantes avanços tecnológicos e aos aspectos relacionados à saúde pública. Como destaques, podemos citar a publicação dos regulamentos de novos produtos: Leites Fermentados, Composto Lácteo, Leite em Pó Modificado, Leite Aromatizado, Queijos Azuis. Foi publicado também o Manual de Procedimentos - Implantação de Estabelecimento Industrial de Pescado e Derivados - Compêndio com a legislação, modelos de plantas e estudo de viabilidade econômica para implantação de um estabelecimento processador de pescado e derivados. Em 05/12/2007 foi publicado no D.O. U a Portaria Ministerial nº 372 que criou o Grupo de Trabalho para efetuar a revisão e atualização do Decreto 30.691, de 20/03/1952, que aprovam o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal – RIISPOA.

As competências regimentais do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal foram regulamentadas pela Portaria nº 45/2007, de 22.03.07, publicada no DOU de 23.03.07, descritas abaixo.

Tabela 3 – Competências Regimentais

Competências Regimentais (ou estabelecidas em Lei de Criação ou Estatuto do Órgão/Unidade)
elaborar as diretrizes de ação governamental para a inspeção e fiscalização de produtos e derivados de origem animal, com vistas a contribuir para a formulação da política agrícola;
programar, coordenar e promover a execução das atividades de inspeção e fiscalização sanitária e industrial de produtos de origem animal;
promover auditorias técnico-fiscal e operacional das atividades de sua competência;
formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais, concernentes aos temas relativos à inspeção de produtos de origem animal, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos do Ministério; e
coordenar a elaboração, promover a execução, acompanhamento e avaliação dos programas e ações do Departamento.

2.1.4 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV

2.1.4.1 Papel do DIPOV na execução das políticas públicas

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV, no exercício de suas atribuições legais, definido pelo Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, que determina a estrutura regimental de todo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, vem coordenando e promovendo a execução de atividades em todo o Brasil, objetivando proporcionar a oferta e a comercialização de produtos vegetais e seus derivados, pautados na atual realidade dos mercados nacional e internacional, com níveis de qualidade e segurança alimentar desejáveis, por meio da implementação de diferentes ações, tais como:

I. Elaboração de Regulamentos Técnicos, de caráter obrigatório de aplicação, com base em parâmetros que refletem as características de identidade e qualidade dos produtos vegetais e seus derivados, possibilitando:

II. Agregação de valores a esses produtos;

III. Transparência na comercialização;

IV. Diferenciação de preços em função da qualidade, proporcionando maior competitividade e produtividade, permitindo ainda, a livre e adequada escolha por parte do consumidor;

V. Promoção da competitividade dos produtos nos mercados nacional e internacional;

VI. Estabelecimento de indicadores confiáveis e justos para a comercialização de produtos vegetais e seus derivados à distância.

VII. Fiscalização e inspeção de produtos vegetais e seus derivados, objetivando:

VIII. Verificar a qualidade dos produtos colocados à disposição do consumidor, com vistas à segurança alimentar;

IX. Controlar e monitorar os níveis de contaminação micotoxicológica e de resíduos em produtos vegetais e seus derivados;

X. Resguardar a economia nacional dos riscos de importação de produtos impróprios ou inadequados ao uso proposto;

XI. Avaliar a qualidade dos produtos adquiridos pelo Governo para fins de estoques reguladores e/ou atendimento aos programas sociais;

XII. Capacitação, especialização e treinamento de recursos humanos visando o melhor desempenho das atividades de controle de qualidade dos produtos vegetais e seus derivados, para os mercados interno e externo.

O impacto do desenvolvimento das atividades da Inspeção Vegetal do MAPA em função dos objetivos previstos, tem se configurado em benefícios tanto para a população brasileira como para os diversos segmentos das cadeias produtivas do agronegócio.

Ressaltamos que as ações desenvolvidas sob a coordenação do DIPOV têm como objetivo geral aferir a qualidade dos produtos vegetais destinados diretamente ao consumo humano, garantindo assim a idoneidade, identidade, qualidade e segurança desses produtos. Neste contexto, as ações Inspeção Vegetal do MAPA têm impedido a comercialização de produtos que não estejam em conformidade com a Lei nº 9.972/2000 (classificação vegetal), com a Lei nº 8.918/1994 (Lei da Bebida) e com a Lei nº 7.678/1988 alterada pela Lei nº 10.970/2004 (Lei do Vinho e Derivados do Vinho e da Uva).

Em 2007, destacamos para a Inspeção Vegetal como principais desafios a publicação das revisões dos atos normativos que regulamentam as Leis nº 9.972/00, nº 7.678/88 e nº 8.918/94, e a intensificação da fiscalização da qualidade dos vinhos, bebidas em geral e demais produtos de origem vegetal.

Para tanto, listamos abaixo as principais ações do DIPOV executadas em 2007, dentre outras:

- *Publicação do Decreto nº 6.268*, de 22/11/2007, que regulamenta a Lei nº 9.972, de 25/05/2000, que permitirá uma fiscalização mais eficiente por parte do MAPA,

visando assegurar ao consumidor o acesso a alimentos de origem vegetal seguros e conformes;

- *Publicação do Decreto nº 6.295*, de 11/12/2007, que altera o Decreto nº 99.066/90, que regulamenta a Lei nº 7.678, de 08/11/1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, no que se refere á rotulagem para a exportação e previsão de colheita, por amostragem dos produtos importados, permitindo a revisão de todos os procedimentos de importação e vinhos e bebidas, com vistas à torná-los mais ágeis e eficientes;
- Revisão dos atos normativos que regem o controle e fiscalização de vinhos e bebidas em geral, a partir dos dois Decretos (nº 99.066/90 e nº 2.314/97), com o objetivo de otimizar, racionalizar e modernizar as ações do MAPA na área;
- Fiscalização de **4.144 estabelecimentos** produtores de vinhos e bebidas em geral, com vistas a garantir a segurança, idoneidade e qualidade dos produtos ofertados ao consumo;
- Fiscalização de **7.407.505 de toneladas** de produtos de origem vegetal;
- Fiscalização de **3.174 estabelecimentos** produtores e comercializadores de produtos de origem vegetal, com destaque à realização de Forças-Tarefas nos Estados da PB, AM, MT, TO e MA;
- Realização de Curso de Formação dos 29 novos fiscais da área da Inspeção Vegetal no Centro de Treinamento da Inspeção Vegetal no Rio de Janeiro, no período de 15 a 27/10/2007.

Entre os principais clientes do DIPOV estão os produtores, importadores e exportadores envolvidos com a elaboração, empacotamento, armazenamento e comercialização de produtos de origem vegetal; empresas ou entidades especializadas, profissionais liberais, bolsas de mercadorias, cooperativas, universidades, institutos de pesquisa, além de consumidores de produtos de origem vegetal.

Atualmente o DIPOV conta com 30 (trinta) Fiscais Federais Agropecuários e 03 (três) técnicos de nível superior com formação em Agronomia e Jornalismo, que atuam na coordenação das ações de inspeção e fiscalização de bebidas em geral, de vinhos e derivados da uva e do vinho e da classificação de produtos de origem vegetal. Além disso, o DIPOV conta com 11 (onze) técnicos de nível médio responsáveis pelos serviços administrativos do departamento.

Em 2007 o DIPOV estabeleceu e gerenciou parcerias importantes tais como:

1. Parceria com a Embrapa Uva e Vinho de Bento Gonçalves – RS, objetivando o suporte à execução do Cadastro Vitivinícola do estado do Rio Grande do Sul;
2. Parceria com a Embrapa Semi-Árido de Petrolina – PE, objetivando a execução de Projeto que visa a qualidade de uvas e vinhos do Vale do Submédio São Francisco;
3. Parcerias não formais com diferentes setores do agronegócio e demais segmentos envolvidos com a qualidade e segurança dos produtos de origem vegetal, tais como a CONAB, CEASA´s, EMBRAPA, ANVISA, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Ministério das Relações Exteriores – MRE, Ministério Público e com Associações de Classe (produtores, comerciantes, importadores, exportadores, industriais, etc.).

Objetivando assegurar que os produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal estejam em conformidade com a legislação nacional específica e com as exigências internacionais, garantindo a oferta de produtos certificados, com idoneidade, identidade, qualidade e seguro aos consumidores interno e externo, o DIPOV desenvolveu várias outras atividades, conforme segue demonstrado:

- Análise de processos referentes ao registro de bebidas em geral e fermentados acéticos não padronizados: 1.330 (hum mil, trezentos e trinta);
- Análise de processos referentes ao registro de estabelecimentos produtores de vinhos e derivados da uva e do vinho: 23 (vinte e três);
- Análise de processos referentes ao registro de vinhos e derivados da uva e do vinho: 1.710 (hum mil setecentos e dez);
- Análise de processos e credenciamento de estabelecimentos exportadores de vinho e derivados da uva e do vinho para o Brasil: 403 (quatrocentos e três);
- Inclusão de produtos importados no Banco de Dados específico: 3.972 (três mil, novecentos e setenta e dois);
- Análise de processos com vistas à subsidiar a Receita Federal em solicitações de redução de alíquota de IPI: 264 (duzentos e sessenta e quatro);
- Análise, relatório e julgamento em segunda instância de processos administrativos para apuração de infrações na área de bebidas: 150 (cento e cinqüenta);
- Credenciamento de Empresas Jurídicas que executam a Classificação Vegetal: 20 (vinte)
- Renovação do Credenciamento de Empresas Jurídicas que executam a Classificação Vegetal: 165 (cento e sessenta e cinco)

- Alteração no Cadastro de Credenciadas que executam a Classificação Vegetal: 263 (duzentas e sessenta e três);
- Cursos Homologados: 10 (dez);
- Registro realizado de Classificadores Comuns: 56 (cinqüenta e seis);
- Registro realizado de Engenheiros Agrônomos Classificadores: 57 (cinqüenta e sete);
- Renovação de Carteiras de Classificadores Comuns: 260 (duzentas e sessenta);
- Renovações de Carteiras de Engenheiros Agrônomos Classificadores: 87 (oitenta e sete);
- Professores registrados (novos registros): 15 (quinze);
- Análise, emissão de parecer em segunda instância e julgamento de processos administrativos para apuração de infrações: 61 (sessenta e um);
- Publicação do Decreto nº 6.268, de 22/11/2007, que regulamenta a Lei nº 9.972, de 25/05/2000, que permitirá uma fiscalização mais eficiente por parte do MAPA, visando assegurar ao consumidor o acesso a alimentos de origem vegetal seguros e conformes;
- Publicação do Decreto nº 6.295, de 11/12/2007, que altera o Decreto nº 99.066/90, que regulamenta a Lei nº 7.678, de 08/11/1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho, no que se refere á rotulagem para a exportação e previsão de colheita, por amostragem dos produtos importados, permitindo a revisão de todos os procedimentos de importação e vinhos e bebidas, com vistas à torná-los mais ágeis e eficientes;
- Publicação da Instrução Normativa nº 10, de 13/04/2007, que aprova o Regulamento Técnico de Identidade, Qualidade, Embalagem, Marcação e Apresentação do Tabaco em Folha Curado;
- Publicação da Instrução Normativa nº 50, de 05/11/2007, que revoga a Instrução Normativa nº 03/2004, que trata sobre declaração de inexistência de débitos junto ao MAPA;
- Publicação da Portaria nº 103, de 31/08/2007, no DOU de 03/09/2007, que submete a Consulta Pública a Lista de Práticas Enológicas Lícitas para produção de vinhos e derivados da uva e do vinho;
- Revisão dos Decretos nº 2.314/97 e nº 99.066;

- Revisão dos Padrões de Identidade e Qualidade das bebidas alcoólicas destiladas e retificadas; das bebidas alcoólicas por mistura; dos vinhos e derivados da uva e do vinho e da cachaça e aguardente;
- Revisão dos Padrões de Identidade e Qualidade do arroz; feijão; amêndoa de cacau; farinha de trigo; farinha de mandioca; café torrado; amêndoa de cacau; uva industrial; amêndoa de caju e azeite;
- Revisão dos procedimentos de registro dos estabelecimentos e das bebidas em geral e vinhos e derivados da uva e do vinho; da importação de bebidas no Manual do VIGIAGRO; da tabela do Siscomex relacionada à área de bebidas e da fiscalização de vinhos e derivados da uva e do vinho no Estado do Rio Grande do Sul;
- Revisão conjunta com o INMETRO do Regulamento de Conformidade da Cachaça – RAC;
- Elaboração de minuta de Instrução Normativa sobre fiscalização de Indicações Geográficas de vinhos e da proposta de procedimento conjunto MAPA/ANVISA quanto às espécies vegetais autorizadas a serem utilizadas na fabricação de bebidas;
- Coordenação de Forças-Tarefa de fiscalização da classificação vegetal nos estados da Paraíba, Amazonas, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão;
- Coordenação e participação de ação especial de fiscalização em estabelecimentos produtores de açaí, no estado do Pará;
- Supervisão de procedimentos administrativos para apuração de práticas de infração no estado de Pernambuco;
- Auditoria em estabelecimentos beneficiadoes/exportadores de amendoim;
- Acompanhamento de missão da União Européia no Brasil sobre controle de aflatoxinas em amendoim;
- Elaboração de Plano de Trabalho visando à capacitação de Fiscais Federais Agropecuários em Boas Práticas de Fabricação;
- Realização de Reunião de Responsáveis Técnicos da Inspeção Vegetal;
- Realização do Curso de Formação dos novos Fiscais da Inspeção Vegetal e do Curso de Formação de Classificadores para técnicos do MAPA;

- Treinamento de Fiscais no Curso de Formação de Gestores; no Curso sobre Indicações Geográficas e no Curso de Especialização em Gestão do Agronegócio (MBA);
- Participação de Fiscal como ponto focal, em reunião de trabalho para análise comparativa dos sistemas sanitários do Mercosul em relação à União Européia, referente ao Projeto “Cooperação para a harmonização de normas e procedimentos veterinários e fitossanitários, inocuidade de alimentos e produção agropecuária diferenciada”,
- Participação de Fiscais como palestrantes no Simpósio Internacional de Produtos Naturais; no II Simpósio em Pesquisa e Desenvolvimento em Vitivinicultura; no Seminário sobre o Agronegócio da Cachaça no Nordeste e no Fórum Permanente do Agronegócio da UNICAMP;
- Participação de Fiscais em fóruns internacionais como o Congresso e Assembléia Geral da Organização Internacional da Uva e do Vinho – OIV; na XXVII Reunião do SGT-3 Mercosul; na 20ª Sessão do Comitê Codex sobre Óleos e Gorduras; no Comitê Codex sobre Frutas e Hortaliças Frescas; no Comitê Codex sobre Aditivos Alimentares e no Grupo de Discussão sobre Irradiação em Alimentos;
- Participação de Fiscais nas Câmaras Setoriais da Cadeia Produtiva do Arroz; da Cadeia Produtiva do Feijão; da Cadeia Produtiva da Cachaça e da Cadeia Produtiva da Vitivinicultura, Vinhos e Derivados;
- Participação de Fiscais no Grupo de Trabalho sobre transporte de alimentos coordenado pela ANVISA e no 2º Simpósio Catarinense de Vinhos Finos de Altitude;
- Reuniões técnicas juntamente à CGTI visando estudos preliminares referentes à implementação do sistema informatizado dos Cadastros Vitícola e Vinícola em âmbito nacional;

Destacamos ainda a realização, em 2007, do Encontro Nacional da Inspeção Vegetal, ocorrido em Laguna – SC, no período de 19 a 23 de novembro, com o objetivo de integrar as instâncias técnicas do MAPA da área de bebidas e qualidade vegetal, tanto da Sede como das Superintendências Federais de Agricultura nos Estados, além de avaliar as ações desenvolvidas nos estados e estabelecer metas e diretrizes para 2008. No encontro foram ministradas palestras relacionadas à inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal, no tocante ao controle da qualidade desses produtos destinados ao consumo ou à atividade humana, alvo das atribuições do DIPOV.

2.1.5 Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA

Os processos de trabalho conduzidos pelo Departamento, tipicamente finalísticos, são executados por equipes de profissionais com formação superior, na sua maioria, Engenheiros Agrônomos e Químicos. Esses processos são executados e apoiados por processos geridos por órgãos setoriais do MAPA.

Em termos de gestão dos processos, o ano de 2007 deve ser considerado como ano de consolidação em decorrência das adequações que precisam ser feitas na estrutura administrativa, nos normativos, inclusive no Regimento Interno por se tratar de um Departamento criado pela agregação de três áreas de fiscalização já existentes mas ligadas a Secretaria com enfoque diferenciado. As primeiras medidas, após a identificação, análise dos processos internos, foram no sentido de compartilhar os conhecimentos e de ampliar o entendimento acerca das interfaces de trabalho.

Os processos desenvolvidos para a produção dos serviços compreendem:

- ✓ Mobilização institucional e capacitação de pessoal;
- ✓ Regulamentação da ação fiscal;
- ✓ Registro de estabelecimentos, de produtos e de cultivares;
- ✓ Credenciamento;
- ✓ Certificação;
- ✓ Fiscalização

A articulação permanente com segmentos de produção, comércio e uso de insumos agrícolas identificam-se os gargalos no âmbito das atividades, discute-se a adequação dos normativos que regulam o setor e a partir daí definem-se os aperfeiçoamentos necessários e possíveis e também os procedimentos para torná-los de domínio público. Informações são disponibilizadas nos diferentes meios de comunicação, organiza-se ou participa-se de eventos com o objetivo de produzir os esclarecimentos e de tirar dúvidas.

A operacionalização, às vezes, acontece a partir da negociação de soluções com os segmentos do setor público estadual afeto aos segmentos de insumos agrícolas e onde surgem acordos de parceria para a execução. E o caso dos esforços no sentido criar o Sistema Brasileiro de Inspeção e Fiscalização de Insumos Agrícolas previsto na Lei Agrícola (Lei 9.171) pela definição de competências e participações de órgãos de Governo de Estado e de segmentos da iniciativa privada para assegura a qualidade dos insumos agrícolas.

Orientações acerca dos procedimentos operacionais são dadas às unidades descentralizadas do Ministério, as Superintendências Federais de Agricultura, e às entidades conveniadas para execução das ações de fiscalização e as unidades parceiras e profissionais credenciados para prestarem serviços de apoio.

- ✓ **Regulamentação da ação fiscal**

Para cumprir a missão de assegurar a produção, o comércio de insumos agrícolas de qualidade e o seu correto, é preciso manter atualizado um conjunto de normas de procedimento e de conduta capazes de preservar a concorrência e o interesse público. Nesse sentido o Departamento propõe ao Ministério e promove a regulamentação de normas voltadas para profissionais e agentes atuantes nesses segmentos

- ✓ **Registro de produto, de estabelecimento e de cultivar**

O Departamento é responsável pelo registro de estabelecimentos, fertilizantes, agrotóxico e de cultivares e para isso realiza análise documental de proponente e em alguns casos realiza vistorias locais para verificar as condições de produção, processos, equipamento, pessoal, entre outros. No caso específico dos agrotóxicos e afins, analisa-se a eficácia e praticabilidade agronômica, os Limites Máximos de Resíduos em vegetais. Àqueles que se enquadram nas normas estabelecidas concede-se autorização para a produção, importação e exportação.

Para o registro ou **inscrição de cultivar** no Registro Nacional de Cultivares faz vistoria de teste de campo de produção (Campos de VCU -Valor de Cultivo e Uso) para verificar por a performance da cultivar nas condições da agricultura brasileira e a capacidade do proponente de manter uma cultivar disponível para o sistema de cultivo. Habilita para a produção e para o comércio àqueles que se enquadram nas normas estabelecidas, por meio da **inscrição e do credenciamento** no RENASEM

- ✓ **Credenciamento**

O credenciamento, em alguns casos, tem a complexidade do registro. Isso acontece nos casos de para tratamento quarentenário e fitossanitário em vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação e também no caso mercadorias dispostos em palet's de madeira. È ainda, o caso entidades públicas e privadas credenciadas para elaboração de laudos de eficácia e praticabilidade agronômica para fins de registro de agrotóxicos e afins.

- ✓ **Certificação**

É um de procedimentos de monitoria do processo de produção quando se faz o controle de parâmetros de qualidade de insumos agrícolas, em especial as

sementes e as mudas para garantir que elas tenham o padrão genético e capacidade de multiplicação das matrizes que lhes deram origem.

- ✓ **Fiscalização**

É um esforço de responsabilidade do Departamento mas executado pelos Fiscais Federais Agropecuários lotados nas Superintendências Federais de Agricultura instaladas nas 27 Unidades da Federação. Trata da repressão a condutas de pessoas e empresas violadoras da legislação. Seus propósitos são de proteger os interesses da sociedade e do mercado como um todo e em particular os agricultores em relação à qualidade dos insumos agrícolas utilizados por eles e de proteger os consumidores com relação à qualidade dos produtos agrícolas que irão adquirir e consumir.

2.1.7 Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP

2.1.7.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas:

Para que o complexo protéico-animal seja produzido de forma segura e com qualidade, toda a cadeia de produção precisa assumir sua responsabilidade, produzindo e servindo produtos saudáveis e seguros à população em todos os elos da cadeia. Para que isso aconteça, são necessárias ações do governo, regulamentando a produção e manipulação dos insumos pecuários, conscientizando e dinamizando a implementação das regras nas empresas através da fiscalização do seu cumprimento, dos produtores e das empresas, no sentido de implementarem efetivamente os regulamentos estabelecidos e por fim dos consumidores, participando do processo de vigilância e exigindo segurança e qualidade dos produtos comercializados.

A cadeia de produção de alimentos de origem animal começa na produção de insumos pecuários. Por representarem o início da cadeia, os insumos estão sujeitos a rigoroso controle, afinal, a produção comercial de animais implica em algum momento no registro/cadastro/inscrição junto ao DFIP dos reprodutores, de estabelecimentos industriais de processamento de sêmen animal e de embriões e de estabelecimento que fabricam, importam ou comerciam alimentos para animais e produtos de uso veterinário.

Compete ao DFIP elaborar as diretrizes de ação governamental para a fiscalização e garantia de qualidade dos insumos pecuários, com vistas a contribuir para a formulação da política agrícola, programando, coordenando e promovendo a execução das atividades de inspeção e fiscalização de produtos de uso veterinário, do material genético animal e dos produtos destinados à alimentação animal.

Em 2007, foram fiscalizados mais de 8500 estabelecimentos que fabricam, fracionam, importam, exportam ou comercializam insumos pecuários. Além das fiscalizações rotineiras, o DFIP executa programa de controle oficial, com o objetivo de assegurar a conformidade e qualidade de insumos de importância para a execução dos Programas Nacionais de Controle e Erradicação da Febre Aftosa, Brucelose, Tuberculose, Raiva e Doenças Aviárias.

Cabe destacar que no decorrer do ano foram realizadas cerca de 600 análises para monitoramento da presença de ingredientes de origem animal em produtos destinados à alimentação de ruminantes, como parte do programa de prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina – BSE (Doença da Vaca Louca).

Durante este exercício, o DFIP também trabalhou na elaboração e atualização de legislações de maneira a se adequar aos constantes avanços tecnológicos e aos aspectos relacionados à saúde pública. Como destaques, podemos citar a publicação do regulamento que proíbe o uso da violeta genciana em alimento para animais e do regulamento que aprova os critérios para produção, comercialização e uso de vacinas contra Leishmaniose Visceral Canina. Foram atualizadas legislações que estabelecem as condições higiênico-sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos que fabricam alimentos para animais e a que determina as exigências para importação de produtos destinados à alimentação animal, o regulamento que estabelece os critérios para registro e comércio de produtos para diagnóstico de doenças em animais, além da publicação Decreto nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.198, de 26 de dezembro de 1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal.

2.1.8 Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

2.1.8.1 Papel da CGAL na execução das políticas públicas

O desenvolvimento sustentável do agronegócio com estímulo a produtividade, sanidade e qualidade, missão inexorável do MAPA, justifica a atenção governamental dispensada às políticas de proteção a saúde pública e sanidade fitozoosanitárias.

Visando garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade , qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, qualidade de insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal, o MAPA conta em sua estrutura funcional com uma Coordenação que matem sob sua

responsabilidade, unidades descentralizadas denominada Lanagro cuja competência e a de conferir suporte às atividades desenvolvidas pelos Departamentos / Coordenações vinculados a Secretaria de Defesa Agropecuária.

A Coordenação Geral de Apoio Laboratorial tem como responsabilidade desenvolver ações contidas no programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas da meta presidencial Segurança Fitozoosanitária:

2132 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal (PI LABANIMAL)

2136 – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal (PI LAVEGETAL)

Para assegurar o desempenho dessas ações a CGAL tem as seguintes metas gerais:

- **Estabelecer uma Rede de Laboratórios do MAPA, que atenda as normas internacionais e a legislação nacional;**
- **Formar um Banco de Auditores para disponibilizar profissionais qualificados em auditoria para atender à demanda de credenciamento/monitoramento, com otimização RH, e uniformizar condutas de auditoria nas diferentes áreas;**
- **Implantar a norma ISO/IEC 17.025, na Rede de Laboratórios e a acreditação junto ao INMETRO; e,**
- **Formar de mão-de-obra especializada para as Unidades Laboratoriais Descentralizadas.**

Estratégia de Atuação

Principais Desafios de 2007
• Elaboração do Plano Diretor da Rede Laboratorial – Macroprocessos. • Publicação do Regimento interno dos LANAGRO. • Desenvolvimento do LIMS Laboratory Information Management System – Sistema de Gerenciamento de Informação ou um sistema de Gestão e Automação de Laboratórios. • Implementação de testes interlaboratorias na rede CGAL . • Implementação de Sistema de Gestão da Qualidade nos LANAGROS e nos laboratórios credenciados - NBR ISO/IEC 17025, e na CGAL - NBR ISO/IEC 17011, por meio de parcerias com as Redes Metrológicas . • Participação dos LANAGROS em ensaios de proficiência nacional e internacional . • Implantação da Rede de Laboratórios de Diagnóstico de Influenza aviária (IA) e Doença de Newcastle (DNC): • Projeto para a construção de um novo laboratório de biossegurança no LANAGRO/SP; • Adequação de área física nos LANAGROs RS, GO e PA. • Implantação da Rede de Laboratórios de Diagnóstico de Doenças dos Animais Aquáticos. • Criação da Comissão Nacional de Biossegurança em laboratórios de Diagnóstico

Veterinário.

- Produção de insumos de referência para diagnóstico.
- Reestruturação da rede de diagnóstico de Febre Aftosa e outras Doenças Vesiculares.
- Acreditação pela UKAS/Inglaterra como provedor de amostras controle – ILAC G13 e ISO 43-1.
- Implementação efetiva do laboratório de referência à Rede Brasileira de Qualidade do Leite RBQL no LANAGRO-MG .
- Estruturação do programa de ensaios de proficiência e produção de materiais de referencia para a rede nacional de laboratórios agropecuários.

Principais ações executadas em 2007

- Publicação de manuais técnicos relacionados de procedimentos de colheita de amostras para laboratórios de diagnóstico veterinário.
- Implantação de Laboratório de Sanidade em Análise de sêmen e material de multiplicação animal.
- Estabelecimento do Biotério do LANAGRO/SP como referência da rede do MAPA.
- Implantação do método de pesquisa de *Listeria monocytogenes*.
- Implantação do método de pesquisa de *Escherichia coli* O157H7 através de separação imunomagnética.
- Revisão do manual operacional de bebidas e vinagre.
- Avaliação de desempenho de métodos oficiais e reconhecidos no desenvolvimento de métodos analíticos..
- Implantação e implementação da área de comunicação e divulgação técnico-científica da rede laboratorial.
- Participação em treinamentos nacionais e internacionais visando acompanhar a evolução da técnicas analíticas mundialmente utilizadas e identificar organismos internacionais de referência.
- Participação em atividades interinstitucionais, como a ação desenvolvida em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público, oferecendo suporte laboratorial nas analises periciais.

Principais entraves à execução das atividades em 2007

- Deficiência de pessoal especializado.
- Análise de rotina intensa, dificultando a implantação de novas metodologias.
- Inexistência de provedores de amostras, reconhecidos internacionalmente para muitos dos ensaios realizados pela rede CGAL.
- Estrutura física inadequada ao desenvolvimento das atividades dos Lanagro's.
- Dificuldade de adequação da estrutura das bases físicas em necessidades de adequação de infra-estrutura.

• Dificuldade dos departamentos e coordenações da SDA identificar, a tempo e a hora, novas demandas, de forma a possibilitar atendimento adequado às suas necessidades.

2.1.9 Coordenação-Geral do Sistema Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

2.1.9.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

A missão do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO é estar em permanente alerta para promover a vigilância agropecuária internacional, impedindo a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, de forma a garantir a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados.

Atualmente, coordenamos os serviços em 110 unidades operacionais (31 portos, 27 aduanas especiais, 26 fronteiras e 26 aeroportos), que são responsáveis pelo controle e fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, impedindo a introdução e a disseminação de pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam ou possam constituir ameaças à agropecuária nacional, garantindo a sanidade dos produtos e a qualidade dos insumos agropecuários importados e exportados.

As competências regimentais da Coordenação Geral do Vigiagro foram regulamentadas pela Portaria nº 45/2007, de 22.03.07, publicada no DOU de 23.03.07, descritas abaixo.

Tabela 4 – Competências Regimentais

Competências Regimentais (ou estabelecidas em Lei de Criação ou Estatuto do Órgão/Unidade)
elaborar subsídios para a formulação da política agrícola no que se refere à vigilância agropecuária internacional;
– participar, juntos aos Departamentos do SDA/MAPA, da elaboração dos atos regulamentares que regem o transito internacional de animais, vegetais e partes de vegetais, produtos, subprodutos, derivados e insumos agropecuários, bem como de materiais de pesquisa científica na agropecuária;
– coordenar as atividades de vigilância agropecuária internacional, relativas ao trânsito internacional de animais, de vegetais e partes de vegetais, produtos, subprodutos, derivados e insumos agropecuários, bem como de materiais para pesquisa científica na agropecuária, exercidas nos Serviços de Vigilância Agropecuária – SVAs e nas Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGROS, das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, localizados nos portos, aeroportos, postos de fronteira e

aduanas especiais, de acordo com determinações e orientações regulamentares específicas;

– promover:

detalhamento dos princípios básicos para a coordenação do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO;

execução das atividades de vigilância agropecuária internacional, incluindo a observância de acordos internacionais firmados pelo Governo Brasileiro;

articulação das interfaces técnico-operacionais com as unidades organizacionais dos órgãos competentes do MAPA e demais órgãos e entidades envolvidos no comércio, trânsito e transporte de cargas internacionais, na fiscalização de bagagens em terminais de passageiros, bem como na gestão, controle e fiscalização de resíduos contidos em meios de transporte provenientes do exterior;

implementação de programas e projetos decorrentes de ajustes, acordos e convênios de cooperação técnica, em função da dinâmica operacional do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional;

organização e implementação de sistema de informações relativas à fiscalização do transito internacional agropecuário, em articulação com as demais unidades organizacionais da SDA/MAPA, envolvidas consoante suas especificidades;

harmonização e padronização dos procedimentos referentes ao controle do transito agropecuário internacional, em consonância com a legislação pertinente, incluindo a elaboração e a atualização concomitante do Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional; e

campanhas de educação sanitária, em articulação comas competentes unidades organizacionais da SDA/MAPA;

V – elaborar:

programações operacional e orçamentária referente as atividades da vigilância agropecuária internacional; e

subsídios de apoio à participação do MAPA em fóruns, missões, comitês, reuniões técnicas, grupos e trabalho e outros eventos nacionais e internacionais concernentes aos temas de competência, bem como nas negociações de acordos, convênios, protocolos e tratados nacionais e internacionais, em articulação com as unidades organizacionais dos órgãos competentes.

VI – emitir pareceres sobre assuntos pertinentes à vigilância agropecuária internacional;

VII – elaborar informações para o Relatório Anual da Gestão, quanto ao Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional;

VIII – realizar e acompanhar missões técnicas relacionadas ao trânsito e ao comércio internacionais de animais, vegetais e partes de vegetais, produtos, subprodutos, derivados, insumos agropecuários, bem como de materiais de pesquisa científica na agropecuária, em articulação com as unidades organizacionais dos órgãos competentes do MAPA; e

IX – programar e promover a realização de:

supervisões e auditorias nas atividades de vigilância agropecuária internacional, estabelecendo os critérios a serem seguidos; e

eventos de treinamento e capacitação, consoante orientações do órgão setorial.

2.1.10 Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes - CCRC

2.1.10.1 Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes - CCRC tem amparo regimental no âmbito do Governo Federal, na Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Abastecimento e tem como objetivo garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade pelo monitoramento da presença de resíduos de drogas veterinárias/contaminantes ambientais em produtos de origem animal e de agrotóxicos/contaminantes em produtos de origem vegetal.

O desenvolvimento de pesquisas técnico-científicas tem demonstrado a importância de monitoramento de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal / vegetal, fato este institucionalizado como uma das prioridades da SDA/MAPA. Além disso, esta atividade garante a qualidade sanitária dos produtos do agronegócio brasileiro exportados para todo o mundo e, portanto, a manutenção e abertura de mercados. Desta forma, a CCRC constitui um setor da SDA estratégico para a sustentabilidade do agronegócio, este, responsável por parcela significativa na geração de riquezas e empregos no país.

A CCRC/SDA coordena as ações de monitoria de resíduos e contaminantes em articulação com os Departamentos / Coordenações afins nas áreas animal (DIPOA/DSA/DFIP) e vegetal (DIPOV/DFIA), assim como com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial deste Ministério (CGAL/SDA). Nos Estados, o Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT/UF), Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG/DT/UF) e Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA/DT/UF) integram a estrutura regimental da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA) auxiliando a execução das diretrizes traçadas pela CCRC/SDA em articulação com os Departamentos / Coordenações afins.

No que tange as ações de coleta de amostras de produtos de origem animal a CCRC/SDA coordena, juntamente com o Departamento de Inspeção de Produtos de origem Animal – DIPOA e com os respectivos Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAGs a gestão dos procedimentos de coleta, acondicionamento e envio de amostras pelos Fiscais Federais Agropecuários lotados nos estabelecimentos registrados sob o Sistema de Inspeção Federal – SIF para os laboratórios oficiais e credenciados que prestam serviços analíticos para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – PNCRC/MAPA.

Com a consolidação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes na área vegetal no exercício de 2007 houve a instituição de rotina na coleta

de amostras de mamão e maça para a monitoria de resíduos de agrotóxicos. A coleta de amostras de produtos de origem animal e vegetal é realizada nos estabelecimentos sob SIF (área animal) e diretamente nas embaladoras de frutas (packing houses) das empresas exportadoras. A gestão dos procedimentos de cadastramento de estabelecimentos exportadores para a União Européia, assim como da coleta e envio de amostras para os laboratórios participantes incorre com a participação da CCRC, assim como do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV e com os respectivos Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAGs. Houve início ao estreitamento de parceria como Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários – DFIA. Este parceiro terá o retorno de informações importantes, quanto aos ativos que estão sendo detectados nas diversas culturas (frutas, hortaliças,cereais, etc), podendo assim, traçar esforços na fiscalização e na extensão de uso de ativos ainda não registrados nas diversas culturas existentes.

Por se tratar de um Programa ligado a questões de saúde pública, já que a presença de resíduos e contaminantes em níveis acima dos toleráveis pode acarretar sérios prejuízos à saúde humana, os procedimentos adotados devem ser executados de forma eficiente e transparente. Por esta razão todos os procedimentos de coleta de amostras e de tomada de ações regulatórias são de atribuição do poder público.

Em 2007, além das atividades rotineiras, a CCRC empreendeu diversas ações visando capilarizar o conceito do PNCRC junto ao setor produtivo nacional e ao corpo técnico do MAPA. Estas ações podem ser explicitadas por meio das palestras realizadas, assim como da participação em reuniões técnicas com todos os setores produtivos envolvidos no Programa. Os serviços e produtos da CCRC foram bem melhor divulgados à sociedade no ano de 2007. Nos anos anteriores a divulgação era realizada baseada no recebimento de visitas de instituições de pesquisa, missões internacionais, indústrias, universidades e pela apresentação de palestras em congresso e eventos científicos. No ano de 2007, além destes meios de divulgação à sociedade, foi confeccionado pela CCRC/SDA um portifólio trilíngüe para divulgação nacional e internacional do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC, além de um DVD promocional com o mesmo enfoque e objetivo. Este material foi amplamente distribuído às associações de classe e representantes dos setores produtivos do agronegócio brasileiro, assim como para demais parceiros nacionais e internacionais do Brasil neste ramo, bem como para instituições de ensino e pesquisa pertinentes, missões internacionais recebidas, conferências e cursos nacionais e internacionais onde estiveram presentes servidores da CCRC, e para a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Apesar da CCRC não dispor de canais diretos de relacionamento com a sociedade, como os serviços de atendimento aos cidadãos, são encaminhados inúmeros e-mails e cartas de consumidores contendo reivindicações, dúvidas e sugestões quanto às atividades exercidas pela Coordenação. Os mesmos são direcionados aos Serviços da área animal e vegetal relacionados, a fim de que se possa, dentro do menor prazo possível, encaminhar a resposta ao solicitante.

Ademais, foram realizados treinamentos teórico-práticos com Fiscais Federais Agropecuários que coletam amostras nos diversas áreas contempladas neste monitoramento. Na área animal destaca-se a tomada de ações visando ampliar as garantias de controle nos produtos de origem animal, no que concerne a inclusão da monitoria de novos analitos nas espécies bovina, aves, suína, equina, pescado. Destaca-se a consolidação da rotina de coleta de amostras de mel com a instituição do novo escopo analítico, após o embargo instituído pela União Européia. Além disso, destaca-se a discussão técnica com os setores produtivos de avestruz e coelho para as respectivas inclusões na monitoria do PNCRC. Da mesma forma, houve intensa discussão para a ampliação do escopo analítico no setor de ovos e de leite.

Na área vegetal destaca-se o estabelecimento do projeto para a extensão da monitoria de resíduos de agrotóxicos e contaminantes para outras matrizes: (Frutas: manga, melão, banana, morango, limão, uva, etc), Grãos e derivados (arroz, feijão, milho, trigo, soja, café), hortaliças, sucos, vinhos, especiarias, óleos. O processo encontra-se em fase final de avaliação pela consultoria jurídica do MAPA e entrará em vigor a no decorrer de 2008. Será firmada uma parceria oficial com a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP para auxiliar o MAPA na operacionalização deste programa de monitoria.

Dentre as principais ações desenvolvidas pela CCRC no exercício de 2007 ressalta-se o procedimento para a realização de processo de licitação para a contratação de laboratórios privados (credenciados pelo MAPA) para dar suporte a realização de análises do PNCRC das áreas animal e vegetal. Neste processo o MAPA passará a ser responsável pelo custeio das análises realizadas como parte do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes. No ano de 2007 ocorreram dois pregões eletrônicos e o processo de contratação dos laboratórios (assinatura de contrato) está em fase adiantada para que o MAPA possa assumir este controle oficial. Devido ao grande número de analitos a serem contratados haverá outros pregões ao longo de 2008, até que todo o escopo analítico das áreas animal e vegetal estejam contratados. Isso possibilitará ao MAPA estender o controle de resíduos e contaminantes junto a todas as empresas fiscalizadas, inclusive todo o mercado interno.

Houve intensa cooperação de atividades entre a CCRC e a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL, visando fortalecer a rede de laboratórios do MAPA no que tange o fortalecimento do corpo técnico e do suprimento de equipamentos para ampliação da participação dos Laboratórios Nacionais Agropecuários – LANAGROS na realização de ensaios laboratoriais para a pesquisa de resíduos e contaminantes. A CCRC teve participação importante neste processo colaborando com recursos orçamentários para auxiliar a CGAL na implantação dos sistemas da garantia da qualidade nos LANAGROS e na compra de equipamentos e suprimentos. Da mesma forma houve esta saudável cooperação com o Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP no auxílio de aporte financeiro para a impressão do Manual de Boas Práticas para o uso de medicamentos veterinários.

Durante este exercício, a CCRC também trabalhou na elaboração de legislações de maneira a tornar transparentes os resultados do monitoramento do exercício de 2006 da área animal (Instrução Normativa nº 08 de 30/03/2007), assim como do escopo analítico do exercício de 2007 (Instrução Normativa nº 09 de 30/03/2007). Na área vegetal a CCRC oficializou os programas de controle de resíduos de agrotóxicos em maça e mamão para o exercício de 2007 por meio da Instrução Normativa nº 70 de 03/01/2007.

Além disso, a CCRC participou ativamente dos principais eventos internacionais afetos à área de resíduos: Congresso mundial de resíduos (Canadá), Comitê Codex de Resíduos de Medicamentos Veterinários nos Alimentos – CCRVDF (Estados Unidos), Treinamento sobre resíduos em produtos de origem animal (Espanha/Alemanha), Curso de Treinamento de resíduos em produtos de origem animal (França), Reuniões técnicas na Feira Internacional de Mel (Austrália), assessoramento do Secretário da SDA para firmar protocolo sanitário para exportação de carne suína (China), visita para conhecimento do sistema de alerta Rápido da União Européia (Portugal), visita a porto europeu que recebe produtos de origem vegetal (Holanda), reunião técnica com autoridades do Senasa (Argentina), treinamento sobre o sistema RASFF da União Européia (Argentina).

As competências regimentais da Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes foram regulamentadas pela Portaria nº 45/2007, de 22.03.07, publicada no DOU de 23.03.07, descritas abaixo.

Tabela 5 – Competências Regimentais

Competências Regimentais (ou estabelecidas em Lei de Criação ou Estatuto do Órgão/Unidade)
I - definir, coordenar e supervisionar, em articulação com as demais unidades organizacionais da SDA/MAPA, o plano de amostragem e os critérios de seleção, inclusão, exclusão e de suspensão de drogas e substâncias controladas e monitoradas pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal e Vegetal e seus Insumos; II - coordenar a elaboração dos programas setoriais de monitoramento e controle dos resíduos químicos e biológicos e dos contaminantes em produtos e derivados de origens animal e vegetal, assim como acompanhar a implantação e implementação das ações correspondentes, em articulação com as demais unidades organizacionais da SDA/MAPA; III - acompanhar a aplicação, bem como propor a elaboração e revisão das normas, regulamentos, procedimentos, recomendações e diretrizes de saúde animal, sanidade vegetal, inspeção e fiscalização de produtos e insumos agropecuários, nos aspectos referentes a resíduos e contaminantes; IV - realizar, em articulação com as unidades organizacionais relacionadas às atividades de saúde animal, sanidade vegetal, inspeção, fiscalização, epidemiologia e informação agropecuárias da SDA/MAPA, análise e avaliação da operacionalização e dos dados estatísticos do Plano Nacional e dos programas setoriais, para acompanhamento das metas fixadas; V - promover: a) publicação do Plano Nacional, dos programas setoriais para o ano subseqüente e dos resultados do monitoramento dos programas setoriais do ano precedente e de outras avaliações pertinentes; b) elaboração e execução de plano operativo anual de trabalho, referente às ações do Plano Nacional de Controle de Resíduos; **c)** investigação relativa as violações identificadas pelo PNCR e as ações regulatórias previstas para cada caso; VI - implantar e manter base de dados e informações, técnico-operacionais e estratégicas, relativas à operacionalização e avaliação do SISRES e do Plano Nacional; VII – coordenar e acompanhar, juntamente com as Superintendências Federais de Agricultura Pecuária e Abastecimento – SFA´s, os procedimentos de rastreamento de produtos e propriedades envolvidas no processo de investigação das violações identificadas; VIII - consolidar as notificações oficiais de violação do Programa por países terceiros e, em interação com as unidades organizacionais finalísticas da SDA/MAPA, instaurar o processo de investigação pertinente; IX - manter articulações para: a) desenvolvimento e operacionalização das ações previstas no Plano Nacional, Sistema Nacional de Controle de Resíduos - SISRES e programas setoriais; b) acompanhamento e avaliação das missões técnicas de outros países; c) implementação das recomendações e possíveis reavaliações e ajustes do Plano

Nacional e programas setoriais;

X - elaborar subsídios de apoio à participação do MAPA em reuniões técnicas, fóruns, missões, comitês, grupos de trabalho e outros eventos nacionais e internacionais concernentes ao controle de resíduos e contaminantes, bem assim nas negociações de acordos, convênios, protocolos e tratados nacionais e internacionais;

XI - elaborar propostas para a celebração de convênios, ajustes ou contratos de interesse do Plano Nacional, bem como para cooperação técnica com organismos internacionais, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos do MAPA;

XII - programar e implementar a realização de eventos de capacitação técnica, em articulação com o órgão setorial do MAPA.

2.1.11 Coordenação de Biossegurança - CBIO

2.1.11.1 – Papel da unidade na execução das políticas públicas

As atividades com organismos geneticamente modificados (OGM) no Brasil são regulamentadas pela Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, e pelo Decreto nº 5.591, de 22 de novembro de 2005. De acordo com essa legislação, compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre outras, a fiscalização e o registro dos produtos e atividades de pesquisa e comerciais que envolvam OGM na Agricultura e Pecuária. Neste contexto, a Coordenação de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA apresenta as seguintes competências:

I - coordenar a elaboração e promover a execução, o acompanhamento e a avaliação dos programas e ações relacionados à biossegurança de organismos geneticamente modificados (OGM) na agropecuária;

II - apoiar as atividades de registro e fiscalização exercidas pelo MAPA, quando da análise para liberação de OGM e seus derivados em escala comercial;

III - prestar assessoramento, no âmbito do MAPA, quanto aos assuntos relacionados à formulação da Política Nacional de Biossegurança;

IV - elaborar:

a) subsídios para apoiar a participação do MAPA na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio/Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, quando da definição de quesitos de avaliação de biossegurança de OGM e seus derivados, em articulação com as demais unidades organizacionais envolvidas;

b) solicitações de esclarecimentos ou revisões de decisões técnicas adotadas pela CTNBio/MCT, observados os pareceres das demais unidades organizacionais da SDA/MAPA, quando da autorização, registro e fiscalização de produtos e atividades que utilizam OGM e seus derivados; e

c) subsídios de apoio à participação do MAPA em fóruns, missões, comitês, reuniões técnicas, grupos de trabalho e outros eventos nacionais e internacionais concernentes à biossegurança de OGM, bem como nas negociações de acordos, convênios, protocolos e tratados nacionais e internacionais, em articulação com as unidades organizacionais dos órgãos competentes;

V - planejar, coordenar e supervisionar as ações de fiscalização de atividades de pesquisa com OGM e seus derivados, destinados ao uso na agricultura, pecuária, agroindústria e áreas afins, em articulação com as demais unidades organizacionais relacionadas à fiscalização desse segmento, no âmbito da SDA/MAPA;

VI - promover as articulações necessárias à execução das atividades de autorização, registro e fiscalização de produtos e atividades, que utilizam OGM e seus derivados, pelas demais unidades organizacionais da SDA;

VII - acompanhar e analisar os acordos, tratados e convênios internacionais relacionados à biossegurança de OGM e seus derivados e elaborar propostas, em articulação com as demais unidades organizacionais dos órgãos competentes do MAPA;

VIII - definir e implementar os procedimentos relativos à sistematização de informações sobre biossegurança de OGM e seus derivados, em articulação com as demais unidades organizacionais da SDA/MAPA; e

IX - programar a realização de eventos de treinamento e capacitação relativos às atividades de biossegurança de OGM, consoante orientações do órgão setorial.

Além disso, de acordo com a Portaria nº 248, de 06 de maio de 2005, a Coordenação de Biossegurança de OGM da SDA é a unidade organizacional do MAPA responsável pelo Secretariado do Comitê de Assessoramento em Biossegurança (CABIO) do MAPA, órgão colegiado de assessoramento político do titular desta Pasta, vinculado à Secretaria Executiva, que conta com representantes de todas as Secretarias, assim como da EMBRAPA, INMET e CONAB.

3. Estratégias de Atuação

A defesa agropecuária atua nas mais diversas áreas que afetam a sanidade e a cadeia alimentar dos humanos, dos animais e das plantas. Sua ação inicia-se antes do plantio com o controle da qualidade, sanidade e certificação dos insumos para a agricultura como os fertilizantes, as sementes e os produtos fitossanitários. Evita-se com esse controle, por exemplo, que metais pesados ou outros contaminantes em fertilizantes possam afetar toda a cadeia alimentar ou mesmo que os agricultores utilizem produtos como sementes e defensivos sem a qualidade necessária. Posteriormente sua atuação estende-se pelo controle sanitário, de qualidade e certificação dos insumos para a pecuária como rações, embriões, sêmen, vacinas e medicamentos veterinários. A defesa agropecuária é também responsável pela sanidade dos vegetais inclusive os da flora nativa conforme prescreve o último texto da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (Decreto 5759, de 14/04/06). Ela é também responsável pela sanidade dos animais, inclusive das enfermidades que podem ser transmitidas aos homens, ou seja, as zoonoses. Outra área importante da defesa agropecuária é o controle e a certificação da sanidade e qualidade dos produtos de origem vegetal, como a classificação dos vegetais consumidos pela população e as bebidas, vinhos e vinagres oriundos dos processos produtivos mais simples ao mais complexos. A sanidade, qualidade e certificação dos produtos de origem animal como leite e derivados, pescados, carnes de aves, bovinas e suínas, mel, ovos e outros produtos de origem animal utilizados “in natura” ou em processos industriais é outra importante área da defesa agropecuária.

Ações de suporte às áreas mencionadas são parte integrante da defesa agropecuária. São elas:

- sistema de laboratórios de referência

- controle da entrada e saída no país de insumos para as plantas, para os animais, de vegetais e seus produtos e de animais e seus produtos

- controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal ou animal e

- inspeção e fiscalização de organismos geneticamente modificados nas áreas de atuação da defesa agropecuária.

Em 2007 foram intensificadas as ações para evitar a entrada no país de doenças animais e vegetais exóticas de importância para a economia e para a saúde pública, com o fortalecimento dos serviços de fiscalização e de inspeção do trânsito

internacional nos portos, aeroportos, locais de fronteira e aduanas especiais. Destaca-se a melhoria da infra-estrutura de 113 Unidades de Vigilância Agropecuária Internacional, com aquisição de veículos automotores, equipamentos de fiscalização, de informática e de comunicação.

Um aspecto positivo da defesa agropecuária brasileira é a manutenção de um adequado sistema laboratorial agropecuário. Com infra-estrutura, equipamentos, metodologias e gestão condizente, o Brasil mantém um serviço laboratorial competitivo, garantindo o atendimento à demanda interna e o cumprimento dos acordos internacionais.

O sistema laboratorial de apoio às ações sanitárias e fitossanitárias, incluindo a rede de laboratórios do Ministério da Agricultura e a rede credenciada oficial e privada, oferece suporte às ações de saúde animal, de sanidade vegetal e à garantia da qualidade dos insumos agropecuários e dos alimentos que chegam à mesa de milhões de consumidores no Brasil e em mais de 160 países. Este sistema conta com equipes especializadas, com treinamentos periódicos em laboratórios de referencia internacional. Equipamentos de última geração estão disponíveis, o que confere à rede uma importância estratégica.

Quadro I

Estabelecimentos registrados, sob inspeção e fiscalização da

Secretaria de Defesa Agropecuária.

	Estabelecimentos inspecionados e fiscalizados	Quantidade
1	Matadouro de bovinos	315
2	Matadouro de aves	189
3	Matadouro de suínos	128
4	Matadouro de ovinos e caprinos	27
5	Matadouro de eqüídeos	7
6	Entreposto de carnes e fábrica de produtos derivados da carne	762
7	Estabelecimento de leite e derivados	1.587
8	Entreposto e fábrica de pescado	356
9	Entreposto de mel e derivados	202
10	Entreposto de ovos e fábrica de conservas de ovos	136
11	Fabricante e importador de produtos para alimentação animal	4.500
12	Fabricante e importador de produtos de uso veterinário	734
13	Estabelecimento produtor de vinhos e bebidas em geral	8.702
14	Estabelecimento produtor de fertilizantes	1.040
15	Estabelecimento produtor de agrotóxicos	350
	TOTAL	**19.035**

Fonte – SDA/MAPA – Departamentos. Ano 2007.

Quadro II

Rede de Laboratórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

e

Laboratórios Credenciados

	Vinculação / Área de credenciamento	Quantidade
1	Ministério da Agricultura – Laboratórios Nacionais Agropecuários	6
2	Credenciado. Análise físico-química de alimentos de origem animal	12
3	Credenciado. Análise físico-química de alimentos de origem vegetal	14
4	Credenciado. Análise físico-química de alimentos para animal	4
5	Credenciado. Análise físico-química de bebidas e vinagres	7
6	Credenciado. Análise da qualidade do leite	8
7	Credenciado. Análise de resíduos e contaminantes em alimentos	25
8	Credenciado. Microbiologia em alimentos de origem animal e vegetal	22
9	Credenciado. Diagnóstico de doenças dos animais	452
10	Credenciado. Diagnóstico fitossanitário.	22
11	Credenciado. OGM - Organismos geneticamente modificados.	7
12	Credenciado. Análise de agrotóxicos e afins.	11
13	Credenciado. Análise de fertilizantes, corretivos e afins. Inoculantes.	5
14	Credenciado. Análise de sementes	272
15	Credenciado. Identificação genética de animais	7
	TOTAL	**874**

Fonte – CGAL/SDA/MAPA - Dezembro de 2007.

3.1 Estratégias de atuação por Departamento

3.1.1 Departamento de Sanidade Animal – DSA

Os Programas de Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura, Bovideocultura, e de outros animais são desenvolvidas continuamente pelos órgãos estaduais de defesa sanitária animal, estando os recursos destes Programas destinados, em sua maior parte, ao repasse aos estados, via convênio.

3.1.2 Departamento de Sanidade Vegetal – DSV

Para a consecução dos objetivos, destacam-se as realizações deste Departamento no ano de 2007:

I. Atividades diversas de inspeção, fiscalização, supervisão, auditoria, vigilância, levantamentos fitossanitários, monitoramento, controle e erradicação, tanto na fase de produção de vegetais e suas partes (Certificação Fitossanitária de Origem), como na comercialização (Partidas Inspecionadas no trânsito interestadual) ou inspeções em Packing houses (casas embaladoras) na fase pré-exportação, com os objetivos de evitar produtos com padrões abaixo das especificações legais e técnicas, isto é, impróprios para a comercialização, exportação e consumo interno, e integrar as diversas etapas das cadeias produtivas agrícolas, envolvendo produtores, intermediários e consumidores, assegurando dessa forma aos usuários a inocuidade, a sanidade e melhor qualidade dos produtos finais;

II. A prevenção e o controle e erradicação de pragas com política fitossanitária oficial, que têm merecido atenção especial do Departamento de Sanidade Vegetal, com destaque para a prevenção e controle e erradicação das Moscas das Frutas; do Nematóide do Cisto da soja; Ferrugem da Soja; da Cydia pomonella da Maçã; Vespa da Madeira, Cancro cítrico; Greening; Pinta Preta dos Citros; Morte Súbita dos Citros; Cancro da Videira, Mosca da Carambola e Sigatoka Negra, Meloidogyne do cafeeiro.

III. Com relação à Análise de Risco de Pragas-ARP, destaca-se o subsídio a autorização de importação de vegetais e outros artigos regulamentados, estabelecimento de requisitos fitossanitários para vegetais, suas partes, produtos e subprodutos produzidos no Brasil, credenciamento, fiscalização e auditoria de centros colaboradores.

IV. Quarentena Vegetal: são realizadas sobre amostras ou totalidade de partidas de vegetais ou suas partes importadas com destinação à reprodução (estacas, sementes, bulbos, rizomas etc.) ou pesquisa, com vistas à segurança biológica das populações vegetais já existentes em território nacional. Busca-se, com tais procedimentos, identificar possíveis pragas não existentes em território nacional, eliminando-se mesmo partidas inteiras quando constatada a presença de organismos nocivos aos nossos cultivos. Vegetais e suas partes, com destinação comercial, passam por processo similar, por amostragem, em laboratórios. O MAPA/DSV conta hoje com 08 Estações Quarentenárias credenciadas que trabalham em parceria.

V. Participação do Departamento em eventos diversos e nos vários Grupos de Trabalho do IICA, FAO, MERCOSUL, COSAVE e fóruns internos visando principalmente ao aprimoramento da legislação fitossanitária nacional e internacional.

3.1.3 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA

As ações de inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos e derivados de origem animal são de caráter indelegável, de competência do Governo

Federal, sendo assim, a execução do programa dar-se-á de forma direta, através do corpo fiscal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tendo por base o escopo das leis que regulamentam aquelas atividades.

O Departamento de Inspeção de Produtos de Origem animal tem como objetivo principal promover e coordenar as atividades de inspeção em todo o país. O Serviço de Inspeção Federal conquistou, ao longo dos anos, uma credibilidade e confiabilidade reconhecidas nacional e internacionalmente. Esta conquista, desenvolvida à custa de muito trabalho, com seriedade e profissionalismo, reflete-se hoje na abertura de mercados estrangeiros aos produtos nacionais, percebidas não só pelo incremento nas exportações brasileiras como também pelo maior número de missões internacionais que visitaram o país. Em 2007, o DIPOA recebeu 13 missões estrangeiras mobilizando uma grande equipe de técnicos para o planejamento e o acompanhamento das auditorias realizadas em diferentes categorias de estabelecimentos habilitados à exportação, bem como da redação dos tratados e acordos sanitários envolvendo o comércio de produtos de origem animal.

As atividades do DIPOA são pautadas na busca constante por melhorias atualizando procedimentos e incorporando novas ferramentas de controle a fim de se manter atualizado para acompanhar as inovações tecnológicas e buscar a equivalências de legislação com os países com o qual estabelece relações comerciais.

Órgãos de pesquisa públicos e privados, entidades representativas de classe como sindicatos, cooperativas e associações requerem a presença constante dos técnicos do DIPOA para apresentação em palestras e informações quanto a procedimentos operacionais e novos programas desenvolvidos.

Por se tratar de um serviço que está diretamente envolvido com a segurança alimentar da população, há uma interface estreita com Órgãos Federais afins, como o Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Ministério da Justiça, através do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC).

Quanto ao desempenho das ações de responsabilidade do DIPOA cabe ressaltar que em 2007 a greve e a Operação Ouro branco impossibilitaram que todas as metas fossem cumpridas, visto a necessidade de desviar os fiscais federais de suas atividades para atenderem as demandas da Polícia Federal e Procuradoria Federal. Apesar da demora na aprovação da LOA, na definição interna de limites e a distribuição irregular dos recursos ao longo dos quadrimestres o andamento das atividades, tanto na parte física quanto financeira não sofreram transtornos, contudo os empecilhos foram suplantados devido a um processo de reavaliação das metas, além da determinação, criatividade e mútua colaboração existente entre a unidade organizacional e as demais unidades

gerenciais.

3.1.4 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV

Durante o ano de 2007 as inspeções e fiscalizações dos produtos de origem vegetal inicialmente previstas foram comprometidas em virtude do contingenciamento orçamentário no início do ano, além do movimento de paralisação de cerca de 90 dias dos Fiscais Federais Agropecuários ocorrido, afetando a execução de algumas ações programadas pelo Departamento.

Para tanto, em 2007 a Inspeção Vegetal realizou as seguintes atividades que merecem destaque, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 6 – Principais atividades da Inspeção Vegetal em 2007

Qualidade Vegetal		
Atividade	***Unidade***	***Total executado***
Estabelecimento Fiscalizado	Nº	3.174
Perícia Realizada	Nº	114
Advertência Aplicada	Nº	110
Auto de Infração	Nº	651
Amostra coletada	Nº	1.859
Amostra em conformidade	Nº	1.335
Produto Nacional Fiscalizado	Ton	682.430
Produto Importado Fiscalizado	Ton	6.725.075
Certificado de Classificação do Produto Importado	Nº	64.946
Produto com Suspensão Temporária da Comercialização	Ton	1.105
Produto Apreendido:	Ton	9.115

Liberado	*Ton*	*2.377*
Doado	*Ton*	*6.268*
Condenado	*Ton*	*470*
Valor da taxa de Classificação Arrecadada	R$	5.225.598,90
Valor da Taxa de Classificação Recolhida	R$	1.045.119,70
Multa Aplicada	R$	1.619.130,58
Multa Arrecadada	R$	507.127,68
Vinhos e Bebidas em Geral		
Atividade	***Unidade***	***Total executado***
Estabelecimento Inspecionado	**Nº**	4.144
Intimação	Nº	698
Advertência Aplicada	Nº	71
Auto de Infração	Nº	504
Julgamento Instância	Nº	306
Produto Fiscalizado	Nº	9.947
Termo de Apreensão de Produto	Nº	90
Certificado de Inspeção	Nº	10.366
Certificado de Exportação	Nº	1.371
Requerimento de Importação	Nº	3.727
Multa Aplicada	R$	2.002.300,00
Multa Arrecadada	R$	124.500,00

Tabela 7 – Execução Orçamentária da Inspeção Vegetal em 2007

	LOA 2007	**Recursos contingenciados em 2007**	**Recurso liberado e executado em 2007**
Total (R$)	*8.400.000,00*	*5.410.600,00*	*2.989.400,00*
Execução (%)	*100%*	*64%*	*36%*

3.1.5 Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA

Como o foco do Departamento é na execução de serviços que resultem em qualidade dos insumos agrícolas os recursos humanos precisam ser o centro de todos os esforços institucionais. Nesse sentido, e com apoio da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas, da Assessoria de Gestão Estratégica e da Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério, realizou-se cursos, encontros e reuniões para tratar da agregação de conhecimentos técnicos, para conhecer melhor a legislação e muitas vezes para construir ou aperfeiçoar os normativos acerca da produção, armazenagem, comércio e uso de insumos agrícolas.

Em decorrência de concurso público para preenchimento de vagas foram realizados treinamentos teóricos e em serviço sobre os vários processos de responsabilidade do Departamento. A equipe técnica do Departamento vem orientando permanentemente os profissionais atuantes nas Superintendências Federais de Agricultura por meio de realização de cursos para os recém ingressos constituindo, desse modo, a base do conhecimento para a operação nos processos finalísticos.

A base da informação e do conhecimento sobre as áreas, os procedimentos e as interfaces na execução, sejam elas do próprio Ministério ou de outras instituições que mantém o corpo técnico informado e atualizado sobre as negociações e as realizações do Governo com vistas ao atendimento a clientela interna e as negociações internacionais é gerada e internalizada nesses eventos. A participação dos técnicos em eventos nacionais e nos fóruns de negociação de acordos de comércio é outra forma de desenvolvimento praticada.

A proposta corporativa de formação de recursos humanos desenvolvida anteriormente na esfera de cada uma das ações, baseado nas deficiências apontadas e quase sempre baseado no modelo de treinamento em serviço passou, no ano de 2007 a ser tratada em conjunto.

Afora esses modelos o Departamento vem oferecendo treinamento em áreas críticas por intermédio de parceria com universidades e entidades de prestação de serviços ao Estado, a exemplo da Escola Nacional de Administração Pública, ESALQ-USP.

No ano de 2007 com o ingresso dos novos fiscais o problema crônico de pessoal foi minimizado, entretanto, a negociação salarial levou o corpo de fiscais a permanecer em greve por período que trouxe prejuízo à execução. O corte no orçamento e o posterior contingenciamento prejudicaram em quantidade e também a qualidade dos serviços prestados. Um prejuízo que decorre de uma execução que não é realizada com a oportunidade necessária.

Tabela 8 - Perfil da força de trabalho atuante no Departamento nos anos 2007 (1)

Pessoal Atuante	Nº de Servidores (1)
Técnico	
Fiscais Federais	28
Administrativos	23
Agentes	10
Estagiários	13
Total	**51**

Fonte – Cadastro mantido pelo DFIA

(1) O pessoal atuante varia durante, quase sempre, ano em função do ingresso de estagiários

No ano de 2007 os Fiscais Federais Agropecuários representavam 55% da força de trabalho atuante.

3.1.7 Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP

A ação de fiscalização sobre a qualidade dos insumos pecuários é de caráter indelegável, de competência do Governo Federal, sendo assim, a execução do programa

dar-se-á de forma direta, através do corpo fiscal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tendo por base o escopo das leis que regulamentam aquelas atividades.

Com relação ao desempenho das ações de responsabilidade do DFIP cabe ressaltar que em 2007 a demora na aprovação da LOA e na definição interna de limites, contingenciamento, paralisações dos Fiscais Federais Agropecuários e a distribuição irregular dos recursos ao longo dos quadrimestres prejudicaram o andamento da atividade, tanto na parte física quanto financeira, contudo os empecilhos foram suplantados devido a um processo de reavaliação das metas, além da determinação, criatividade e mútua colaboração existente entre a unidade organizacional e as demais unidades gerenciais.

Na tentativa de se atingir as metas físicas estipuladas, as fiscalizações foram voltadas para estabelecimentos comerciais localizados nas zonas metropolitanas, por não haver menos gastos com diárias e redução do uso de combustível e passagens, sendo assim, consideramos que não houve insucesso ou disfunção, apenas uma mudança de foco. Sendo assim, mesmo com os problemas que aconteceram ao longo do ano, temos a convicção que um bom trabalho foi realizado.

3.1.8 Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

3.1.8.1 Programas

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

I - Dados gerais

Tabela 9 – Dados gerais do Programa 0356-Segurança de Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não se aplica (1)
Público-Alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas, consumidor final

(1) No nível da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial os indicadores devem ser gerados das Ações sob sua responsabilidade

3.1.8.2 Principais Ações do Programa

As principais ações do programa estão baseadas nos eixos diretivos definidos pelo Plano Diretor da Rede Nacional de laboratorios, calcando em macro-processos que contemplam 153 projetos.

I :Diagnóstico Animal e Controle de Produtos Biológicos de Uso Veterinário

II:Microbiologia de Produtos de Origem Animal

III:Resíduos e Contaminantes

IV:Bebidas e Vinagres

VI:Físico-Química Fertilizantes

V:Sementes

VII:Produtos de Origem Animal e Água

VIII:Núcleo de Divulgação Técnica e Eventos – NDT/CGAL

3.1.8.3 Gestão das Ações

Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

I - Dados Gerais

Tabela 10 – Dados Gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Tipo de Programa	Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos pecuários.
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais, credenciamento de laboratórios públicos e privados, fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados, revisão de legislação , manutenção de equipamento e estrutura, controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos, elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade e realização de analises laboratorias
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/SP, LANAGRO/MG, LANAGRO/RS, LANAGRO/PE, LANAGRO/PA e LANAGRO/GO
Áreas responsáveis por	Abrahão Buchatsky

gerenciamento ou execução	
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Abrahão Buchatsky

II - Resultados

Descrevem-se na Tabela 4 a meta física e financeira previstas e realizada para o CGAL em 2007 das ações de Funcionamento da Rede Laboratorial.

Tabela 11 - Metas físicas e financeiras previstas e realizadas para o Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Meta prevista			Meta realizada		
Financeira **(*)**	Física		Financeira **(*)**	Física	
	No. de amostras	No. de provas		No. de amostras	No. de provas
R$ 17.714.939,00	212.329	664,299	R$ 16.708.547,61	131.1135	531.772

(*)A meta prevista financeira é da LOA para o PI –2132- Sistema de Funcionamento Laboratorial de Apoio Animal e a meta realizada corresponde ao recebido e realizado utilizado por este PI

Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal

I - Dados Gerais

Tabela 12 - Metas física e financeira previstas e realizadas para o Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Tipo de Programa	Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos e dos insumos da área vegetal
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais, credenciamento de laboratórios públicos e privados, fiscalização e monitoramento das atividade dos laboratórios credenciados, revisão de legislação ,

	manutenção de equipamento e estrutura, controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos, elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade e realização de análises laboratoriais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/SP, LANAGRO/MG, LANAGRO/RS, LANAGRO/PE, LANAGRO/PA e LANAGRO/GO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Abrahão Buchatsky
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Abrahão Buchatsky

II - Resultados

Tabela 13 - Metas física e financeira previstas e realizadas para o Funcionamento do Sistema Laboratorial Vegetal

Meta prevista			Meta realizada		
Financeira **(*)**	Física		Financeira**(*)**	Física	
	No. de amostras	No. de provas		No. de amostras	No. de provas
R$ 20.285.061,00	43888	389.207	R$ 18.716.810,55	43.450	322.114

(*)A meta prevista financeira é da LOA para o PI –2136- Sistema de Funcionamento Laboratorial de Apoio Vegetal e a meta realizada corresponde ao recebido e realizado por este PI

3.1.9 Coordenação-Geral do Sistema Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

A Ação, desenvolvida pela Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO, se dá por meio da atuação da Fiscalização Federais Agropecuários nos

Aeroportos, Portos, Postos de Fronteira e Aduanas Especiais, que fiscalizam o trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários. Mercadorias importadas, bagagens de passageiros e correios são inspecionados com vistas à autorização de ingresso no país, quando são verificadas as condições de inocuidade e sanidade dos produtos. Os produtos destinados à exportação são igualmente inspecionados para emissão de Certificação Sanitária, Fitossanitária e Zoossanitária, instrumento que garante o acesso dos produtos brasileiros ao mercado internacional.

As atividades do Vigiagro são demandadas por importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional, sendo que fatores como taxa de câmbio e outros, fora de nosso controle, é que determinam a intensidade das demandas. Considerando os índices de execução da meta física, avaliamos que as atividades atingiram os resultados, sendo que a superação verificada se deu em razão do incremento do comércio internacional de produtos e insumos agropecuários.

Em relação aos recursos de 2007, informamos que no primeiro trimestre tivemos a liberação regular de um duodécimo dos recursos. Entretanto, no mês de abril, nossos recursos foram **contingenciamento**, o que causou descontinuidade das nossas ações, tais como reuniões, capacitações, na realização de campanhas educativas, na confecção de material de fiscalização (embalagens, fitas, lacres, EPI e etc.), e outras atividades que podem comprometer o eficiente desempenho do MAPA na Vigilância Agropecuária Internacional.

Ressaltamos ainda que as demandas quantitativas e a importância dos serviços de fiscalização no trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários têm-se incrementado significativamente, requerendo maior esforço para correção da **deficiência da infra-estrutura** das Unidades do Vigiagro, necessárias ao exercício das ações fiscais.

Outro importante fator que tem comprometido a eficiência e a eficácia das ações da vigilância agropecuária internacional é a **deficiência de pessoal**, visto que o número de Fiscais Federais Agropecuários, Técnicos de Nível Médio e Administrativos é insuficiente para a execução das ações de competência do MAPA. Salienta-se que a sobrecarga de trabalho a que estão expostos os servidores lotados no Sistema Vigiagro, ocasiona comprometimento da qualidade do trabalho executado, estresse, apatia e desmotivação, resultando em uma má prestação de serviço aos usuários do sistema.

Em relação a tecnologia, destacamos que a **inexistência de um sistema informatizado** prejudica o controle das ações da vigilância agropecuária internacional, impossibilitando o gerenciamento das informações relativas ao trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários. Salienta-se que está sendo desenvolvido o SIGVIG –

Sistema de Informações Gerenciais do Vigiagro, que permitirá maior agilidade aos processos de fiscalização.

Considerando que as ações da vigilancia e fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários são ininterruptas e estratégicas, sendo executadas em prol da segurança da agropecuária nacional, entendemos que os recursos disponibilizados deveriam ser suficientes para correção das deficiências estruturais apresentadas: deficiência de veículos, de equipamentos de fiscalização, de informática e de comunicação, etc.

Além disso, para a perfeita execução das atividades de vigilância faz-se necessária a disponibilização de coro técnico adequado e devidamente qualificado.

3.1.10 Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC

As ações de fiscalização sanitária e industrial dos produtos de origem animal e vegetal são de caráter indelegável, de competência do Governo Federal, sendo assim, a execução do programa dar-se-á de forma direta, através do corpo fiscal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tendo por base o escopo das leis que regulamentam aquelas atividades.

A CCRC/SDA coordena as ações de monitoria de resíduos em articulação com os Departamentos/Coordenações afins nas áreas animal (DIPOA/DSA/DFIP/CGAL) e vegetal (DIPOV/DFIA/CGAL). Nos Estados, o Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG/DT/UF), SEFAG e SEDESA integram a estrutura regimental da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SFA) auxiliando a execução das diretrizes traçadas pela CCRC/SDA.

A Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes tem como objetivo garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade pelo monitoramento da presença de resíduos de drogas veterinárias/contaminantes ambientais em produtos de origem animal e de agrotóxicos/contaminantes em produtos de origem vegetal. A CCRC conquistou, ao longo dos 3 anos de existência, uma credibilidade e confiabilidade reconhecidas nacional e internacionalmente. Esta conquista, desenvolvida à custa de muito trabalho de sua equipe técnica, com ética, seriedade e profissionalismo, reflete-se hoje na abertura de mercados estrangeiros aos produtos nacionais, percebidas não só pelo incremento nas exportações brasileiras como também pelo maior número de missões internacionais que visitaram o país. Em 2007, a CCRC recebeu várias missões

estrangeiras (União Européia, Estados Unidos, Rússia, China, Argentina, etc) mobilizando uma grande equipe de técnicos para o planejamento e o acompanhamento das auditorias realizadas em laboratórios e em estabelecimentos habilitados à exportação, bem como da redação dos tratados e acordos sanitários envolvendo o comércio de produtos de origem animal e vegetal.

Órgãos de pesquisa públicos e privados, entidades representativas de classe como sindicatos, cooperativas e associações requerem a presença constante dos técnicos da CCRC para apresentação em palestras e informações quanto a procedimentos operacionais e novos programas desenvolvidos.

Por se tratar de um serviço que está diretamente envolvido com a segurança alimentar da população, há uma interface estreita com Órgãos Federais afins, como o Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Quanto ao desempenho das ações de responsabilidade da CCRC cabe ressaltar que em 2007 a greve e a demora no credenciamento/extensão de escopo dos laboratórios privados para a realização do processo de licitação para a contratação dos mesmos impossibilitaram que todas as metas fossem cumpridas. Somente no último trimestre de 2007 o processo de licitação pôde ser iniciado, o que incorreu na não utilização do orçamento previsto para o exercício. Apesar da demora na aprovação da LOA, na definição interna de limites e a distribuição irregular dos recursos ao longo dos quadrimestres o andamento das atividades, tanto na parte física quanto financeira não sofreram transtornos, contudo os empecilhos foram suplantados devido a um processo de reavaliação das metas, além da determinação, criatividade e mútua colaboração existente entre a unidade organizacional e as demais unidades gerenciais.

De forma sumarizada, demonstram-se as principais ações desenvolvidas pela CCRC no exercício de 2007:

Tabela 14 – Ações do CCRC

- Treinamento de cerca de 500 fiscais federais agropecuários, de todas as SFAs, em controle de resíduos e contaminantes, nas áreas de bovinos, aves, suínos, leite, pescado e mel;
- Completado o 1º ano de monitoramento (Agosto 2006 – Julho 2007) de resíduos de agrotóxicos em mamão exportado para a União Européia, assegurando o controle oficial do MAPA sobre a cadeia produtiva e inocuidade da fruta exportada (ao redor de 26.596 toneladas e faturamento de US$29.942.000, - período de Janeiro a Outubro 2007), e também consumida no mercado brasileiro;
- Completado o 1º ano de monitoramento (Outubro 2006 – Setembro 2007) de resíduos de agrotóxicos em maçã exportada para a União Européia, assegurando o controle oficial do MAPA sobre a cadeia produtiva e inocuidade da fruta exportada (ao redor de 112.072 toneladas e faturamento de US$68.615.000, - período de Janeiro a Outubro

2007) - Acompanhamento da missão técnica FVO/DG-SANCO 7315/2007, da União Européia (Março 2007), que avaliou o controle de resíduos e contaminantes em animais vivos e produtos de origem animal exportados pelo Brasil. O relatório da equipe técnica da missão reconheceu a evolução e progressos obtidos frente à situação verificada por missão anterior da mesma União Européia, permitindo reforçar a confiança no Brasil como exportador desses produtos para a UE; - Elaboração de material ilustrativo trilingue das áreas animal e vegetal do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), oficialmente lançado na Feira Internacional de Anuga, na Alemanha, em outubro de2007. - Elaborado o I Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal, para início em Janeiro de 2008, abrangendo produtos “in natura” (frutas e hortaliças) e alimentos processados e industrializados, para o mercado interno e de exportação; - Contratação de laboratórios privados que realizarão as análises de resíduos (de agrotóxicos e medicamentos veterinários) e contaminantes (micotoxinas, metais pesados) nos produtos de origem animal e vegetal constantes do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes – 2008. - Finalização do novo sistema de gerenciamento de informações do Programa de Resíduos e contaminantes, denominado “SISRES”. O mesmo encontra-se em fase de treinamento por parte dos Fiscais Federais Agropecuários e usuários de laboratório. Este sistema entrará em vigor no decorrer do primeiro semestre de 2008. Em 2007 a CCRC trabalhou arduamente na conclusão do desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Informações (SISRES) do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes. O sistema já se encontra finalizado restando ainda que os servidores do Serviço de Inspeção Federal (SIF) finalizem o treinamento para a correta manipulação do mesmo. Este procedimento não pôde ser concluído visto problemas técnicos na área de suporte de informática do MAPA. Tem-se a perspectiva de solucionamento deste problema no início do ano de 2008, quando o treinamento poderá ser finalizado e o sistema colocado em produção.

A partir da exposição das principais ações realizadas em 2007, a CCRC apresenta os principais desafios e metas para 2008:

Tabela 15 – Desafios e Metas para 2008

Área responsável	Principais desafios e metas em 2008
Controle de resíduos e contaminantes - CCRC	- Publicar revisão final da IN 42/99; - Contratar laboratórios credenciados para realização de análises do PNCRC animal e vegetal (pré-requisito para ampliação do PNCRC/Animal e Vegetal para mercado interno); - Ampliar o PNCRC/Animal para todos os estabelecimentos sob SIF, inclusive para todos os de mercado interno; - Ampliar o PNCRC/Vegetal para diversos produtos, produtores e estabelecimentos, inclusive os de mercado interno; - Instituir o PNCRC/Animal e Vegetal para os produtos importados

	pelo Brasil e que possuam monitoramento no programa de resíduos e contaminantes brasileiro; - Ampliar o PNCRC/Leite e Ovos; - Instituir o PNCRC/Caprinos e Ovinos, Avestruzes e Coelhos; - Continuar treinamento de FFA's / Gestores do PNCRC na área animal e vegetal no programa (PNCRC), inclusive com treinamentos e visitas técnicas para conhecer o plano de resíduos e contaminantes de outros países parceiros e de referência, como Canadá, Estados Unidos, assim como da União Européia.

3.1.11 Coordenação de Biossegurança – CBIO

Os objetivos definidos para o período incluíram a capacitação dos fiscais federais agropecuários na nova legislação de OGM, a intensificação do combate ao plantio de OGM não autorizado, a fiscalização rigorosa das atividades de pesquisa com OGM, a conscientização do público sobre as atribuições e participação do MAPA no sistema nacional de biossegurança, a revisão e elaboração de normas de fiscalização e importação de OGM e o estabelecimento de um laboratório oficial de referência para detecção de OGM. Tais medidas visam, além do cumprimento das determinações legais de fiscalização e controle das atividades com OGM, a garantia da segurança e conformidade da produção agrícola e o acesso aos mercados internos e internacionais.

Durante o exercício, as atividades prioritárias e o calendário da Coordenação tiveram que ser modificados e ajustados, principalmente em razão de fatos inesperados, como:

- O pedido, em meados de janeiro de 2007, por um número significativo de associações de produtores de soja, de revogação do artigo 11 da Lei nº 10.814/03, que restringia o plantio de soja GM nas proximidades das Unidades de Conservação. Em decorrência do referido artigo o plantio de soja GM não era permitido num raio de 10 km ao redor das UC, o que prejudicava, sobretudo, pequenos produtores rurais. Essa situação foi solucionada pela publicação da Lei nº 11.460, de 21/03/07, publicada a partir de uma Medida Provisória editada pelo Governo Federal;
- A preparação e o recebimento de uma Missão de Auditores da União Européia nos meses de fevereiro e março, que tinha como objetivo conhecer e avaliar o sistema de controle de atividades com OGM no Brasil. Essa foi a primeira missão dessa natureza do Brasil e teve resultados positivos para o País, conforme relatório publicado no endereço eletrônico da DG-SANCO (Comunidade Européia);

- O recebimento em dezembro de 2007 de uma Missão de Técnicos Especialistas da Rússia, com o mesmo objetivo de conhecer o sistema de controle oficial de atividades com OGM, que teve resultados positivos para as relações comerciais entre Brasil e Rússia. (Relatório a publicar).
- A representação do MAPA, durante todo o ano, no grupo interministerial que elabora a posição do Brasil em relação ao Art. 27 Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que trata da responsabilidade e compensação por eventuais danos decorrentes do movimento transfronteiriço de OGM. Foram realizadas em 2007 várias reuniões nacionais de coordenação e internacionais de contato com Ministérios de Agricultura de outros países.

Assim sendo, os principais resultados alcançados pela área de biossegurança de OGM da SDA no ano de 2007 foram:

- Revogação, por meio da Lei nº 11.460, de março de 2007, do art. 11 da Lei nº 10.814/03 que vedava o plantio de soja GM nas zonas de amortecimento das unidades de conservação (raio de 10 km);
- Alteração, por meio da Lei nº 11.460, de março de 2007, do quorum de deliberação da CTNBio, tornando-o único, tanto em relação às atividades de pesquisa quanto para as atividades de uso comercial de OGM;
- Reconhecimento pela autoridade competente da Comunidade Européia, a partir de Missão realizada em março de 2007, de que o Brasil dispõe de estrutura regulatória consistente e que os controles privados e estatais adotados em relação aos transgênicos são adequados;
- Reconhecimento semelhante obtido a partir de missão de delegação russa realizada no mês de dezembro de 2007;
- Capacitação de fiscais federais agropecuários quanto à aplicação da legislação sobre biossegurança de OGM e os procedimentos de fiscalização pertinentes;
- Fiscalização das atividades de pesquisa a campo com OGM autorizadas pela CTNBio e aperfeiçoamento das procedimentos de fiscalização adotados para os casos de de uso comercial de OGM não autorizados (algodão e milho);
- Apresentação ao Ministério Público Federal da estrutura e resultados das atividades do MAPA na área de registro e fiscalização de OGM nos exercícios anteriores;
- Participação efetiva nas discussões de Governo relacionadas ao Protocolo de Cartagena sobre a implementação de regras e procedimentos de responsabilização e reparação em casos de danos decorrentes do movimento transfronteiriço de OGM;

As dificuldades encontradas pelo CBIO/SDA nessa área foram, sobretudo:

- Antagonismo das posições de diferentes Ministérios sobre o tema, mesmo depois de instituída a Política Nacional de Desenvolvimento da Biotecnologia no Brasi;
- Recursos humanos insuficientes para a crescente demanda na área de biossegurança de organismos geneticamente modificados de uso agropecuário, tanto na sede quanto nas Superintendências Federais de Agricultura. Nesse sentido, restou prejudicada as atividades de planejamento, gerenciamento, execução e registro das ações de fiscalização, assim como o gerenciamento dos sistemas operacionais oficiais de controle orçamentário, físico e financeiro (SIOR, SIPLAN).

4. GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

Os principais programas operacionalizados pela Secretaria de Defesa Agropecuária são:

Tabela 16 - Programas e ações da SDA

Funcional		*Programática*		*Programa/Ação/Produto/Localização*	*PI*	*Unidade Responsável*
		0350		**Desenvolvimento da Economia Cafeeira**		
				Atividades		
20	**603**	0350	4762	**Prevenção e Controle de Pragas da Cafeicultura**	**PCPCAFE**	**DSV**
		0354		**Desenvolvimento da Fruticultura - Profruta**		
				Atividades		
20	**603**	**0354**	4738	**Erradicação da Mosca da Carambola**	**ERRADMOSCA**	**DSV**
20	**603**	**0354**	4740	**Erradicação do Cancro Cítrico**	**ERRADIC**	**DSV**
20	**603**	**0354**	4742	**Prevenção e Controle da Sigatoka Negra**	**SIGATOKA**	**DSV**
20	**603**	**0354**	4804	**Prevenção e Controle na Fruticultura**	**CPFRUTI**	**DSV**
		0356		**Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas**		
				Atividades		
20	**665**	**0356**	2120	**Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal**	**CONTROPOA**	**DIPOA**
20	**125**	**0356**	2131	**Inspeção de vinagres e Bebidas de Origem Vegetal**	**IPVEGETAL**	**DIPOV**
		0356	2132	**Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal**	**LABANIMAL**	**CGAL**
20	**603**	**0356**	2136	**Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal**	**LAVEGETAL**	**CGAL**
20	**125**	**0356**	2145	**Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal**	**INSPANIMAL**	**DIPOA**
20	**665**	**0356**	2146	**Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal**	**TIPPRODUTO**	**DIPOA**
20	**122**	**0356**	2272	**Gestão e Administração do Programa**	**GAPSEGUR**	**DIPOV**

20	**665**	**0356**	4723		**Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal**	**RESIDUOS**	**CCRC**
20	**125**	**0356**	4745		**Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados**	**FISCORGEN**	**CBIO**
20	**125**	**0356**	4746		**Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais**	**PADCLASSIF**	**DIPOV**
		0356	4746	0001	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais - Nacional		
20	**125**	**0356**	4780		**Fiscalização Contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária**	**FISCFRAUDE**	**DIPOA**
20	**665**	**0356**	4790		**Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal**	**CONTROVEG**	**DIPOV**
		0357			**Segurança fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários**		
					Atividades		
20	**125**	**0357**	2134		**Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos**	**VIGIFITO**	**DSV**
20	**125**	**0357**	2139		**Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos**	**VIGIZOO1**	**DSA**
20	**125**	**0357**	2180		**Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos**	**FISCPLANTA**	**VIGIAGRO**
20	**125**	**0357**	2181		**Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus produtos**	**FISCANIMAL**	**VIGIAGRO**
20	**122**	**0357**	2272		**Gestão e Administração do Programa**	**CAPVIGI**	**DSV**
		0359			**Desenvolvimento da Bovideocultura**		
					Atividades		
20	**604**	**0359**	4766		**Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose**	**TUBERBRUCE**	**DSA**

20	**604**	**0359**	4771		**Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca)**	**VACALOUCA**	**DSA**
20	**604**	**0359**	4807		**Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura**	**PCEBOV**	**DSA**
		0359	4807	0001	Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura - Nacional		
20	**604**	**0359**	4842		**Erradicação da Febre Aftosa**	**FEBREAFTOSA**	**DSA**
		0359	4842	0001	Erradicação da Febre Aftosa - Nacional		
					Projeto		
20	**125**	0360	7E54		**Reestruturação e Modernização da Defesa Agropecuária**		
		0361			**Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais**		
					Atividades		
20	**603**	**0361**	4769		**Prevenção e Controle de Pragas nas Culturas de Cereais, Raízes e outras Espécies Vegetais**	**PCPCERES**	**DSV**
		0362			**Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau**		
					Atividades		
20	**603**	**0362**	4726		**Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura**	**PCPCACAU**	**DSV**
		0363			**Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas**		
					Atividades		
20	**603**	**0363**	4841		**Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas**	**PCPOPLAN**	**DSV**
		0367			**Desenvolvimento da Suideocultura**		
					Atividades		
20	**604**	**0367**	4808		**Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suideocultura**	**PCSUIDEO**	**DSA**
		0369			**Desenvolvimento da Horticultura**		
					Atividades		
20	**603**	**0369**	4806		**Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura**	**PCHORT**	**DSV**
		0371			**Desenvolvimento da Avicultura**		
					Atividades		
20	**604**	**0371**	4809		**Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Avicultura**	**PCAVE**	**DSA**

		0375			**Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários**		
					Atividades		
20	**125**	**0375**	2019		**Fiscalização de Material Genético Animal**	**FISCGENE**	**DFIP**
20	**125**	**0375**	2124		**Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal**	**FISCNAM**	**DFIP**
20	**125**	**0375**	2140		**Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário**	**FISPROVET**	**DFIP**
20	**125**	**0375**	2141		**Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes**	**FISCFECOI**	**DFIA**
20	**125**	**0375**	2179		**Fiscalização de Sementes e Mudas**	**FISCALSEM**	**DFIA**
20	**125**	**0375**	2909		**Fiscalização de Agrotóxicos e Afins**	**FISAGROTOX**	**DFIA**
		0377			**Desenvolvimento da Caprinocultura, da Eqüideocultura e da Ovinocultura**		
					Atividades		
20	**604**	**0377**	4829		**Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Eqüideocultura, da Ovinocaprinocultura e da Criação de Pequenos e Médios Animais**	**PCEDPEM**	**DSA**
		5005			**Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro**		
					Atividades		
20	**603**	**5005**	4758		**Prevenção e Controle de Pragas da Cana-de-Açúcar**	**PCPCANA**	**DSV**
20	**125**	**5005**	4770		**Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool**	**INSPAAL**	**DIPOV**
		5005	4770	0001	Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool - Nacional		

4.1 Progamas e ações por unidade vinculada à SDA

4.1.1 Departamento de Saúde Animal - DSA

4.1.1.2 Programas

Programa de Desenvolvimento da Avicultura

A avicultura comercial brasileira é considerada como uma das mais modernas e produtivas do mundo. Em 2007, o Departamento de Saúde Animal manteve a execução

das atividades do Programa Nacional de Sanidade Avícola, alicerce de um complexo programa sanitário que tem por finalidade assegurar a sanidade do plantel avícola e oferecer as garantias necessárias para que questões sanitárias não sejam impeditivas ao comércio de aves no território nacional e em nível internacional.

I - Dados gerais

Tabela 17 – Dados Gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Elaborar estratégias de prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura com vistas a habilitar o País a comercialização nacional e internacional de produtos oriundos desta atividade.
Gerente do Programa	Marcelo Andrade Mota
Gerente Executivo	Jamil Gomes de Souza
Indicadores Utilizados	Propriedades controladas
Público-Alvo (beneficiários)	Criadores de plantéis avícolas, usuários, importadores e exportadores envolvidos no comércio internacional de aves e seus produtos.

II – Principais ações do programa

A manutenção do país como livre de Influenza aviária, o controle e a erradicação de doenças avícolas com elevado impacto econômico são metas que foram estabelecidas e perseguidas para suportar os elevados índices de produtividade e de exportação que foram atingidos em 2007.

Coube ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento desenvolver, constantemente, ações de prevenção à entrada de agentes infecciosos, nocivos ao desenvolvimento da atividade pecuária no Brasil. Durante o ano de 2007 foi realizado um programa de avaliação dos serviços executados pelos órgãos estaduais de defesa sanitária animal. Nesta iniciativa foram avaliados 21 estados brasileiros, em procedimentos de auditoria coordenada pelo Departamento de Saúde Animal, de forma a verificar a capacidade de resposta à emergência sanitária avícola e a manutenção dos procedimentos de vigilância às doenças. Os resultados deste trabalho permitiram ao MAPA classificar os estados em níveis diferenciados de eficiência em execução das atividades de sanidade

avícola e identificar os problemas mais comuns que impedem alguns estados de implementar o Programa Nacional de Sanidade Avícola em seu território.

Dentre as ações priorizadas, estabeleceu-se também a atualização cadastral de estabelecimentos de criação avícola reprodutores. Atualmente as ações de vigilância executadas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola permitem ao MAPA certificar 1.600 granjas de reprodução, contra agentes de doenças importantes na saúde pública e na produção avícola, entre eles salmonelas, micoplasmas e influenza aviária. A lista que contempla a relação de todos os estabelecimentos avícolas certificados está disponível no sítio eletrônico do MAPA:

- (http://extranet.agricultura.gov.br/sipe_cons/!ap_estabelecimento_sint_repweb?p_relatorio=estab_area_atuacao.rdf).

De forma a melhor capacitar os serviços veterinários estaduais, a certificar os estabelecimentos avícolas a estarem aptos a enfrentamento de emergência sanitária, o MAPA realizou aquisição de material de consumo e equipamentos permanentes para distribuição às Superintendências Federais de Agricultura.

A meta do programa era realizar controle em 60.000 propriedades de criação avícola, porém foi executada a atividade com incremento de 1.121 propriedades controladas. O retardamento dos repasses e as mudanças nas regras para liberação de recursos às Unidades Federativas, como também, o contingenciamento imposto ao MAPA, foram empecilhos para que as ações planejadas fossem executadas uniformemente durante todo o ano. Do limite orçamentário disponibilizado para o DSA, 97,86% dos recursos foram empenhados até 31/12/2007.

III – Metas e resultados da ação em exercício.

Tabela 18 – Metas e resultados

Produto/Unidade de medida	Propriedade controlada			
Meta Física x Execução				
Previstas			**Realizadas (executadas)**	
Física	**Financeira – LOA+ créd.extraordinário (R$)**	**Financeira Contigenciada (R$)**	**Física**	**Financeira (R$)**
60.000	**8.200.000,00**	**2.310.325,33**	**61.121**	**5.889.674,67**

Programa de Desenvolvimento da Bovideocultura.

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo. O desenvolvimento de Programas e melhoramento zootécnico, alicerçados em técnicas de inseminação artificial e transferência de embriões se constituem na forma mais eficaz de promover a melhoria dos sistemas de produção e, conseqüentemente, o fortalecimento da cadeia produtiva. Contudo, o aumento da produtividade e da competitividade do setor somente será possível se, associado a isso, houver rigoroso controle da incidência de doenças dos animais e melhoria na tecnologia utilizada.

I - Dados Gerais

Tabela 19 – Dados gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovideocultura.
Gerente do Programa	Alberto Gomes da Silva Júnior
Gerente Executivo	Jamil Gomes de Souza
Indicadores Utilizados	Propriedades controladas
Público-Alvo (beneficiários)	Todo setor envolvido na cadeia de atividades agropecuária

II – Principais ações do programa

Tabela 20 – Ações do Programa

Ações prioritárias e essenciais que melhor representam e materializam a execução do Programa	
Ação	**Justificativa**
Erradicação da Febre Aftosa	Esta ação visa beneficiar todos os setores envolvidos na cadeia pecuária de corte e leite. Sendo a febre aftosa é uma das maiores barreiras sanitárias à exportação de produtos pecuários, a sua erradicação aumenta as exportações e superávits comerciais.
Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose	O objetivo desta ação é diminuir o impacto negativo dessas zoonoses na saúde animal, além de

	promover a competitividade da pecuária nacional.
Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina(Doença da Vaca Louca)	Por ser uma enfermidade fatal que acomete os mamíferos, inclusive o homem, o seu controle é de grande importância para a saúde pública, pois seu elevado custo social e econômico, causa grandes prejuízos à pecuária nacional.

Ação (Febre Aftosa)

O Brasil, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a participação dos serviços veterinários estaduais e do setor agroprodutivo, segue na luta contra a febre aftosa, dentro da meta de sua eliminação do Continente Sul-Americano até o ano 2009, de acordo com Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa (PHEFA).

Tabela 21 – Dados gerais da ação

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Ação executada dentro do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa conduzido pela Coordenação de Febre Aftosa
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	DSA e/ou SDA
Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e DSA
Coordenador da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques

III - Resultados da ação

O ano de 2007 foi de grande importância para o PNEFA, pois foi possível incorporar a região centro-sul do Estado do Pará à zona livre de febre aftosa com vacinação e ter o Estado de Santa Catarina reconhecida como livre de febre aftosa sem vacinação, ambas reconhecidas pela OIE, na Reunião Ordinária realizada em maio de 2007.

Após intensos trabalhos no Estado do Mato Grosso do Sul, inclusive tendo sido realizado o abate sanitário de 43.565 bovinos no primeiro semestre, foi possível sanear a região culminando com a publicação da Instrução Normativa nº 39 de 07 de novembro de 2007, que desinterditou os municípios de Eldorado, Japorã e Mundo Novo.

Em outubro foi publicada a Instrução Normativa nº 44, que atualizou toda a base legal do PNEFA, além de compilar temas antes dispersos em várias normas diferentes. Também foi publicado o relatório do Estudo da Eficiência da Vacinação, que demonstrou como resultado a grande concordância entre os índices de cobertura vacinal declarados pelos produtores e os níveis imunitários encontrados nos mais de 20.000 animais amostrados.

Foram recebidas missões importantes para conhecimento das atividades de saúde animal e de vigilância da febre aftosa: O Chile visitou o Estado de Rondônia em janeiro, uma delegação da OIE veio ao país em março para realizar auditoria utilizando a ferramenta PVS (Performance, Vision and Strategy), além de missões da União Européia - UE, Rússia, Japão, China e da OIE, que visitou a região de fronteira do Estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e laboratórios de diagnóstico e controle de vacinas.

Neste momento a Coordenação de Febre Aftosa está conduzindo um novo estudo para avaliação da eficiência da vacinação, novo inquérito sorológico para avaliação de circulação viral na zona livre e um estudo direcionado para avaliar cobertura vacinal em animais destinados ao mercado europeu, além de trabalhar na implantação de uma Zona de Alta Vigilância de febre aftosa no Estado do Mato Grosso do Sul.

Acompanhamento dos inquéritos soroepidemiológicos realizados no Estado do Mato Grosso do Sul (quatro sub populações diferenciadas) e em outros estados do País.

Elaboração e coordenação da implantação do projeto piloto para o monitoramento da eficiência da vacinação contra a febre aftosa, para animais para o mercado da UE.

Participação das reuniões e auditorias do PAMA/MERCOSUL para erradicação da febre aftosa.

Auditorias técnicas nos Serviços Veterinários Estaduais.

IV - Metas e resultados da ação em exercício

Tabela 22 – Metas e resultados da açõe

Produto/Unidade de medida	Km^2			
Meta Física x Execução				
Previstas			**Realizadas (executadas)**	
Física	**Financeira – LOA+ créd.extraordinário (R$)**	**Financeira Contigenciada (R$)**	**Física**	**Financeira (R$)**
8.514.876,60	**66.500.000,00**	**5.341.936,24**	**5.040.229,46**	**61.158.063,76**

V - Expectativas para 2008

A condução do PNEFA passa, no entendimento desta Coordenação, pela reavaliação de aspectos estratégicos e de fundo conceitual, bem como pela melhoria da eficiência gerencial, tanto no âmbito do MAPA como dos órgãos estaduais executores das políticas de defesa sanitária animal. Assim sendo, de forma geral, as principais linhas de trabalho definidas pela CFA, como prioridade para o ano de 2008, estão descritas no quadro a seguir.

Ação: Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose

A atividade de Controle e Erradicação da Tuberculose e da Brucelose foi instituída com o objetivo de baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose animal, proporcionar produtos de baixo risco sanitário à população e aumentar a produtividade da pecuária bovina e bubalina.

I – Dados Gerais

Tabela 23 – Dados Gerais

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Controlar e Erradicar a Tuberculose e a Brucelose
Descrição	O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal (PNCEBT) foi instituído em 2001 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) por meio da Instrução Normativa Ministerial nº 2, datada de 02 de

	janeiro de 2001 e regulamentado, na mesma data, pela Instrução Normativa nº 2, da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, tendo por objetivo diminuir o impacto negativo dessas zoonoses na saúde comunitária e promover a competitividade da pecuária nacional. O PNCEBT introduziu a vacinação obrigatória contra brucelose bovina e bubalina em todo o território nacional e definiu uma estratégia de certificação de propriedades livres ou monitoradas onde essas enfermidades são controladas com rigor. Em 2004, o Regulamento Técnico do Programa passou por revisão, sendo o novo regulamento aprovado pela Instrução Normativa nº 6, da Secretaria de Defesa Agropecuária, datada de 08 de janeiro daquele ano. Demais normas complementares têm sido publicadas ao longo da existência do Programa, desde 2001, sendo a mais recente a Instrução Normativa nº 33, de 24 de agosto de 2007, que regulamenta a comercialização e uso, no Brasil, da vacina não indutora da formação de anticorpos aglutinantes, amostra RB-51.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	DSA e/ou SDA
Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e DSA
Coordenador da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques

II - Resultados da ação

Países que importam lácteos e cárneos do Brasil já iniciaram o estabelecimento de barreiras sanitárias em virtude do status desfavorável que o país possui com relação à brucelose e à tuberculose. Tratando-se de doenças cujo controle só é viável a médio ou longo prazo, todo o esforço é necessário a fim de evitar transtornos para as exportações.

Em 2006 a Divisão de Brucelose e Tuberculose iniciou um trabalho de supervisão em várias Unidades da Federação, a fim de avaliar o andamento do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal e orientar os órgãos estaduais sobre as formas para solução de problemas identificados. Foram dezesseis os Estados visitados, sendo consolidado um relatório com os dados gerais e individualizados em 2007. O relatório consolidado foi encaminhado a todas as Unidades da Federação interessadas. Infelizmente não foi possível, em função de problemas como

greves de servidores nas SFAs, continuar o processo em 2007 a fim de promover diagnóstico mais amplo do andamento do Programa.

Foi promovido em 2007, juntamente com a Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL), no Laboratório Nacional Agropecuário, em Pedro Leopoldo-MG, um Seminário de 20 horas para Padronização dos Procedimentos para Credenciamento de Laboratórios de Diagnóstico da Brucelose Bovina pelas provas do SAL/2-Mercaptoetanol. com a participação de 12 instrutores do LANAGRO/MG, LANAGRO/PA, LANAGRO/PE e CGAL e 25 Fiscais Federais Agropecuários de 22 estados e do Distrito Federal.

Promovemos em Brasília também em 2007, reunião do Comitê Científico Consultivo sobre Brucelose e Tuberculose Animal, com abordagem, análise e discussão de vários temas relevantes relacionados ao Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal.

Durante 2007 foram capacitados 765 médicos veterinários dos setores oficiais e privado em Cursos de Treinamento em Métodos de Diagnóstico e Controle da Brucelose e Tuberculose e de Noções em EET, preparando-os para atuação no PNCEBT.

Em 2007, a Divisão de Brucelose e Tuberculose promoveu, juntamente com o Panaftosa, a realização de dois Cursos de Gerência do PNCEBT, no Rio de Janeiro, para capacitação de gestores do Programa nos Serviços de Defesa Sanitária Agropecuária (SEDESA/SFA/MAPA) e nos serviços oficiais estaduais executores das ações de defesa sanitária animal, com a participação de 03 instrutores e 52 gestores.

Já são 13.110 os veterinários cadastrados para realizar vacinações contra a brucelose no País, 4.974 o acumulado de profissionais capacitados em cursos reconhecidos, sendo 3.071 os que detêm portaria de habilitação para atuar no PNCEBT.

Em 2007 foram testados 1.642.606 animais para brucelose e 1.186.074 para tuberculose. Nesse mesmo ano 184 propriedades entraram em processo para obtenção do certificado de livre de brucelose e tuberculose e outras 18 entraram em processo para obtenção do certificado de monitoradas para brucelose e tuberculose.

IV - Metas e resultados da ação em exercício

Tabela 24 – Metas e resultados da ação

Produto/Unidade de medida	Propriedade controlada			
Meta Física x Execução				
Previstas			**Realizadas (executadas)**	
Física	**Financeira - LOA (R$)**	**Financeira Contigenciada (R$)**	**Física**	**Financeira (R$)**
1.500	**1.000.000,00**	**554.190,89**	**110.671**	**445.809,11**

Ação: Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina(doença da Vaca Louca)

A CRHE engloba o Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros - PNCRH e as ações para a prevenção e o controle das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis – EET, que abrange a vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB e a Paraplexia Enzoótica dos Ovinos –Scrapie.

I - Dados gerais da ação

Tabela 25 – Dados Gerais da Ação

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Controle da raiva dos herbívoros e a prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE), enfermidade exótica no Brasil, com altíssimo potencial de restrição ao comércio internacional de produtos de origem animal.
Descrição	. A ação é descentralizada, sendo sub-coordenada pelas Unidades Descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e executada pelos órgãos estaduais de defesa sanitária animal As ações gerenciais consistiram naquelas desenvolvidas pelas SFAs e Sede, por meio de reuniões gerenciais das coordenações centrais com os responsáveis nas SFAs (visando a elaboração e padronização de normas e procedimentos) e ações pontuais como sacrifício de animais (quando executado pelas SFAs), auditorias aos sistemas de defesa estaduais e suprimentos para o deslocamento dos técnicos para realização dessas ações pontuais

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	DSA e/ou SDA
Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e DSA
Coordenador da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo

II - Resultados da ação

- Divulgação e implementação dos procedimentos descritos no Manual de procedimentos para o Controle da Raiva dos Herbívoros, com o objetivo primordial de padronização das atividades e ações a serem executadas no PNCRH;

- Adoção do formulário único para coleta de material encefálico destinado ao Diagnóstico da raiva e outras encefalopatias;

- Curso em Controle da Raiva Silvestre (*D. rotundus*) no Brasil – com o treinamento de 320 Técnicos do Serviço de Defesa Sanitária Animal e das Secretarias de Saúde de todo o Brasil, com o objetivo de criação de equipes de captura e controle *D. rotundus* em seus respectivos estados;

- Distribuição de 140 “kits de captura” para equipar as equipes exclusivas a serem criadas nos estados;

- Elaboração de Minuta de Portaria sobre procedimentos a serem adotados quando da suspeição ou ocorrência de caso de Paraplexia Enzoótica dos ovinos (Scrapie), para sua publicação;

- Revisão da atual Instrução Normativa nº08 de 25.3.2004, que proíbe em todo território nacional a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal;

- Elaboração de Minuta de revisão da atual Instrução Normativa nº25 de 06.04.2004, que estabelece a categorização de países em relação ao risco geográfico para EEB;

- Elaboração de Normativa referente a matriz de decisão a ser utilizada nas analises de risco para EEB;

- Trabalho em conjunto com o Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas-DFIA, para revisão da Instrução Normativa SDA nº 23, de 31.08.2005;

- Proposta de minuta de Instrução Normativa com o Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/DAS, que disciplinará a separação total ou parcial de linhas de produção de ração em estabelecimentos que fabricam alimentos para animais não ruminantes e ruminantes na mesma planta;

- VIII Seminário sobre noções de Encefalopatia Espongiforme Bovina – EEB;

- Envolvimento das secretarias municipais e estaduais de saúde em reuniões com a criação de comissões interinstitucionais que trabalham no controle e prevenção da raiva;

- Elaboração da demanda de estratégias operacionais específicas para a execução do programa em sua região levando em consideração a caracterização das áreas de risco para EE e Raiva;

- Reuniões com Comitês Cientifico consultivo para a Raiva dos Herbívoros - CCR e Comitê Científico Consultivo sobre Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis – CEET e de diversas instituições de ensino superior como a USP, UNIFESP, UNESP, UFRRJ, UFRS, UFSM e UBRA, para discussão de assuntos diversos relacionadas as ações da CRHE;

- Reuniões com várias instituições como: PANAFTOSA, OMS-FAO e associações da iniciativa privada como a ABIEC e outras.

III - Metas e resultados da ação em exercício

Tabela 26 – Metas e resultados da ação

Produto/Unidade de medida	Propriedade controlada			
Meta Física x Execução				
Previstas			**Realizadas (executadas)**	
Física	**Financeira - LOA (R$)**	**Financeira Contigenciada (R$)**	**Física**	**Financeira (R$)**
20.000	**2.000.000,00**	**513.042,90**	**21.262**	**1.486.957,10**

As ações gerencias do **Programa de desenvolvimento da bovideocultura** consistiram naquelas desenvolvidas pelas SFAs e Sede, por meio de reuniões gerenciais das coordenações centrais com os responsáveis nas SFAs (visando a elaboração e

padronização de normas e procedimentos) e ações pontuais como sacrifício de animais (quando executado pelas SFAs), coleta de amostras para o Plano Nacional de Controle de Resíduos, supervisões a laboratórios, aquisição de material diagnóstico para ações de vigilância de enfermidades dos bovídeos e suprimentos para o deslocamento dos técnicos para realização dessas ações pontuais.

IV - Metas e resultados da ação em exercício

Tabela 27 – Metas e resultados da ação

Produto/Unidade de medida	Propriedade controlada			
Meta Física x Execução				
Previstas			**Realizadas (executadas)**	
Física	**Financeira - LOA (R$)**	**Financeira Contigenciada (R$)**	**Física**	**Financeira (R$)**
244.707	17.561.900,00	1.261.071,65	321.218	16.300.828,35

Programa: Desenvolvimento da Equideocultura, Caprinocultura, Ovinocultura e outros animais.

I – Dados gerais

Tabela 28 – Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Elevar a performance destas espécies mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das funções produtivas e reprodutivas, aumentar a produtividade e a competitividade do setor, trazendo como resultado uma maior eficiência do sistema produtivo e melhor organização da estrutura da cadeia produtiva.
Gerente do Programa	Alberto Gomes da Silva Júnior
Gerente Executivo	Jamil Gomes de Souza
Indicadores Utilizados	Propriedade atendida
Público-Alvo (beneficiários)	Produtores comerciais e os vários setores das cadeias produtivas da caprinocultura, da ovinocultura e de pequenos e médios animais.

II – Principais ações do programa

Tabela 29 – Ações do Programa

Ações prioritárias e essenciais que melhor representam e materializam a execução do Programa	
Ação	**Justificativa**
Prevenção, controle e erradicação das doenças de eqüinos, caprinos, ovinos e animais aquáticos.	Promover a melhoria técnica e a modernização das atividades turfistas, Reduzir a incidência de doenças na ovinocaprinocultura; estimular o uso de genética caprina e ovina adaptada aos sistemas produtivos existentes, com vistas à melhoria da eficiência econômica dos produtores comerciais; Desenvolver e implementar medidas de vigilância, profilaxia e controle, para evitar a introdução no território nacional de doenças que acometem os animais aquáticos e que podem levar à grande impacto econômico.

Ação: Prevenção, controle e erradicação das doenças de eqüinos, caprinos, ovinos e animais aquáticos

I - Dados gerais da ação

Tabela 30 - Dados Gerais da ação

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Reduzir e incidência de doenças como a Anemia Infecciosa Eqüina e o Mormo; Elevar a qualidade e a competitividade dos produtos da ovinocaprinocultura e da criação de pequenos animais Realizar vigilância epidemiológica e sanitária das principais doenças dos caprinos e ovinos, além de intensificar o controle de trânsito, desses animais, tanto a nível nacional como internacional.
Descrição	Atendimento a propriedades, atendimento a suspeita de enfermidades, atenção a focos de doenças, estudos epidemiológicos, capacitação de pessoal, investigações de ocorrência de enfermidades e controle da movimentação animal, todas essas ações visam melhorar o status sanitário dos rebanhos de eqüídeos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	DSA e/ou SDA

Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e DSA
Coordenador da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques

II - Resultados da ação

As ações gerenciais consistiram naquelas desenvolvidas pelas SFAs e Sede, por meio de reuniões gerenciais das coordenações centrais com os responsáveis nas SFAs (visando a elaboração e padronização de normas e procedimentos) e ações pontuais como sacrifício de animais (quando executado pelas SFAs), coleta de amostras, supervisões a laboratórios, aquisição de material diagnóstico para ações de vigilância de enfermidades dos eqüídeos e suprimentos para o deslocamento dos técnicos para realização dessas ações pontuais.

III - Metas e resultados da ação em exercício

Tabela 31 – Metas e resultados da ação

Produto/Unidade de medida	Propriedade controlada			
Meta Física x Execução				
Previstas			**Realizadas (executadas)**	
Física	**Financeira LOA (R$)**	**Financeira contigenciada (R$)**	**Física**	**Financeira (R$)**
27.694	**1.000.000,00**	**672.475,94**	**38.782**	**327.524,06**

Programa: Desenvolvimento da Suideocultura.

A manutenção do Status sanitário da suinocultura brasileira possibilitou o incremento das exportações de carne suína. O superávit da balança comercial contribuiu para o fortalecimento do agronegócio no âmbito da suideocultura e conseqüentemente, para a melhoria da renda do produtor e a criação de novas oportunidades de emprego na cidade e no campo.

I - Dados gerais

Tabela 32 – Dados gerais

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Controlar e erradicar as doenças de suídeos existentes no Brasil e impedir a introdução de doenças exóticas no Território Nacional
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	Jamil Gomes de Souza
Indicadores Utilizados	Propriedade atendida
Público-Alvo (beneficiários)	Produtores rurais, empresários ligados à cadeia produtiva da suideocultura e a todos que estão envolvidos em produção, reprodução, comercialização de suídeos e material de multiplicação de origem suídea.

II - Principais ações do programa

Tabela 33 – Ações do programa

Ações prioritárias e essenciais que melhor representam e materializam a execução do Programa	
Ação	**Justificativa**
Prevenção, controle e erradicação das doenças da suinocultura.	As principais atividades do PNSS estão voltadas para criação, reconhecimento e manutenção de zonas livres de doenças no território nacional.

Ação: Prevenção, controle e erradicação das doenças da suinocultura

I - Dados gerais da ação

Tabela 34 – Dados gerais da ação

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Controle e erradicação das principais doenças dos suínos e de outras que são comuns a outras espécies.
Descrição	Considerando a importância econômica da suinocultura e a necessidade de evitar a disseminação de doenças e assegurar níveis desejáveis de produtividade, foi

	estabelecida a **certificação de granjas de reprodutores suídeos** (GRSCs), conforme a Instrução Normativa nº 19 de 15 de fevereiro de 2002. A comercialização e distribuição, no território nacional, de suídeos destinados à reprodução, assim como a sua participação em exposições, feiras e leilões, são permitidas somente àqueles provenientes de GRSCs. Para a certificação de uma granja é necessário que esta atenda às condições estabelecidas na legislação. Para evitar a introdução de doenças no território nacional e a disseminação de doenças de grande impacto sanitário e econômico é realizado o controle de trânsito de suídeos. Todos os suínos importados deverão vir acompanhados de Certificado Zoossanitário atestando que os animais não apresentam doenças infecto-contagiosas. O controle de trânsito no território nacional de suídeos é realizado baseado no status sanitário das diferentes unidades da federação. É proibida a entrada de suídeos, produtos e subprodutos de origem suídea presumíveis veiculadores do vírus da peste suína clássica na zona livre dessa enfermidade. (IN 1 de 4 de janeiro de 2001). Além disso, devem ser seguidas as condições para trânsito de animais entre zonas de *status* distintos com relação à febre aftosa, já que o suídeo também é susceptível ao vírus da doença.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	DSA e/ou SDA
Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e DSA
Coordenador da Ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques

II - Resultados da ação

Para o ano de 2007 foi estipulado, como meta física, o controle de 11800 propriedades. No período de janeiro a dezembro de 2007 foram atendidas 9877 propriedades, representando 83,7 % da meta física inicialmente prevista. Nestas visitas estão incluídas o acompanhamento de monitoramento nas GRSCs, o atendimento a suspeitas de doenças de notificação obrigatória e as visitas de acompanhamento e cadastro de propriedades com suídeos.

As ações gerenciais consistiram naquelas desenvolvidas pelas SFAs e Sede, por meio de reuniões gerenciais das coordenações centrais com os responsáveis nas SFAs

(visando a elaboração e padronização de normas e procedimentos) e ações pontuais como saneamento de focos, auditorias , aquisição de material diagnóstico para ações de vigilância de enfermidades dos suídeos e suprimentos para o deslocamento dos técnicos para realização dessas ações pontuais.

III - Metas e resultados da ação em exercício

Tabela 35 – Metas e resultados da ação

Produto/Unidade de medida	Propriedade controlada			
Meta Física x Execução				
Previstas			**Realizadas (executadas)**	
Física	**Financeira - LOA (R$)**	**Financeira Contigenciada (R$)**	**Física**	**Financeira (R$)**
11.800	**3.680.000,00**	**1.726.484,44**	**9.877**	**1.953.515,56**

Ação: Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais e seus produtos

I - Dados gerais da ação

Tabela 36 – Dados gerais da ação

Tipo (Atividade)	Orçamentária
Finalidade	Objetiva evitar a disseminação de doenças animais entre as Unidades Federativas, preservando as áreas livres, o desenvolvimento da agropecuária e as exportações brasileiras de animais e produtos de origem animal.
Descrição	Esta ação é realizada em parceria, por meio de convênio, com as Unidades da Federação, para a execução das atividades de vigilância zoossanitária, na elaboração de normas sanitárias, análises de riscos, fiscalização e execução de quarentenas animais, trânsito nacional de animais, entre outras atribuições.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas relativas a esta ação	DSA e/ou SDA
Unidades Executoras	SFAs e Órgãos Executores Estaduais
Áreas dentro da Unidade relacionadas ao gerenciamento ou execução da ação	SFAs e DSA
Coordenador da Ação	Luiz Felipe Ramos Carvalho

II - Resultados da ação

É importante ressaltar que a meta física 'Partidas Inspecionadas' no trânsito interestadual de animais não depende diretamente dos recursos financeiros disponibilizados na LOA e principalmente de fatores de mercado e da demanda nas diversas Unidades Federativas, não sendo possível uma previsão exata da meta a ser atingida. Em 2008 com a padronização do conceito de partida inspecionada, que agora serão todas as GTAs e CIS-Es emitidos no país é esperado um aumento considerável do número de "PARTIDAS INSPECIONADAS".

.

II - Metas e resultados da ação em exercício

Tabela 37 – Metas e resultados da ação

Produto/Unidade de medida	Partidas inspecionadas			
Meta Física x Execução				
Previstas			**Realizadas (executadas)**	
Física	**Financeira – LOA+ créditos (R$)**	**Financeira Contigenciada (R$)**	**Física**	**Financeira (R$)**
2.000.000	2.500.000,00	732.981,70	3.754.806	1.767.018,30

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças

Posição até: 31/12/2007

SDA
Custeio e Investimento
Consolidado

Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira - Exercício de 2007

UGR: Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA

R$ 1,00

Departamento / Plano Interno - PI	PTRES	Lei + Crédito	Crédito Indisponível	Dotação Disponível	Limite Disponibilizado Até Dezembro	Crédito Contigenciado	Crédito Provisionado	Saldo a Provisionar	Crédito Comprometido				Empenho					Crédito Disponível		
									Empenhado	%	Pré-empenhado	Total	Liquidado	%	Pago	%	A Liquidar	Nas Unidades	Na COF	Total
		a	b	c=a-b	d	e=a-d	f	g=d-f	h	i=h/d	j	k=h+j	l	m=l/h	n	o=n/l	p=h-l	q = f-k	r = a-f	s=q+r
Departamento de Saude Animal - DSA		**77.441.900,00**	**0,00**	**77.441.900,00**	**64.329.390,91**	**13.112.509,09**	**64.329.390,91**	**0,00**	**63.318.393,21**	**98,43**	**0,00**	**63.318.393,21**	**31.365.663,38**	**49,54**	**31.103.980,75**	**99,17**	**31.952.729,83**	**1.010.997,70**	**13.112.509,09**	**14.123.506,79**
VIGIZOOSDA	0 1494	2.500.000,00	0,00	2.500.000,00	1.767.018,30	732.981,70	1.767.018,30	0,00	1.690.148,98	95,65	0,00	1.690.148,98	1.244.269,68	73,62	1.226.393,96	98,56	445.879,30	76.869,32	732.981,70	809.851,02
PCEBOV1	0 1577	17.561.900,00	0,00	17.561.900,00	16.300.828,35	1.261.071,65	16.300.828,35	0,00	15.940.272,28	97,79	0,00	15.940.272,28	6.291.245,03	39,47	6.207.742,11	98,67	9.649.027,25	360.556,07	1.261.071,65	1.621.627,72
TUBERBRUCE	0 1575	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	445.809,11	554.190,89	445.809,11	0,00	409.316,01	91,81	0,00	409.316,01	342.891,62	83,77	340.477,95	99,30	66.424,39	36.493,10	554.190,89	590.683,99
VACALOUCA	0 1576	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	1.486.957,10	513.042,90	1.486.957,10	0,00	1.410.828,25	94,88	0,00	1.410.828,25	576.917,37	40,89	540.864,56	93,75	833.910,88	76.128,85	513.042,90	589.171,75
FEBREAFTOSA	0 1578	41.500.000,00	0,00	41.500.000,00	36.158.063,76	5.341.936,24	36.158.063,76	0,00	35.994.999,09	99,55	0,00	35.994.999,09	21.000.348,94	58,34	20.918.039,72	99,61	14.994.650,15	163.064,67	5.341.936,24	5.505.000,91
PCEAVE	0 1580	8.200.000,00	0,00	8.200.000,00	5.889.674,67	2.310.325,33	5.889.674,67	0,00	5.698.577,21	96,76	0,00	5.698.577,21	1.314.826,31	23,07	1.286.662,35	97,86	4.383.750,90	191.097,46	2.310.325,33	2.501.422,79
PCEDPEM	0 1581	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	327.524,06	672.475,94	327.524,06	0,00	287.628,00	87,82	0,00	287.628,00	185.866,21	64,62	181.494,62	97,65	101.761,79	39.896,06	672.475,94	712.372,00
PCESUIDEO	0 1579	3.680.000,00	0,00	3.680.000,00	1.953.515,56	1.726.484,44	1.953.515,56	0,00	1.886.623,39	96,58	0,00	1.886.623,39	409.298,22	21,69	402.305,48	98,29	1.477.325,17	66.892,17	1.726.484,44	1.793.376,61
Limite a Distribuir					**80.093,53**															

4.1.2 Departamento de Sanidade Vegetal – DSV

4.1.2.1 - Programas

Os principais programas operacionalizados pelo DSV são os seguintes:

Programa 0357: Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

Este programa engloba as atividades de Vigilância e Fiscalização de Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos, Certificação Fitossanitária de Origem, Inspeção fitossanitária, Inspeção em casas embaladoras (packing houses), análise de risco de pragas, quarentena vegetal, Relacionamento e Cooperação Doméstica e Internacional, Capacitação de Recursos Humanos. Este Programa engloba ainda as atividades de Prevenção e Controle da Vespa da Madeira e da Broca da Teca (*Sinoxylon conigerum*), tendo em vista não haver uma ação que trate de prevenção e controle de pragas de espécies florestais.

Programa 0369: Desenvolvimento da Horticultura

O principal objetivo deste programa consiste na preservação da sanidade da horticultura nacional e o atendimento às exigências fitossanitárias de países importadores de produtos hortícolas.

Programa 0363: Desenvolvimento das Culturas Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Este programa tem a finalidade de elevar a produtividade das oleaginosas e plantas fibrosas mediante a prevenção e controle de pragas, introdução de novas tecnologias, de cultivares mais produtivos e técnicas mais eficientes de manejo nas culturas.

Programa 5005 – Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

O objetivo deste programa é garantir a sanidade na cultura canavieira, por meio de levantamentos fitossanitários, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas, celebração de acordos internacionais, aplicação de medidas fitossanitárias para controle, supressão ou erradicação de pragas presentes, além de executar e promover ações de educação fitossanitária.

Programa 0362 – Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Visa garantir a prevenção e o controle de pragas quarentenárias e não quarentenárias regulamentadas na cacauicultura nacional.

Programa 0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Tem como objetivo preservar a sanidade da cafeicultura nacional, por meio de inspeções, levantamentos fitossanitários, supervisão dos trabalhos de órgãos estaduais de defesa sanitária vegetal e aquisição de materiais permanentes para emprego no sistema de avisos fitossanitários da cafeicultura de Minas Gerais.

Programa 0354: Desenvolvimento da Fruticultura

Contempla as seguintes ações que visam garantir a sanidade da fruticultura nacional, bem como abrir e manter mercados internacionais para a exportação de frutas brasileiras: erradicação da Mosca da Carambola, erradicação do Cancro Cítrico, prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura (banana, manga, maçã, mamão, uva, citros e goiaba) e prevenção e controle da Sigatoka Negra.

4.1.2.2 – Programa 0357 - Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

Ação: Vigilância e Fiscalização de Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos - VIGIFITO

Código: 20.101.20.603.0357.2134-0001

a) Objetivos

Preservar em níveis adequados as condições fitossanitárias das culturas nacionais de interesse econômico visando impedir a introdução e proliferação de agentes patogênicos em áreas livres de pragas já estabelecidas ou para outras regiões do território brasileiro e em outros países.

b) Contexto

O PI VIGIFITO posiciona-se como uma ação multidisciplinar, já que interage harmonicamente com vários outros PIs do DSV como por exemplo na vigilância fitossanitária das atividades do ERRADMOSCA, ERRRADICC, SIGATOKA, CPFRUTI, PCPCACAU, PCPOPLAN, PCPHORT. A complexidade e abrangência do PI indicam a importância do VIGIFITO e suas Atividades de Certificação, inspeção e vigilância fitossanitárias (na origem, no trânsito interestadual e no apoio ao trânsito internacional) e as demais (ARP, Quarentena Vegetal, Cooperação Internacional e Nacional e Capacitação de Recursos Humanos).

CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA DE ORIGEM-CFO (fase de produção)

A Certificação Fitossanitária de Origem como é praticada hoje, de forma delegada como determinam as normas legais vigentes, é executada por Engenheiros Agrônomos e Florestais, treinados e credenciados pelo órgão estadual de defesa sanitária vegetal em cada Unidade Federação. PRODUTO PRINCIPAL – CFO EMITIDO.

INSPEÇÃO FITOSSANITÁRIA no trânsito interestadual (fases de comercialização interna e pré-exportação)

Parte das ações do PI VIGIFITO tem atuação indireta do MAPA sendo executada em parceria com os órgãos estaduais de defesa vegetal. A descentralização opera-se via convênios, por delegação de competência, apoiando na construção e reformas de barreiras fitossanitárias. O aumento a cada ano das exigências para formalização de convênios e diminuição de recursos para tal fim dificulta o aprimoramento e a realização das ações. Existem órgãos estaduais relativamente bem estruturados com recursos humanos capacitados nos diversos segmentos de defesa e vigilância fitossanitária bem como bases físicas, veículos e equipamentos. Cabe ao MAPA a Supervisão, a Fiscalização e a Auditoria da atuação desses órgãos. PRODUTO PRINCIPAL - PARTIDAS INSPECIONADAS.

INSPEÇÃO EM "PACKING-HOUSES" (casas embaladoras)

É um segmento desenvolvido diretamente pelas SFA, ou eventualmente por técnicos do DSV, muito importante na fase pré-exportação, inclusive com tratamentos pós-colheita ou quarentenários, exigidos pelos países importadores.

ARP - ANÁLISE DE RISCOS DE PRAGAS

As ações de Análise de Riscos de Pragas são desenvolvidas pela subunidade do DSV, a Divisão de Análise de Riscos de Pragas/DARP da CGPP que tem como objetivos estratégicos identificar o risco fitossanitário associado a produtos vegetais e seus subprodutos propondo medidas mitigadoras deste risco e, dessa forma, subsidiar várias ações (quarentena vegetal, negociações internacionais, acordos bilaterais, barreiras fitossanitárias, padronizações internacionais em organismos multilaterais – CIPV, MERCOSUL, etc.) com impacto no agronegócio. Além disso, as ações de quarentena vegetal em todo o Brasil estão correlacionadas à DARP, na medida em que são estabelecidos novos requisitos fitossanitários em novas legislações. As ações da DARP estão pautadas nos princípios da CIPV – Convenção Internacional de Proteção de Vegetais, principalmente no que diz respeito às normas ISPM.

Impactos na sociedade e nos mercados: As ações da DARP resultam em vários impactos na sociedade e no mercado importador e exportador de produtos e subprodutos vegetais. Podem ser ressaltadas aquelas que se referem à segurança do agronegócio brasileiro, diminuindo o risco de introdução de pragas, diminuição de custos com a redução de barreiras fitossanitárias internacionais em produtos exportados e com a agregação de valor e de competitividade aos produtos e acesso ou manutenção de mercados.

Mecanismos e ferramentas: Direcionamento das ações de fiscalização nos estados da federação, sensibilização e credenciamento de centros colaboradores, normas e regulamentos, reuniões técnicas, capacitações e treinamentos, avaliação de processos e de produtos, monitoramento, supervisões e auditorias.

Metas físicas: ARP elaboradas, normas e pareceres técnicos elaborados, legislações publicadas, auditorias realizadas, reuniões técnicas realizadas, participações em eventos científicos realizadas, produtos vegetais de importação autorizada (PVIA) cadastrados.

Atividades desenvolvidas pela DARP em 2007

a) 32 propostas de Instrução Normativa elaboradas com base em ARP, e encaminhadas para consulta às respectivas Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária (ONPFs), visando à publicação de requisitos fitossanitários estabelecidos pelo Brasil para importação dos seguintes produtos vegetais;

b) Relatórios enviados a 14 países estrangeiros contendo informações sobre espécies vegetais brasileiras para subsidiar a realização de Análise de Risco de Pragas e conseqüente abertura de mercados internacionais. Entre as espécies, incluem: Soja, maçã,

algodão, arroz, pinhão manso e pimentão, sendo que já se encontram em fase final os relatórios de citros, uva, manga, milho e estilosantes.

c) 6 minutas de Instruções Normativas encaminhadas à CONJUR para publicação. As propostas de IN em consulta às ONPFs somente são encaminhadas para publicação no DOU após o final das negociações e discussões técnicas entre as ONPFs.

d) Participação em Inspeção Fitossanitária no Chile.

e) Participações em Reuniões bilaterais e multilaterais (IBAS), envolvendo assuntos fitossanitários no Brasil e no exterior.

f) Participação em Reuniões do COSAVE.

g) 18 Instruções Normativas publicadas no DOU estabelecendo requisitos fitossanitários para importação de vegetais:

- Instrução Normativa Nº 35, DE 18 DE JULHO DE 2007 - Altera em caráter emergencial, os requisitos fitossanitários para a importação de frutos de kiwi (Actinidia deliciosa) (Categoria 3, classe 4) produzidos no Chile.

- Instrução Normativa Nº 27, DE 18 DE JULHO DE 2007 - Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de melancia (Citrullus lanatus) (Categoria 4, Classe 3) produzidas na África do Sul.

- Instrução Normativa Nº 23, DE 15 DE JUNHO DE 2007 - Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de embriões somáticos e plântulas in vitro de pinus (Pinus taeda) (Categoria 4, Classe 1), produzidos nos Estados Unidos da América (EUA).

- Instrução Normativa Nº 24, DE 12 DE JUNHO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Citrus (cítricos, fruta fresca), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 20, DE 22 DE MAIO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Beta vulgaris (beterraba hortícola), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 19, DE 22 DE MAIO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Melilotus spp (melilotus), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 18, DE 22 DE MAIO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Medicago sativa (alfafa), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 17, DE 22 DE MAIO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Mangifera indica (manga), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 16, DE 22 DE MAIO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Actinidia chinensis = A.deliciosa (kiwi), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 14, DE 22 DE MAIO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Zea mays (milho), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 13, DE 22 DE MAIO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Allium Cepa (cebola), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 12, DE 22 DE MAIO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Phaseolus vulgaris (feijão), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 15, DE 16 DE MAIO DE 2007 - Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de arroz (Oryza sativa) (Categoria 4, Classe 3) produzidas na Índia.

- Instrução Normativa Nº 11, DE 17 DE ABRIL DE 2007 - Aprova os requisitos fitossanitários para importação de sementes de algodão (Gossypium hirsutum) (Categoria 4, Classe 3), produzidas em Israel.

- Instrução Normativa Nº 3, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2007 - Adota os Requisitos Fitossanitários para Pisum sativum (ervilha), segundo o País de Destino e Origem, para os Estados Partes do MERCOSUL, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa.

- Instrução Normativa Nº 5, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2007 - Aprova os requisitos fitossanitários para importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de alpiste (Phalaris canariensis), produzidos no Uruguai.

- Instrução Normativa Nº 4, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2007 - Aprova os requisitos fitossanitários para importação de mudas (Categoria 4, Classe 1) de grama Paspalum vaginatum, produzidas nos Estados Unidos da América.

- Instrução Normativa Nº 3, DE 18 DE JANEIRO DE 2007 - Aprova os requisitos fitossanitários para a importação de sementes de amendoim (Arachis hypogaea) (Categoria 4, Classe 3) produzidas nos Estados Unidos da América.

QUARENTENA VEGETAL

As atividades relacionadas à prevenção e ao monitoramento da entrada e disseminação de pragas no País adquiriram grande importância estratégica, principalmente após a entrada em vigor do acordo de medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS) elaborado no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esse acordo estabeleceu as bases para o livre comércio e para a eliminação das barreiras tarifárias. Assim, argumentos fitossanitários ganham importância nas negociações comerciais, a quarentena e a ARP se tornam imprescindíveis, não só para proteger nossos cultivos de pragas quarentenárias impactantes, como também representam instrumento importante nos processos de acesso e manutenção de mercados para nossos produtos agrícolas e questionamento de barreiras veladas a estes.

Pode-se ressaltar a importância de um programa de quarentena vegetal quando se considera os relatos de introdução de pragas quarentenárias que resultaram em grandes prejuízos para a agricultura brasileira. Nesse contexto, podem-se listar várias pragas introduzidas que causam prejuízos para a agricultura brasileira e que representam barreira fitossanitária para nossas exportações: *Ceratitis capitata*, *Bactrocera carambolae*, *Anthonomus grandis, Mycosphaerella fijiensis* Morelet e a *Phakopsora pachyrhizi* - Ferrugem da Soja que na safra de 2003/2004 causou um prejuízo de cerca de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para a lavoura de soja.

As atividades de quarentena vegetal abrangem:

- atualização das listas de pragas regulamentadas, dentro dos preceitos da legislação brasileira e das normas internacionais dos organismos dos quais o Brasil é signatário;
- subsídio e o acompanhamento das ações de quarentena vegetal junto aos serviços de defesa agropecuária e os pontos de ingresso nos estados;
- gestão estratégica das informações sobre o status fitossanitário do Brasil e demais países;
- credenciamento e auditoria das estações quarentenárias, bem como, viabilizar o aumento do número de estações credenciadas pelo MAPA para atender a atual demanda de material a ser quarentenado.
- disponibilizar os requisitos fitossanitários exigidos para o Brasil para as exportações de vegetais e suas partes detalhadas por produto, praga e país de origem.
- disponibilizar os requisitos fitossanitários exigidos pelo Brasil para as importações de vegetais e suas partes detalhadas por produto, praga e país de destino.

- elaboração e distribuição de cartazes, *folders*, CDs, manuais e informativos sobre pragas quarentenárias;
- elaboração e revisão de normas relativas à quarentena vegetal;
- representação do País nos fóruns internacionais que tratam de quarentena vegetal;
- capacitação de recursos humanos na área de quarentena vegetal.

Atividades Programadas e Realizadas

AUDITORIA DE ESTAÇÕES QUARENTENÁRIAS

Justificativa: Fazer levantamento da situação das Estações Quarentenárias Brasileiras visando melhoria de procedimentos e necessidade de revisão da norma de credenciamento com objetivo de aumentar a segurança fitossanitária na importação de material de pesquisa ou com fins de credenciamento.

Data da elaboração: 07/02/2007

Objetivo: Vistoria das instalações da Syngenta em Aracati CE para fins de credenciamento de Estação quarentenária.

AVALIAÇÃO DE REQUERIMENTOS DE IMPORTAÇÃO DE MATERIAL DE PESQUISA.

Justificativa: a Instrução Normativa 01 de 1998, que regulamenta a importação de material de pesquisa determina que para a imprtação de material com capacidade de multiplicação ou reprodução organismos para controle biológico e outros fins e solo devem ter requerimento de importação aprovado pelo DSV.

Data da elaboração: Atividade contínua

Objetivo: avaliar com fins de homologação pelo Sr Diretor de Sanidade Vegetal os requerimentos de importação de material de destinados a pesquisa científica. No ano de 2007 foram homologadas 379 , sendo 344 deferimentos e 35 indeferimentos.

ELABORAÇÃO E/OU ATUALIZAÇÃO DE LEGISLAÇÃO RELACIONADA À QUARENTENA VEGETAL

Justificativa: Manter completo e atualizado o conjunto de normas necessárias para a execução das atividades de quarentena vegetal no Brasil.

Data da elaboração: 28/02/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Pisum sativum* (ervilha), segundo o País de Destino e Origem, para os Estados Partes do MERCOSUL, na forma do Anexo a presente Instrução Normativa. (IN 03/2007)

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Phaseolus vulgaris* (feijão), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 12/2007)

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Allium cepa* (cebola), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 13/2007)

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Zea mays* (milho), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 14/2007)

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Arachis hypogaea* (amendoim), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 15/2007)

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Actinidia chinensis* = *A.deliciosa* (kiwi), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 16/2007)

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Mangifera indica* (manga), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 17/2007)

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Medicago sativa* (alfafa), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 18/2007)

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Melilotus* spp (melilotus), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 19/2007).

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Beta vulgaris* (beterraba hortícola), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, constantes do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 20/2007).

Data da elaboração: 12/06/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Citrus* (cítricos, fruta fresca), segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL, na forma do Anexo à presente Instrução Normativa. (IN 24/2007).

Data da elaboração: 09/10/2007

Objetivo: Encaminhamento da minuta final após consulta pública da revisão da normativa de importação de material de pesquisa.

Data da elaboração: 20/11/2007

Objetivo: Estabelece a lista de pragas quarentenárias ausentes (A1) e de pragas quarentenárias presentes (A2) para o Brasil e aprovar os procedimentos para as suas atualizações. (IN 52/2007)

Data da elaboração: 12/12/2007

Objetivo: Adota os Requisitos Fitossanitários para *Musa* spp. (espécies produtoras de banana) segundo o País de Destino e de Origem, do MERCOSUL. (IN 57/2007)

Data da elaboração: 20/12/2007

Objetivo: Altera o anexo II da Instrução Normativa n^{o} 52, de 20 de novembro de 2007, que passa a vigorar na forma do anexo a esta Instrução Normativa. (IN 59/2007)

AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE QUARENTENA NOS SEDESA E PONTOS DE INGRESSO/EGRESSO NO PAÍS.

Justificativa: Devido ao potencial de danos que a introdução de novas doenças pode ocasionar no país, medidas quarentenárias são adotadas e devem estar sendo constantemente monitoradas, e se necessário reformuladas, visando a formar uma barreira

capaz de permitir o comércio internacional de produtos reduzindo o risco de introdução de pragas exóticas que possam provocar prejuízos à agricultura.

As atividades de quarentena não devem determinar apenas o que inspecionar, mas como inspecionar. A base para esta atividade é a informação gerada durante os processos de análise de risco de pragas, ONPF, instituições de pesquisa, universidades, publicações científicas, setor produtivo. Também é fonte geradora de informação para o direcionamento das atividades de quarentena as interceptações de pragas nas partidas importadas e exportadas.

Data da elaboração: Atividade contínua

Essas atividades estão sendo realizadas principalmente com elaboração de pareceres, informações e notas técnicas orientando a ação dos fiscais nos estados. Também, utilizamos a Internet e o telefone para auxiliar na solução de problemas.

PARTICIPAÇÃO EM REUNIÕES E VISITAS TÉCNICAS

Data da elaboração: 01/02/2007

Objetivo: Reunião DSV – APHIS sobre o programa de identificação de pragas a distância.

Data da elaboração: 07 a 09/02/2007

Objetivo: Visita Técnica a Arborgen e empresas coligadas com o objetivo de conhecer o sistema de produção de mudas a partir de embriões somáticos importados como material de pesquisa.

Data da elaboração: 27/02/2007

Objetivo: Reunião do DSV sobre implementação das taxas a serem cobradas pelo MAPA.

Data da elaboração: 28 /02/2007

Objetivo: Reunião da SDA e AGE para supervisão da ação: Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos (Taxa de Fitossanidade).

Data da elaboração: 02/03/2007

Objetivo: Discussão entre os técnicos da DQV e da DARP sobre a elaboração da lista de pragas quarentenárias ausentes, substandards do MERCOSUL e revisão dos produtos cuja importação o DSV tem interesse em manter a anuência.

Data da elaboração: 05/03/2007

Objetivo: Reunião da CGPP e CSM para discussão da operacionalização da IN 50/2006.

Data da elaboração: 27/03/2007

Objetivo: Reunião da CGPP e os técnicos da DQV e DARP para tratar da inclusão das pragas dos substandards do MERCOSUL, na lista de pragas quarentenárias ausentes.

Data da elaboração: 29/03/2007

Objetivo: Reunião da DARP. DQV e DPCP para conhecimento e elaboração de sugestões da minuta de Instrução Normativa de pragas quarentenárias presentes.

Data da elaboração: 24/04/2007

Objetivo: Reunião da DSV/DASF como preparatória para a reunião do Comitê de Normas da CIPV.

Data da elaboração: 26/04/2007

Objetivo: Reunião da DSV/DASF como preparatória para a reunião do Comitê de Normas da CIPV, continuação.

Data da elaboração: 26/04/2007

Objetivo: Visita da FFA Fátima Maria Eugênio a Unidade Experimental da Pioneer em Planaltina.

Data da elaboração: 10/05/2007

Objetivo: Reunião do GTPSS em Foz do Iguaçu.

Data da elaboração: 17/05/2007

Objetivo: Reunião com a Delegação de Cuba para apresentar as atividades realizadas pela DQV e as principais legislações.

Data da elaboração: 17/05/2007

Objetivo: Reunião com a Consultoria Jurídica do MAPA sobre o processo de publicação da lista A2.

Data da elaboração: 22/05/2007

Objetivo: Reunião técnica com pesquisadores sobre a praga *Erwinia psidii*.

Data da elaboração: 28/05 a 01/06/2007

Objetivo: Reunião da Comissão Interna Técnico-Consultiva Permanente de Sementes e Mudas.

Data da elaboração: 12 a 15/06

Objetivo: Reunião da Comissão Técnica de sementes e Mudas de Espécies Florestais Nativas e Exóticas

Data da elaboração: 19 a 21/06

Objetivo: Reunião Bilateral Brasil e EUA.

Data da elaboração: 09/07

Objetivo: Reunião prévia SDA/SRI para Bilateral Brasil e México, Seminário UE e CCA Chile.

Data da elaboração: 15 e 16/08/2007

Objetivo: Reunião do GTPSS em Maringá, Paraná.

Data da elaboração: 22/10/2007

Objetivo: Reunião de Coordenação da SDA representando o Sr Diretor do DSV..

Data da elaboração: 19 a 23/11

Objetivo: Reunião da Comissão Técnica de sementes e Mudas de Espécies Florestais Nativas e Exóticas.

Data da elaboração: 20/11

Objetivo: Reunião com as pesquisadoras Abi Marques e Regina Carneira no Cenargen para discutir problemas com *Erwinia psidii* e *Meloidogyne mayaguensis*.

REPRESENTAÇÃO DO PAÍS NOS FÓRUNS NACIONAIS E INTERNACIONAIS SOBRE QUARENTENA VEGETAL

Data da elaboração: 29 /01

Objetivo: Participação dos técnicos da DQV na Reunião técnica “Subsídios Gerais para a Elaboração de Planos de Contingência para Pragas Quarentenárias que Podem Afetar Plantas em Áreas de produção e reservas Naturais”.

Data da elaboração: 10/03/2007

Objetivo: Participação do FFA José Antônio Fernandez Hidalgo no Congresso Brasileiro de Nematologia ministrando a palestra “Problemas quarentenários com nematóides fitoparasitas e atuação da Divisão de Quarentena Vegetal - MAPA”

Data da elaboração: 28 a 30 de junho de 2007

Objetivo: Workshop em Análise de Risco de Pragas para o Ácaro *Aceria tosichella* e viroses associadas nos países do Cone Sul, realizado na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia em Brasília.

Data da elaboração: 21/11/2007

Objetivo: Participação da FFA Laucir Rodrigues Gonçalves no Curso de Capacitação de Fiscais Federais Agropecuários, realizado durante o XI Encontro Nacional de Fitossanitaristas – ENFIT, ministrando a palestra "Fundamentos técnicos da Quarentena Vegetal."

Data da elaboração: 22/11/2007

Objetivo: Participação do FFA José Antônio Fernandez Hidalgo no XI Encontro Nacional de Fitossanitaristas – ENFIT, ministrando a palestra "Pragas Quarentenárias e Planos de Contingência."

CAPACITAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Justificativa: O estabelecimento e manutenção de um programa de quarentena vegetal não é um assunto simples, elementar, uma vez que abrange problemas de natureza complexa, *envolvendo não só fatores biológicos, mas também, fatores econômicos, sociais e políticos.*

O técnico para trabalhar nessa área tem que estar sintonizado com as alterações no status fitossanitário mundial para evitar a introdução e disseminação de novas pragas no país, conhecer as mais modernas técnicas de detecção, identificação e controle de pragas e agir em consonância com as diretrizes internacionais das convenções das quais o Brasil é signatário.

Data da elaboração: 27 a 29/03/2007

Objetivo: Participação da FFA Laucir Rodrigues Gonçalves na I Oficina sobre Microscopia e imagens digitais, realizado pelo DSV/MAPA e APHIS/USDA em Recife Pernambuco.

Data da elaboração: 14 a 17/11/2007

Objetivo: Participação da FFA Laucir Rodrigues Gonçalves no "Segundo Taller de Capacitación para El intercabio de Información em los países de Latinoamérica", realizado pela Secretaria da CIPV em Lima - Peru.

Data da elaboração: 26 a 30/11/2007

Objetivo: Participação dos FFAs no "Encontro Nacional de Fitossanitaristas", realizado pelo DSV em São Luis, Maranhão.

PARTICIPAÇÃO EM AUDITORIAS INTERNACIONAIS

Data da elaboração: 01 a 06/04/2007

Objetivo: Participação da FFA Laucir Rodrigues Gonçalves na Auditoria ao sistema de produção e certificação de uva e kiwi no Chile decorrente da interceptação de Brevipalpus chilensis.

Atividades programadas e não realizadas

Revisão da Instrução Normativa 16/1999, que trata do credenciamento de estações quarentenárias no Brasil.

Revisão da Portaria 29/1996 e da IN 02/2000, que tratam da publicação de novas ocorrências de pragas.

RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Na área internacional a CGPP, unidade coordenadora da AÇÃO, participa diretamente de fóruns e eventos diversos, no seio do MERCOSUL, COSAVE, FAO, CODEX ALIMENTARIUS, CIPV, principalmente na elaboração, revisão, revogação, harmonização de legislação e normas diversas e acompanhamento de missões técnicas internacionais, bi e multilaterais.

PRODUTO ESPERADO > LEI/NORMA INTERNACIONAL ELABORADA/REVISADA

RELACIONAMENTO E COOPERAÇÃO DOMÉSTICA

Internamente o MAPA/DSV/CGPP e as SFA interagem diretamente com a sociedade organizada, estatal e privada, como estados e diversas formas de organização de produtores, em fóruns diversos como encontros, reuniões, grupos de trabalho, debatendo sobre legislação e normas sobre defesa sanitária vegetal, lançamentos de campanhas diversas, inclusive educativas, elaboração de planos internos, programação e reprogramação físico-orçamentária em geral, formalização, supervisão e auditorias de convênios, quando for o caso, e demais atividades que envolvam parcerias estratégicas e operacionais.

PRODUTO ESPERADO> LEGISLAÇÃO/NORMA NACIONAL ELABORADA/REVISADA

CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS INSTITUCIONAIS

Este segmento busca aprimorar o capital humano do MAPA no sentido de que possam desenvolver-se e melhor se qualificar para executar suas competências ou supervisionar/ monitorar as atribuições de parceiros. São treinamentos os mais diversos nos quais o próprio MAPA fornece os docentes ou contrata serviços de terceiros para essas tarefas.

PRODUTO ESPERADO > Produtor conscientizado e TÉCNICO TREINADO

PREVENÇÃO E CONTROLE DA VESPA DA MADEIRA

No ano de 2007, as exportações de produtos florestais somaram 8,8 bilhões de dólares, representando um aumento de 11,9% em relação ao ano anterior. Estes números colocam os produtos florestais em terceiro lugar, tanto no valor exportado quanto no valor do superávit na balança comercial do agronegócio, sendo superado apenas pelos complexos soja e carnes. Os produtos florestais foram responsáveis, no ano de 2007, por 17% do superávit da balança comercial brasileira. Dentre as várias espécies florestais responsáveis pela produção do setor, encontram-se as espécies do gênero *Pinus*, destinadas principalmente à produção de madeira serrada, celulose e papel, painéis e compensados, MDF e OSB.

De acordo com relatório da Sociedade Brasileira de Silvicultura (2006), a área plantada com espécies do gênero *Pinus* no Brasil é de aproximadamente 1.800.000 ha. Conforme o mesmo relatório, a produção de compensados de *Pinus* em 2005 foi de 2,6 milhões de m^3, representando 70% da produção brasileira total de compensados (3,7 milhões de m^3) e a produção de madeira serrada de *Pinus* foi de 8,9 milhões de m^3, o que representa 38% do total nacional de madeira serrada produzida no mesmo ano (23,5 milhões de m^3). No ano de 2005, o Brasil exportou aproximadamente 2,0 milhões de m^3 de compensados de *Pinus* (cerca de 77% da sua produção), consolidando o país como maior exportador de compensados de *Pinus* do mundo. Além disso, o Brasil é o terceiro maior exportador de madeira serrada e do total exportado, 45,3% corresponde à madeira serrada de *Pinus* (1,56 milhão de m^3). Após um período bastante longo livre de pragas, os plantios de *Pinus* spp do país passaram a ter sua produtividade ameaçada pela introdução, em 1998, da praga denominada Vespa da Madeira (*Sirex noctilio*). No entanto, em 1999 foi instituído o Fundo Nacional de Controle à Vespa da Madeira – FUNCEMA, que apóia ações de prevenção e controle da praga, sendo possível conviver com a mesma sem que se comprometa a cultura no país.

Em agosto de 2007, o Convênio MAPA/SFA-SC 002/2006, que tem como convenente o Fundo Nacional de Controle à Vespa da Madeira – FUNCEMA, foi prorrogado, com vigência até o dia 29 de fevereiro de 2008.

Os estados de São Paul e Minas Gerais foram incluídos na relação de ocorrência da praga na lista de Pragas quarentenárias Presentes, com a publicação da Instrução Normativa 52/2007, após comunicação de ocorrência efetuada por pesquisador da EMBRAPA/Florestas.

A DPCP/CGPP solicitou, em setembro/2007, informações atualizadas aos SEDESAs de todos os estados com ocorrência da praga (RS/SC/PR/SP/MG) sobre a situação da praga no estado, com objetivo de subsidiar o planejamento das ações a serem adotadas. As informações enviadas foram processadas. Minas Gerais solicitou, em outubro/2007, a realização de levantamento de ocorrência junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. São Paulo aguarda período indicado para efetuar monitoramento para definição da área de ocorrência da praga.

PREVENÇÃO E CONTROLE DE *Sinoxylon conigerum* EM ESPÉCIES FLORESTAIS

A área total plantada com Teca (*Tectona grandis*) no país é aproximadamente 50.000 ha, concentrada principalmente nos estados do Mato Grosso e Pará.

A madeira de Teca é considerada uma das melhores do mundo, sendo utilizada na construção naval, mobiliários finos e decoração de ambientes luxuosos. Seu valor no mercado internacional alcança até cinco vezes o valor do mogno.

A demanda do mercado internacional é de cerca de 500.000 m^3/ano, mas a oferta ainda é muito menor do que a procura. Estudos realizados pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), revelam que o potencial de mercado para essa madeira é gigantesco, sendo que seria necessário um plantio, no Estado de Mato Grosso, de 100.000 ha/ano para atender a demanda reprimida mundial por esta madeira. Estima-se que a demanda pela Teca aumente bastante nos próximos anos devido à melhoria no padrão de vida dos países subdesenvolvidos. Além disso, o decréscimo na oferta de outras madeiras tropicais que ocorrem em áreas naturais (a exemplo do mogno) e a conscientização ambiental dos consumidores terão efeito no aumento da demanda pela madeira de *Tectona grandis*.

Em 2002, foi notificada a ocorrência da praga *Sinoxylon conigerum*, uma coleobroca exótica, em madeira de Teca, em uma serraria no município de Várzea Grande/MT. Posteriormente, monitoramentos efetuados em 2003 constataram a ocorrência

da praga também no município de Cuiabá/MT e concluíram que a praga estaria confinada a área urbana destes dois municípios. O gênero *Sinoxylon* compreende algumas das espécies mais nocivas da família *Bostrichidae*, causando danos em madeira desdobrada e árvores de diversas espécies.

A praga *Sinoxylon conigerum* foi caracterizada como Praga Quarentenária Presente, com a publicação da Instrução Normativa 52/2007.

Como os monitoramentos mais atuais efetuados para delimitação da área de abrangência da praga no Mato Grosso foram realizados no período de setembro de 2002 a fevereiro de 2004, a DPCP/CGPP enviou ao SEDESA/MT, em agosto/2007, solicitação de informações atualizadas sobre a situação da praga no estado, principalmente a área de ocorrência da praga e as ações de prevenção e controle que estão sendo desenvolvidas.

A resposta do SEDESA/MT veio através do ofício 485/2007, onde o mesmo informa não possuir informações mais atualizadas sobre a situação de *Sinoxylon conigerum* devido à dificuldade na aquisição ou confecção das armadilhas etanólicas, que são produzidas eventual e manualmente, não havendo empresas legalmente constituídas para fornecimento deste material.

ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROPOSTAS DE CURSOS DE CERTIFICAÇÃO FITOSSANITÁRIA (CFO/CFOC)

A legislação sobre defesa sanitária vegetal, em particular a Instrução Normativa 55/2007, dispõe que o Certificado Fitossanitário de Origem - CFO e o Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC são os documentos emitidos na origem para atestar a condição fitossanitária da partida de plantas, partes de vegetais ou produtos de origem vegetal.

De acordo com o mesmo documento, o CFO/CFOC fundamentará a emissão da Permissão de Trânsito de Vegetais/PTV, nos seguintes casos:

- Para o trânsito de partida de plantas ou partes de vegetais com potencial de veicular praga não quarentenária regulamentada, quando destinadas à propagação ou multiplicação;

- Quando se tratar de produto com potencial de veicular Praga Quarentenária Presente e houver exigência para o trânsito;

- Para comprovar a origem de Área Livre de Praga - ALP, Local Livre de Praga - LLP, Sistema de Mitigação de Riscos de Praga - SMRP ou Área de Baixa Prevalência de Praga - ABPP, devidamente reconhecidas pelo MAPA;

- Para atender exigências específicas de certificação fitossanitária de origem de interesse interno ou da Organização Nacional de Proteção Fitossanitária - ONPF do país importador.

A legislação define que o CFO/CFOC será emitido e assinado por um Engenheiro Agrônomo ou Engenheiro Florestal, em suas respectivas áreas de competência profissional, após aprovação em curso para habilitação, específico, organizado pelo Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal - OEDSV e aprovado pelo DSV/SDA/MAPA.

De acordo com a Portaria 45, de 22 de março de 2007, que aprova o regimento interno da Secretaria de Defesa Agropecuária/SDA, a competência para a análise e aprovação das propostas dos referidos cursos é da Divisão de Prevenção, Vigilância e Controle de Pragas (DPCP/CGPP/DSV), conforme dispõe o Artigo 73, item IV.

b) Resultados: Em 2007, foram realizados 31 cursos de certificação fitossanitária de origem, com um total de 950 Responsáveis Técnicos habilitados a emitir CFO/CFOC. Do total de cursos realizados, 19 cursos foram avaliados e aprovados pela DPCP/CGPP, enquanto que 12 foram aprovados no âmbito estadual pelas SFAs, uma vez que a legislação vigente até dezembro/2007 não previa explicitamente a necessidade da análise do DSV/SDA.

Das 27 Unidades da Federação, somente 13 ministraram os referidos cursos, conforme se observa na Figura 08. Verifica-se ainda que o estado que mais ministrou cursos de CFO foi Minas Gerais (06), seguido de Santa Catarina (05) e São Paulo (04).



Figura 08. Estados que ministraram cursos de CFO/CFOC em 2007.

Paralelamente, o estado que mais habilitou profissionais foi Santa Catarina (174), seguido de São Paulo (163), Minas Gerais (161) e Paraná (128), como se verifica na Figura 09. Juntos, estes quatro estados foram responsáveis por aproximadamente 66% do total de profissionais habilitados no país.



Figura 09. Profissionais habilitados por estado.

Com relação às pragas que requerem habilitação para certificação, observa-se que a maior demanda foi para Sigatoka Negra (69,23% dos estados), seguida do Moko da Bananeira (61,54 % dos estados), CVC e Pinta Preta dos Citros (53,85 % dos estados) e Cancro Cítrico e *Thrips palmi* (46,15 % dos estados), conforme mostra a Figura 10.

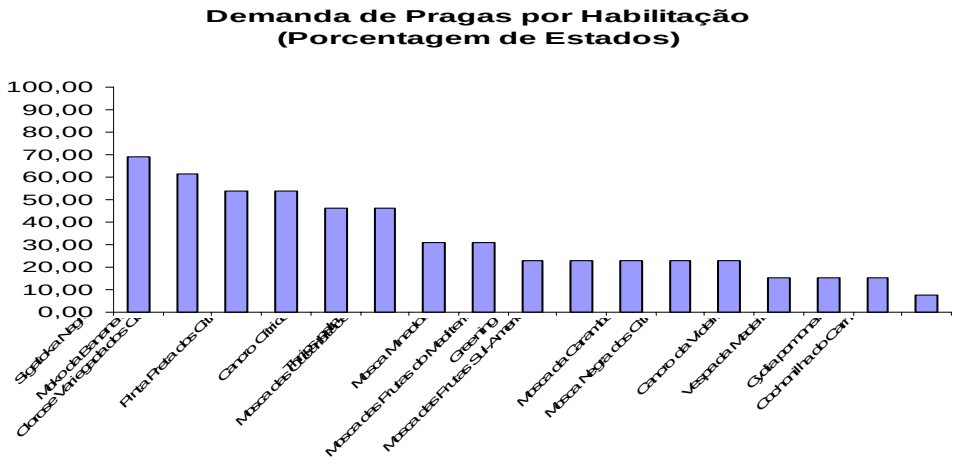


Figura 10. Demanda de Pragas por Habilitação

d) Resultados

No PI VIGIFITO, em 2007 a programação LOA foi de 600.000 partidas inspecionadas, sendo executadas 575.489 partidas, o que corresponde a 95,91% de execução.

O VIGIFITO tem abrangência nacional, em todas as 27 unidades federadas, no entanto há deficiências na captação e registro de dados e informações que pela não ocorrência de partidas a inspecionar. Ao contrário, estima-se que o número de eventos de trânsito de partidas é incomparavelmente maior que a execução de inspeções.

e) Orçamentário e Financeiro

Do montante de R$ 8.450.000,00 previsto inicialmente na LOA/2007, foram contingenciados R$ 2.593.848,77 e descentralizados R$ 5.856.151,23. Foram empenhados R$ 5.474.330,17, correspondendo a 93,48%. Destes, 41,63% foram liquidados. Os demais recursos envolvem convênios já oficializados e estão na dependência dos repasses do financeiro. Consideramos que o contingenciamento prejudicou a normalidade das atividades propostas, bem como a distribuição dos recursos em quadrimestres. Estes recursos atenderam a participação em reuniões nacionais e internacionais, atividades de auditoria e fiscalização.

Tabela 38 – Metas e resultados da ação

Previsto		**Realizado**	
Física (partidas)	Financeira (R$)	Física (partidas)	Financeira (R$)
600.000	1.267.400,00	575.489	R$ 1.263.217,58

4.1.2.3 - Programa 0369 – Desenvolvimento da Horticultura

Ação: Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura - PCPHORTI

Código: 22.101.0369.4806-0001

a) Objetivo

O objetivo dessa ação é prevenir e controlar a disseminação de pragas quarentenárias e não quarentenárias regulamentadas, de forma a preservar a sanidade da horticultura nacional, além de atender às exigências fitossanitárias de países importadores de produtos hortícolas.

b) Contexto

As exportações de hortaliças brasileiras para o NAFTA (EUA, México e Canadá) e União Européia são fortemente prejudicadas pela aplicação de regulamentos sanitários. Após a autorização da importação, as frutas e hortaliças ficam ainda sujeitas às inspeções rigorosas tanto no País exportador quanto nos Portos de entrada dos importadores.

O setor de frutas e hortaliças nos EUA é um dos mais protegidos contra importações. No pré-embarque, entre outros itens, as hortaliças admissíveis nos EUA, com necessidade de licença de importação do USDA, com permissão somente aos importadores americanos, são: alho, aspargo, gengibre, melão, morango, agrião e inhame.

Os regulamentos fitossanitários são rígidos também no Japão, para todos os produtos vegetais, principalmente para tomate, batata, melão e melancia.

Anastrepha grandis (mosca sul-americana das cucurbitáceas) é uma praga de frutos de várias espécies de cucurbitáceas e é considerada uma praga quarentenária por países como Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Essa praga tem como hospedeiros: abóbora, pepino, melão e melancia, entre outros. Devido ao fato de *A. grandis* causar grandes danos às lavouras atacadas, os países importadores impõem severas restrições fitossanitárias à importação de frutos frescos de cucurbitáceas do Brasil.

Como meio de viabilizar as exportações de cucurbitáceas, foram criadas Áreas Livres da Praga nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará e Sistemas de Mitigação de risco em Minas Gerais, São Paulo e Goiás, com base nas Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias (NIMF) números 04 e 14, respectivamente.

Foi realizada uma reunião na cidade de Bagé – RS, em 15/05/07, com a presença de produtores de melão, pesquisadores, representantes do SEDESA/SFA-RS, do órgão estadual de defesa agropecuária, do SEBRAE e da Prefeitura de Bagé, para apresentação das exigências para reconhecimento e manutenção de um Sistema de Mitigação de Risco de *Anastrepha grandis*.

As Superintendências do MAPA atuaram de maneira integrada com os Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal nos estados, supervisionando os trabalhos

de levantamentos de pragas em campo e os trabalhos de manutenção das Áreas Livres e sob Sistema de Mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis*.

c) Resultados

O trabalho de manutenção das Áreas Livres de Praga no Estados do Rio Grande do Norte e Ceará e sob Sistema de Mitigação de Risco em Minas Gerais, Goiás e São Paulo foi realizado a contento, permitindo a continuidade das exportações de frutos de melão, melancia e abóbora.

Estão em andamento os trabalhos iniciais para avaliar a possibilidade de reconhecimento de um Sistema de Mitigação de Risco no município de Bagé – RS.

Em 2007, foram exportadas para a Argentina 13.830 toneladas de abóboras, melões e melancias, no valor de R$ 2.765.900,00. Para os EUA, foram exportadas 717 toneladas de melões e melancias, somando R$ 527.460,00.

d) Orçamentário e Financeiro

Dos R$ 800.000,00 previstos na LOA, foram contingenciados R$ 607.347,63 e provisionados R$ 61.448,17, aplicados em sua totalidade principalmente nos trabalhos de supervisão e manutenção das Áreas Livres e Sistemas de Mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis* nos Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Minas Gerais, São Paulo e Goiás.

Tabela 39 – Metas e resultados da ação

Previsto		**Realizado**	
Física (ha)	Financeira (R$)	Física (ha)	Financeira (R$)
57.536	192.652,37	54.770	61.448,17

4.1.2.2.4 - Programa 0363 – Desenvolvimento das Culturas Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Ação: Prevenção e Controle de Pragas de Oleaginosas - PCPOPLAN

Código: 22101.20603.0363.4841-0001

a) Objetivo

Elevar a produtividade das oleaginosas e plantas fibrosas mediante a prevenção e controle de pragas, introdução de novas tecnologias, de cultivares mais produtivos e técnicas mais eficientes de manejo nas culturas.

b) Contexto

O programa abrange, atualmente, três linhas de ação:

- **Palma-forrageira** – principal alternativa para alimentar o rebanho no período da seca no nordeste, a cultura vem sofrendo sérias perdas por conta da praga Cochonilha-do-carmim (*Dactylopius opuntiae*), nos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco.
- **Soja** – nessa cultura a atenção está voltada para medidas de prevenção e controle da ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*).
- **Algodão** –as ações se concentram no controle da praga Bicudo-do-algodeiro (*Anthonomus grandis*).

c) Resultados

Em relação à palma forrageira, estudos recentes identificaram variedades resistentes à cochonilha-do-carmim. O material será multiplicado nas estações de pesquisa dos órgãos estaduais envolvidos na área afetada pela praga e posteriormente distribuído aos agricultores. Foram identificadas nove espécies de inimigos naturais da cochonilha no Brasil. Etapa posterior desta linha de pesquisa determinará se os mesmos têm potencial de controle, finalizando com a produção massal e liberações controladas. Convênios com os órgãos de defesa foram firmados para a execução daquilo estabelecido na Instrução Normativa n.º 23, de 29 de maio de 2007. Estruturação das unidades locais de defesa agropecuária e dos postos de controle do trânsito de vegetais foram priorizados nos convênios.

Para a cultura da soja, como resultado das ações do Consórcio Anti-ferugem, foram implantadas Unidades de Alerta em diversas unidades da federação, objetivando a detecção precoce da ferrugem, o que tem possibilitado a aplicação de defensivos no momento correto, evitando o uso desnecessário desses produtos. A ação do MAPA é de coordenação do grupo, composto por especialistas das diversas instituições de pesquisa, extensão e defesa agropecuária. Convênios com os órgãos de defesa estabelecem a

realização de levantamentos fitossanitários, com envio de amostras oficias para identificação da praga e posterior comunicação ao Sistema de Alerta.

Para a cultura do algodão, seguem os esforços para a realização do projeto regional de controle da praga, que envolve, além do Brasil e Argentina, o Paraguai e a Bolívia.

d) Orçamentário e Financeiro

Tabela 40 – Metas e resultados da ação

Previsto		Realizado	
Física	Financeira (R$)	Física	Financeira (R$)
6.844.264	695.904,88	7.744.437	470.497,29

4.1.2.5 - Programa 5005 – Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Ação: Controle de Pragas da Cana-de-Açúcar - PCPCANA

Código: 22.101.20.603.5005.4758-0001

a) Objetivo

O objetivo dessa ação é garantir a sanidade na cultura canavieira, por meio de levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas, Portarias, por exemplo), celebração de acordos internacionais, aplicação de medidas fitossanitárias para controle, supressão ou erradicação de pragas presentes, que deverão ser regulamentadas por apresentarem potencial para causar danos economicamente inaceitáveis na cultura da cana-de-açúcar, além de executar e promover ações de educação fitossanitária.

b) Contexto

A estimativa da produção nacional de cana-de-açúcar para a safra 2007/08 destinada à indústria sucroalcooleira é de 475,07 milhões de toneladas, das quais 47,0% (223,48 milhões de toneladas) são para a fabricação de açúcar e 53,0% (251,59 milhões de

toneladas) são para a produção de álcool. Quando comparada à safra 2006/07, verifica-se um crescimento de 10,62% (45,60 milhões de toneladas). No Norte/Nordeste, o aumento foi de 11,24% (6,23 milhões de toneladas). O referido aumento foi em função das boas condições climáticas, dos bons tratos culturais, da irrigação e da introdução de novas variedades mais produtivas. No Centro-Sul verifica-se um incremento de 10,52% (39,37 milhões de toneladas).

A área ocupada atualmente com essa cultura é de 6,96 milhões de hectares, superior em 13,00% (800,4 mil hectares) à da safra anterior. Desse total, 82,37% (5,74 milhões de hectares) estão na região Centro-Sul e os 17,63% (1,22 milhões de hectares) restantes, na região Norte/Nordeste.

É inevitável que o trânsito de material de propagação entre os estados favoreça a dispersão de doenças, pragas, nematóides, que têm sido monitorados nas áreas de produção, porém com a finalidade de manter custo/benefício adequado às usinas ou produtores associados, e não com o objetivo de fornecimento de mudas sadias para novas áreas.

Durante esse ano, alguns Serviços de Sanidade Agropecuária das SFAs do MAPA realizaram contatos com responsáveis técnicos de usinas para levantamentos da situação das pragas de importância econômica para a cultura.

c) Resultados

Estado de Mato Grosso do Sul

Empresas vistoriadas: Usina Naviraí Açúcar e Álcool; Safi Brasil Energia Ltda.;LDC Bioenergia S/A – unidade Rio Brilhante; LDC Bioenergia S/A – unidade Maracaju; Energética Santa Helena Ltda; levantamento dos problemas fitossanitários da cultura da cana-de-açúcar no Estado de Mato Grosso do Sul, assim como a conferência dos dados de produção de açúcar e álcool nas usinas sucroalcooleiras.

Na Usina Naviraí, em termos de fitossanidade, a broca da cana (*Diatraea saccharalis*) é o principal problema da empresa com uma intensidade de infestação de 2,1%. O controle da broca é realizado biologicamente pela liberação de ovos da vespa *Cotesia flavipes*, parasita das brocas, através de criações próprias em laboratórios da usina; complementarmente é usado um inseticida fisiológico para o controle das mariposas adultas. Cigarrinhas e cupins não representam problemas nas áreas de cultivo da empresa, realizando-se somente o acompanhamento do nível populacional das cigarrinhas. Formigas cortadeiras são controladas por termonebulização de inseticida. A presença de nematóides

dos gêneros *Meloidogyne* e *Pratylenchus* demandam a utilização de nematicidas no sulco de plantio. Quanto às doenças, o controle é unicamente pela resistência varietal, descartando-se variedades suscetíveis. Materiais de propagação de variedades novas são trazidos *in vitro* ou quando necessário o uso de material vegetativo, exige-se o tratamento térmico visando evitar a introdução de doenças, principalmente o raquitismo, doença de fácil disseminação pelos instrumentos de corte. Nas áreas de viveiro é realizado o rouguing para manter a pureza varietal e sanidade das mudas.

Na Usina Safi, a broca da cana é a principal praga dos canaviais da empresa. O controle da broca é feito pela vespa *Cotesia flavipes*. As cigarrinhas também são controladas biologicamente pelo fungo entomopatogênico *Metarizhium anisopliae*. Formigas cortadeiras foram relatadas como de importância secundária nas áreas da empresa e, sendo necessário seu controle, este é feito por iscas. Os cupins são controlados por inseticida nas áreas que a amostragem demonstra a necessidade do seu controle. A resistência varietal é a única forma de controle das doenças no campo. Materiais de propagação são adquiridos de viveiros de outras usinas, sendo citada a usina Nova América do Estado de São Paulo, sendo a única garantia de sanidade desses materiais os cuidados técnicos na empresa de origem. Nos viveiros é realizado o rouguing para garantir a pureza da variedade e a eliminação de plantas doentes. Não foi constatado o ataque de migdolus (*Migdolus fryanus*) na cultura da cana-de-açúcar na região e a infestação de nematóides não exige controle.

Na LDC Bionergia, a broca da cana (*D. saccharalis*) foi citada como a principal praga da cultura nas áreas da usina com uma incidência de 1,77%, sendo usado o controle biológico com *Cotesia flavipes* e inseticida fisiológico de forma complementar. As cigarrinhas dos *gêneros Mahanarva* e *Deois* são controladas biologicamente pela aplicação do fungo *Metarizhium anisopliae* e por inseticidas. Inseticida no sulco de plantio e nas soqueiras garante o controle de cupins, enquanto a termonebulização de inseticida é usada para o controle das formigas cortadeiras. Para *Migdolus fryanus* é usado um inseticida específico na soqueira e outro inseticida no preparo de solo, além do controle cultural por aração do solo. Somente a resistência varietal é usada para o controle de doenças, sendo descartadas as variedades mais suscetíveis. Principalmente nos viveiros é utilizado o rouguing para o controle do carvão (*Ustilago scitaminea*): eliminação das plantas que emitem o “chicote”, principal característica na identificação da doença. Em áreas específicas onde a população de nematóides é maior, utilizam-se nematicidas no sulco de plantio. Materiais de propagação de variedades novas são introduzidos somente in vitro para posterior multiplicação e, quando utilizado material vegetativo, este é oriundo dos viveiros da unidade da mesma empresa localizada no município de Maracaju/MS, onde as empresas de

fornecimento e de pesquisa de variedades mantêm campos experimentais. A introdução e disseminação da broca gigante (*Telchin licus*) nas lavouras do Estado, foram citadas como as principais preocupações da equipe técnica da empresa. Na unidade de Maracaju, também a broca da cana (*D. saccharalis*) é a principal praga enfrentada com uma intensidade de infestação de 1,01%. O controle da broca é feito pelo microhimenóptero *Cotesia flavipes*, via aquisição e distribuição dos seus ovos na lavoura. As cigarrinhas exigem controle biológico com o fungo *Metarizhium anisopliae* e aplicação de inseticida. Para as formigas cortadeiras e migdolus (*M. fryanus*) são utilizados inseticidas por termonebulização e aplicação no solo, respectivamente, em áreas específicas. O cultivo de variedades resistentes (controle cultural) é o único e mais eficaz método de controle das doenças. Ainda são utilizados o rouguing nos viveiros para controle da escaldadura (*Xanthomonas albilineans*) e aração para migdolus como métodos de controle cultural. Na variedade SP 81 3250, por não haver outra variedade resistente com características agronômicas semelhantes, quando necessário, é feito o tratamento térmico nos colmos para a formação de novos viveiros, visando a eliminação da bactéria *Xanthomonas albilineans*, agente causal da escaldadura. São fornecedores e/ou pesquisadores de material de propagação a CTC, Canavialis e Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) que garantem a sanidade de novas variedades introduzidas, sendo que periodicamente a CTC realiza a avaliação fitossanitária dos materiais de propagação utilizados pela empresa.

Na Usina Santa Helena, com 6,42% de intensidade de infestação, a broca da cana (*D. saccharalis*) apresenta-se como a principal praga dos canaviais da usina e para seu controle são utilizados os controles biológicos com *Cotesia flavipes* e experimentalmente com o parasitóide de ovos *Trichogramma* spp., além do uso de inseticida fisiológico. Migdolus e cupins são pouco problemáticos na região atualmente sendo que quando necessário, para migdolus faz-se o revolvimento do solo e aplicação de inseticida no preparo da área infestada, além do uso de feromônios para atração de machos (controle biológico). Para cupins utiliza-se o controle químico nas áreas específicas de ataque da praga. O controle de nematóides é feito pela aplicação de inseticida/nematicida no sulco de plantio. Para formigas cortadeiras faz-se uso de iscas e termonebulização de inseticida. A resistência varietal é forma mais eficiente de controle das doenças da cana-de-açúcar. Um convênio entre a empresa e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) prevê que novas variedades sejam testadas nas áreas da usina e, se viáveis, são multiplicadas e plantadas comercialmente, garantindo, dessa forma a sanidade dos materiais na introdução de novas variedades.

Estado da Paraíba

Celebração de convênio com a Associação de Plantadores de Cana da Paraíba – ASPLAN-PB - A implantação de variedades promissoras resistentes à doença do carvão para a renovação da área de cana-de-açúcar dos pequenos produtores da Região do Vale do Piancó no Sertão Paraibano e da Região do Brejo.

Do total da produção prevista de 1.200 t (15 ha x 80t/ha) de cana semente das 03 (três) variedades, 70%, ou seja, 840 t são destinados a 84 pequenos produtores de cana beneficiários do projeto, isso tomando por base a distribuição 10 t por produtor; enquanto 30%, o equivalente a 360 t, à renovação do campo de produção de sementes da ASPLAN/PB, visando à continuidade do trabalho de multiplicação e de distribuição ao produtor. Logo, a introdução dessas variedades significa o aumento da ordem de 30% da produção em relação às cultivares antigas.

No que diz respeito aos controladores biológicos, o *Metarhizium anisopliae* utilizado no controle da cigarrinha dos canaviais e a Cotesia *flavipes* na broca comum da cana-de-açúcar são produzidos nos dois Laboratórios da Estação Experimental de Camaratuba. Após essa fase de produção, os mesmos serão aplicados, respectivamente, em duas Unidades de Teste e Demonstração – UTD, a serem instaladas na Estação Experimental de Camaratuba. A terceira Unidade, como testemunha, será instalada no Assentamento Margarida Maria Alves, no município de Alagoa Grande/PB.

Por conseguinte, o Projeto proporcionará a produção de 4.800 doses de *Metarhizium anisopliae* para o controle da cigarrinha dos canaviais a ser aplicado em 1.200 hectares de cana-de-açúcar (04 doses/ha) beneficiando 120 produtores, cujo parâmetro para o cálculo do público beneficiário é a área média de cultivo de 10 ha/produtor. A produção prevista de 72.000.000 unidades de *Cotesia flavipes* no controle da broca comum será aplicada em 12.000 hectares cana-de-açúcar (6.000 indivíduos/ha), beneficiando 1.200 produtores, também considerando o cultivo médio de 10 ha/produtor. O que se prevê do trabalho é a redução em torno de 30% do custo de produção para os pequenos produtores de cana.

c) Orçamentário e Financeiro

Tabela 41 – Metas e resultados da ação

Previsto		Realizado	
Física (ha)	Financeira (R$)	Física (ha)	Financeira (R$)
1.970.816	132.461,80	1.840.816	122.331,76

4.1.2.6 - Programa 0362 – Desenvolvimento Sustentável das Regiões Produtoras de Cacau

Ação: Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura - PCPCACAU

Código: 22101.20603.0362.4726-0001

a) Objetivo

Garantir a prevenção e o controle de pragas quarentenárias e não quarentenárias regulamentadas na cacauicultura. Estratégia: Coordenação, fiscalização e definição de uma política fitossanitária. Local: AM, AC, RR, RO, PA, BA e ES. Participantes: MAPA, CEPLAC, Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal, Associações de Produtores, Órgãos de Pesquisa e Produtores.

b) Contexto

A produção brasileira de cacau em 2006 foi aproximadamente de 260 mil toneladas, com uma renda circulante na cadeia produtiva de cerca de R$ 690 milhões. O Programa Cacau no Brasil possui registro de 50.300 famílias assistidas diretamente e é responsável pela geração de 500.000 empregos, diretos e indiretos.

No meio rural a cacauicultura é uma das atividades que mais emprega mão-de-obra. Para cada 1.000 ha de cacaueiros plantados são criados 250 novos postos de trabalhos diretos e 1.000 postos indiretos. Além de sua importância social e econômica, a cultura do cacaueiro apresenta um forte caráter conservacionista. A mensuração exata das perdas e/ou prejuízos diretos e/ou indiretos, ocasionadas pelas doenças de plantas torna-se difícil, sendo efetuadas diversas estimativas. A Organização Mundial para Alimentação e Agricultura- FAO considera que as doenças de plantas são responsáveis, em média, por cerca de 12% das perdas anuais na produção agrícola.

A podridão-parda (*Phytophthora* spp.), seguida pela vassoura-de-bruxa (*Crinipellis* perniciosa) e monilíase (*Moniliophthora roreri*) são as pragas responsáveis pela perda de aproximadamente 730 mil toneladas de amêndoas de cacau ou 25 % da produção mundial.

As Superintendências do MAPA em parceria com a CEPLAC atuaram de maneira integrada com os Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal nos estados, supervisionando os trabalhos de levantamentos de pragas em campo e principalmente para evitar a entrada, estabelecimento e dispersão da monilíase do cacaueiro em território

brasileiro, pois levantamentos mais recentes constataram a doença em regiões próximas à fronteira do Brasil (Acre) com o Peru.

c) Resultados

As ações e estratégias para conter a introdução e o estabelecimento da doença se baseiam na sua epidemiologia e distribuição geográfica, fundamentadas no Decreto nº 24.114 de 12 de abril de 1934, na I.N. nº 38/1999 de 14/10/1999, no Decreto nº 5741 de 30/03/06.

Atividades desenvolvidas em 2007:

- Realização do I Encontro sobre a Monilíase do Cacaueiro, realizado em Belém-PA, de 12 a 15 de março de 2007.
- Elaboração do Plano de Contingência para a Monilíase do cacaueiro - metodologias para evitar a introdução e o estabelecimento da monilíase, assegurando a manutenção do estado fitossanitário da cacauicultura nacional para preservação da competitividade da atividade e garantia dos procedimentos de certificação fitossanitária, tanto em nível interno quanto externo
- Prospecções para monitorar a presença da monilíase nas áreas de cacaueiros nos Estados do Acre e Amazonas fronteira com Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela;
- Intensificação da fiscalização em portos, aeroportos e postos de fronteira visando à interceptação de produtos agrícolas, bagagens de passageiros provenientes de locais onde há ocorrência da monilíase**.**

d) Orçamentário e Financeiro

Dos R$ 350.000,00 previstos na LOA, foram contingenciados R$ 128.205,00 e de crédito provisionado foram R$ 221.795,00. Na execução da ação foi empenhado R$ 210.705,25, o que correspondem a 95%. Ressaltamos que estes recursos foram insuficientes para desenvolvimento de ações de prevenção e controle de pragas da cultura no ano de 2007.

Tecnicamente, foi planejada a meta de 92.119 ha referente a área monitorada nos trabalhos de campo, a qual foi totalmente atingida, conforme tabela abaixo.

Tabela 42 – Metas e resultados da ação

Previsto		Realizado	
Física	Financeira	Física	Financeira
92.119 ha	R$ 221.795,00	92.119 ha	R$ 210.705,25

4.1.2.7 - Programa 0350 – Desenvolvimento da Economia Cafeeira

Ação: Prevenção e Controle de Pragas da Cafeicultura - PCPCAFE

Código – 22.101.20.603.0350.4782 – 0001

a) Objetivo

Esta ação tem como objetivo preservar a sanidade da cafeicultura nacional, por meio de inspeções em viveiros produtores de mudas de café, levantamentos fitossanitários, supervisão dos trabalhos de órgãos estaduais de defesa sanitária vegetal e aquisição de materiais permanentes para emprego no sistema de avisos fitossanitários da cafeicultura de Minas Gerais.

b) Contexto

Os recursos para investimentos destinam-se a apoiar o sistema de avisos fitossanitários da cafeicultura do Estado de Minas Gerais, que consiste em estações metereológicas automatizadas que geram boletins de avisos fitossanitários a partir da coleta, registro de dados climáticos e associação com dados fenológicos da cultura do café, os quais auxiliam a tomada de decisão dos agentes envolvidos em todas as etapas de produção.

As informações geradas nas estações de avisos fitossanitários administradas pelo MAPA/Fundação PROCAFÉ contribuem para a caracterização do efeito integrado de fatores bióticos e abióticos no desempenho final da lavoura do café. Com isto, contribuem para a implementação de práticas de manejo integrado que reduzem custos de produção e danos ao meio ambiente. Dentre os impactos observados e/ou esperados com a utilização destas informações, podem ser citados:

- Atualização mensal e acumulativa das informações relacionadas ao efeito das condições climáticas no desenvolvimento da lavoura cafeeira e incidência de pragas e doenças, para a região de abrangência das estações de avisos fitossanitários.
- Avaliação e acompanhamento da infestação de pragas e doenças do café ao longo do ano, permitindo alertar para a época adequada e eficácia de métodos e técnicas de controle fitossanitário.
- Acompanhamento do balanço hídrico para a planta, e alerta dos seus efeitos nas produções pendentes e futuras.
- Estímulo para adoção ao manejo integrado para o controle de pragas e doenças.
- Contribuição para a formação de uma consciência fitossanitária entre os produtores.
- Redução de custos de controle a partir de um menor uso de defensivos.
- Redução do desequilíbrio biológico e proteção do meio ambiente (solo, ar e água).
- Utilização de produtos com menor potencial residual.
- Aumento da produtividade e competitividade do setor cafeeiro, pela redução das perdas devido ao ataque de pragas e doenças e pela melhoria da qualidade final do produto colhido.
- Subsídio ao setor junto aos órgãos oficiais nas tomada de decisões, tendo em vista o registro e constatação de condições climáticas adversas à cultura.

c) Resultados

O orçamento aprovado pela LOA/2007 foi de R$ 350.000,00 tendo sido contingenciados R$ 168.379,24 e provisionados R$ 181.620,76. Foram empenhados R$ 176.694,93 dos quais foram liquidados R$ 11.035,42, o que equivale a 6,25 % do total empenhado. Por sua vez foram pagos R$ 9.236,46 que equivalem a 83,70 % do total liquidado.

A execução financeira referente às despesas de custeio foi de 78,41%, pois foram empenhados R$ 11.780,37 e liquidados R$ 9.236,46. A execução financeira referente às despesas de investimento foi de 1,09%, pois foram empenhados R$ 164.914,66 e liquidados R$ 1.798,96.

O Fax SEDESA/DT/SFA/MG nº 005/2008 informa que foram adquiridos os seguintes materiais permanentes com recursos do PI-PCPCAFÉ: 01 projetor de multimídia (datashow), 02 aparelhos de ar condicionado de 18.000 BTU's, 1 veículo (Parati) e 02

notebooks. Em resposta, encaminhamos, em 28/01/2008, o Fax DPCP/CGPP nº 20/2008 que solicita justificativa para a não aquisição de três estações meteorológicas automatizadas, para a qual foram destinados recursos no mês de outubro de 2007, conforme programações no SIOR nºs 2007OD139591, 2007OD139589 e 2007OD139587.

A Portaria nº 114, de 06 de novembro de 2007 submeteu à consulta pública, durante 45 dias, o Projeto de Instrução Normativa que estabelece os procedimentos para inspeção fitossanitária de viveiros produtores de mudas de café.

A área controlada inicialmente prevista na LOA era de 100.000 ha, tendo sido corrigida para 184.097 ha. Segundo informações fornecidas pelos coordenadores de ação estadual junto ao sistema SIPLAN, a meta física foi dividida ao longo de doze meses, abrangendo em torno de 15.300 ha por mês, com 100% de execução.

d) Orçamentário e financeiro

Tabela 43 – Metas e resultados da ação

Previsto		Realizado	
Física	Financeira	Física	Financeira
184.097 ha	R$ 181.620,76	184.097 ha	R$ 11.035,42

4.1.2.8 - Programa 0354: Desenvolvimento da Fruticultura

Ação: Erradicação da Mosca da Carambola - ERRADMOSCA

Código: 22101.20603.0354.4738 – 0001

a) Objetivo

Impedir o estabelecimento e propagação em Território Brasileiro da Mosca-da-Carambola, a partir do Estado do Amapá, mediante a manutenção do status da praga como Quarentenária Presente (somente localizada no Amapá) até a erradicação.

b) Contexto

A Bactrocera carambolae é uma praga de grande importância econômica para países produtores e exportadores de frutas. Seu potencial de danos diretos (ataque

aos frutos) e indiretos (restrições quarentenárias dos países que não têm a praga quanto aos produtos hospedeiros daqueles que a têm) é muito grande.

O “Estudo de Viabilidade Econômica da Erradicação da Mosca da Carambola na América do Sul” indica que o risco econômico potencial caso a praga disperse pelo território nacional foram estimados em 30,8 milhões de dólares no primeiro ano e 92,4 milhões de dólares no terceiro, afetando também a biodiversidade da região amazônica. Há que considerar os efeitos nocivos da utilização de agrotóxicos no combate ao inseto, as perdas dos produtores devido ao dano no campo, perda de mercados de exportação de frutas, custos mais elevados para o controle no campo, incluindo monitoramento, supervisão e tratamentos bancados pelo Governo Federal. A presença da *B.carambolae* significa uma séria ameaça à produção de frutas e vegetais frescos em países como o Brasil, Venezuela, Colômbia, e região do Caribe, tanto pelos danos diretos aos frutos quanto pelas perdas potenciais na exportação devido às restrições quarentenárias.

São aproximadamente trinta os hospedeiros da *Bactrocera carambolae* sendo considerada primária a carambola, manga, goiaba, maçaranduba, laranja caipira (da terra), sapoti, jambo vermelho, ginja e secundários o caju, jaca, laranja doce, pomelo, tangerina, fruta pão, gomuito, pimenta picante, pimenta do diabo bilimbim abiu, pitanga, acerola, tomate, bacupari, jambo rosa, jambo branco, jambo de água, amendoeira, cajá ou taperebá e jujuba.

A mosca das frutas são as maiores barreiras fitossanitárias para o agronegócio fruticultura, a presença da *Bactrocera carambolae* em estados exportadores de frutas suspenderia as exportações de frutas para mercado americano e asiático.

Os dez maiores compradores de frutas brasileiras em 2007 foram Argentina, Estados Unidos, Uruguai, Chile, Indonésia, Paraguai, Tailândia Canadá e Alemanha, sendo que a mosca da carambola é um requisito fitossanitário para todos os países citados.

São três tipos de perdas e custos causados pela Mosca da Carambola: perdas dos produtores devido ao dano no campo, perda de mercados de exportação, e custos mais elevados para o controle no campo, incluindo monitoramento, supervisão e tratamentos bancados pelo Governo Federal.

O Programa de Erradicação da Mosca da Carambola PEMC contemplado pelo Decreto Presidencial nº 2226, de 27 de maio de 1997, considera a região do Oiapoque/Amapá como área emergencial.

Devido às ações de controle realizadas pelo Brasil a praga foi caracterizada como PRAGA QUARENTENÁRIA A2 (área localizada e sob controle oficial), pelo Comitê de Sanidade do Cone Sul/COSAVE. Nestes casos todos os outros estados da federação são

considerados livres não sofrendo restrições fitossanitárias. Este controle torna possível a manutenção do status da praga como Quarentenária Presente, delimitada em uma área e com controle oficial, o que mantém os mercados de exportação de frutas e torna possível a abertura de novos mercados.

a) Atividades realizadas no Programa de Erradicação da Mosca da Carambola:

- Atividades de realizadas no Estado Amapá onde a praga está localizada: ações de monitoramento, controle, educação sanitária e planos emergenciais, capacitação de técnicos.

- Atividades realizadas em estados considerados de alto risco como Pará. Amazonas, Maranhão, Roraima: ações de monitoramento com no mínimo 50 armadilhas localizadas em portos ,aeroportos e postos de ingresso, fronteiras e locais de transito considerado como risco de dispersão.

- Atividades realizadas em estados considerados de médio risco como o Acre, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul . Mato Grosso. Instalação de no mínimo de 20 armadilhas e monitoramento.

- Atividades realizadas em estados considerados de baixo risco: Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, estados do Nordeste, Sudeste, Sul.

- A capacitação dos técnicos obedece à prioridade conforme a condição de risco de dispersão da praga.

A Superintendência Federal de Agricultura do Amapá é responsável pelas atividades de monitoramento e controle da *Bactrocera carambolae* utilizando armadilhas, distribuição de iscas e o feromônio Metil Eugenol nos dezesseis municípios do estado, capacitações de multiplicadores do Programa de Educação Sanitária.

ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTADO DO AMAPÁ:

Dois fatores dificultam o controle do combate da *Mosca-da-Carambola* está relacionado com as características fisiográficas da região, em face de porosidade nas entradas e saídas de uma malha hidrográfica que dificulta a fiscalização do trânsito de pessoas, mercadorias e frutos. O outro é a falta de uma ação enérgica por parte da Guiana Francesa na erradicação dessa praga do seu território, o que torna uma zona de altíssimo risco, facilitando sua disseminação às áreas indenes do Estado do Amapá.

a) Monitoramento dos dezesseis municípios do Amapá.

b) Monitoramento de frutos de áreas de foco e que já de focos erradicados

c) Atividades de controle como a técnica de aniquilamento de machos.

d) Projeto de Educação Sanitária da Mosca da Carambola.

e) Implementação de Planos Emergenciais nas áreas monitoradas onde forem detectados focos.

f) Atividades como fiscalização dos vôos da rota Oiapoque/ Macapá (que são realizadas em Macapá devido à ausência do fiscal federal agropecuário).

g) Projeto de Pesquisa MAPA/SETEC no Oiapoque e Porto Grande.

h) Fiscalização das rotas de risco: (sob responsabilidade do governo estadual e não realizada).

A praga foi detectada em 10 municípios do Estado desde 1996 até a presente data, no entanto alguns focos foram erradicados. Em virtude dos elevados índices de capturas da *Mosca-da-Carambola* nos municípios de Oiapoque, Porto Grande e Calçoene foram elaborados Planos Emergenciais .Houve uma forte expansão na capital e no município vizinho de Santana, que passaram a merecer uma atenção maior, delineada no Plano Emergencial de Erradicação à Mosca da Carambola em Macapá e Santana.

Os referidos Planos Emergenciais consistem nas seguintes ações: Ações de monitoramento, distribuição de iscas de aniquilamento; pulverização de plantas hospedeiras; ampliação de armadilhas tipo *Jackson*; instalação de armadilhas tipo McPhail; Coleta e destruição de frutos; Contacto com autoridades do município e sensibilização das comunidades por meio do projeto de educação sanitária.

São monitorados dezesseis municípios, 737 armadilhas Jackson e 562 armadilhas McPhail, num total de 1299 armadilhas com monitoramentos quinzenais.

ATIVIDADES REALIZADAS NO ESTADO DO PARÁ:

A primeira detecção da *B. carambolae* no distrito de Monte Dourado no Pará ocorreu no dia 12 de fevereiro de 2006 com a captura de três espécimes machos. A partir do dia 14/02/2007, equipes da SFA/PA, ADEPARÁ e SFA/AP se deslocaram para Monte Dourado e Laranjal do Jarí com o objetivo de implementar as ações do plano de contingência. Em 48 horas foram adotadas as medidas de emergência para erradicação dos focos detectados em Laranjal do Jarí e da extensão destes em Monte Dourado.

O Vale do Jarí é uma região compreendida pelos municípios de Laranjal do Jarí (LJ) no Amapá e pelo distrito de Monte Dourado (MD), Almeirim-Pará, separados pelo rio Jarí, de aproximadamente 200m de largura, representando uma área contígua com as

mesmas características de clima e vegetação.

O Plano Emergencial do Vale do Jarí contempla as ações de monitoramento da mosca da carambola (*Bactrocera carambolae*), visando verificar a flutuação populacional nas áreas de foco e delimitar a área de ocorrência bem como as medidas de combate para erradicação da praga na região.

As atividades estão sendo realizadas pela SFA/AP, SFA/PA, ADEPARA, Prefeitura de Laranjal do Jarí, Vitória do Jarí e Prefeitura de Almeirim considerando-se que a área de foco deve ser tratada como um todo para o sucesso do trabalho, tendo em vista que a erradicação de uma área depende do trabalho bem feito na outra, respeitada a divisão geopolítica dos estados e municípios. Desta forma, em Monte Dourado e Laranjal do Jarí estão sendo adotadas medidas enérgicas de controle como pulverizações, coleta de frutos e a técnica de aniquilamento de machos, erradicação de caramboleiras e educação sanitária, sem as quais os focos não poderão ser erradicados.

Com a necessidade de realizar prospecção em área de maior abrangência houve uma expansão gradual das áreas trabalhadas tanto no município de Laranjal do Jarí como no Distrito de Monte Dourado. Desde o inicio da delimitação, em fevereiro de 2007 até a presente data, foram prospectadas 12 áreas em Monte Dourado e 20 áreas em Laranjal do Jarí. Os dados de monitoramento indicam a ausência da *Bactrocera carambolae* desde 08 de junho em Monte Dourado e 13 de agosto em Laranjal do Jari, perfazendo um total de 191 e 123 dias sem detecção respectivamente. As ações realizadas no plano emergencial iniciado em fevereiro de 2007 vêm obtendo sucesso sendo que em março de 2008, caso não haja detecção, estaremos declarando o foco como erradicado.

INDICADORES UTILIZADOS

ÁREA CONTROLADA: Entende-se por área controlada todo o Estado do Amapá onde a praga foi detectada e onde são realizadas as ações. Os estados considerados como área controlada são os estados do norte do país considerados de alto risco como o Amapá (14.281458,5 hectares) e Pára (124.768.951 ha), Amazonas (32.305,617 ha), Maranhão (33.198.329 ha), Tocantins (27762.091), Acre (15.258.139 ha), Rondônia (23.757.617 ha), chegando em torno de 293.762.100 hectares de área controlada.

ÁREA PREVENIDA: Entende-se por área prevenida toda aquela que, por meio das ações de controle realizadas no Amapá estão prevenidas ou livres da mosca da carambola. As áreas livres de mosca da carambola no Brasil são as 26 Unidades da Federação, ou seja 851.487.659,900 hectares.

c) Resultados

A equipe do Programa desenvolve as ações de monitoramento, controle, erradicação da praga em uma região inóspita onde as dificuldades são imensas desde no que se refere a estradas, clima e outros entraves ressaltados nos entraves. No entanto, apesar de todos os problemas, existe apoio do Departamento de Sanidade Vegetal para a condução do programa. Assim sendo, com muito trabalho e seriedade a praga está controlada no Amapá e em vias de erradicação no Vale do Jarí.

a) Declaração de foco erradicado no Vale do Jarí: Foram adotadas medidas enérgicas de controle como pulverizações, coleta de frutos e a técnica de aniquilamento de machos, erradicação de caramboleiras e educação sanitária sem as quais os focos não poderão ser erradicados. Em março de 2008 caso não haja detecção declararemos o foco como erradicado. Os dados de monitoramento indicam a ausência da *Bactrocera carambolae* desde 08 de junho em Monte Dourado e 13 de agosto em Laranjal do Jari, perfazendo um total de 191 e 123 dias sem detecção, respectivamente. Os recursos necessários foram aplicados, o que vem gerando resultados positivos ao plano emergencial.

b) Programa de Educação Sanitária no Estado do Amapá e Pará: Em 2007 foi fortalecido o Programa de Educação Sanitária do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola foi iniciado no Vale do Jarí e reativado no Amapá. Foram promovidos 07 Cursos de Multiplicadores que formaram 300 multiplicadores e que abrangem um total de 3248 alunos e 872 famílias. Foram promovidas também 7 palestras técnicas.

No Pará foram realizados cursos de multiplicadores em Monte Dourado, Almeirim, Santarém e Castanhal e no Amapá foram realizados cursos em Santana, Macapá, Mazagão, Laranjal do Jarí. Produção de material didático: 140.000 folders, 120.000 panfletos, 68.000 questionários (levantamentos, pré-testes, pós-testes), 40 álbuns seriados e 150 figuras autocolantes.

c) Convênio firmado entre o MAPA e ADEPARÁ para a realização de monitoramento das áreas de risco, fiscalização do transito e nas ações de erradicação do distrito de Monte Dourado, município de Almeirim, região do baixo amazonas e divisa com o estado do Amapá. Os recursos do PI ERRADMOSCA para este convênio foram da ordem de R$1.300.000,00, dos quais R$ 500.000,00 são do PI Erradmosca.

d) Fortalecimento da rede de monitoramento dos estados considerados de **ALTO RISCO:**

- Fortalecimento da rede de monitoramento do Pará: Foram instaladas armadilhas para monitoramento em 32 municípios considerados de alto risco num total 256 armadilhas Jackson e 40 McPhail.

- Fortalecimento da rede de monitoramento de Roraima estado considerado de alto risco onde foram instaladas 34 armadilhas Jackson principalmente na rodovia que liga Boa Vista a fronteira com a Guiana, área de foco da mosca da carambola.

- Fortalecimento da rede de monitoramento do Maranhão (alto risco) com a instalação de trinta armadilhas Jackson nos municípios : São Luís, Amapá do Maranhão, Boa Vista do Gurupi, Cândido Mendes, Carutapera, Godofredo Viana, Governador Nunes Freire, Junco do Maranhão, Luis Domingues e Maracaçumé.

- Fortalecimento da rede de monitoramento do Amazonas: Foram instaladas cerca de 100 armadilhas localizadas em Manaus, Parintins e Nhamundá que ficam na fronteira com o Pará .

e) Fortalecimento da rede de monitoramento de estados de **MÉDIO RISCO**:

- Fortalecimento da rede de monitoramento do Acre com a instalação de 30 armadilhas localizadas nos municípios de Assis Brasil, Sena Madureira, Plácido de Castro, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia, Brasiléia, Fronteira com o Amazonas e Roraima;

- Fortalecimento da rede de monitoramento em Rondônia com a instalação de 27 armadilhas Jackson localizadas nos municípios de Porto Velho, Guajará-Mirim, Machadinho do Oeste e Ji-Paraná em portos, postos fixos e nos pontos de entrada de vegetais no estado.

f) Fortalecimento da rede de monitoramento de estados de **BAIXO RISCO** :

- Instalação de armadilhas nos estados do Sudeste, Centro Oeste. Sul, Nordeste com objetivo de comprovar a ausência da praga e servir de informação nas negociações internacionais para abertura do mercado de frutas.

g) Realização do I Workshop Internacional sobre Biologia e controle da Bactrocera em zonas tropicais e temperadas com a presença de 230 pessoas.

h) I Curso de Capacitação em Erradicação da Mosca da Carambola – 56 técnicos, entre fiscais federais agropecuários e fiscais das Agencias de Defesa das áreas consideradas de alto e médio risco.

i) Palestras proferidas pela coordenação nacional sobre as ações do Programa de Erradicação : FRUTAL Amazônia, FRUTAL/ Ceará, FENAGRI – Petrolina – PE , Câmara Municipal de Almeirim, Monte Dourado no Pará. Encontro Nacional de Fitossanitaristas do MAPA, III Curso Internacional sobre Mosca das Frutas.

j) Convênio Firmado com a Organização Social Biofabrica MoscaMed Brasil no valor de R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) para realização do I Workshop

Internacional sobre Biologia e controle da *Bactrocera* em zonas tropicais e temperadas. I Curso de Capacitação em Erradicação da Mosca da Carambola. III Curso Internacional de Mosca das Frutas, para 28 técnicos com ênfases na taxonomia, ações de controle da mosca e situação atual do Programa Nacional de Erradicação da Mosca da Carambola. Confecção de material educação sanitária.

d) Orçamentário e financeiro

Foram aprovados na LOA em 2007 R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), e o limite de R$ 1.267.400,00 foi disponibilizado para o desenvolvimento das ações. Desses recursos, 99,67% foram utilizados (R$ 1.263.217,58).

Tabela 44 – Metas e resultados da ação

Previsto		Realizado	
Física	Financeira	Física	Financeira
293.762.100 ha	R$ 1.267.400,00	293.762.100 ha	R$ 1.263.217,58

Recursos no valor de R$ 715.298;70 foram empenhados para o pagamento do Pregão 42/07 sendo que a maioria dos pagamentos ainda não foi realizada. Com o Projeto de Educação Sanitária foram disponibilizados cerca de R$ 36.383,04 (trinta e seis mil, trezentos e oitenta e três reais e quatro centavos).

Devido à detecção do foco de Monte Dourado/Laranjal do Jarí e o aumento de focos no Amapá houve necessidade de disponibilizar recursos dos seguintes PIs: PI CPFRUT foram utilizados R$ 214.192,00 e do PI VIGIFITO R$ 359.128,08. Portanto, para a segurança fitossanitária no que se refere ao PI Erradmosca, deve ser defendido um aumento de recursos para 2008, pois os recursos aprovados para 2007 não foram suficientes para condução do Programa

Ação: Erradicação do Cancro Cítrico - ERRADICC

Código: 22101.20603.0354.4804 – 0001

a) Objetivo

O objetivo dessa ação é elevar a produtividade, as exportações e a geração de emprego e renda da cadeia citrícola, por meio de levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação na cultura dos citros para a praga *Xanthomonas axinopodis* pv. *citri*, adoção de barreiras fitossanitárias, elaboração de normas e celebração de acordos internacionais.

b) Contexto

O Brasil é hoje o maior produtor de citros do mundo, com cerca de 18.8 milhões de toneladas produzidas. O produto e seus subprodutos respondem por exportações anuais da ordem de US$ 1,3 bilhão/*ano*, deste, US$ 26 milhões são de exportações de frutas frescas para União Européia e Paises Árabes, com uma produção de 150.000 toneladas/ano. A produção brasileira de cítricos está presente em todas as regiões do país, com destaque para o Sudeste, Nordeste e Sul, com 98,4 % da produção de laranja do país. Daí a importância dos programas de controle e erradicação de pragas visando aumentar o comércio de frutas e conseqüentemente o saldo do agronegócio brasileiro.

Esta ação visa à erradicação da praga através do cumprimento de protocolos, restrições fitossanitárias de países importadores e cumprimento da legislação nacional. É uma Praga Quarentenária Presente, sob controle ativo oficial nos estados de SP, PR, SC, RS, MG, MS e RR. Também atuamos com ações preventivas nos Estados de GO, ES, SE, PA.

As atividades para erradicação e levantamentos fitossanitários do Cancro Cítrico estão sendo realizadas pelos Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal e as Superintendências Federais de Agricultura (SFA) na Coordenação, supervisão, fiscalização e auditorias destas ações. Executam ação, prioritariamente, os órgãos oficiais de defesa agropecuária, Secretarias de Agricultura ou entidades especificamente estruturadas para esse fim, a exemplo das Agências de Defesa Agropecuária dos Estados. Instituições privadas, a exemplo de associações de produtores de citros, cooperativas de produção e FUNDECITRUS, também participam das atividades de execução da Ação na conscientização fitossanitária e inspeção de plantas.

c) Resultados

Neste ano, foram priorizados os estados de MG, SP e PA, tendo em vista a falta de recursos para atender os convênios com outros estados. Nos estados de GO, ES,

SE, PR, SC, RS, MS e RR, os recursos foram destinados a apoiar o deslocamento de pessoal para participações em reuniões, eventos e fiscalizações.

São Paulo é o estado que detém 84% da citricultura, e também é o maior estado exportador. Nesse Estado, conseguimos ter uma eficiência na erradicação que resultou em 0,08% de focos detectados, contra 0,19% em 2006. Em 2007, os trabalhos de erradicação do cancro cítrico abrangeram uma área de 367.230 hectares, com inspeção de 110.169.000 plantas e erradicação de 337.212 plantas.

d) Orçamentário e Financeiro

O orçamento aprovado pela LOA/2007 foi de R$ 3.800.000,00, após o contingenciamento ficou reduzido para R$ 3.555.619,53. Deste total foram aplicados R$ 3.519.595,06, totalizando 98,99% do montante liberado, que foram utilizados para as ações diretas e convênios.

Tabela 45 – Metas e resultados da ação

Previsto		Realizado	
Física	Financeira	Física	Financeira
367.230 ha	R$ 3.555.619,53	367.230 ha	R$ 3.519.595,06

Ação: Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura - CPFRUTI

Código: 22101.20603.0354.4804 – 0001

a) Objetivo

O objetivo dessa ação é garantir a sanidade na fruticultura, por meio de levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas, Portarias, etc.), celebração de acordos internacionais.

A execução das ações também poderá ser descentralizada, por meio do estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa fitossanitária.

b) Contexto

O Brasil é um dos três maiores produtores mundiais de frutas, com uma produção que supera os 34 milhões de toneladas. A base agrícola da cadeia produtiva das frutas abrange 2,2 milhões de hectares, gera 4 milhões de empregos diretos e um PIB agrícola de US$ 11 bilhões. Este setor demanda mão-de-obra intensiva e qualificada, fixando o homem no campo de forma única, pois permite uma vida digna de uma família dentro de pequenas propriedades e também nos grandes projetos. Para cada 10.000 dólares investidos em fruticultura, geram-se três empregos diretos permanentes e dois empregos indiretos. Visto por outro ângulo, 2,2 milhões hectares com frutas no Brasil significam quatro milhões de empregos diretos (2 a 5 pessoas por hectare). As principais atividades são realizadas nas seguintes culturas:

- ✓ Cultura da banana - Erradicação de focos do Moko da Bananeira (*Ralstonia solanacearum*) e Controle da traça da bananeira (*Opogona sacchari*).
- ✓ Cultura da maçã - Erradicação da traça da maçã (*Cydia pomonella*).
- ✓ Cultura da manga - Controle da mosca das frutas, com vistas exportação.
- ✓ Cultura do mamão - Erradicação do mosaico do mamoeiro, da meleira do mamoeiro e controle da mosca das frutas, com vistas à exportação.
- ✓ Cultura da uva - Prevenção e Controle da bacteriose da videira (*Xanthomona campestris pv. Viticola*): Desde 1998 observa-se na região de Petrolina e Juazeiro, o Cancro da Videira, causado pela bactéria *Xanthomonas campestris* pv *viticola*, que chegou a representar perdas de até 100% de pomares, em variedades consideradas suscetíveis. Medidas de prevenção, controle e erradicação do cancro da videira visam preservar a exportação de uvas para o mercado internacional, além de manter a sanidade de outras regiões produtoras do país. A Instrução Normativa 09/2006 dispõe sobre as medidas de prevenção, controle e erradicação da praga, além de definir as cultivares e seus respectivos graus de suscetibilidade à doença e adotar as exigências fitossanitárias para a produção de mudas de videira. Material propagativo e mudas são os meios mais eficientes de disseminação da doença, principalmente a longas distâncias, o que demanda rigorosa inspeção fitossanitária.
- ✓ Cultura dos citros – controle de pragas com vistas a exportação:

  - Controle da Mosca Negra dos Citros - Aplicação da legislação específica, controlando a disseminação da praga para áreas indenes. Convênio com a Universidade Federal do Estado Pará visando empreender ações no desenvolvimento e produção de inimigos naturais para o controle biológico da praga.

- Pinta Preta - Praga Quarentenária Presente, sob controle ativo e oficial. Neste ano foi implantado o Sistema de Manejo de Risco com o objetivo de manter o comércio e a exportação de fruta fresca cítrica, principalmente para o mercado europeu.
- Greening – Atualização da Instrução Normativa nº 32 de 29.09.06, delimitando as áreas afetadas e melhorando a metodologia de erradicação. Novos focos foram identificados no Paraná. Elaborado Plano de Contingência, imediatamente posto em ação.

✓ Cultura da goiaba - Prevenção E Controle Da Bacteriose Da Goiabeira: De acordo com dados do IBGE/2005, a área total plantada com a cultura da goiaba no país é de aproximadamente 16.400 ha. De todas as Unidades da Federação, somente os estados do Acre e Roraima não produzem goiaba. O estado de São Paulo é o maior produtor da cultura com 5.076 ha, seguido de Pernambuco, que responde por 4.512 ha plantados. A cultura está basicamente concentrada nas regiões Sudeste e Nordeste (85,6% da área nacional plantada). Embora o Brasil seja o maior produtor mundial de goiaba, sua participação no mercado internacional da fruta "in natura" é inexpressiva. O aumento da competitividade da goiaba e seus produtos se faz necessário no Brasil, devido à possibilidade de alavancar um grande volume de exportação, proporcionando divisas importantes para o País, além de proporcionar a geração de milhares de empregos em toda a cadeia produtiva. Só no Estado de São Paulo, a cultura da goiaba gera atualmente cerca de 9.000 empregos diretos no campo e mais de 10.000 empregos indiretos, na cadeia produtiva. Entre os fatores que limitam a produção da cultura no Brasil, encontra-se a ocorrência da bacteriose da goiabeira, causada pela bactéria *Erwinia psidii*. Também chamada de seca dos ponteiros, a doença foi responsável por perdas de 36% a 85% no Distrito Federal e de 60% a 70% em Minas Gerais, segundo relatos científicos. O Nematóide da Goiabeira (*Meloidogyne mayaguesis*) é outra praga de importância que afeta a cultura. Foi detectado pela primeira vez no país em 1998, nos municípios de Petrolina/PE, Curaçá/BA e Maniçoba/BA, causando danos bastante severos em pomares comerciais de goiabeira. Atualmente a praga está presente em pelo menos mais dez estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Paraná, Goiás, Minas Gerais, Santa Catarina e Espírito Santo (Figura 05). Devido ao alto grau de polifagismo, a praga não representa somente risco à exploração comercial de goiabeira, mas também, de diversas outras culturas de importância econômica. De acordo com pesquisas da EMBRAPA/Cenargen, a disseminação da praga pelo país está ocorrendo por meio de mudas, proveniente de viveiros

contaminados. Todavia, alguns artigos científicos apontam para uma possível ocorrência autóctone do nematóide, em alguns casos de áreas contaminadas.

As Superintendências do MAPA atuaram de maneira integrada com os Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal nos estados, supervisionando os trabalhos de levantamentos de pragas em campo.

c) Resultados

ERRADICAÇÃO DA Cydia pomonella

A SDA formalizou convênio com a Associação Brasileira dos Produtores de Maçã no valor de R$1.200.000,00 para ações de erradicação previstas no programa nacional de erradicação da *Cydia pomonella*. O monitoramento da praga nos 33.000 hectares de pomares comerciais é de responsabilidade do produtor, sob fiscalização do órgão estadual de defesa sanitária agropecuária. Cerca de 68,4% das propriedades informaram dados do monitoramento. Não houve detecção da praga em pomares comerciais. O programa de monitoramento prevê a instalação de 1.700 armadilhas em Lages, 1.200 em Vacaria, 400 em Bom Jesus e 1.200 em Caxias do Sul. A realização de uma boa distribuição das armadilhas na época adequada foi fundamental para observar os locais de presença da Cydia visando dar subsídios ao controle por meio da remoção de plantas hospedeiras. Em todas as áreas urbanas os resultados são muito significativos, mas é preciso analisar os números de Bom Jesus onde pelo terceiro ano seguido não foi observada a presença da praga. Em Lages e Vacaria, foram praticamente concluídos os trabalhos de remoção de árvores hospedeiras da praga. A remoção nesse caso contou com a intervenção de FFA do MAPA, com acompanhamento de força policial.

PREVENÇÃO E CONTROLE DO CANCRO DA VIDEIRA

Em 2006, testes de laboratório confirmaram a presença da bactéria no município de Boa Vista, no estado de Roraima, afetando as variedades Red Globe e Thompson. O órgão de defesa agropecuária do Estado foi informado do fato para que fossem adotadas as medidas legais, conforme determina a IN 09/2006. Ações de erradicação foram desenvolvidas com supervisão do SEDESA/RR. Foram erradicadas ao todo 3.600 plantas, com eliminação das variedades consideradas suscetíveis. Levantamentos fitossanitários realizados em março/2007 e reinspeções realizadas em setembro de 2007 não encontraram novos focos da praga em nenhuma das propriedades

levantadas. A propriedade onde foi encontrado o foco da doença, encontra-se no momento sob constante monitoramento.

Em Goiás, uma inspeção do SEDESA/GO constatou a presença da doença em Formosa, sendo o proprietário orientado a erradicar o material contaminado. Foi solicitado ao SEDESA/GO que verificasse a condição de erradicação do foco. As inspeções na propriedade e os laudos das amostras coletadas mostraram que o foco encontrado em 2006 foi totalmente erradicado. Levantamentos realizados em outras regiões produtoras de uva do estado entre os anos de 2006 e 2007 não detectaram a presença da praga.

PREVENÇÃO E CONTROLE DA BACTERIOSE DA GOIABEIRA

Dentre as ações desenvolvidas no ano de 2007, foi realizada Reunião sobre a Bacteriose da Goiabeira. A reunião teve por objetivo definir ações de prevenção e controle baseadas em informações provenientes do setor de pesquisa. Foram definidas como sugestões para implantação de normatização:

- A praga deve ser categorizada como uma Praga Presente sob controle oficial;

- Necessidade da realização de levantamentos da ocorrência da praga em todas as regiões produtoras com parceria entre SEDESAs e a Secretaria Estadual de Defesa Agropecuária dos Estados;

- Desenvolvimento de protocolo para orientar a coleta e análise de material;

- Realização de testes com metodologias existentes com o objetivo de encontrar alguma que seja capaz de detectar a praga na fase assintomática em mudas;

- Os pesquisadores estimaram em seis meses o tempo necessário para a realização de testes com as metodologias existentes;

- Para a realização desta pesquisa os pesquisadores solicitaram o apoio financeiro do MAPA para a contratação de dois estagiários para atuarem como colaboradores no projeto;

- Caso nenhuma das metodologias existentes mostre-se efetiva na detecção da *E. psidii* será necessário o desenvolvimento e validação de nova metodologia de detecção, este procedimento pode levar em média dois anos para ser concluído;

- Solicitar a Coordenação de Sementes e Mudas - CSM a revisão da norma de padrão de produção de mudas de goiabeira, com a inclusão da exigência de a produção de mudas de goiabeira ser realizada somente a partir de matrizes indexadas.

- A possibilidade de restrição do trânsito de mudas de Estados que apresentem a ocorrência da praga.

- A possibilidade de desenvolver algum material (cartilha ou folder), com informações simples e diretas de manejo da praga que sirvam como educação fitossanitária para melhoria na produção de goiaba.

Considerando-se que até o presente momento não existe metodologia ou protocolo para a detecção da praga em mudas, não foi possível a elaboração de Instrução Normativa, uma vez que não há como assegurar a sanidade das mudas de goiaba.

PREVENÇÃO E CONTROLE DO NEMATÓIDE DA GOIABEIRA

Foi solicitada a inclusão de *M. mayaguensis* como restrição fitossanitária na produção de mudas de goiabeira, bem como foi encaminhada a recomendação da Sociedade Brasileira de Nematologia quanto ao uso de substrato ou terra esterilizada na produção de mudas de goiabeira.

Para o controle do trânsito de mudas é necessária a inclusão da praga na lista de Pragas Não Quarentenárias Regulamentadas, conforme as normas para trânsito de vegetais em vigor no país.

VIABILIZAÇÃO DA SUSPENSÃO DO EMBARGO DAS EXPORTAÇÕES DO CAQUI DO BRASIL PARA O JAPÃO

Após a solicitação, em 2004, da abertura do mercado japonês ao caqui brasileiro, o Japão mostrou interesse no processo e manifestou-se sobre a necessidade de condução de estudos que demonstrem eficiência de tratamento quarentenário a frio, uma vez que aquele país possui restrições fitossanitárias às pragas *Ceratitis capitata* e *Anastrepha fraterculus*, ambas presentes em áreas de produção da fruta no Brasil.

Em 2007, o processo que trata do procedimento para viabilizar a suspensão do embargo às exportações de caqui do Brasil para o Japão foi novamente analisado pela DPCP/CGPP, nos aspectos que competem a essa Divisão.

Após análise da proposta do projeto para ensaios de tratamento a frio do caqui, elaborado pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP) em parceria com o Instituto de Física da Universidade de Brasília (UNB), a DPCP considerou que seriam necessárias novas adequações ao projeto, além das que já haviam sido identificadas em Parecer emitido em outubro/2005, com o objetivo de atender aos requisitos constantes do protocolo encaminhado pelo Ministério da Agricultura, Pesca e Florestamento do Japão.

Em outubro/2007 foi realizada, no Japão, uma reunião bilateral entre o MAPA e o Ministério da Agricultura, Pesca e Florestamento daquele país, onde, entre outros assuntos, discutiu-se a questão da abertura de mercado para o caqui brasileiro. No entanto, todo o processo ainda se encontra na primeira fase do trâmite protocolar, uma vez que ainda não foi enviado o projeto de pesquisa do tratamento a frio para análise pelo lado japonês.

c) Orçamentário e Financeiro

Tabela 45 – Metas e resultados da ação

Previsto		Realizado	
Física	Financeira (R$)	Física	Financeira (R$)
736.824	5.088.205,05	733.740	1.790.991,96

Ação: Prevenção e controle da Sigatoka Negra - SIGATOKA

Código/22101.22603.0354.4742-0001

a) Objetivos

Essa ação visa a elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio da prevenção e do controle da disseminação da sigatoka negra. Com essa finalidade são realizados levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, edição de normas (Instruções Normativas, Portarias, entre outras), celebração de convênios e acordos internacionais.

A Ação também visa impedir ou retardar o estabelecimento e propagação em território brasileiro da Sigatoka Negra, atuando na implantação de Áreas Livres onde a praga não está presente e de Sistema de Mitigação de Risco, onde a praga foi detectada, visando salvaguardar o comércio interestadual e internacional.

b) Contexto

A bananicultura brasileira apresenta características peculiares que a diferenciam do que ocorre na maioria das regiões produtoras do mundo, tanto no que diz respeito à diversidade climática em que é explorada, quanto em relação ao uso de cultivares, à forma de comercialização e às exigências do mercado consumidor. De modo

geral, os cultivos seguem os padrões tradicionais, com baixos índices de capitalização e tecnologia. Cultivos tecnicamente orientados são encontrados em São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais; neles observa-se a utilização de tecnologias importadas e adaptadas de outros países. Segundo dados do IBGE, em 2006 foram produzidas no Brasil 6.956.179 toneladas de banana.

A Sigatoka Negra, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, é a doença mais importante da bananeira e dos plátanos na maioria das regiões produtoras de banana do mundo. Foi identificada no Brasil em fevereiro de 1998 nos municípios de Tabatinga e Benjamim Constant, no Estado do Amazonas.

Em todas as regiões do mundo onde ocorre, a Sigatoka Negra constitui-se no principal fator de queda na produtividade dos bananais e dos plátanos, com redução de até 100% na produção, a partir do primeiro ciclo de cultivo. A doença, quando comparada com a Sigatoka Amarela, é extremamente destrutiva, pois provoca morte prematura das folhas, ataca um número muito maior de cultivares de bananeiras e, nas regiões quentes e úmidas, como na Amazônia, exige 52 pulverizações por ano com fungicidas protetores ou 26 com sistêmicos para seu efetivo controle. Na Costa Rica são necessárias até 56 pulverizações anuais.

Atualmente a Sigatoka Negra é considerada Praga Quarentenária Presente no Brasil.

c) Resultados

Em 2007 foram reconhecidas áreas livres de sigatoka negra nos Estados de Alagoas, Piauí, Sergipe e Tocantins, além da renovação do reconhecimento no Estado de Pernambuco e da realização de auditoria para renovação de reconhecimento de área livre no Estado da Bahia. A área livre de sigatoka negra existente no Estado do Pará foi revogada, devido à ocorrência de foco da doença.

Existem sistemas de mitigação de risco para sigatoka negra, supervisionados pelo MAPA nos estados de Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Santa Catarina e São Paulo.

Em outubro foi realizado curso de diagnóstico e monitoramento de Sigatoka Negra, destinado prioritariamente a Fiscais Federais Agropecuários, realizado no município de Pariquera-Açú, no Estado de São Paulo.

Durante reunião realizada no dia 29/11, decidiu-se pela criação de um grupo de trabalho para estudar peculiaridades acerca da ocorrência de sigatoka negra no estado

de Minas Gerais, visando subsidiar possíveis alterações nas normas vigentes sobre o assunto. Também serão convidados para integrar o grupo representantes dos estados de São Paulo e Santa Catarina.

d) Orçamentário e financeiro

Em 2007 a área controlada prevista na LOA foi de 500.000 ha, sendo corrigida para 415.243 ha. Segundo informações dos coordenadores de ação estadual, o somatório executado foi de 413.010 ha, resultando no cumprimento de 99,46% da meta física prevista.

O orçamento aprovado pela LOA/2007 foi de R$ 2.500.000,00 tendo sido contingenciados R$ 1.803.212,58 e provisionados R$ 696.787,42. Foram empenhados R$ 662.004,49, dos quais foram liquidados R$ 419.475,44, o que equivale a 63,36% do total empenhado. Por sua vez foram pagos R$ 413.424,48 que equivalem a 98,56% do total liquidado.

Tabela 46 – Metas e resultados da ação

Prevista		Realizada	
Física	Financeira	Física	Financeira
430.243 ha	R$ 696.787,42	428.010 ha	R$ 419.475,44

Tabela 46 - RESULTADOS PROGRAMÁTICOS DO DSV - 2007

PI/METAS	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISTO CORRIGIDO (A)	EXECUTADO (B)	% B/A
1 - Prevenção e controle de Pragas na Fruticultura				
1.1 - Área Controlada	ha	736.824	733.740	99,58
2 - Erradicação do Cancro Cítrico				
2.1 - Área controlada	ha	367.230	367.230	100
3 - Erradicação da Mosca da Carambola				
3.1 - Área Controlada	ha	293.762.100	293.762.100	100
4 - Prevenção e Controle de Pragas da Cacauicultura				
4.1 - Área Controlada	ha	92.119	92.119	100
5 - Prevenção e Controle de Pragas da Cafeicultura				
5.1 - Área Controlada	ha	184.097	184.097	100

6 - Prevenção e Controle de Pragas da Cana-de-Açúcar				
6.1 - Área Controlada	ha	1.970.816	1.840.816	93,40
8 - Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura				
8.1 - Área Controlada	ha	57.536	54.770	95,19
9 - Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas				
9.1 - Área Controlada	ha	6.884.264	7.744.437	112,49
10 - Prevenção e Controle da Sigatoka Negra				
10.1 - Área Controlada	ha	415.243	413.010	99,46
11 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos				
11.1 - Partida Inspecionada	Unidade	600.000	575.498	95,92
TOTAL	**-**	**-**	**-**	**99,60 (1)**

(1) Média simples dos percentuais

4.1.2.3 Atividades desenvolvidas pelo Gabinete do DSV/Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul-COSAVE

- Coordenação de posições dos países membros nos assuntos tratados no âmbito da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV/FAO).
- Coordenação de todas as atividades relacionadas com as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária (ONPF).
- Aumento do número de reuniões regionais e internacionais efetivamente realizadas com participação de delegados dos países membros do COSAVE.
- Geração de documentos de comentário e posição regional, logrados através de consenso regional que servem de base no processo de discussão e geração de Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias, que por sua vez são indicativas no Acordo de Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AAMSF/OMC).
- Desenvolvimento de standards regionais de medidas fitossanitárias e bases de dados como contribuição para a harmonização dos assuntos fitossanitários que afetam o intercâmbio comercial de artigos regulamentados na região.
- Geração de documentos de avaliação e manejo do risco regionais, para pragas que constituem as principais limitantes comerciais de alguns dos principais produtos de exportação da região, e que foram utilizados para negociações bilaterais e multilaterais.
- Participação nas reuniões do Conselho Agropecuário do Sul (CAS).
- Participação no “Taller de Análisis de Riesgo para Plagas” em Santiago, Chile.
- Maciça participação do COSAVE no âmbito internacional, não somente em reuniões organizadas pela Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais (CIPV), mas também através de participação direta como Organização Regional de Proteção Fitossanitária em reuniões estratégicas e de negociação da região.
- Análise conjunta, em todas as instâncias possíveis e pelos países membros do COSAVE, dos rascunhos de Normas Internacionais de Medidas Fitossanitárias (NIMFs).
- Envio de posições regionais sobre as normas em consulta pública para aprovação na Comissão Interina de Medidas Fitossanitárias (CMF) e na Comissão de Medidas Fitossanitárias (CMF).
- Apoio constante aos delegados no Comitê de Normas (CN) da CMF.

- Proposição de delegados regionais qualificados nos Grupos de Trabalho e Painéis Técnicos da CMF e acompanhamento das suas atividades.
- Com custos para o COSAVE, envio de delegados regionais para reuniões de importância estratégica para o COSAVE na CIPV, como o Grupo de Trabalho de Composição Aberta sobre Planejamento Estratégico e Assistência Técnica (SPTA).
- Incremento de ações de contato com o MERCOSUL e os delegados regionais ao Acordo de Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AAMSF/OMC).
- Atuação conjunta e coordenada entre as Organizações Nacionais de Proteção Fitossanitária (ONPFs) nas reuniões da CMF.
- Incremento acelerado do papel do COSAVE junto a outras Organizações Regionais de Proteção Fitossanitária (ORPFs).
- Incorporação permanente de novos inspetores credenciados no Registro de Inspetores Autorizados para assinar Certificados Fitossanitários da região do COSAVE.
- Contratação de bolsistas para preencher o Banco de Dados de pragas ausentes na região do COSAVE.

4.1.2.4 Execução Orçamentária e Financeira em Nível de Brasil

Os Recursos Orçamentários e Financeiros alocados na LOA/2007, disponibilizados como limites atuais e executados estão dispostos como mostra a Tabela 2 e mostram que houve um contingenciamento de praticamente 29% do previsto na LOA e, deste limite, ao redor de 71% aproximadamente, 77% foram executados, o que mostra uma boa agilidade na aplicação dos recursos por parte do DSV/SDA.

Considerou-se para efeito de análise de desempenho, não apenas os indicadores que descrevem as metas físicas previstas no PPA. O esforço despendido na execução das metas, tais como reuniões técnicas, treinamentos e outras ações, muitas vezes esbarraram em dificuldades estruturais e financeiras não permitindo a plena realização das metas.

4.1.3 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA

4.1.3.1 Programas

Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

I - Dados Gerais

Tabela 46 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Gerente do Programa	Ângela Pimenta Peres
Gerente Executivo	Secretário de Defesa Agropecuária
Indicadores ou Indicativos utilizados	Estabelecimento Inspecionado, Produto Tipificado/ Classificado, Fiscalização Realizada, Estabelecimento Qualificado.
Público-alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor final.

II - Principais Ações do Programa

Tabela 47 – Metas e resultados da ação

Código	**Nome**
2120	CONTROPOA - Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal
2145	INSPANIMAL2 - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal.
2146	TIPPRODUTO - Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal
4780	FISCFRAUDE - Fiscalização contra Fraude e Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária

III - Gestão das ações

Ação 2120 - CONTROPOA - Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal.

Tabela 48 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança ou inocuidade dos alimentos e outros produtos e derivados

	animais e quebrar as barreiras sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados externo e interno.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos de origem animal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC- Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle- e seus pré-requisitos (boas práticas e princípios padrões de higiene operacional- BP's e PPHO) e da rastreabilidade nos processos produção,beneficiamento e armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos,entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais,auditores,RT's e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Unidades Executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAGs) e DIPOA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, nas Superintendências Federais de Agricultura.
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral de Programas Especiais
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Ação 2145 - INSPANIMAL - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal.

Tabela 49 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, lacticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para

	manutenção do Brasil no mercado de exportação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Unidades Executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAGs) e DIPOA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, nas Superintendências Federais de Agricultura.
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral de Inspeção
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Ação 2146 - TIPPRODUTO - Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal.

Tabela 50 - Dados Gerais da Ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Assegurar o atendimento das qualidades requeridas para produtos com atributos de qualidade diferenciada, que agregam valor em sua comercialização nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de normas, verificação de carcaças de animais no abate e certificação de produtos com qualidade diferenciada.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Unidades Executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAGs) e DIPOA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, nas Superintendências Federais de Agricultura.
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral de Programas Especiais
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Ação 4780 - FISCFRAUDE - Fiscalização contra Fraude e Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária

Tabela 51 - Dados Gerais da Ação

Tipo	Finalística
Finalidade	Combater a Falsificação de produtos de origem animal e vegetal e a fraude de ordem econômica.
Descrição	Fiscalização do produto acabado (industrial) e de estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA
Unidades Executoras	Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAGs) e DIPOA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Chefe do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, nas Superintendências Federais de Agricultura.
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral de Inspeção
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

IV - Resultados

Tabela 52 – Metas e resultados da ação TIPPRODUTO

Previsto L.O.A		**Corrigido**		**Realizado**	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
300	R$ 200.000,00	238	R$ 155.265,76	238	R$ 150.696,22

Tabela 53 – Metas e resultados da ação INSPANIMAL

Previsto L.O.A		**Corrigido**		**Realizado**	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
3.850	R$ 4.354.048,00	520	R$ 4.159.836,15	478	R$ 4.125.626,89

Tabela 54 – Metas e resultados da ação CONTROPOA

Previsto L.O.A		**Corrigido**		**Realizado**	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
2.800	R$ 800.000,00	122	R$ 748.348,19	71	R$ 725.310,36

Tabela 55 – Metas e resultados da ação FISCFRAUDE

Previsto L.O.A		Corrigido		Realizado	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
1.350	R$ 2.645.95,00	747	R$ 2.614.527,38	833	R$ 2.591.863,30

Avalia-se como bom o resultado alcançado, considerando o decreto de contingenciamento, as paralisações dos Fiscais Federais Agropecuários, a distribuição irregular de recursos nos quadrimestres ao longo do exercício e a uma pequena parte dos recursos destinados a investimentos que foi empenhado, mas não executado, devendo, portanto, ficar como restos a pagar. Como existe a demora na entrega dos equipamentos adquiridos, a maioria fica como restos a pagar, aparentemente fornecendo um percentual não verdadeiro do desempenho financeiro das ações.

4.1.4 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV

O Brasil é um país com grande potencial na produção de alimentos para consumo interno e externo, possibilitando que o agronegócio exerça papel importante se não o principal no desenvolvimento sócio-econômico no país. A transformação de matérias-primas alimentares em produtos elaborados de maior valor agregado é uma realidade cada vez maior, gerando uma crescente busca por alimentos mais saudáveis e seguros na intenção de atender um público cada vez mais exigente.

Para tanto, assegurar a qualidade dos alimentos e demais produtos de origem vegetal é de fundamental importância para a adequada proteção do consumidor. Além disso, a necessidade de adequação às regras e padrões internacionais nos termos dos acordos da OMC, especialmente de Agricultura, intensifica métodos de controle de qualidade dos alimentos no comércio internacional, determinando processos em concordância com normas específicas, tornando possível a quebra de barreiras sanitárias, e propiciando uma intensa competitividade da agroindústria brasileira oferecendo uma maior oferta dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo, contribuindo assim para a redução do Custo Brasil.

Dentro deste contexto, o DIPOV, alinhado com os dispositivos estabelecidos no PPA 2004-2007, operacionaliza Ações que contribuem para atingir os objetivos dos Programas 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas e 5005 -

Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro, que se encontram detalhados a seguir:

4.1.4.1 Programas

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

I) Dados Gerais

Tabela 56 – Dados gerais do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	A definir.
Indicadores ou parâmetros utilizados	Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal. Número de Estabelecimentos com Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC). Número de Estabelecimentos de Produção de Alimentos e Bebidas com Controle Sanitário. Taxa de Conformidade na Produção de Alimentos e Bebidas.
Publico-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor.

II - Principais Ações e Gestão dos Programas

Ação 2131 – Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal

Tabela 57 – Dados gerais da Ação Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de vinagres e bebidas de origem vegetal ofertados à população.
Descrição	Registro, inspeção e fiscalização de pontos industriais nacionais de vinagres e bebidas de origem vegetal, bem como, análise prévia à importação desses produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Unidades executoras	Secretaria de Defesa Agropecuária
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Tabela 58 – Metas e resultados da Ação Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal

Previstas		**Realizadas**	
Física	Financeira	Física	Financeira
5000	R$ 1.200.000,00	4.144	R$ 912.650,00

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tabela 59 – Dados gerais da Ação Gestão e Administração do Programa

Tipo	**Atividade**
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Unidades executoras	Secretaria de Defesa Agropecuária
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.
Coordenador nacional da ação	A definir.
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Tabela 60 – Metas e resultados da Ação Gestão e Administração do Programa

Previstas		**Realizadas**	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	R$ 20.000,00	-	R$ 15.983,00

Ação 4790 – Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal

Tabela 61 – Dados gerais da Ação Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal

Tipo	Atividade
Finalidade	Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança ou inocuidade dos alimentos e outros produtos e derivados vegetais, e quebrar barreiras sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos, bebidas, vinagres, café, açúcar, álcool etílico potável e de outros produtos de origem vegetal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC - Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e seus pré-requisitos (boas práticas - BP e princípios padrão de higiene operacional - PPHO) e da rastreabilidade nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Unidades executoras	Secretaria de Defesa Agropecuária
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Tabela 62 – Metas e resultados da Ação Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal

Previstas		**Realizadas**	
Física	Financeira	Física	Financeira
25	R$ 360,000,00	641*	R$ 112.330,00

** O produto analisado da Ação adotado foi o número de novos estabelecimentos de bebidas registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento MAPA); devido à falta de uma base legal que estabeleça a implantação do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) em estabelecimentos produtores de alimentos e bebidas de origem vegetal, ficando inviável a apuração do real produto da Ação, que é o Estabelecimento Certificado. Sendo assim, as atividades realizadas através desta Ação foram baseadas na Instrução Normativa nº 05/2000 do MAPA, que prevê procedimentos de verificação das condições higiênico-sanitárias dos equipamentos, instalações, funcionários e boas práticas de fabricação.*

Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Tabela 63 – Dados gerais da Ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Tipo	Atividade
Finalidade	Aferir a conformidade e a qualidade dos produtos vegetais.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de produtos vegetais; elaboração de regulamento técnico para validação de padrões; classificação dos produtos para certificação de identidade e qualidade antes de serem colocados à disposição dos consumidores; e fiscalização da identidade e da qualidade nas fases de preparação, embalagem e comercialização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Unidades executoras	Secretaria de Defesa Agropecuária
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral da Qualidade Vegetal do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Tabela 64 – Metas e resultados da Ação Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Previstas		**Realizadas**	
Física	Financeira	Física	Financeira
6.000.000 (ton)	R$ 6.740.000,00	7.407.505 (ton)	R$ 1.964.420,00

Programa 5005 – Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

I - Dados gerais

Tabela 65 – Dados gerais do Programa Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a estabilidade de preços e o abastecimento interno de álcool e açúcar, além de aumentar as exportações de álcool combustível
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Variação de Preços do Açúcar Cristal Taxa de Variação de Preços do Álcool Anidro Taxa de Variação de Preços do Álcool Hidratado Volume das Exportações de Álcool
Publico-alvo (beneficiários)	Produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool, usinas, destilarias e consumidores

II – Principais Ações e Gestão do Programa

Ação 4770 – Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool

Tabela 66 – Dados gerais da Ação Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool

Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar a qualidade, a conformidade e a adequação na produção de açúcar e álcool, melhorando a competitividade e o acesso aos mercados interno e externo.
Descrição	Regulamentação da atividade mediante o estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos de qualidade, identidade e operacionais (manuais); registro e cadastro de estabelecimentos e produtos; estabelecimento de critérios e procedimentos

	para inspeção da produção e dos processos produtivos, fiscalização e certificação da cadeia produtiva; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais envolvidos com a atividade; supervisão e auditoria das atividades descentralizadas e credenciadas; capacitação de recursos humanos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Agricultura e do Abastecimento
Unidades executoras	Secretaria de Defesa Agropecuária
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral da Qualidade Vegetal do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal.
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados

Tabela 67 – Metas e resultados da Ação Inspeção e Certificação das Unidades Produtoras de Açúcar e Álcool

Previstas		**Realizadas**	
Física	Financeira	Física	Financeira
30	R$ 100.000,00	0	R$ 0,00*

** Os recursos dessa Ação ficaram em sua totalidade contingenciados, prejudicando a execução das atividades da mesma.*

4.1.5 Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA

4.1.5.1 Programas

O Departamento de fiscalização de Insumos Agrícolas é responsável pela execução de três Ações do Programa de Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários

Programa 0375 - Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários

I) Dados Gerais

Tabela 68 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Álvaro Antonio Nunes Viana
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de conformidade de fertilizantes e corretivos
Público alvo (beneficiários)	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores, e armazenadores de insumos agropecuários.

4.1.5.2. Principais Ações do Programa

O programa, Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários, é composto de nove Ações, entretanto apenas as que tratam da fiscalização dos insumos agrícolas foram executadas no âmbito do Departamento, no ano de 2007. Essas Ações são constituídas das Atividades de Fiscalização de Agrotóxicos e Afins, de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes e de Fiscalização de Sementes e Mudas constituíram.

4.1.5.3. Gestão das ações

Ação 2909 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

I) Dados gerais

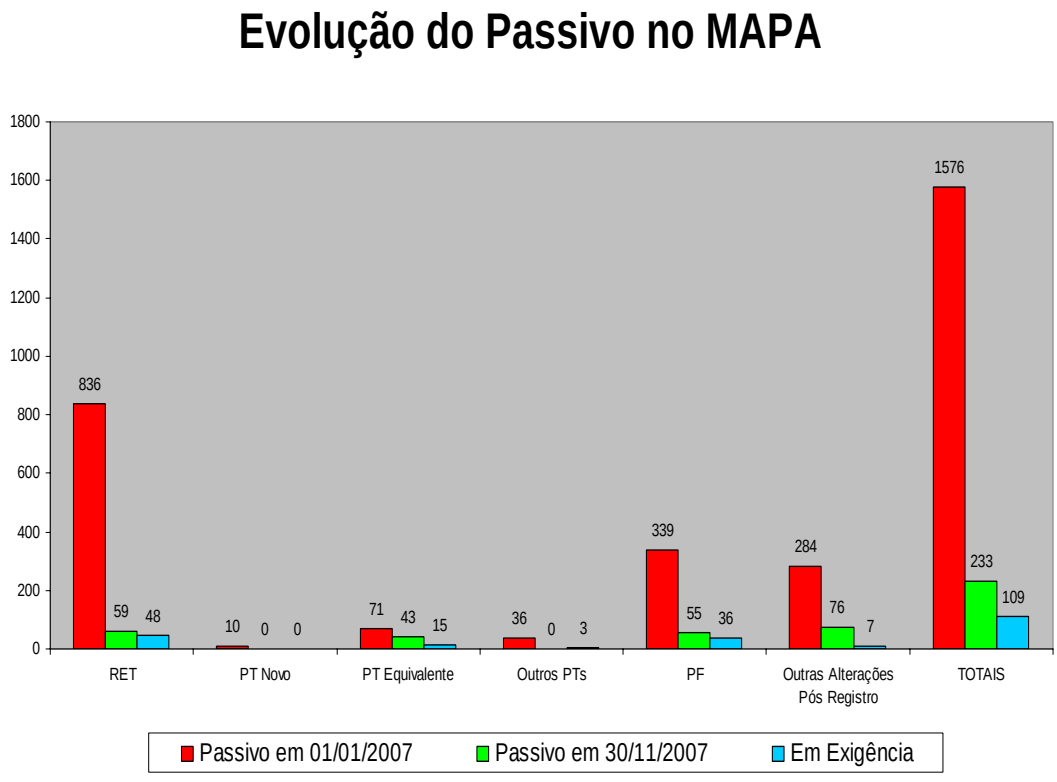
Tabela 69 – Dados gerais da ação

Tipo	**Ação orçamentária**
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos Agrotóxicos e Afins colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	"Fiscalização de agrotóxico" é uma expressão síntese para um conjunto de processos da atividade de governo que trata dos agrotóxicos e afins. Os processos são de **Normatização**, **Registro**, **Credenciamento** e **Fiscalização.** A fiscalização se dá sobre a produção, importação e exportação de agrotóxicos e afins e de produtos agrícolas importados e exportados, tratados com agrotóxicos e afins considerando as competências definidas pela Lei 7.802 de 11 de julho de 1989.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA
Unidades executoras	Serviços de Fiscalização Agropecuária das

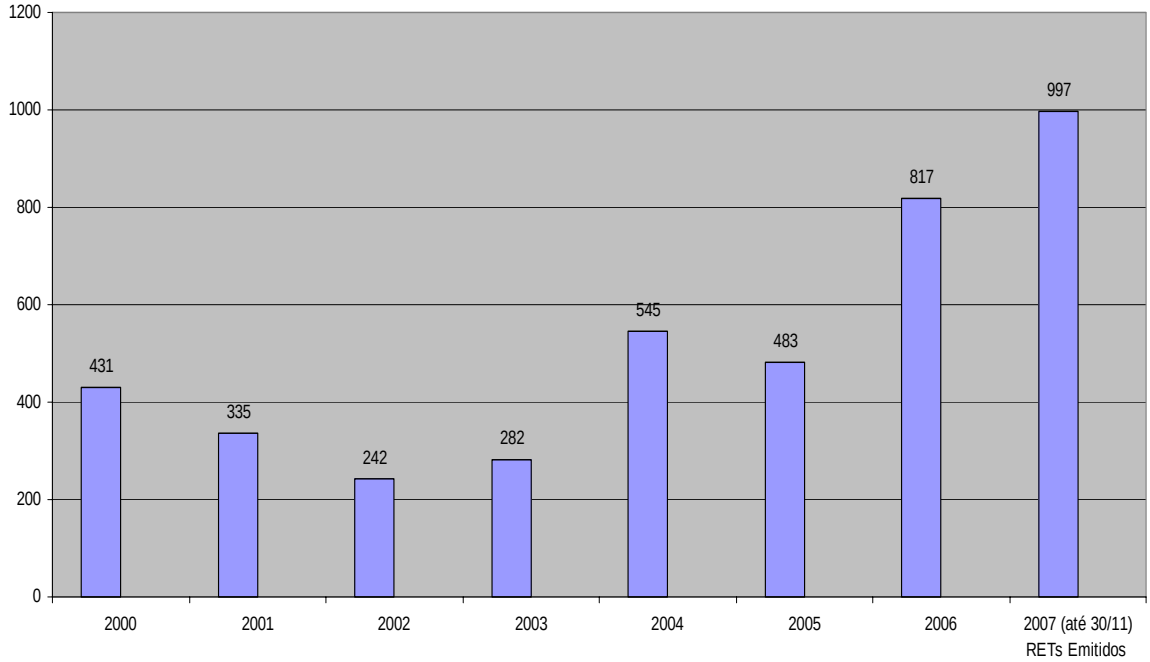
	Superintendências Federais de Agricultura nas UF's – SEFAG/SFA
Área responsável por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral Agrotóxicos e Afins – CGAA/DFIA/SDA
Coordenador Nacional de Ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel – Coordenador – CGAA/DFIA/SDA
Responsável pela execução da ação no nível local	Chefes dos Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas UFs – SEFAG/SFA

II) Resultados

Em 2007, o processo de registro de agrotóxicos e afins foi analisado para uma reorganização das atividades administrativas e técnicas envolvendo os três órgãos que participam da avaliação: Ministério da Agricultura, Ministério da Saúde e Ministério do Meio Ambiente. Neste esforço concentrado, a Casa Civil da Presidência da República comandou uma Força Tarefa para redução dos passivos de processos aguardando análise e finalização nos diferentes órgãos de registro. O desempenho da Coordenação-Geral de Agrotóxicos foi considerado o melhor entre os órgãos de registro considerando a força de trabalho disponível e o volume de informações e atividades envolvidas.

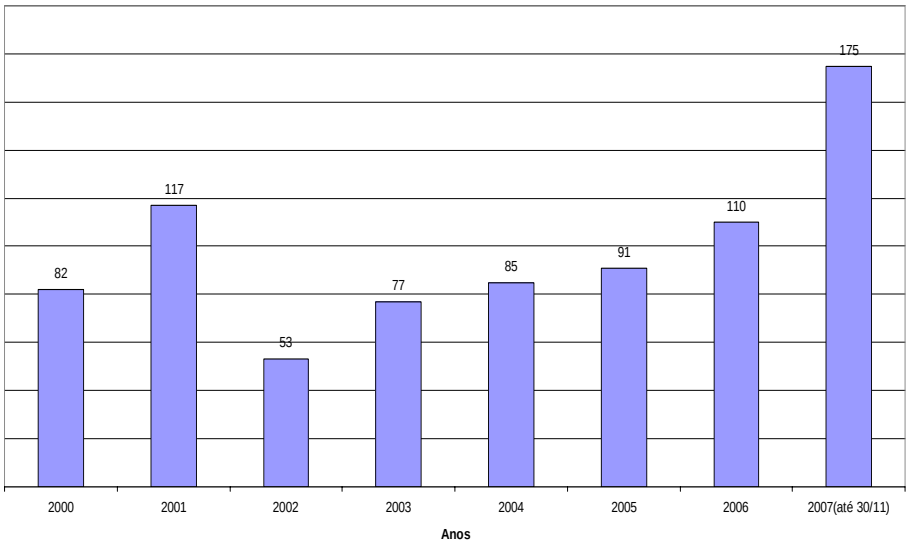


RETs Emitidos



O número de registros para pesquisa e experimentação, previsto no art. 25 do Decreto 4.074/02 aumentou exponencialmente considerando as atividades da força tarefa e a instalação do Sistema Integrado de RET – SISRET, inicialmente desenvolvido para o IBAMA e estendido para os demais órgãos, automatizando o procedimento deste tipo de registro reduzindo o prazo de concessão destes documentos de 18 meses para cerca de 35 dias em média.

Registros Emitidos PT e PF



Os esforços concentrados para a área de registro também surtiram o efeito das atividades coordenadas pela Casa Civil apresentando uma média significativa de aumento nos registros emitidos. O ano de 2007 foi finalizado com 200 registros emitidos entre produtos técnicos e produtos formulados com destaque para o aumento expressivo dos produtos registrados por equivalência, os popularmente chamados “genéricos” de agrotóxicos.

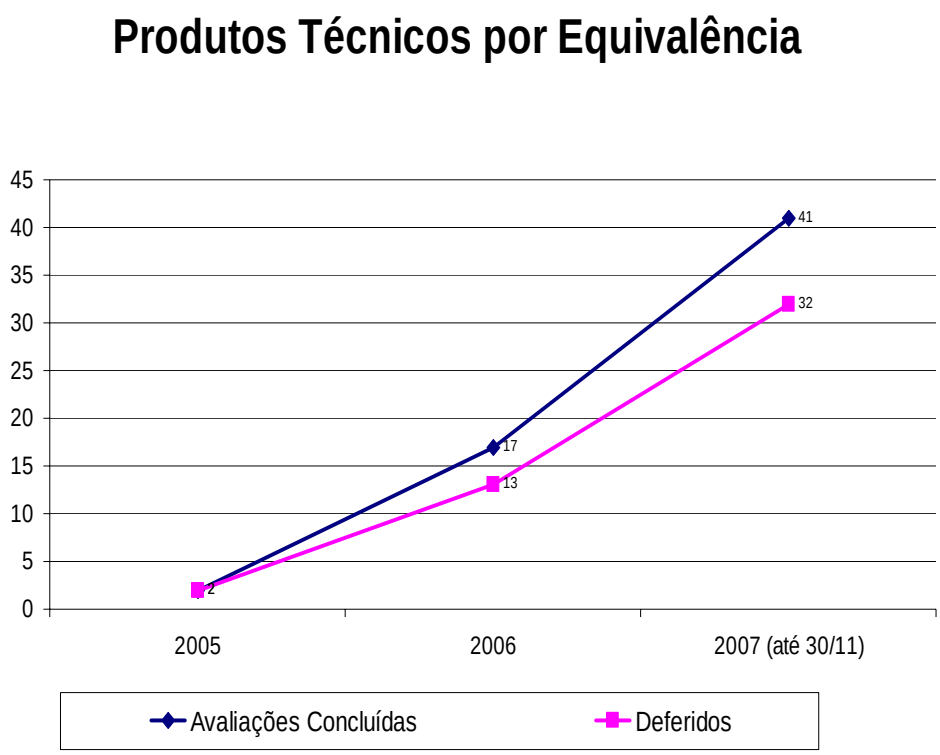


Tabela 70 – Meta física e resultado da ação no exercício e comparação com a exercício anterior

Produto	2007			Realizado 2006	Variação 07/06
	Programado	Realizado	% Alcance R/P		
Fiscalização de produtos	889	802	90,21	480	1,67

Fonte – Sistemas de controle interno do MAPA

Tabela 71 - Meta financeira e resultado da ação no exercício e comparação com a exercício anterior

Produto	2007			Realizado 2006	Variação 07/06
	Programado	Realizado	% Alcance R/P		
Execução Financeira	1500.000,00	463.685,71	30,91	443.229,00	1,04

Fonte – Sistemas de controle interno do MAPA

A diferença entre os valores observados do desempenho físico com alcance de 90,80% e o valor observado para o desempenho financeiro com alcance de 63,33% se deve a ajustes no modelo operacional de fiscalização adotado. Por restrições de orçamento realizaram-se deslocamentos de profissionais para fins de fiscalização de agrotóxicos aproveitando eventos de outras equipes de fiscais das Superintendências Federais de Agricultura. Um fato que aparenta medida de economia e que do ponto de vista institucional, até pode ser válido, mas que na maioria das vezes é danoso do ponto de vista técnico. No caso, as realizações valorizaram a conveniência em prejuízo das necessidades e as conseqüências são pouco previsíveis. A fiscalização precisa ser planejada e executada em função da avaliação de riscos de danos e não em função de eventuais economias.

Ação: 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

I) Dados gerais

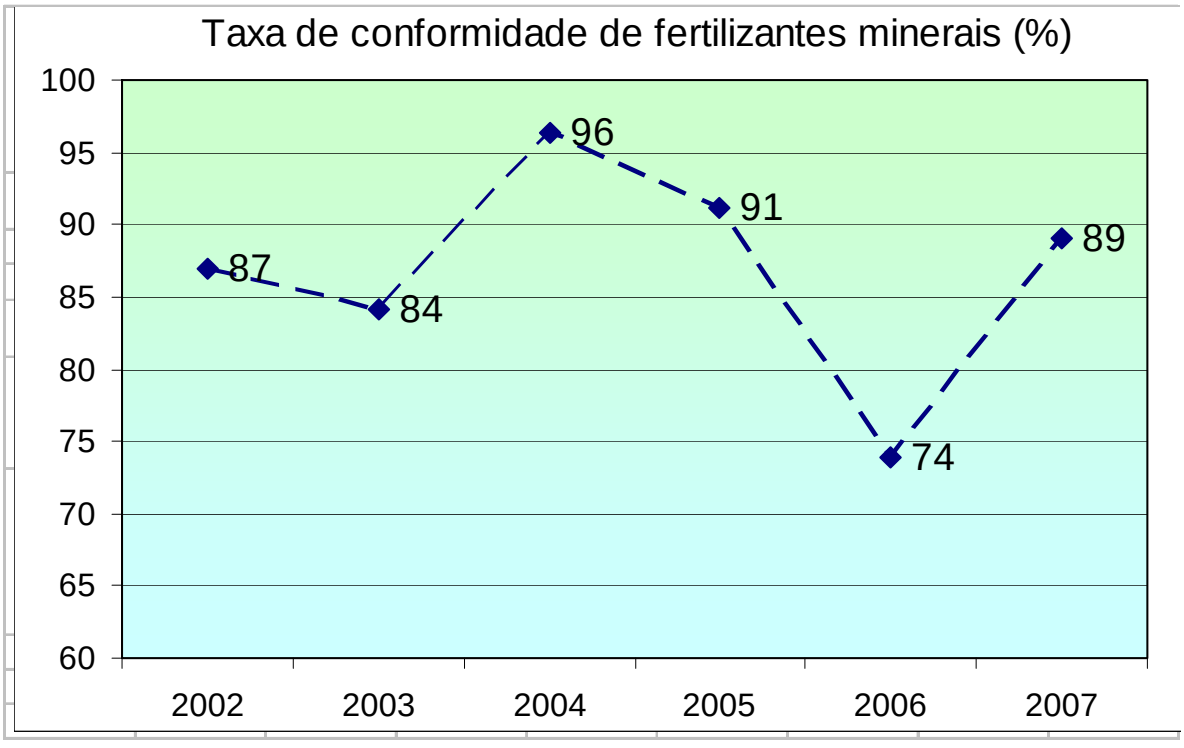
Tabela 72 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	A Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes consiste da execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) registro de produtos; 3) fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas –

pelas decisões estratégicas	DFIA/SDA
Unidades executoras	Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas UF's – SEFAG's/SFA's
Área responsável por gerenciamento ou execução	Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC/DFIA/SDA
Coordenador Nacional de Ação	José Guilherme Tollstadius Leal – Coordenador de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC/DFIA/SDA
Responsável pela execução da ação no nível local	Chefes dos Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas UF's – SEFAG's/SFA1s

II) Resultados

A presença maior do poder público em 2007 executando as ações de fiscalização, teve reflexos positivos na qualidade dos fertilizantes minerais e dos inoculantes.



A taxa de conformidade dos fertilizantes minerais passou de 74% em 2006 para 89% em 2007. Para os inoculantes, a taxa de conformidade evoluiu de 61% em 2006 para 85,9% em 2007. Os dados confirmam que a maior presença da fiscalização influencia a melhoria da qualidade dos insumos agrícolas. Exceção foi verificada nos corretivos agrícolas, cuja taxa de conformidade caiu de 86% em 2006 para 81% em 2007.

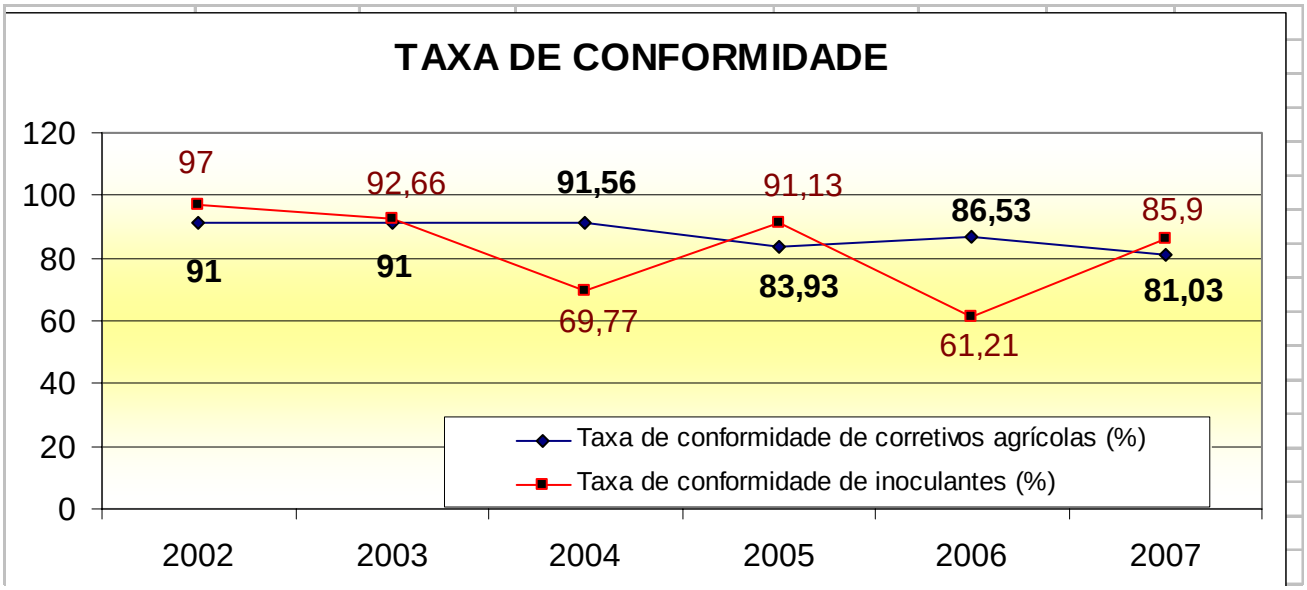


Tabela 9 - Meta física e resultado da ação no exercício e comparação com a exercício anterior

Produto	2007			Realizado	Variação
	Programado	Realizado	**% Alcance R/P**	2006	07/06
Fiscalização de produtos	12.000	10.270	85,58	8.598	1,19

Fonte – Sistemas de controle interno do MAPA

Tabela 73 - Meta financeira e resultado da ação no exercício e comparação com a exercício anterior

Produto	2007			Realizado	Variação
	Programado	Realizado	% Alcance R/P	2006	07/06
Execução Financeira	2.950.000	1.421.601,24	48,19	961.257,00	1,47

Fonte – Sistemas de controle interno do MAPA

***(*)** O PI FISCALSEM contou no ano de 2006 com crédito adicional de R$ 1.500.000,00 dos quais aplicou R$ 1.487.000,00*

O desempenho físico e financeiro da atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes, com valores, respectivamente de 85,58 e 48,19, aparenta

inconsistência, entretanto a discrepância se deve ao fato de que do total de recursos orçamentários aprovados (LOA/2207) apenas R$ 1.505.084,34 foram disponibilizados e, destes, R$ 500.648,04 já que apenas 51% do orçamento aprovado foi disponibilizado.

É preciso analisar com maior profundidade a questão “contingenciamento de recursos para a fiscalização” uma vez que os males decorrentes da sua não realização são irreparáveis e provocam danos em cadeia com prejuízos aos segmentos produção, transporte, beneficiamento, distribuição e consumo.

Ação: 2141 – Fiscalização de Sementes e Mudas

I) Dados gerais

Tabela 74 – Dados gerais da ação

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Garantir a identidade e a qualidade das sementes e das mudas produzidas, comercializadas e utilizadas em todo território nacional. A disponibilidade de material de reprodução idôneo tem como conseqüência o aumento da produção e da produtividade, o incremento da taxa de utilização de sementes melhoradas e a melhoria da qualidade dos produtos, contribuindo para o ganho de competitividade no mercado internacional e, conseqüentemente, aumentando as exportações de produtos agrícolas.
Descrição	A Fiscalização de Sementes e Mudas consiste da execução dos seguintes processos: 1) Inscrição, no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM, de estabelecimentos produtores, beneficiadores, reembaladores, armazenadores e comerciais de sementes e mudas; 2) Credenciamento no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM, de entidades de certificação de sementes e de mudas, laboratórios de análise de sementes e de mudas, certificador de produção própria, responsáveis técnicos e amostradores; 3) Inscrição de cultivares no Registro Nacional de Cultivares - RNC; 4) fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 5) Certificação de sementes sob o esquema da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE; 6) elaboração e revisão de normas técnicas relativas à produção, comercialização e utilização de sementes e mudas; 7) monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas do MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade responsável pelas decisões	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA

estratégicas	
Unidades executoras	Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas UF's – SEFAG's/SFA's
Área responsável por gerenciamento ou execução	Coordenação de Sementes e Mudas – CSM/DFIA/SDA
Coordenador Nacional de Ação	Agwagner Alarcão Dutra – Coordenador – CSM/DFIA/SDA
Responsável pela execução da ação no nível local	Chefes dos Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas UF's – SEFAG's/SFA's

II) Resultados

Em que pesem as dificuldades impostas pela paralisação de servidores, Fiscais Federais Agropecuários, aliadas às dificuldades locais de falta de recursos humanos para a consecução das ações programadas, foi possível atingir resultados como demonstrados na tabela a seguir.

Tabela 75 – Serviços prestados no ano de 2007

Descrição	**Unidade**	**Realizado**
Inscrição e credenciamento no RENASEM	und.	2.340
Fiscalização (soma das fiscalização em estabelecimentos produtores, comerciais e usuários de sementes e mudas, vistorias de campos, vistorias para a inscrição e credenciamento de estabelecimentos no RENASEM e fiscalização de lotes de sementes e de mudas (amostras).	und.	13.421
Campos de sementes vistoriados	ha	76.165,13
Mudas vistoriadas	und.	2.000.000
Coleta de amostras efetuadas	und.	3.998
Eventos (promoção, participação)	und.	33
Autos de Infração lavrados	und.	335
Multas aplicadas	R$	3.023.021,92
Multas arrecadadas	R$	705.509,54
Taxas - inscrição e credenc. no RENASEM, inscrição no RNC e inscrição de campos para produção de sementes e viveiros de mudas.	R$	5.980.750,00

O Registro Nacional de Cultivares, serviço que tem por finalidade habilitar previamente as cultivares para a produção, beneficiamento e comercialização de sementes e mudas no País, mediante a inscrição de cultivares no RNC teve uma demanda de 1.492 inscrições, sendo efetivados 1.058 registros.

Em três eventos realizados com especialistas de instituições parceiras do Ministério foram revistos e estabelecidos os requisitos mínimos para determinação do Valor de Cultivo e Uso – VCU das espécies: soja, trigo e forrageiras de clima tropical.

Tabela 76: Inscrições no Registro Nacional de Cultivares no ano de 2007

Especificação	**Cultivares em análise**	**Cultivares registradas**	**Cultivares canceladas**	**Total**
Ornamentais	190	179	1	370
Frutíferas	30	162	0	192
Olerícolas	53	281	1	335
Forrageiras	5	9	0	14
Florestais	8	79	0	87
Algodão	0	25	0	25
Arroz	0	22	0	22
Aveia	0	3	0	3
Batata	7	15	0	22
Cacau	1	31	0	32
Cana-de-açúcar	3	18	0	21
Cevada	0	4	0	4
Feijão	4	13	0	17
Fumo	3	11	0	14
Milheto	0	2	2	4
Milho	47	75	4	126
Soja	5	83	37	125
Sorgo	4	24	0	28
Trigo	0	8	0	8
Outros	29	14	0	43
Total	**389**	**1.058**	**45**	**1.492**

Tabela 77 - Meta física e resultado da ação no exercício e comparação com o exercício anterior

Produto	**2007**			Realizado 2006	Variação 07/06
	Programado	Realizado	% Alcance R/P		
Fiscalização de produtos	6.204	5.072	81,72	6.136	0,83

Fonte – Sistemas de controle interno do MAPA

Tabela 78 - Meta financeira e resultado da ação no exercício e comparação com o exercício anterior

Produto	2007			Realizado 2006	Variação 07/06 (*)
	Programado	Realizado	% Alcance R/P		
Execução Financeira	6.000.000,00	4.362.540,42	72,71	694.482,00	6,28

Fonte – Sistemas de controle interno do MAPA

***(*)** A variação real foi de 1,99 considerando que em 2006 houve um gasto suplementar de R$ 1.487.182,00.*

A diferença observada entre os desempenhos físico e financeiro na atividade de fiscalização de sementes e de mudas é devido ao contingenciamento ocorrido. Do orçamento aprovado em lei apenas R$ 4.393.688,60 foram disponibilizados. Considerando esse novo valor o desempenho financeiro real passa a ser de 99,29%.

Alguns gastos expressivos foram feitos para a preparação de pessoal e se concentraram em treinamento dos Fiscais Federais Agropecuários que ingressaram no Ministério no ano de 2007 e na reciclagem de outros Fiscais. O segmento de fiscalização de sementes s mudas é fundamental para o sucesso do agronegócio brasileiro e exige a manutenção de pessoal qualificado e em permanente vigilância para a certificação de que o material genético disponibilizado aos produtores seja de qualidade.

A relação entre execução orçamento de 2007 e de 2006 foi igual 6,28. Em 2007 foram feitos treinamentos de pessoal, investiu-se no aperfeiçoamento da legislação e no combate a pirataria de semente pela realização de blitz. Além disso, promoveram-se de eventos para debater com os demais segmentos de fiscalização (Agrotóxicos e Fertilizantes) a padronização de linguagem e procedimentos, compreendendo, a legislação, planejamento das atividades e postura na fiscalização. O segmento deu prova da sua capacidade de gastar com qualidade.

A diferença observada entre a variação de 2007 em relação a 2006 da execução física (0,83) e a financeira (6,28) a realidade decorre de deficiências nos instrumentos de registro de dados ou na forma de fazê-los. No caso do financeiro ocorreu suplementação conforme citado na tabela anterior. No caso da execução física contabilizada como 5.072, o correto, segundo a área técnica, seria agregar a esse valor as ações de fiscalização em estabelecimentos produtores, comerciais, usuários de sementes e mudas e vistorias de campo para a certificação da produção de sementes e mudas. Somados esses dados, a meta física seria de 13.421 Fiscalizações e a relação entre a meta física de 2007 em relação a 2006 passaria de 0,83 para 2,18.

4.1.6 Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP

Ressaltamos que a Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários são relevantes no contexto da segurança alimentar, pois a mesma deve-se basear em uma abordagem integral, ou seja, do inicio da cadeia, portanto, o papel decisivo da fiscalização de insumos pecuários na garantia da segurança dos produtos de origem animal ofertados à população.

A qualidade dos insumos pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

4.1.6.1 Programas

Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

I - Dados gerais

Tabela 79 – Dados gerais do programa

Tipo de programa:	Programa Finalístico.
Objetivo geral:	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
Gerente do programa:	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo:	Álvaro Antonio Nunes Viana
Indicadores ou parâmetros utilizados:	Fiscalização Realizada
Público-alvo (beneficiários):	Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários

II - Principais Ações do Programa:

- Fiscalização de Produtos Veterinários (FISPROVET) – Garantir as condições adequadas no processo de fabricação e assegurar a conformidade, eficácia e inocuidade

dos produtos veterinários. Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969 - Dispõe sobre a Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, dos Estabelecimentos que os Fabriquem e dá outras Providências.

- Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCINAN) – Garantir as condições adequadas no processo de fabricação, inclusive higiênico-sanitária, e assegurar a conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal. Lei nº 6.296, de 11 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias dos Produtos Destinados à Alimentação Animal e dá outras Providências.

- Fiscalização do Material Genético Animal (FISCGENE) – Garantir a conformidade dos materiais destinados à reprodução animal. Lei nº 6.446, de 05 de outubro de 1977 - Dispõe sobre a Inspeção e a Fiscalização Obrigatórias do Sêmen Destinado à Inseminação Artificial em Animais Domésticos e dá outras Providências.

III - Gestão das ações:

Ações:

- 2140 - Fiscalização de Produtos Veterinários (FISPROVET).
- 2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCINAN).
- 2019 - Fiscalização do Material Genético Animal (FISCGENE).

Tabela 80 – Dados gerais das ações

Tipo:	• **FISPROVET** - Ação Orçamentária • **FISCINAN** - Ação Orçamentária • **FISCGENE** - Ação Orçamentária
Finalidade:	• **FISPROVET** - Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais • **FISCINAN** - Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados à alimentação animal • **FISCGENE** - Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional
Descrição:	• **FISPROVET** - Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas

	no País e no exterior e controle da importação de produtos • **FISCINAN** - Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade, mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos Fiscais Federais Agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais • **FISCGENE** - Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade e análise fiscal de amostras de material genético animal; inscrição e certificação de doadores de material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços; capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas:	- **FISPROVET** - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - **FISCINAN** - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - **FISCGENE** - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
Unidades executoras:	Serviços de Fiscalização Agropecuária das Superintendências Federais de Agricultura nas 27 Unidades da Federação
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:	- **FISPROVET** - Coordenação de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - **FISCINAN** - Coordenação de Produtos Destinados à Alimentação Animal - **FISCGENE** - Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal
Coordenador nacional da ação responsável pela execução da ação no nível local:	- **FISPROVET** - Marcos Vinicius de Santana Leandro Junior - **FISCINAN** - Fernanda Marcussi Tucci - **FISCGENE** - Beronete Barros de Freitas Araújo

Resultados:

- FISPROVET

❖ Metas Financeiras:

LOA: R$ 1.993.750,00

CORRIGIDO: R$ 1.112.685,90

REALIZADO: R$ 806.016,18

EXECUÇÃO: 72,44%

❖ Metas Físicas (Fiscalização Realizada)

LOA: 1.500

PREVISTO INICIAL: 1.500

PREVISTO CORRIGIDO: 3.465

REALIZADO: 3.469

EXECUÇÃO (REALIZADO/CORRIGIDO): 100,11%

- FISCINAN

❖ Metas Financeiras:

LOA: R$ 1.993.750,00

CORRIGIDO: R$ 1.096.226,20

REALIZADO: R$ 841.601,82

EXECUÇÃO: 76,77%

❖ Metas Físicas (Fiscalização Realizada)

LOA: 6.646

PREVISTO INICIAL: 6.646

PREVISTO CORRIGIDO: 4.801

REALIZADO: 4.509

EXECUÇÃO (REALIZADO/CORRIGIDO): 93,91%

- FISCGENE

❖ Metas Financeiras:

LOA: R$ 1.012.600,00

CORRIGIDO: R$ 595.423,32

REALIZADO: R$ 463.611,77

EXECUÇÃO: 77,86%

❖ Metas Físicas (Fiscalização Realizada)

LOA: 749

PREVISTO INICIAL: 749

PREVISTO CORRIGIDO: 859

REALIZADO: 929

EXECUÇÃO (REALIZADO/CORRIGIDO): 108,14%

Avalia-se como bom o resultado alcançado, considerando o decreto de contingenciamento, várias paralisações dos Fiscais Federais Agropecuários, a distribuição irregular de recursos nos quadrimestres ao longo do exercício e a grande parte recursos destinados a investimentos que foi empenhado, mas não executado, devendo, portanto, ficar como restos a pagar. A meta financeira poderia se aproximar de 84% no FISPROVET, 90% no FISCINAN e de 78% no FISCGENE, caso os recursos para investimentos fossem executados, mas como existe a demora na entrega dos equipamentos adquiridos, a maioria fica como restos a pagar, aparentemente fornecendo um percentual não verdadeiro do desempenho financeiro das ações.

4.1.7 Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

4.1.7.1 Programas

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

I - Dados gerais

Tabela 81 – Dados gerais do Programa 0356-Segurança de Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não se aplica (1)
Público-Alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas, consumidor final

(1) No nível da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial os indicadores devem ser gerados das Ações sob sua responsabilidade

4.1.7.2 Principais Ações do Programa

As principais ações do programa estão baseadas nos eixos diretivos definidos pelo Plano Diretor da Rede Nacional de laboratorios, calcando em macro-processos que contemplam 153 projetos.

I :Diagnóstico Animal e Controle de Produtos Biológicos de Uso Veterinário

II:Microbiologia de Produtos de Origem Animal

III:Resíduos e Contaminantes

IV:Bebidas e Vinagres

VI:Físico-Química Fertilizantes

V:Sementes

VII:Produtos de Origem Animal e Água

VIII:Núcleo de Divulgação Técnica e Eventos – NDT/CGAL

4.1.7.3 Gestão das Ações

Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

I - Dados Gerais

Tabela 83 – Dados Gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Tipo de Programa	Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos pecuários.
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais, credenciamento de laboratórios públicos e privados, fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados, revisão de legislação , manutenção de equipamento e estrutura, controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos, elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade e realização de analises laboratorias
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/SP, LANAGRO/MG, LANAGRO/RS, LANAGRO/PE, LANAGRO/PA e LANAGRO/GO

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Abrahão Buchatsky
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Abrahão Buchatsky

II- Resultados

Descrevem-se na Tabela 4 a meta física e financeira previstas e realizada para o CGAL em 2007 das ações de Funcionamento da Rede Laboratorial.

Tabela 4 - Metas físicas e financeiras previstas e realizadas para o Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Meta prevista			Meta realizada		
Financeira **(*)**	Física		Financeira **(*)**	Física	
	No. de amostras	No. de provas		No. de amostras	No. de provas
R$ 17.714.939,00	212.329	664,299	R$ 16.708.547,61	131.1135	531.772

(*)A meta prevista financeira é da LOA para o PI –2132- Sistema de Funcionamento Laboratorial de Apoio Animal e a meta realizada corresponde ao recebido e realizado utilizado por este PI

Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal

I - Dados Gerais

Tabela 85 - Metas física e financeira previstas e realizadas para o Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Tipo de Programa	Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos e dos insumos da área vegetal
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais, credenciamento de laboratórios públicos e privados, fiscalização e monitoramento das atividade dos laboratórios credenciados, revisão de legislação , manutenção de equipamento e estrutura, controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em

	metodologias e validação de métodos analíticos, elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade e realização de análises laboratoriais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/SP, LANAGRO/MG, LANAGRO/RS, LANAGRO/PE, LANAGRO/PA e LANAGRO/GO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Abrahão Buchatsky
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Abrahão Buchatsky

II - Resultados

Tabela 86 - Metas física e financeira previstas e realizadas para o Funcionamento do Sistema Laboratorial Vegetal

Meta prevista			Meta realizada		
Financeira **(*)**	Física		Financeira**(*)**	Física	
	No. de amostras	No. de provas		No. de amostras	No. de provas
R$ 20.285.061,00	43888	389.207	R$ 18.716.810,55	43.450	322.114

(*)A meta prevista financeira é da LOA para o PI –2136- Sistema de Funcionamento Laboratorial de Apoio Vegetal e a meta realizada corresponde ao recebido e realizado por este PI

4.1.8 Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

4.1.8.1 Programas

Programa 0357 - Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários

I - Dados Gerais

Tabela 87 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Gerente do Programa	Secretário de Defesa Agropecuária
Gerente Executivo	Coordenador Geral do Vigiagro
Indicadores ou Indicativos utilizados	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras
Público-alvo (beneficiários)	Produtos, Usuários, Importadores e Exportadores e demais envolvidos no transito e no comércio internacional de produtos e insumos agropecuários.

II - Principais Ações do Programa

Tabela 88 – Código e nome das ações

Código	Nome
2181	FISCANIMAL - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
2180	FISCPLANTA - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos

III - Gestão das ações

Ação 2181 - FISCANIMAL - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos

Tabela 89 – Dados gerais da Ação 2181

Tipo	finalistica
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos pecuários. Certificar a qualidade e a zoossanidade dos produtos agropecuários nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilancia Agropecuária Internacional - Vigiagro
Unidade Executoras	Serviços e Unidades da Vigilância Agropecuária Internacional, localizadas nos portos, aeroportos, postos de fronteiras e aduanas especiais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Chefe do Serviço de Gestão do Vigiagro, nas Superintendências Federais de Agricultura
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral do Vigiagro
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Ação 2180 - FISCPLANTA - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos

Tabela 90 – Dados gerais da Ação 2180

Tipo	finalistica
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas de vegetais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos e insumos agrícolas. Certificar a qualidade e a fitossanidade dos produtos agrícolas nacionais na

	exportação.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação Geral do Sistema de Vigilancia Agropecuária Internacional - Vigiagro
Unidade Executoras	Serviços e Unidades da Vigilância Agropecuária Internacional, localizadas nos portos, aeroportos, postos de fronteiras e aduanas especiais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Chefe do Serviço de Gestão do Vigiagro, nas Superintendências Federais de Agricultura
Coordenador nacional de ação	Coordenador Geral do Vigiagro
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Resultados

Desenvolver o que foi apresentado sinteticamente nos blocos anteriores, detalhando analiticamente as informações sobre cada ação executada no exercício.

Tabela 91 – Metas e resultados da ação FISCANIMAL

Previstas		**Realizadas**	
Física	Financeira	Física	Financeira
150.000	R$ 3.500.000,00	183.532	R$ 1.626.211,25

Tabela 92 – Metas e resultados da ação FISCPLANTA

Previstas		**Realizadas**	
Física	Financeira	Física	Financeira
600.000	R$ 4.500.000,00	741.146	R$ 2.639.899,00

4.1.10 Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC

4.1 .10.1 Programas

Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

I - Dados Gerais

Tabela 93 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Gerente do Programa	Secretário de Defesa Agropecuária
Gerente Executivo	Coordenador da Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes
Indicadores ou Indicativos utilizados	Produto Analisado/Unidade (análises realizadas).
Público-alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, estabelecimentos comerciais e consumidor final.

II - Principais Ações do Programa

Tabela 94 – Principais açãoes do programa

Código	**Nome**
4723	RESIDUO – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de origem Vegetal e Animal.

III - Gestão das ações

Ação 4723 - RESIDUO - Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de origem Vegetal e Animal.

Tabela 95 - Dados Gerais

Tipo	Finalística
Finalidade	Monitorar, dentro do limite máximo permitido, a presença de resíduos de drogas veterinárias, agrotóxicos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal.
Descrição	Elaboração de normas, verificação do nível de resíduos e contaminantes e coordenação para a tomada de ações regulatórias, de apoio a Departamentos e Coordenações da SDA e de educação sanitária.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC
Unidades Executoras	CCRC, Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAGs)
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenador da CCRC e Chefes do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, nas Superintendências Federais de Agricultura.
Coordenador nacional de ação	Coordenador da CCRC
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

Resultados

Tabela 96 – Metas e resultados da ação RESIDUO

Previsto L.O.A		**Corrigido**		**Realizado**	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
70.000	R$ 22.575.000,00	24.360	R$ 6**.**788.659,67	23.400	R$ 1.721.000,95

Avalia-se como bom o resultado alcançado, considerando o decreto de contingenciamento, as paralisações dos Fiscais Federais Agropecuários, a distribuição irregular de recursos nos quadrimestres ao longo do exercício e a uma pequena parte dos recursos destinados a investimentos que foi empenhado, mas não executado, devendo, portanto, ficar como restos a pagar. Como existe a demora na entrega dos equipamentos adquiridos, a maioria fica como restos a pagar, aparentemente fornecendo um percentual não verdadeiro do desempenho financeiro das ações. A demora na obtenção de condições técnicas para a realização do processo de licitação para a contratação dos laboratórios

credenciados pelo MAPA incorreu na demora e na não utilização integral dos recursos financeiros previstos para 2007. Somente no último trimestre de 2007 foi possível dar início a este processo e somente foi possível realizar 02 pregões eletrônicos. A contratação dos laboratórios (com a assinatura dos contratos) teve início somente no decorrer do mês de janeiro. Ressalta-se que haverá a necessidade de realização de vários pregões ao longo de 2008 visando a contratação de laboratórios que atendam à todos os analitos que fazem parte do escopo analítico do PNCRC, já que os laboratórios ainda encontram-se em fase de adequação aos requisitos do MAPA. Espera-se que este processo seja finalizado ao longo de 2008, o que incorrerá na utilização de todo o recurso orçamentário/financeiro previsto para 2008. Não houve prejuízo na finalização do programa de resíduos nas áreas (animal e vegetal) visto os custos pela realização das análises realizadas nos laboratórios privados (credenciados pelo MAPA) terem sido arcados pelos respectivos setores produtivos nacionais. O percentual de execução não corresponde com a realidade, visto a CCRC ter cedido recurso financeiro para outros Departamentos/Coordenações da SDA (CGAL e DFIP) para realizar ações afetas à área de resíduos e contaminantes. Desta forma, quase a totalidade do recurso orçamentário/financeiro disponível foi devidamente empregado.

4.1.11 Coordenação de Biossegurança - CBIO

4.1.11.1 Programas

Programa 0356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

I - Dados Gerais

Tabela 97 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Gerente do Programa	Secretário de Defesa Agropecuária
Gerente Executivo	Coordenador de Biossegurança de OGM
Indicadores ou Indicativos utilizados	Fiscalização realizada
Público-alvo (beneficiários)	Produtores, indústrias, estabelecimentos comerciais e consumidor final

4.1.11.2 Principais Ações do Programa

Tabela 98 – Principais Ações do Programa

Código	**Nome**
4745.0001-NA	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

4.1.11.3 Gestão das ações

4745.0001-NA - Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados

I - Dados Gerais

Tabela 99 – Dados gerais

Tipo	Finalística
Finalidade	Controlar os aspectos de biossegurança regulamentados para as atividades relacionadas aos organismos geneticamente modificados.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio; e legislação correlata relacionada aos organismos geneticamente modificados, no âmbito das competências da SDA/MAPA.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Coordenação de Biossegurança de OGM - CBIO
Unidades Executoras	CBIO, Serviços de Fiscalização Agropecuária (SEFAG) e Serviço de Defesa Agropecuária (SEDESA).
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenador da CBIO e Chefes dos Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários e de Defesa Agropecuária nas Superintendências Federais de Agricultura.
Coordenador nacional de ação	Coordenador da CBIO
Responsável pela execução da ação no nível local	Coordenador Estadual da Ação

II - Resultados

A fiscalização de atividades de pesquisa e uso comercial de organismos geneticamente modificados de uso agropecuário é de competência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A Ação da Coordenação de Biossegurança de OGM – CBIO se desenvolve por meio dos Serviços de Defesa e Fiscalização Agropecuária (SEDESA e SEFAG) das Superintendências Federais de Agricultura – SFA, em propriedades rurais e estabelecimentos agropecuários, incluindo centros ou unidades de

pesquisa, onde possam ser realizadas atividades com organismos geneticamente modificados. O indicador da ação é o somatório das fiscalizações realizadas por período que são computados pelo menos trimestralmente pelos coordenadores estaduais da ação e reportados à coordenação nacional.

Em 2007 o MAPA realizou 606 ações de fiscalização, sendo 32 ações em atividades de pesquisa agrícola a campo, 569 em lavouras comerciais de algodão e milho e 5 em laboratórios de biotecnologia (animal), ações essas distribuídas nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins, Goiás e Pernambuco. As ações de fiscalização realizadas em áreas experimentais a campo e em laboratório tiveram como foco a verificação do cumprimento das medidas de biossegurança aprovadas pela CTNBio para cada um dos experimentos e instalações. As ações de fiscalização em lavouras foram realizadas com o objetivo de verificar o cumprimento da legislação em vigor no que se refere à exigência de prévia avaliação de risco da CTNBio para aquele OGM e do seu registro no MAPA. Nessa última categoria, foram fiscalizados pelo menos 5.333,14 hectares e emitidos 32 autos de infração. Nenhuma irregularidade em atividades de pesquisa a campo com OGM foi constatada neste período e apenas uma em atividade laboratorial.

No que se refere à revisão ou edição de normas, destaca-se a revogação do art. 11 da Lei nº 10.814/03 que vedava o plantio de soja GM nas zonas de amortecimento das unidades de conservação (raio de 10 km), por meio da Lei nº 11.460, de março de 2007. Não foi possível revisar os procedimentos de controle de importação e a sua normatização em razão do número reduzido de pessoal e das outras demandas, em particular o recebimento de missões internacionais não previstas.

Sobre a capacitação da fiscalização federal agropecuária destaca-se a realização da 2ª Reunião Técnica de Fiscalização de Atividades com OGM, realizada em Londrina-Paraná, em outubro de 2007, com a participação de 40 fiscais de diferentes superintendências federais de agricultura, além da participação de outros 20 fiscais no Congresso Brasileiro de Biossegurança, evento realizado a cada dois anos e que reúne os maiores especialistas nacionais e internacionais no tema.

A respeito da ação de esclarecimento das atribuições do MAPA no sistema de biossegurança instituído pela Lei nº 11.105/05, destaca-se a apresentação oficial no Ministério Público Federal da estrutura organizacional e ações realizadas pelo MAPA.

Destaca-se também, como resultado, o reconhecimento das autoridades competentes da Comunidade Européia e da Rússia sobre a eficiência dos controles

adotados pelo MAPA em relação às atividades com OGM, obtido a partir de missões realizadas em março e dezembro de 2007.

No exercício de 2007 os recursos foram descentralizados de forma mais regular que no exercício anterior facilitando a coordenação e realização das ações. Os recursos para investimento, entretanto, foram descentralizados apenas no segundo semestre, o que demandou agilidade para descentralização e elaboração dos termos de referência para aquisição dos materiais pelas SFA.

Considerando os índices de execução da meta física, avaliamos que as atividades atingiram os resultados esperados, sendo que a superação verificada em relação ao número de ações de fiscalização previstas inicialmente se deu em razão da experiência acumulada pelos fiscais federais agropecuários nessa modalidade de fiscalização.

Tabela 100 – Indicador de Desempenho da Ação:

4745.0001-NA	Fiscalização de Atividades com OGM
Descrição e utilidade do indicador	Número de fiscalizações realizadas no período por modalidade (pesquisa ou uso comercial).
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Indicador de Eficácia
Fórmula de cálculo	(Nº de Fiscalizações Realizadas / Nº fiscalizações programadas)*100
Área responsável pelo cálculo	Os dados são computados e consolidados pela Coordenação de Biossegurança de OGM a partir das informações encaminhadas pelas Superintendências Federais de Agricultura nos estados.

Tabela 101 – Metas Físicas e financeiras realizadas:

Previsto L.O.A		**Corrigido**		**Realizado**	
Física	Financeira	Física	Financeira	Física	Financeira
760	R$ 1.575.000,00	500	R$ 888.795,79	606	R$ 840.290,04

4.2 Despesas com diárias e passagens por ação

Tabela 102 – Metas e resultados da ação

Unidade	Funcional Programática	Ação	Diárias	Passagens
CBIO	20.125.0356.4745-0001	FISCORGEN	75.081,01	84.317,39
CCRC	20.665.0356.4723-0001	RESIDUOS	33.552,55	76.004,37
CGAL	20.604.0356.2132-0001	LABANIMAL	147.076,86	192.895,95
	20.603.0356.2136-0001	LAVEGETAL	30.923,68	39.856,94
DFIA	20.125.0375.2909-0001	FISAGROTOX	53.442,60	97.893,38
	20.125.0375.2179-0001	FISCALSEM	87.611,01	150.201,50
	20.125.0375.2141-0001	FISFECOI	47.829,53	52.998,31
DFIP	20.125.0375.2019-0001	FISCGENE	24.834,45	48.628,41
	20.125.0375.2124-0001	FISCINAN	81.331,09	72.818,90
	20.125.0375.2140-0001	FISPROVET	108.669,44	118.361,77
DIPOA	20.665.0356.2130-0001	CONTROPOA	0,00	0,00
	20.125.0356.4780-0001	FISCFRAUDE	5.180,57	89.092,85
	20.125.0356.2145-0001	INSPANIMAL	712.625,60	702.899,03
	20.665.0356.2146-0001	TIPPRODUTO	0,00	0,00
DIPOV	20.665.0356.4790-0001	CONTOVEG	10.116,46	2.321,20
	20.604.0356.2131-0001	IPVEGETAL	27.246,70	62.382,49
	20.125.0356.4746-0001	PADCLASSIF	94.976,60	122.048,73
	20.122.0356.2272-0001	GAPSEGUR	0,00	0,00
	20.125.5005.4470-0001	INSPAAL	0,00	0,00
DSA	20.604.0359.4842-0001	FEBREAFTOSA	165.191,87	253.271,88
	20.604.0371.4809-0001	PCEAVE	76.005,35	123.701,00
	20.604.0359.4807-0001	PCEBOV	329.907,02	504.281,16
	20.604.0377.4829-0001	PCEDEPEM	7.699,09	13.587,75
	20.604.0367.4808-0001	PCESUIDEO	8.375,75	17.791,39
	20.604.0359.4766-0001	TUBERBRUCE	7.080,37	14.558,11
	20.604.0359.4766-0001	VACALOUCA	6.807,31	15.248,68
	20.125.0357.2139-0001	VIGIZOO	12.095,72	111.676,89
DSV	20.603.0354.4804-0001	CPFRUTI	62.681,17	43.598,22
	20.603.0354.4740-0001	ERRADIC	5.321,76	8.209,58
	20.603.0354.4738-0001	ERRADMOSCA	6.470,69	13.552,69
	20.603.0369.4806-0001	PCHORT	721,58	731,28
	20.603.5005.4758-0001	PCPCANA	0,00	0,00
	20.603.0363.4841-0001	PCPOPLAN	3.159,28	8.704,47
	20.603.0354.4742-0001	SIGATOKA	6.292,83	14.842,12
	20.125.0357.2134-0001	VIGIFITO	182.528,03	319.136,91
	20.603.0362.4726-0001	PCPCACAU	0,00	0,00
	20.603.0350.4762-0001	PCPCAFE	0,00	0,00
	20.603.0361.4769-0001	PCPCERES	0,00	0,00
VIGIAGRO	20.125.0357.2180-0001	FISCANIMAL	93.056,82	89.713,94
	20.125.0357.2181-0001	FISCPLANTA	205.070,13	286.074,68
		TOTAL	**2.718.962,92**	**3.751.401,97**
		TOTAL GERAL		**6.470.364,89**

Fonte: Consulta ao SIAFI em 22/01/2008

5. Desempenho Operacional

5.1 Departamento de Saúde Animal - DSA

Não informado

5.2 Departamento de Sanidade Vegetal – DSV

Não informado

5.3 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA

A previsão de metas físicas dos Planos Internos do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA atingiu um percentual superior a 90% (INSPANIMAL – 91,9% / FISCFRAUDE - 111,5% / CONTROPOA - 58,1% e TIPPRODUTO - 100,0%).

Apesar dos índices apresentarem-se positivamente, podemos citar como disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido nestes indicadores: a falta de comprometimento de algumas SFAs na execução do programas, interferências políticas nas ações de fiscalização, arquivamento de processos sem justificativa técnica e falhas gerenciais, evidenciadas através da má distribuição do quadro fiscal no estado. Como houve a regionalização, alguns Coordenadores de Ação Estadual não fizeram o lançamento das metas físicas no SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento.

Algumas metas foram subestimadas e outras previstas sofreram alterações no cumprimento em relação à programação estabelecida pelo DIPOA.

Tabela 103 – Indicadores de Desempenho

2146	TIPPRODUTO - Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal
Descrição e utilidade do indicador	Assegurar o atendimento das qualidades requeridas para produtos com atributos de qualidade diferenciada, que agregam valor em sua comercialização nacional e internacional.
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Eficácia
Fórmula de cálculo	É o somatório do nº. de estabelecimentos com sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC implantados no ano.
Área responsável pelo cálculo	Os dados são computados e consolidados pelos Chefes do Serviço de Produtos Agropecuários nos Estados (Coordenador de Ação Estadual dos PIs) e lançados mensalmente no SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento.

Tabela 104 – Indicadores de Desempenho

2145	INSPANIMAL2 - Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal.
Descrição e utilidade do indicador	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Eficácia
Fórmula de cálculo	É o somatório dos estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário, no ano.
Área responsável pelo cálculo	Os dados são computados e consolidados pelos Chefes do Serviço de Produtos Agropecuários nos Estados (Coordenador de Ação Estadual dos PIs) e lançados mensalmente no SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento.

Tabela 105 – Indicadores de Desempenho

2120	CONTROPOA - Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal.
Descrição e utilidade do indicador	Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança ou inocuidade dos alimentos e outros produtos e derivados animais, e quebrar barreiras sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo.
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Eficácia
Fórmula de cálculo	É o somatório do nº. de estabelecimentos com sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC implantados no ano.
Área responsável pelo cálculo	Os dados são computados e consolidados pelos Chefes do Serviço de Produtos Agropecuários nos Estados (Coordenador de Ação Estadual dos PIs) e lançados mensalmente no SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento.

Tabela 106 – Indicadores de Desempenho

4780	FISCFRAUDE - Fiscalização contra Fraude e Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária
Descrição e utilidade do indicador	Combater a falsificação de produtos de origem animal e vegetal e a fraude de ordem econômica.
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Eficácia
Fórmula de cálculo	É a somatória do nº. de fiscalizações do produto acabado (industrial) e de estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida.
Área responsável pelo cálculo	Os dados são computados e consolidados pelos Chefes do Serviço de Produtos Agropecuários nos Estados (Coordenador de Ação Estadual dos PIs) e lançados mensalmente no SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento.

5.4 Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – DIPOV

Não informado

5.5 Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA

Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins

A coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins no ano de 2007 realizou **90,21%** da meta "fiscalização realizada" que foi programada no SIPLAN. A meta especificada na realidade representa um conjunto de outros esforços de execução já que a Coordenação é responsável também pelo registro de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins, credenciamento de instituições de pesquisa e experimentação com agrotóxicos e afins; credenciamento de empresas prestadoras de serviços fitossanitários e quarentenários; registro especial temporário para pesquisa e experimentação, registro exclusivamente para exportação e Supervisão da Fiscalização da Produção de Agrotóxicos nas SFA's de 8 Estados e em outros 10 Estados que há Empresas Credenciadas para realização de tratamento quarentenário e fitossanitário em embalagens e suportes de madeira na importação e exportação.

Tabela 108 - Indicadores de desempenho da Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

Indicadores(descrição) ou parâmetros utilizados na análise	**Fórmula de cálculo**	**Dados**	**Resultado**
% de fiscalizações realizadas em relação ao total programado	(TFR/TFP)*100	Programado(TFP): **889** Realizado (TFR): **802**	**90,21**%

As atribuições das SFA's são com a descentralização de recursos estão listados para fazerem as Fiscalizações da produção, importação e exportação de agrotóxicos, seus componentes e afins; fiscalização das empresas credenciadas para realização laudos de eficácia e praticabilidade agronômica para fins de registro, fiscalização de empresas credenciadas e programa de monitoramento de resíduos de agrotóxicos e afins.

Os valores disponibilizados para a execução das atividades de fiscalização de agrotóxicos representaram apenas 30,9% dos recursos orçados no inicio do ano. Esta proporção de liberação de recursos pode comprometer a qualidade das fiscalizações assim

como a distribuição geográfica das ações, restringindo a ação fiscal aos locais mais próximos às representações do MAPA.

Coordenação de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

Tabela 109 - Indicadores de desempenho na fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes:

Indicador	**Fiscalizações realizadas em relação ao programado**
Utilidade	Avalia o alcance da meta programada na LOA
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	(TFR/TFP)*100 Programado(TFP): 12.000 Realizado (TFR): 10.270
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	85,58%
Disfunções estruturais/situacionais	Greve dos Fiscais Federais Agropecuários e contingenciamento de recursos de custeio
Medidas implementadas	A resolução dos entraves acima descritos foi tratada pela alta administração do MAPA.
Indicador	**Fiscalizações realizadas em relação ao realizado no ano anterior**
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização em relação ao exercício anterior.
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	(TFR 2007/TFR 2006)*100 Fiscalização realizada 2007: 10.270 Fiscalização realizada em 2006: 8.589
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	119,57%
Disfunções estruturais/situacionais	

Medidas implementadas	
Indicador	**Recursos orçamentários aplicados em relação ao valor total autorizado**
Utilidade	Avalia o desempenho da execução orçamentária/financeira
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	(RA/VA)*100 Recurso orçamentário aplicado: R$ 1.421.601,24 Valor autorizado: R$ 1.505.084,34
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	94,45%
Disfunções estruturais/situacionais	A parcela de recursos não utilizados (5,55%) se refere à processos de licitação não concluídos. Verificou-se dificuldades no encaminhamento dos processos de compras em algumas Superintendências do MAPA, seja pela demora na emissão de pareceres pela AGU, seja pela falta de agilidade das próprias Superintendências do MAPA.
Medidas implementadas	A Coordenação Nacional acompanhou regularmente o andamento dos processos de licitação nas SFAs e solicitou maior empenho das Chefias imediatas da área administrativa para agilização dos processos.
Indicador	**Fertilizante mineral amostrado em relação ao consumo nacional no ano**
Utilidade	Avalia a cobertura da fiscalização em relação ao consumo nacional de fertilizantes minerais.
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	(FMA/FMC)*100 Quantidade em toneladas de fertilizante mineral amostrado (FMA): 537.800 Quantidade em toneladas de fertilizante mineral consumido em 2007* (FMC): 24.000.000 *estimativa
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA

Resultado do indicador no exercício	2,24%
Disfunções estruturais/situacionais	A meta de amostragem para fertilizantes minerais era 5%. O Alcance foi abaixo do programado. Podemos atribuir à greve dos Fiscais Federais Agropecuários e ao contingenciamento de recursos de custeio o desempenho baixo da amostragem de fertilizantes. Principalmente à greve que coincidiu com período de grande produção de fertilizantes.
Medidas implementadas	A resolução dos entraves acima descritos foi tratada pela alta administração do MAPA.
Indicador	**Corretivo agrícola amostrado em relação ao consumo nacional no ano**
Utilidade	Avalia a cobertura da fiscalização em relação ao consumo de nacional de corretivos agrícolas.
Tipo	Eficácia

Fórmula de cálculo	(CA/CC)*100 Quantidade em toneladas de corretivo agrícola amostrado (CA): 839.088 Quantidade em toneladas de corretivo agrícola consumido em 2007* (CC): 20.000.000 *estimativa
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	4,19%
Disfunções estruturais/situacionais	A meta de amostragem para corretivos agrícolas era 5%. O Alcance foi um pouco abaixo do programado. A meta poderia ter sido alcançada não fosse a greve dos Fiscais Federais Agropecuários. A greve teve um impacto menor na amostragem de corretivos do que o verificado na amostragem de fertilizantes minerais, em função da produção de corretivos iniciar-se no primeiro semestre.
Medidas implementadas	A resolução do entrave acima descrito foi tratada pela alta administração do MAPA.
Indicador	**Taxa de conformidade dos fertilizantes minerais**

Utilidade	Avalia a qualidade dos fertilizantes minerais ofertados no mercado brasileiro.
Tipo	Efetividade
Fórmula de cálculo	(FMADG/TFMA)*100 Quantidade em toneladas de fertilizante mineral sólido analisado dentro da garantia (FMADG): 370904. Quantidade em toneladas de fertilizante analisado no período (TFMA):416423.
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	89%
Disfunções estruturais/situacionais	
Medidas implementadas	
Indicador	**Taxa de conformidade dos corretivos agrícolas**
Utilidade	Avalia a qualidade dos corretivos agrícolas ofertados no mercado brasileiro.
Tipo	Efetividade
Fórmula de cálculo	(CADG/TCA)*100 Quantidade em toneladas de corretivo agrícola analisado dentro da garantia (CADG): 462854. Quantidade em toneladas de corretivo agrícola analisado no período (TCA): 571207.
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	81%
Disfunções estruturais/situacionais	
Medidas implementadas	
Indicador	**Taxas de conformidade dos inoculantes**
Utilidade	Avalia a qualidade dos inoculantes ofertados no mercado brasileiro.

Tipo	Efetividade
Fórmula de cálculo	(IADG/TIA)*100 Quantidade total de inoculante analisado dentro da garantia (IADG): 4094. Quantidade total de inoculante analisado no período (TIA): 4767.
Área responsável pelo cálculo/medição	CFIC/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	85,9%
Disfunções estruturais/situacionais	

Medidas implementadas	
Indicadores ou parâmetros utilizados	Sementes e mudas em conformidade com os padrões estabelecidos
Público-alvo (beneficiários)	Agricultores; estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários; prestadores de serviços agrícolas.

5.1. Coordenação de Sementes e Mudas

Tabela 110 - Indicadores de Desempenho na Fiscalização de Sementes e Mudas

Indicador	**Fiscalizações realizadas em relação ao programado**
Utilidade	Avalia o alcance da meta programada na LOA
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	(TFR/TFP)*100 Programado (TFP): 6.204 Realizado (TFR): 5.072
Área responsável pelo cálculo/medição	CSM/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	81,72 %
Disfunções estruturais/situacionais	Greve dos Fiscais Federais Agropecuários e contingenciamento de recursos de custeio
Medidas implementadas	A resolução dos entraves acima descritos foi tratada pela alta administração do MAPA.
Indicador	Fiscalizações realizadas em relação ao realizado no ano anterior
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização em relação ao exercício anterior.
Tipo	Eficiência
Fórmula de cálculo	(TFR 2007/TFR 2006)*100 Fiscalização realizada 2007: 5.072

	Fiscalização realizada em 2006: 5.765
Área responsável pelo cálculo/medição	CSM/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	87,98 %
Disfunções estruturais/situacionais	
Medidas implementadas	
Indicador	**Recursos orçamentários aplicados em relação ao valor total autorizado**
Utilidade	Avalia o desempenho da execução orçamentária/financeira
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	(RA/VA)*100 Recurso orçamentário aplicado: R$ 4.362.540,42 Valor autorizado: R$ 4.393.688,60
Área responsável pelo cálculo/medição	CSM/DFIA/SDA
Resultado do indicador no exercício	99,29%
Disfunções estruturais/situacionais	A parcela de recursos não utilizados (0,71%) se refere à processos de licitação não concluídos ou pela falta de agilidade das próprias Superintendências do MAPA.
Medidas implementadas	A Coordenação Nacional acompanhou regularmente o andamento dos processos de licitação nas SFAs e solicitou maior empenho das Chefias imediatas da área administrativa para agilização dos processos.

5.6 Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP

A previsão de metas físicas de fiscalização de insumos pecuários atingiu um percentual superior a 97% (FISPROVET - 100,11% / FISCINAN - 93,91% / FISCGENE - 108,14%). Índices estes considerados com muito positivos em razão das dificuldades já relatadas aqui neste relatório.

Este indicador busca medir o grau de alcance das ações fiscalizações de insumos pecuários, relacionando o planejamento inicial às metas cumpridas.

É um indicador do tipo eficácia, baseia-se no número de estabelecimentos fiscalizados sobre o número programado.

A fórmula de cálculo baseia-se no número de estabelecimentos fiscalizados sobre o número programado inicialmente.

A aferição é realizada confrontando-se os Termos de Fiscalização, com os números inseridos no sistema informatizado de contabilização (SIPLAN), pois é elaborado um termo para cada estabelecimento visitado. Os dados são consolidados mês a mês em

um sistema informatizado e posteriormente analisados pela Coordenação de cada uma das atividades em Brasília.

Os Fiscais Federais Agropecuários em cada unidade da Federação são responsáveis pelo cálculo, após cada fiscalização é feita a contabilização.

No ano de 2006, o indicador atingiu um percentual de aproximadamente 89% (FISPROVET - 81,76% / FISCINAN - 89,95% / FISCGENE - 115,94%).

Como disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador podemos citar a demora na aprovação da LOA e na definição interna de limites, contingenciamento, paralisações dos Fiscais Federais Agropecuários e a distribuição irregular dos recursos ao longo dos quadrimestres prejudicaram o andamento da atividade.

Para tratar as causas de insucesso neste indicador foram implementadas medidas no sentido de focas as fiscalizações para estabelecimentos comerciais localizados nas zonas metropolitanas, por não haver menos gastos com diárias e redução do uso de combustível e passagens, além de ser possível aumentar o número de visitas, devido ao fato de se percorrer menores distancias podendo ser possível maior número de visitas com um menor custo.

5.7 Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

O Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dá através dos Processos Finalísticos Internos dos LANAGRO's (Figura A.3. do Apêndice), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2004-2007, conforme a Figura A.2. constante do Apêndice.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades do cliente, o Serviço de Fiscalização.

Assim, o desempenho do apoio laboratorial da CGAL será apresentado separadamente, categorizado nas Áreas de Animal e Vegetal e Geral, tendo como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e

realizadas) e os recursos financeiros (programados, recebidos e utilizados) em sua execução.

Os Indicadores de Desempenho do LANAGRO são descritos a seguir:

Tabela 111 – Indicadores de Desempenho

<table>
<tr><td colspan="3">Indicador de Eficácia</td></tr>
<tr><td colspan="3">Utilidade
Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a Execução das análises realizadas representam a demanda do Serviço de Fiscalização</td></tr>
<tr><td colspan="3">Fórmula de cálculo</td></tr>
<tr><td></td><td>Número de unidades de Análises Laboratoriais realizadas</td><td>unidade= amostra ou prova</td></tr>
<tr><td colspan="3">Método de medição</td></tr>
<tr><td colspan="3">Considerando-se que a <u>unidade de análise laboratorial</u> pode ser expressa tanto pela amostra recebida ou analisada ou como pelo número de provas ou determinações analíticas necessárias para se obter o laudo de inspeção ou certificado de análise dessa amostra. Utiliza-se como meta física alcançada o somatório das <u>unidades de análise laboratorial</u> das Ações principais 2132(LABANIMAL) e 2136(LAVEGETAL) e das outras ações (4842-Erradicação da Febre Aftosa, 2809-Prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura, 4723-Controle de Contaminantes e Resíduos nos animais, vegetais e seus produtos, 2141-Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes, e, 4771-Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina-doença da vaca louca). O valor da meta física alcançada para cada ação é resultante da soma das <u>unidades de análise laboratorial</u> realizadas por cada processo finalístico de competência de cada LANAGRO como se apresenta nos Apêndices A.5. e A.6.</td></tr>
<tr><td colspan="3">d. Fontes de Informação</td></tr>
<tr><td colspan="3">Os resultados das <u>unidades de análise laboratorial</u> são armazenadas em bases de dados descritas a seguir e se tornam fontes de informação para os cálculos dos indicadores de desempenho</td></tr>
<tr><td>Apoio Laboratorial</td><td>Processo finalísticos</td><td>Fonte de Informação</td></tr>
<tr><td>Animal</td><td>Diagnóstico Animal
Controle de Produtos de Origem Animal
Controle de Alimentos para Animais
Controle de Produtos Veterinários</td><td>Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico</td></tr>
<tr><td>Vegetal</td><td>Controle de Insumos Agropecuários</td><td>Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Periciais e Demonstrativo de Determinações Analíticas de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Periciais</td></tr>
</table>

	Controle de Produtos de Origem Vegetal	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas Sistema BEBWIN
	Diagnóstico Fítossanitário (Diagnóstico das Doenças dos Vegetais)	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico

e. Área Responsável pelo cálculo

Controle, Avaliação e Estatística - LANAGRO/SP

f. Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Eficácia (x_2)
Animal	Amostra	131.135
	Prova	531.772
Vegetal	Amostra	43.450
	Prova	322.114
REDE LANAGRO	Amostra	174.585
	Prova	853.886

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável

Indicador de Eficiência

a. Utilidade

Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, de duas maneiras:
-em relação aos recursos financeiros programados, e,
-em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.

b. Fórmula de cálculo

b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – *CUP*

$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_1=recursos financeiros programados, em reais x_2= $N_u AL$ (eficácia)

b.2.Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – *CUE*

$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_2= recursos financeiros utilizados, em reais x_2= $N_u AL$(eficácia)

Método de medição

Os recursos financeiros utilizados somam os valores utilizados enviados por todos os PI's que atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório.
Os recursos financeiros programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos.

Fontes de Informação

Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de

Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.
Área Responsável pelo cálculo e/ou medição
Controle, Avaliação e Estatística - LANAGRO/SP
Resultado

Apoio laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	*CUP* (R$/unidade)	*CUE* (R$/unidade)
REDE LANAGRO	Amostra	217,66	202,91
	Prova	44,50	41,49

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador
Para as análises realizadas pela REDE LANAGRO o custo unitário efetivo da amostra encontrado foi de R$ 217,66, enquanto que de uma prova foi de R$ 44,50.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável

Indicador de Efetividade

a. Utilidade

Mostrar a efetividade do Apoio Laboratorial da CGAL através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelos LANAGRO's e os recursos programados para o exercício de 2007.

b. Fórmula de cálculo

b. 1. Índice de Realização da Demanda – *IR*

$IR = \frac{x_2}{x_1} 100\%$	x_1= Número de amostras recebidas - *NAR* x_2= N_uAL
b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – *IUOAD*	
$\mathrm{IUOAD} = \frac{x_1}{y_3} 100\%$	x_1= *NAR* y_3= capacidade operacional, em número de amostras
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2007– UTI_1	
$IUT_1 = \frac{y_2}{x} 100\%$	x= Total de recursos recebidos y_2= Total de recursos utilizados
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo LANAGRO relativamente ao programado para 2007 – UTI_2	
$IUT_2 = \frac{y}{y_1} 100\%$	y = Total de recursos efetivamente utilizados y_1= Total de recursos programados

Método de medição
O mesmo método descrito para as variáveis x_1, x_2, y_1, y_2 e y_3 para os indicadores de eficácia e eficiência.
Fontes de Informação
As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência
Área Responsável pelo cálculo
Controle, Avaliação e Estatística - LANAGRO/SP
Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	*IUOAD (%)*	*IUT1(%)*	*IUT2(%)*
Animal	Amostra	97,51	63,34		
Vegetal	Amostra	95,83	103,31		
REDE LANAGRO	Amostra	97,08	70,00	99,30	93,23

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	
O *IR* , índice de realização da demanda da REDE LANAGRO, mostra que seus Laboratórios conseguiram atender a demanda do Serviço de Fiscalização, sendo que a pequena diferença deve-se à rejeição de amostras recebidas e inadequadas para análise. O *IUOAD* demonstra que a capacidade operacional ofertada pelo Apoio Animal não foi totalmente utilizada pelo Serviço de Fiscalização por alguns processos finalísticos. O Índice de utilização dos recursos recebidos (*IUT1)* mostra que a REDE LANAGRO, de um modo geral, utilizou 94,64% do recurso recebido de todos os PI's. O Índice de utilização dos recursos programados (*IUT2*), embora relativos ao programado pelos laboratórios e não proveniente da LOA, mostra que a REDE LANAGRO utilizou 71,42% do recurso programado, mas conseguiu executar a demanda das análises utilizando-se dos insumos remanescentes do ano anterior.	
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável

5.8 Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO

Tabela 112 – Indicadores de Desempenho

Descrição e utilidade do indicador	Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	Partida Inspecionada.
Fórmula de cálculo	É a somatória mensal do nº de fiscalizações realizadas no controle do trânsito internacional de mercadorias, embalagens de madeira, passageiros, bagagens e encomendas.
Área responsável pelo cálculo	Os dados são computados pelas Unidades da Vigilância Agropecuária Internacional, consolidados pelo Chefe de Gestão do Vigiagro nos estados (coordenadores estaduais dos PIs) e lançados mensalmente no SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento.

5.10 Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes – CCRC

A previsão de metas físicas do Plano Interno (PI RESIDUO) da Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes - CCRC atingiu um percentual de **96,05%.**

Apesar dos índices apresentarem-se positivamente, podemos citar como disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido nestes indicadores: A demora na obtenção de condições técnicas para a realização do processo de licitação para a contratação dos laboratórios credenciados pelo MAPA incorreu na demora e na não utilização integral dos recursos financeiros previstos para 2007. Somente no último trimestre de 2007 foi possível dar início a este processo e somente foi possível realizar 2 pregões eletrônicos. A contratação dos laboratórios (com a assinatura dos contratos) teve início somente no decorrer do mês de janeiro. Ressalta-se que haverá a necessidade de realização de vários pregões ao longo de 2008 visando a contratação de laboratórios que atendam à todos os analitos que fazem parte do escopo analítico do PNCRC, já que os laboratórios ainda encontram-se em fase de adequação aos requisitos do MAPA. Espera-se que este processo seja finalizado ao longo de 2008, o que incorrerá na utilização de todo o recurso orçamentário/financeiro previsto para 2008.

Tabela 113 – Indicadores de Desempenho

4723	RESIDUO - Controle de Contaminantes e Resíduos
Descrição e utilidade do indicador	Taxa de Conformidade de Resíduos e Contaminantes - Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos produtos de origem animal e vegetal
Tipo de indicador (eficácia, eficiência ou efetividade)	% de amostras conformes
Fórmula de cálculo	(Nº de conformidades / Nº total de amostras coletadas)*100
Área responsável pelo cálculo	Os dados são computados e consolidados pela Coordenação de Controle de Resíduos e Contaminantes, uma vez que os dados são inseridos e atualizados pelos laboratórios participantes do PNCRC por meio do sistema SISRES.

5.11 Coordenação de Biossegurança - CBIO

A previsão de metas financeiras do Plano Interno (PI FISCORGEN) da Coordenação de Biossegurança de OGM atingiu um percentual de 94,5%. Apesar desse desempenho na execução financeira, obtido sobretudo pelo excelente trabalho realizado pelos estados, as atividades de registro e sistematização das ações pela Coordenação Nacional ficaram prejudicadas em razão do número extremamente reduzido de técnicos e de apoio administrativo. Outra atividade prejudicada foi a análise de recursos em 2ª Instância contra decisões de Julgamento de infrações constatadas nos estados. Ainda em relação a esse ponto, não foi possível gerenciar adequadamente o SIPLAN, assim como revisar as normas referentes ao controle de importações. Essa limitação de pessoal foi devidamente notificada à instância superior que adotou, como medida corretiva, a convocação de novo fiscal admitido em concurso público.

Avaliando-se preliminarmente a execução das metas físicas e financeiras, observa-se que as ações atingiram satisfatoriamente os objetivos previstos. Observa-se também que, no que refere-se às demais ações relacionadas à ação fiscal, como aquelas de capacitação, revisão de marco regulatório e de esclarecimento da atuação do MAPA, houve também resultado satisfatório. Torna-se imperioso a alocação de mais profissionais na Coordenação de Biossegurança de OGM para a atividade de supervisão e gerenciamento das atividades de sua competência

ANEXO D – RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

6.9 – Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária - VIGIAGRO

Em 2006, o Tribunal de Contas da União promoveu no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento uma auditoria, qualificada como AUDITORIA OPERACIONAL NO PROGRAMA DE SEGURANÇA FITOZOOSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, resultando no Acórdão TCU nº 1.318/06.

O TCU realizou outra auditoria, cujos resultados constam do Acórdão TCU nº 1.583/2006, com o objetivo avaliar as ações governamentais voltadas para a proteção do patrimônio animal e vegetal e do controle da entrada de espécimes exóticas invasoras no País.

O TCU realizou outra auditoria, cujos resultados constam do Acórdão TCU nº 1.583/2006, com o objetivo avaliar as ações governamentais voltadas para a proteção do patrimônio animal e vegetal e do controle da entrada de espécimes exóticas invasoras no País.

As recomendações do TCU nos Acórdãos 1.583 e 1.318 e as providências adotadas pelo MAPA estão descritas na Tabela 07 e 08.

Tabela 7 - Recomendações Acórdão 1.318

Órgão expedidor (CGU, TCU, Auditoria Interna, outros)	TCU	Nº do relatório ou acórdão	1.318/06	Nº da recomendação ou determinação	
Descrição da Recomendação	1 - Identifique as necessidades de adequação da infra-estrutura das unidades de Vigilância Agropecuária Internacional nos aeroportos, portos organizados, aduanas especiais (portos secos) e pontos de fronteira, públicos ou privados, ou qualquer outro recinto alfandegado, situado em zona primária ou secundária, segundo as exigências constantes da IN/MAPA nº 04/2005, requerendo às respectivas administrações dessas áreas que adotem as providências cabíveis, inclusive quanto, no caso das públicas, à previsão de recursos orçamentários para esse fim; 2 - promova a adequação da estrutura dos laboratórios básicos nas				

	unidades de vigilância agropecuária, de acordo com a demanda de trabalho; 3 - Oriente os fiscais federais agropecuários sobre os procedimentos a serem adotados, caso figurem como réus em ações judiciais em razão de atos efetuados em decorrência do exercício das atribuições do cargo, inclusive sobre a possibilidade de solicitarem assistência jurídica nos núcleos locais da Advocacia Geral da União; 4 - implemente política de capacitação dos servidores, em especial dos fiscais federais agropecuários, considerando as Instruções Normativas n.º 16, de 14 de novembro de 2003, e n.º 67, de 19 de dezembro de 2002, abrangendo, inclusive, treinamento para a utilização do Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex e treinamentos específicos por região, nos quais se leve em conta a fauna e flora locais; 5 - proceda à adequação da carga horária do curso de formação com o objetivo de possibilitar o detalhamento do conteúdo programático para os fiscais, a fim de dotá-los de conhecimentos técnicos suficientes para o desempenho das funções do cargo; 6 - oriente as superintendências federais de agricultura a incluir no levantamento de necessidades de capacitação, na fase de planejamento das atividades a ser desenvolvidas pelo MAPA, cursos necessários ao aperfeiçoamento das atividades do Vigiagro, considerando as sugestões dos fiscais federais agropecuários; 7 - estabeleça critérios objetivos para definir a lotação ideal das unidades do Vigiagro, considerando, por exemplo, o número mensal de fiscalizações, o volume de produtos a ser fiscalizados, a distância entre os locais de fiscalização e a sede da unidade, entre outros fatores; 8 - proceda à adequação da jornada de trabalho dos fiscais federais agropecuários nas unidades do Vigiagro localizadas no mesmo estado, como por exemplo, por meio da adoção de sistema de rodízio, de forma a estimular a capacidade em atuar em qualquer uma delas, desempenhando atividades diversificadas, e a inibir o estabelecimento de vínculo com despachantes; 9 - acompanhe a implementação das recomendações contidas nos relatórios de auditorias realizadas pela Coordenação do Vigiagro em suas unidades, estabelecendo prazo para que a unidade auditada se manifeste sobre o relatório, bem como para a efetiva implementação

	das recomendações, caso as justificativas apresentadas não sejam acatadas; 10 - crie ferramenta no sistema informatizado de acompanhamento e controle do Vigiagro, existente ou que venha a ser implementado, que possibilite às gerências locais e nacional do Programa obter relatórios padronizados e atualizados concernentes à execução das tarefas das unidades do Programa, de forma integrada; 11 - estabeleça modelo padronizado de relatório que contenha as informações necessárias ao efetivo controle e supervisão do programa, a ser apresentado mensalmente pelas unidades do Vigiagro, enquanto não for implantado o SIGVIG ou outro sistema informatizado semelhante; 12 - implemente mecanismos automatizados que possibilitem coibir a tentativa de o usuário obter o ingresso de um mesmo produto em mais de uma unidade do Vigiagro, caso já tenha ocorrido rechaço em outra unidade, bem como para proporcionar a efetiva rastreabilidade dos produtos de origem animal e vegetal introduzidos no país; 13 - aperfeiçoe os meios de divulgação de informações que visam conscientizar passageiros nos aeroportos, portos e rodoviárias com rotas internacionais, acerca das regras de trânsito internacional de produtos agropecuários, de forma que alcance o público-alvo antes do embarque e desembarque, mediante, por exemplo, distribuição de material informativo nas agências de viagens, nos balcões das companhias aéreas, aeronaves e nas salas de embarque, bem como entrega de folhetos juntamente com a distribuição do documento de entrada no país e afixação de cartazes ou anúncios mediante sistema de som ou apresentação de vídeo nos aeroportos e aeronaves; 14 - Forneça informações atualizadas acerca das regras de trânsito internacional de produtos agropecuários aos consulados brasileiros no exterior, inclusive mediante distribuição de material informativo, para que sejam repassados aos interessados. 15 - intensifique as campanhas de conscientização dos passageiros de vôos internacionais sobre os riscos que envolvem o transporte de produtos agropecuários, a exemplo das campanhas de 2005 nos aeroportos Salgado Filho, Guarulhos e Antônio Carlos Jobim/Galeão; 16 - promova a divulgação ostensiva das regras de trânsito

	internacional de produtos agropecuários nas regiões de fronteira, mediante, por exemplo, fixação de placas, cartazes e informativos em locais visíveis, utilização da mídia local, distribuição de folhetos aos motoristas que passam pelos postos de fiscalização, entre outras formas; 17 - fiscalize a destinação e o tratamento do lixo de bordo de navios e aviões, bem como dos produtos descartados em razão de apreensões, com o objetivo de garantir que os procedimentos adotados obedeçam os requisitos de segurança fitozoossanitária estabelecidos na legislação; 18 - regularize a fiscalização nos terminais de passageiros, onde a atividade não vem sendo realizada, a exemplo do que ocorre nos aeroportos de Foz do Iguaçu e de Manaus, conforme capítulo V do Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional, aprovado pela IN/SDA nº 26/2001; 19 - Regularize a fiscalização de alimentos para consumo próprio de tripulações de navios cargueiros e em navios de passageiros em viagem turística pela costa brasileira, conforme capítulo V do Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional, aprovado pela IN/SDA nº 26/2001; 20 - aperfeiçoe os procedimentos de fiscalização de cargas e encomendas transportadas por correios ou courrier de modo a imprimir maior segurança fitozoossanitária a esse tipo de atividade, disponibilizando, por exemplo, técnicos e equipamentos de detecção de produtos orgânicos no recinto alfandegado; 21 - adote providências para garantir maior transparência e segurança ao procedimento de destruição de embalagens e suportes de madeira, quando não for possível fazê-lo na zona primária de portos e aeroportos; 22 - mapeie os produtos e impactos do programa e construa indicadores de desempenho, com base nos produtos chave identificados, em questões relevantes sobre o desempenho e na experiência das Superintendências Federais de Agricultura, viabilizando nos sistemas eletrônicos, se necessário, a disponibilidade de dados para seu cálculo, e adote-os nacionalmente de forma padronizada; 23 - adote providências formais para ajustar a fórmula de cálculo do

	indicador de desempenho constante do PPA, “Taxa de Conformidade no Controle de Fronteiras”, alterando-a para a relação percentual entre os termos de fiscalização emitidos e as partidas inspecionadas; 24 - atualize a lista de anuência obrigatória, constante da IN/MAPA nº 67/2002; 25 - informe à Secretaria da Receita Federal, a relação dos produtos agropecuários dos quais é anuente que, por motivos de segurança fito-zoossanitária, não devem receber concessão de regime especial de trânsito aduaneiro, a exemplo dos agrotóxicos; 26 - adote providência para promover concurso público para provimento cargos de fiscais e agentes administrativos para as Unidades de Vigilância Agropecuária, de modo a adequar o quantitativo de pessoal à demanda de trabalho; 27 - implemente mecanismos que incentivem a permanência de servidores em locais pouco atrativos ou de difícil acesso, mediante, por exemplo, concursos de remoção que possuam critérios que favoreçam servidores que atuem nessas localidades, seja sob o aspecto financeiro, seja mediante maior facilidade na remoção para unidades mais concorridas; 28 - providencie, com a Secretaria da Receita Federal, meios para efetuar a troca automática de informações entre os sistemas Siscomex e SIGVIG, evitando a duplicidade de procedimentos, a exemplo do cadastramento dos importadores/exportadores e deferimento de liberação de importação, com base no art. 6º do Decreto nº. 660, de 25.09.1992; 29 - adote as providências necessárias para assegurar a execução do controle sanitário e fitossanitário das mercadorias importadas de forma integrada com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, mediante, por exemplo, a celebração de convênios, conforme disposto no art. 7º da IN/MAPA n.º 67/2002 e no art. 142 da Resolução RDC n.º 01/2003, evitando-se, sempre que possível, a ocorrência de duplicidade de procedimentos; 30 - regulamente, em conjunto com a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - Infraero e os Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde, os procedimentos a serem adotados para a correta destinação dos resíduos sólidos provenientes de navios e aviões e de

	material resultante das fiscalizações realizadas pelas unidades de vigilância agropecuária, de acordo com o risco fito-zoossanitário que apresentem, fazendo as adequações necessárias nos Programas de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS dos portos e aeroportos, abrangendo, inclusive, a destinação a ser dada aos produtos compostos por agrotóxicos que forem rechaçados; 31 - adote medidas, juntamente com o Ministério dos Transportes e com a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - Infraero, no sentido de realizar a instalação ou a reativação dos incineradores que atendam à legislação ambiental nos portos e aeroportos, de forma que o procedimento de incineração do lixo de bordo ou do produto descartado resultante de apreensões ocorra no próprio local; 32 - promova, em conjunto com o Ministério da Fazenda, a elaboração de normas conjuntas para fiscalização em terminais de passageiros de aeroportos internacionais que levem em consideração o risco fito-zoossanitário envolvido; 33 - estabeleça, em conjunto com a Consultoria Jurídica do Ministério e com a Advocacia Geral da União, critérios e procedimentos a ser adotado pelos fiscais federais agropecuários em caso de necessidade de solicitar assistência jurídica à Advocacia Geral da União; 34 - adote as medidas necessárias com vistas à elaboração de anteprojeto de Lei, a ser submetido ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, visando a substituição dos regulamentos de sanidade animal e vegetal, Decretos nº. 24.114, de 12 de abril de 1934, e nº. 24.548, de 03 de julho de 1934, com o objetivo de atualizar os valores previstos para as multas por infração à legislação de segurança fito-zoossanitária, bem como tipificar condutas de risco e as correspondentes sanções para os casos atualmente não previstos na legislação, contemplando, inclusive, o agravamento para casos de reincidência; 35 - apresente ao Ministro de Estado Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento proposta de anteprojeto de Lei que institua a cobrança de taxas para a emissão de certificados sanitários, em situações especiais, tais como, certificação de produtos não agropecuários, certificação de produtos para os quais o importador não faça essa exigência, e ainda para a emissão de 2ª via de certificados ou adote

	outras medidas para minimizar a demanda por certificação desnecessária;
Providências Adotadas e resultados obtidos	A Secretaria Executiva do MAPA criou Grupo de Trabalho (Portarias SE nº. 431/06 e nº 442/06), para elaborar Plano de Ação contendo medidas necessárias à implementação das recomendações do Tribunal de Contas da União definidas no Acórdão TCU nº. 1.318/2006. Este Grupo de Trabalho elaborou seus diagnósticos e apresentou proposta de forma a atender as exigências dos Acórdãos TCU nº. 1.318/2006 e nº. 1.583/2006, em Relatório apresentado em outubro de 2006. A Secretaria Executiva instituiu Grupo Trabalho, por meio de Portaria de 11 de dezembro de 2007, publicada no Boletim de Pessoal nº 35, para acompanhar a execução do Plano de Providências. Bimestralmente, o Grupo de Trabalho apresenta Relatório de Acompanhamento.

Tabela 8 - Recomendações Acórdão 1.583

Órgão expedidor (CGU, TCU, Auditoria Interna, outros)	TCU	Nº do relatório ou acórdão	1.583/2006	Nº da recomendação ou determinação	
Descrição da Recomendação	1 - instalar posto de fiscalização em Tabatinga/AM, que seja dotado das condições de segurança necessárias para assegurar a atuação eficiente dos fiscais ali alocados; 2 - equipar os postos de vigilância agropecuária com os equipamentos apropriados para a eliminação de materiais apreendidos que possam abrigar pragas e agentes etiológicos de doenças que constituam riscos a saúde humana e agropecuária; 3 - recomendar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que realize workshops, em parceria com a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária, para os empregados responsáveis pelo				

	deslocamento de cargas nos aeroportos, com objetivo de disseminar os procedimentos corretos de manuseio dos pallets;
Providências Adotadas e resultados obtidos	A Secretaria Executiva do MAPA criou Grupo de Trabalho (Portarias SE nº. 431/06 e nº 442/06), para elaborar Plano de Ação contendo medidas necessárias à implementação das recomendações do Tribunal de Contas da União definidas no Acórdão TCU nº. 1.318/2006. Este Grupo de Trabalho elaborou seus diagnósticos e apresentou proposta de forma a atender as exigências dos Acórdãos TCU nº. 1.318/2006 e nº. 1.583/2006, em Relatório apresentado em outubro de 2006. A Secretaria Executiva instituiu Grupo Trabalho, por meio de Portaria de 11 de dezembro de 2007, publicada no Boletim de Pessoal nº 35, para acompanhar a execução do Plano de Providências. Bimestralmente, o Grupo de Trabalho apresenta Relatório de Acompanhamento.

6. Previdência Complementar Patrocionada

Não se aplica

7. Instituições Beneficiadas por Renuncia Fiscal

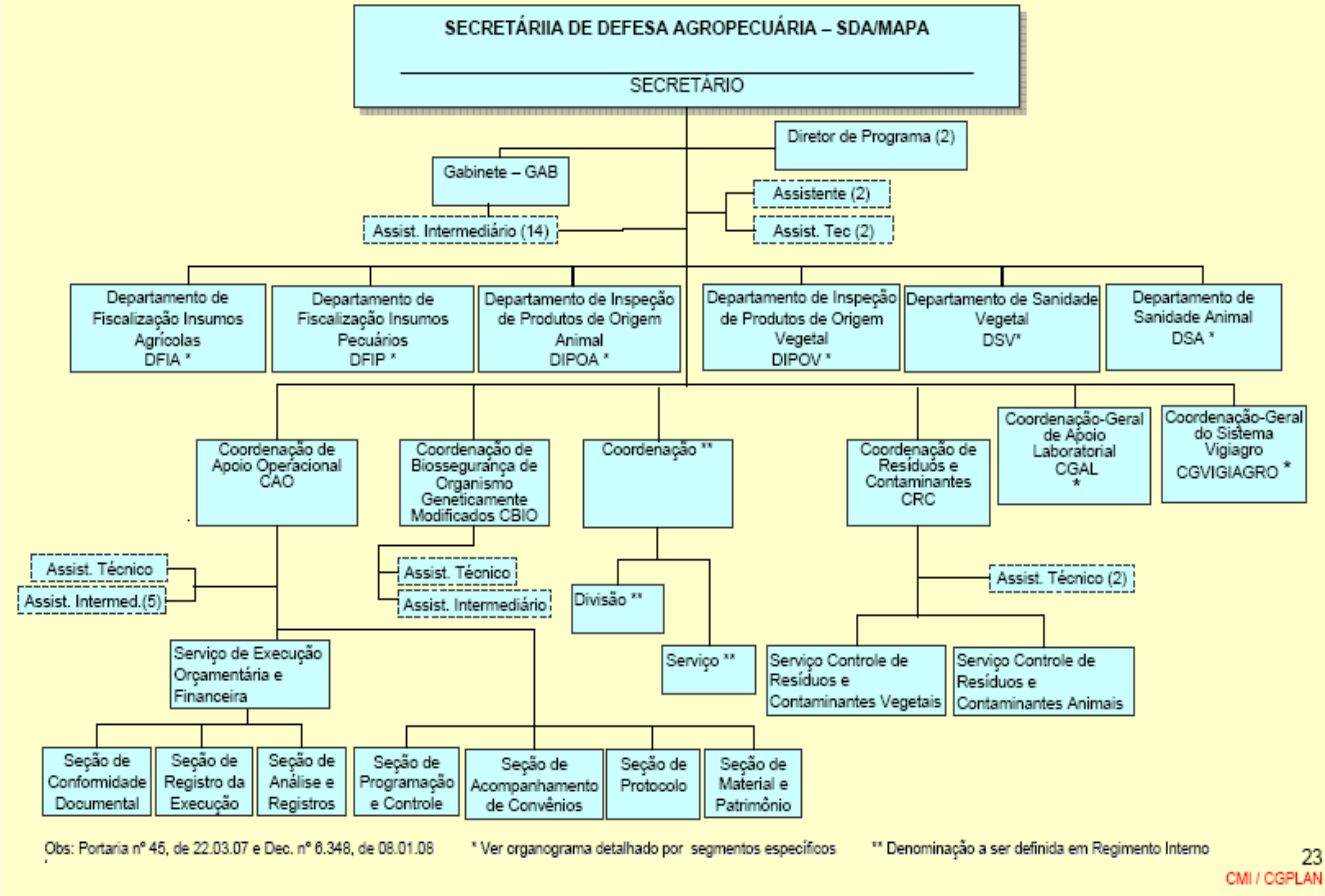
Não se aplica

8. Operações de fundos

Não se aplica

APÊNDICE

APÊNDICE A1 – Organograma da Secretaria de Defesa Agropecuária



APÊNDICE A2 – Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial – CGAL

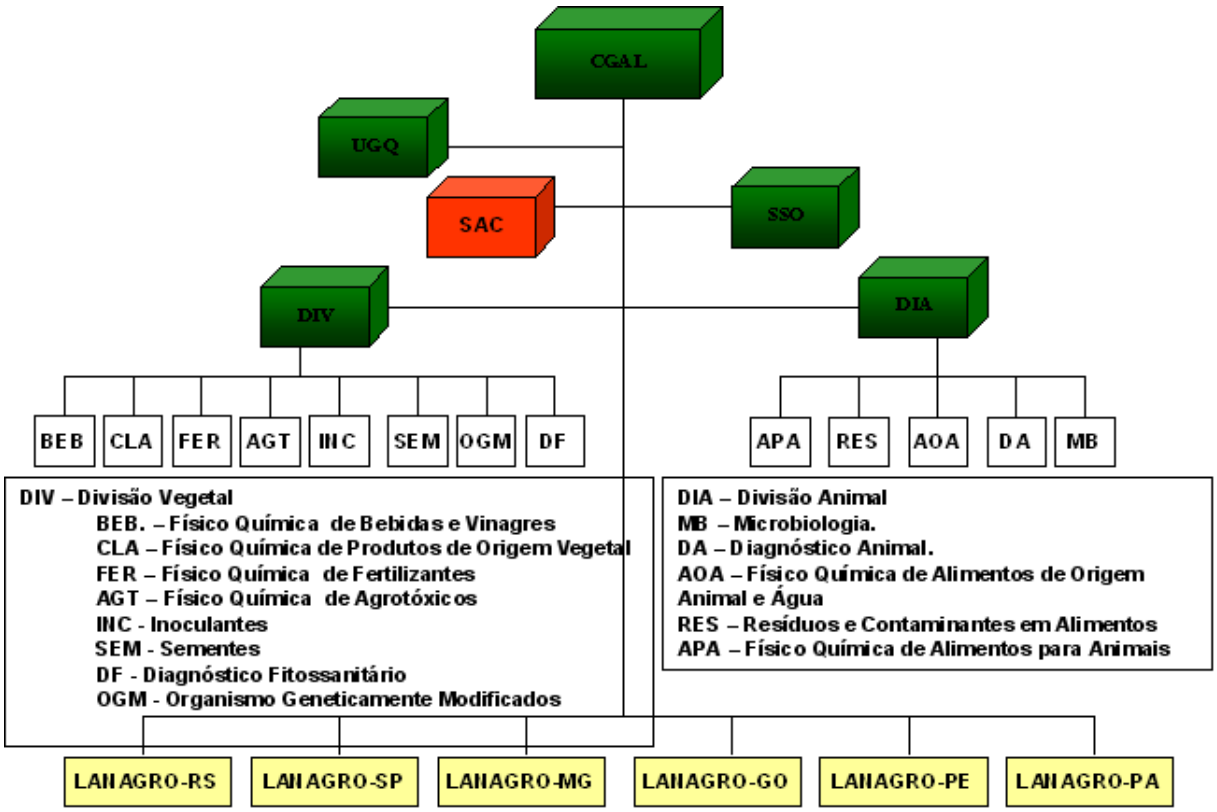
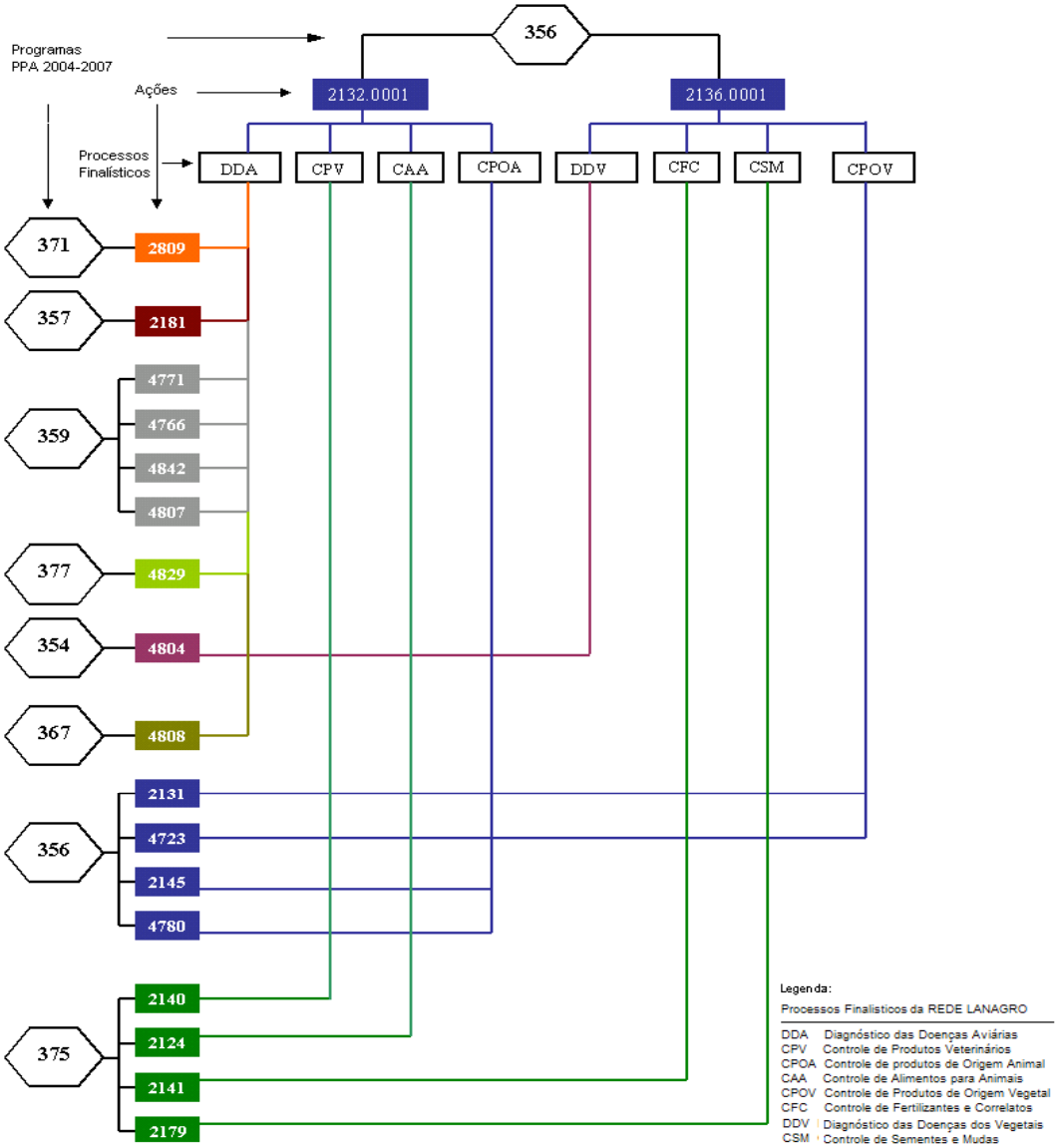


Figura A1. Estrutura Organizacional da CGAL



Programa		Ação	
356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - SP
		2136	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - SP
		2145	Inspeção Industrial e Inspeção Sanitária dos Produtos, Sub-produtos e Derivados de Origem Animal
		4780	Fiscalização contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária
		4723	Controle de Contaminantes e Resíduos nos Animais e Vegetais e seus Produtos
		2131	Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal
357	Segurança Agropecuária no Trânsito Internacional de Animais	2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
375	Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários	2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
		2124	Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal
		2141	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
		2179	Fiscalização de sementes e mudas
371	Desenvolvimento da Avicultura .	2809	Prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura
359	Desenvolvimento da Bovideocultura	4807	Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovinocultura
		4842	Erradicação da Febre Aftosa
		4766	Controle e erradicação da tuberculose e brucelose
		4771	Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina-doença da vaca louca
377	Desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura e Ovinocultura	4829	Prevenção controle e erradicação da doenças da equideocultura, da caprinocultura e da da criação de pequenos e médios animais
354	Desenvolvimento da Fruticultura	4804	Prevenção e Controle de pragas na Fruticultura
367	Desenvolvimento da Suideocultura	4808	Prevenção, controle e erradicação das doenças da suideocultura

Figura A.2. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal da REDE LANAGRO, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2004-2007.

Figura A.3. Processos finalísticos da REDE LANAGRO e seus desdobramentos em sub-processos.

Processo	Sub-Processo	LANAGRO					
		PE	PA	GO	SP	RS	MG
Diagnóstico Animal	Bacteriologia	■	■		■	■	■
	Virologia	■	■	■	■	■	■
	Encefalopatias	■					
	Parasitologia		■				
	Biologia Molecular			■	■	■	■
Diagnóstico Fítossanitário (Diagnóstico das Doenças dos Animais)	Sanidade de Sementes	■		■			
	Identificação de Fitopatógenos	■		■			
Controle de Produtos de Origem Animal	Analise Físico-química	■	■	■	■	■	■
	Analise Microbiológica	■	■	■	■	■	■
Controle de Produtos de Origem Animal	Resíduos de Drogas Veterinárias e Contaminantes Orgânicos e inorgânicos	■	■	■	■	■	■
Controle de Alimentos para Animais	Analise Físico-química	■	■	■	■		■
	Analise Microbiológica	■	■	■	■	■	■
	Microscopia	■	■	■	■	■	■
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Analise Fisico-química	■	■	■	■	■	■
	Analise Microbiológica	■	■	■	■	■	■
	Micotoxinas						■
Controle de Insumos Agropecuários	Analise de Sementes	■	■	■		■	■
	Analise Físico-química	■	■	■	■	■	■
	Resíduos de Contaminantes Inorgânicos	■		■			■
Controle de Produtos Veterinários	Analise Fisico-química					■	
	Analise Microbiológica					■	■
	Controle de Vacinas	■			■	■	■
	Produção de Materiais de Referência						■

■ LANAGRO com o Processo Finalístico para à atividade.

LANAGRO sem o Processo Finalístico para à atividade.

Figura A.4. Resumo da distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelos LANAGROs e CGAL até 31 de Dezembro de 2007, por Elemento de Despesa.

Natureza da Despesa	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos Utilizados (R$ 100)	IUTT1 (%)
335039	221.277,15	216.973,28	98,05
339014	823.616,13	776.881,41	94,32
339020	30.000,00	30.000,00	100,00
339030	5.527.886,28	5.514.211,46	99,75
339033	1.216.681,50	1.110.125,52	91,24
339036	149.022,92	142.720,68	95,77
339037	5.512.359,15	5.508.071,32	99,92
339039	12.421.130,86	12.360.028,29	99,50
339047	3.746,10	3.746,10	100,00
339092	34.775,24	34.775,24	100,00
339093	47.071,98	40.905,58	86,907
339139	230.148,36	230.148,36	100,00
339147	9.178,08	8.240,08	89,78
339192	6.739,84	6.739,84	100,00
449051	510.163,27	510.163,27	100,00
449052	8.933.259,01	8.931.627,73	99,98
Total Cgal	35.677.055,87	35.425.358,16	99,30

IUT1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;

(1) Recursos recebidos pelos LANAGRO's que atenderam os Elementos de Despesa de Outros Laboratório de Rede LANAGRO e CGAL

(2) Os recursos financeiros programados foram somados para os LANAGROS's SP, MG, RS e GO pois PA e PE não fizeram previsões para 2007;

IUT1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;

IUT2 =% de recursos efetivamente utilizados relativamente ao programado para 2007

(3) Este índice não foi obtido pois o programado não corresponde ao programado pelos seis LANAGRO's da REDE.

Figura A.5. Metas físicas programadas e realizadas por LANAGRO das ações de funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal e Vegetal da REDE LANAGRO.

UG	**Amostras**				
LANAGRO/PE	Previsto	Realizado (x2)	Recebido (x1)	IR	IUOAD
Animal	86.999	54.355	54.355	100	62
Vegetal	5.435	3.141	3.141	100	58
Total	**92.434**	**57.496**	**57.496**	100	62
LANAGRO/PA	Previsto	Realizado	Recebido	IR	IUOAD
Animal	12.727	4.609	5.868	79	46
Vegetal	2.475	2.244	3.609	62	146
Total	**15.202**	**6.853**	**9.477**	**72**	62
LANAGRO/RS	Previsto	Realizado	Recebido	IR	IUOAD
Animal	75.289	43.472	43.772	99	58
Vegetal	9.100	7.648	9.100	84	100
Total	**84.389**	**51.120**	**52.872**	**97**	**63**
LANAGRO/GO	Previsto	Realizado	Recebido	IR	IUOAD
Animal	3.122	3.979	4.118	97	132
Vegetal	5.864	5.110	5.272	97	90
Total	**8.986**	**9.089**	**9.390**	**97**	**104**
LANAGRO/MG	Previsto	Realizado	Recebido	IR	IUOAD
Animal	21.411	14.024	14.247	98	67
Vegetal	12.574	11.823	11.858	100	94
Total	**33.985**	**25.847**	**26.105**	**99**	**77**
LANAGRO/SP	Previsto	Realizado	Recebido	IR	IUOAD
Animal	12.781	10.696	12.117	88	95
Vegetal	8.440	13.484	12.361	109	146
Total	**21.221**	**24.180**	**24.478**	99	115

REDE LANAGRO	Previsto	Realizado	Recebido	IR	IUOAD
Animal	212.329	131.135	134.477	98	63
Vegetal	43.888	43.450	45.341	96	103
Total Geral	**256.217**	**174.585**	**179.818**	**97**	**70**

•

IR= índice de realização da demanda

IUOAD= índice de realização da oferta sobre a demanda

Tabela A.1. Desafios, Situação atual e Entraves das Metas Gerais da CGAL em 2007

DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVE
Elaboração do Plano Diretor da Rede Laboratorial - Macroprocessos	Realizado	-
Regimento interno dos LANAGRO: Revisão, Aprovação e Publicação	Revisão em andamento Ação continua em 2008	-
Desenvolvimento do LIMS Laboratory Information Management System – Sistema de Gerenciamento de Informação ou um sistema de Gestão e Automação de Laboratórios	O projeto do sistema está em desenvolvimento Ação continua em 2008	Deficiência de pessoal especializado
Implementação de testes interlaboratorias na rede CGAL	Em andamento Ação continua em 2008	Deficiência de pessoal gestão do processo de organização, preparação de amostras e analise dos resultados; Grande número de metodologias a serem avaliadas
Implementação de Sistema de Gestão da Qualidade nos LANAGROS e nos laboratórios credenciados - NBR ISO/IEC 17025, e na CGAL - NBR ISO/IEC 17011, por meio de parcerias com as Redes Metrológicas	Redes Metrológicas foram contratadas Treinamento de pessoal iniciado Ação continua em 2008	Deficiência de pessoal – O sistema de gestão da qualidade demanda dedicação da área técnica, sobrecarregado na realização de analises de rotina
Intensificar a participação dos LANAGROS em ensaios de proficiência nacional e internacional	Identificação de provedores internacionais Participação em ensaios de proficiência nacional e internacional Ação continua em 2008	Dificuldade de realização de pagamentos no exterior Inexistência de provedores reconhecidos internacionalmente para muitos dos ensaios realizados pela rede CGAL

Tabela A.2. Desafios, Situação atual e Entraves das Metas Específicas da CGAL em 2007

METAS ESPECÍFICAS I: DIAGNÓSTICO ANIMAL E CONTROLE DE PRODUTOS BIOLÓGICOS DE USO VETERINÁRIO		
DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVE
Continuidade da Implantação da Rede de Laboratórios de Diagnóstico de Influenza aviária (IA) e Doença de Newcastle (DNC). O projeto para a construção de um novo laboratório de biossegurança no LANAGRO/SP Adequação de área física nos LANAGROs RS, GO e PA.	O projeto para a construção de um novo laboratório de biossegurança no LANAGRO/SP tem sua entrega prevista para janeiro 2008. Inicio das obras do laboratório de biossegurança no LANAGRO/SP em 2008 Adequação de área física nos LANAGROs RS, GO e PA não realizada Área física do LANAGRO/PE já está adequada. Ação continua em 2008	Demora na elaboração dos projetos Necessidade de definições relativas ao grau de biossegurança para adequação dos LANAGROs RS e PA para que realizem diagnósticos de Febre Aftosa e outras enfermidades. Legislação de biossegurança para Febre Aftosa adota os mesmos critérios para laboratório de diagnóstico e produtores de vacina
Implantar a Rede de Laboratórios de Diagnóstico de Doenças dos Organismos Aquáticos	Necessidade de adequação da área física e Aquisição de equipamentos necessários à implantação da atividade. Já foi iniciado o treinamento dos técnicos dos LANAGROs que estarão envolvidos nesta atividade e realizadas discussões dos temas pertinentes ao desenvolvimento desta rede com especialistas da área. Ação continua em 2008	Deficiência de pessoal para dedicação a esta atividade
Criar a Comissão Nacional de Biossegurança em laboratórios de Diagnóstico Veterinário	Em fase de estruturação. Ação continua em 2008	Deficiência de pessoal, na CGAL, para coordenar o processo

METAS ESPECÍFICAS I: DIAGNÓSTICO ANIMAL E CONTROLE DE PRODUTOS BIOLÓGICOS DE USO VETERINÁRIO		
DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVE
Elaborar, editar e publicar manuais técnicos relacionados de procedimentos de colheita de amostras para laboratórios de diagnóstico veterinário	Manual impresso sobre Influenza Aviária e Doença de Newcastle está sendo finalizado Ação continua em 2008.	Deficiência de pessoal, na CGAL, para coordenar o processo
Implantação de Laboratório Sanidade em Análise de sêmen e material de multiplicação animal;	Foi realizada a aquisição de alguns equipamentos e outros devem ser adquiridos no ano de 2008. Será necessária a adequação da área física para o desenvolvimento da atividade. Ação continua em 2008	Deficiência de pessoal
Produção de insumos de referência para diagnóstico	Existe uma Proposta de cooperação técnica em andamento, entre o Lanagro/SP e o National Veterinary Services Laboratories (NVSL/USDA). Ação continua em 2008	Deficiência de pessoal
Reestruturação da rede de diagnóstico de Febre Aftosa e outras Doenças Vesiculares	Necessidade de elaboração dos projetos de adequação dos LANAGROs PE e PA contemplarão itens que garantam a segurança biológica. A aquisição de equipamentos deverá ser realizada durante o ano de 2008. Ação continua em 2008	Necessidade de definições relativas ao grau de biossegurança para adequação dos LANAGROs RS e PA para que realizem diagnósticos de Febre Aftosa e outras enfermidades. Legislação de biossegurança para Febre Aftosa adota os mesmos critérios para laboratório de diagnóstico e produtores de vacina
Inicio do processo de implantação do controle de sementes de vacinas.	Ação programada para 2008	Necessidade de definições com o DFIP.

METAS ESPECÍFICAS I: DIAGNÓSTICO ANIMAL E CONTROLE DE PRODUTOS BIOLÓGICOS DE USO VETERINÁRIO		
DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVE
Instituir o Biotério do LANAGRO/SP como biotério de referencia da rede do MAPA.	Em 2008, haverá necessidade de adequação de infra-estrutura e equipamentos. Ação programada para 2008	Adequação de infra-estrutura e equipamentos Deficiência de pessoal

Tabela A.3. Desafios, Situação atual e Entraves das Metas Específicas da CGAL em 2007

METAS ESPECÍFICAS II: MICROBIOLOGIA DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL		
DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVES
Acreditação pela UKAS/Inglaterra como provedor de amostras controle – ILAC G13 e ISO 43-1	Elaboração de documentos da qualidade. Ação continua em 2008	-
Implantar método de pesquisa de *Listeria monocytogenes*	Realizado	-
Implantar método de pesquisa de *Escherichia coli* O157H7 através de separação imunomagnética	Em processo de implantação Necessidade aquisição de equipamentos e insumos Ação continua em 2008	Deficiência de pessoal

Tabela A.4. Desafios, Situação atual e Entraves das Metas Específicas da CGAL em 2007

METAS ESPECÍFICAS III: RESÍDUOS E CONTAMINANTES		
DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVES
Estruturação do programa de ensaios de proficiência e produção de materiais de referencia para a rede nacional de laboratórios agropecuários	Está em andamento a edição da instrução normativa da SDA que estabelece o programa de ensaios de proficiência e produção de material de referência para a rede nacional de laboratórios agropecuários. Ação continua em 2008	-
METAS ESPECÍFICAS IV: BEBIDAS E VINAGRE		
DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVES
Dar continuidade à revisão do manual operacional de bebidas e vinagre.	Aquisição de equipamentos apropriados para os laboratórios da Rede CGAL para desenvolverem os novos métodos analíticos. Ação continua em 2008	-

METAS ESPECÍFICAS VI: SEMENTES			
AÇÃO	META/OBJETIVO	SITUAÇÃO	RESPONSÁVEIS
Credenciamento de laboratório na International Seed Testing Association – ISTA	Credenciar junto à ISTA o LASO/MG	Em fase final de Credenciamento no ano de 2008 após Curso de amostragem, de sementes ministrado pela a ISTA em 2007.	Área de Sementes/CGAL
Revisão das Regras para Análise de Sementes - RAS - Grupo I, II, III e IV	Revisar as Regras de Análise de Sementes	Em fase final de revisão	Área de Sementes/CGAL
Publicação das Regras para Análise de Sementes	Publicar as novas RAS	Novas regras a serem editadas e publicadas em 2008	Área de Sementes/CGAL

Tabela A.5. Desafios, Situação atual e Entraves das Metas Específicas da CGAL em 2007

METAS ESPECÍFICAS VI: FÍSICO-QUÍMICA -FERTILIZANTES		
DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVES
Pesquisa e Desenvolvimento de Métodos Analíticos - Avaliação de desempenho de métodos oficiais e reconhecidos	Tem-se participação em treinamentos, reuniões entre a equipe técnica dos LANAGROS e CGAL e com pesquisadores das diversas instituições e constantemente realizado interlaboratoriais. Ação continua em 2008	-
METAS ESPECÍFICAS VII:PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E ÁGUA		
DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVES
Implementação efetiva do laboratório de referência à Rede Brasileira de Qualidade do Leite RBQL no LANAGRO-MG	Operacionalização do método de ensaio. Consolidar técnica de eletroforese capilar no LANAGRO/MG, com auxílio do técnico do LANAGRO/RS, para validação e oficialização em DOU do método de CMP por EC. Ação continua em 2008	-
METAS ESPECÍFICAS VIII: NÚCLEO DE DIVULGAÇÃO TÉCNICA E EVENTOS – NDT/CGAL		
DESAFIO	SITUAÇÃO	ENTRAVES
Implantação e implementação efetiva da área de comunicação e divulgação técnico-científica da rede laboratorial	Apoio e divulgação de eventos técnicos e produção de materiais de divulgação. Ação continua em 2008	-

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária

TOMADA DE CONTAS
RELATÓRIO DE GESTÃO – UNIDADES CONSOLIDADAS
EXERCÍCIO – 2007

UNIDADE CONSOLIDADA:

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO

LANAGRO GOIÁS

UNIDADE GESTORA: 130032

APRESENTAÇÃO

O presente relatório atende à Portaria CGU nº 1950, de 28 de dezembro de 2007 e a Norma de Execução nº 05, de 28 de dezembro de 2007, ao que determina a Instrução Normativa nº 47 de 27 de outubro de 2004, alterada pela Instrução Normativa nº 55, de 24 de outubro de 2007 e Decisões Normativas nº 85, de 19 de setembro de 2007, e nº 88, de 28 de novembro de 2007, do Tribunal de Contas da União.

Seu conteúdo visa subsidiar a Tomada e Prestação de Contas pelo Tribunal de Contas da União no exercício de 2007, apresentando os resultados referentes às atividades do Laboratório Nacional Agropecuário (LANAGRO/GO) que contempla a unidade localizada em Goiânia e o Serviço Laboratorial Avançado – SLAV/MS localizado na cidade de Campo Grande (MS).

O LANAGRO/GO é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Oficial de Laboratórios subordinada à Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

No PPA 2004/2007, o LANAGRO/GO coordena as Ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal – GO e de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal – GO do Programa para a Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA.

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores do LANAGRO/GO

Nome completo da unidade a sigla	Laboratório Nacional Agropecuário em Goiânia– LANAGRO/GO	
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada do MAPA	
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA	
	Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial - CGAL	
Norma de criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada	Norma da Reestruturação do MAPA: Decreto no. 5.351 de 21 de janeiro de 2005	
Norma da Finalidade:	Portaria no. 104, do MAPA, de 18 de abril de 2006, publicado no DOU de 19 de abril de 2006.	
Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame	Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº 75 de 19 de abril 2006.	
Normas estabelecidas para Gestão das Ações do PPA 2004-2007	Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004	
Modelo de gestão	Suportado pela estrutura organizacional, conforme a Apêndice A1	
Número do CNPJ	00396895/0073-08	
Nome e Código no SIAFI	Laboratório Nacional Agropecuário/GO: Código 130032	
Código da UJ titular do relatório	Não se aplica	
Código das UJ abrangidas	Não se aplica	
Endereço completo da sede	Rua da Divisa s/n, Setor Jaó, Goiânia/GO CEP 74.876-025, Telefone/fax: (62) 3232-7205	
Endereço da Página Institucional na *Internet*	www.agricultura.gov.br	
	E-mail: **LANAGRO/GO@agricultura.gov.br**	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	603-Defesa Sanitária Animal	
	604-Defesa Sanitária Vegetal	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Laboratório Nacional Agropecuário/GO	130032

2. Responsabilidades Institucionais

2.1. Papel do LANAGRO/GO na execução das políticas públicas

A CGAL, baseada em exigências internacionais, avanços tecnológicos e, conseqüentemente na atenção governamental dispensada às políticas de proteção da saúde pública e sanidade animal e vegetal, coordena as atividades desenvolvidas nos LANAGRO, distribuindo-as de acordo com a especialização adquirida pelos colaboradores dessas Unidades Laboratoriais.

No Programa para a Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA a estratégia de execução visa garantir o desempenho laboratorial em apoio às ações governamentais e ao agronegócio, contribuindo para assegurar o consumo de alimentos qualidade certificada e para conquistar mercados internacionais. Visando assegurar o desempenho laboratorial foi proposto o estabelecimento de uma rede de laboratórios do MAPA que atenda às normas internacionais e à legislação nacional; a formação de um banco de auditores para disponibilizar profissionais qualificados em auditoria para atender à demanda de credenciamento/monitoramento, otimizar recursos humanos, uniformizar condutas de auditoria nas diferentes áreas; implantar norma reconhecida internacionalmente (ISO/EC 17025) na rede de laboratórios; a formação de mão de obra especializada para as unidades laboratoriais, e obter reconhecimento internacional em Boas Práticas de Laboratório (BPL).

No PPA 2004/2007, o LANAGRO/GO coordena no estado as ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal – GO e de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal – GO do Programa para a Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA.

O Sistema Laboratorial de Apoio Animal tem como objetivo prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância e fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade de produtos e insumos na área animal através da promoção de padrões e uniformização dos procedimentos laboratoriais; credenciamento de laboratórios públicos e privados; fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados; revisão de legislação; aquisição de equipamentos, reagentes e instrumentos analíticos; manutenção de equipamentos e estrutura; controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos; elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade; realização de análises laboratoriais.

O Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal tem como objetivo executar e prover ações laboratoriais de excelência para apoiar a verificação e validação dos

processos de defesa agropecuária através da promoção de padrões e uniformização dos procedimentos laboratoriais; credenciamento de laboratórios públicos e privados; fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados; revisão de legislação; aquisição de equipamentos, reagentes e instrumentos analíticos; manutenção de equipamentos e estrutura; controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos; elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade; realização de análises laboratoriais.

Os Processos Finalísticos Internos do LANAGRO/GO (Apêndice A3), fazem parte do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e Vegetal e as ações executadas estão distribuídas entre os Programas Intra-setoriais do PPA 2004-2007, conforme a Apêndice A2. Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades do cliente, o Serviço de Fiscalização do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O LANAGRO/GO desenvolve também atividades voltadas à pesquisa e validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles interlaboratoriais que atestam a qualidade aos serviços prestados.

Outra atividade importante refere-se à execução de auditorias internas (em implementação) e de credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados (na atividade de Análise de Sementes).

MISSÃO DO MAPA

“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”

OBJETIVO DO LANAGRO

“Executar e prover ações laboratoriais de excelência para apoiar a verificação e validação dos processos de defesa agropecuária”

O LANAGRO/GO participa das ações governamentais nos vários segmentos da cadeia produtiva agropecuária, por meio da execução de atividades técnicas e laboratoriais visando a garantia da sanidade animal, da segurança alimentar, da qualidade dos insumos agropecuários e contribuir para o Agronegócio Brasileiro.

3. Estratégia de Atuação

A programação da oferta de unidades de análises laboratoriais do LANAGRO/GO baseia-se na capacidade operacional disponibilizada pelos seus setores, visando atender à demanda de análises dos Serviços de Fiscalização responsáveis pela coleta e remessa de amostras.

A programação dos recursos financeiros a serem utilizados baseia-se nas despesas básicas (água, luz e telefone), à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial / SDA.

Atualmente o LANAGRO/GO funciona com um déficit de pessoal na área administrativa, desde que foi criado não houve disponibilidade de pessoal na área administrativa em quantidade suficiente para atender a demanda de serviços. Para dirimir os problemas causados pela falta de pessoal servidores da área técnica têm colaborado com a execução de atividades inerentes à área administrativa, sendo este o principal entrave ao aumento da capacidade do LANAGRO e atendimento às exigências para a qualidade dos processos operacionais.

4. Gestão de Programa e Ações

4.1. Programas

No PPA as ações que correspondem às metas executadas pelo LANAGRO/GO pertencem ao Programa 356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas, da Secretaria de Defesa Agropecuária, são a seguintes:

4.1.1. Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

4.1.1.1. Dados gerais

Os dados do Programa estão apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Dados gerais do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.

Tipo de programa	Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Objetivo Geral	**ASSEGURAR A QUALIDADE E INOCUIDADE DE ALIMENTOS, BEBIDAS E CORRELATOS OFERTADOS AOS USUÁRIOS**
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	Abrahão Bruchatsky
Indicadores ou parâmetros utilizados	Número de Análises Realizadas
Público-Alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas, consumidor final

4.1.2. Principais ações do programa

O Programa 0356 tem as seguintes ações:

I. Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal (SDA/SFA/SIPAG);

II. Certificação de origem e da movimentação de insumos e produtos agropecuários e rastreabilidade (SDA/SFA /SIPAG/SEPDAG);

III. Fiscalização contra a fraude e a clandestinidade dos produtos de origem agropecuária (SDA/SFAAC/SIPAG);

IV. Tipificação e classificação de produtos de origem animal (SDA/SFA /SIPAG);

V. Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal (SDA/SFA/SIPAG);

VI. Fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados (SDA);

VII. Controle de qualidade na garantia da conformidade, segurança e inocuidade dos produtos de origem animal (SDA/SFA /SIPAG);

VIII. Controle de qualidade na garantia da conformidade, segurança e inocuidade dos produtos de origem vegetal (SDA/SFA /SIPAG);

IX. Controle de contaminantes e resíduos nos vegetais e seus produtos (SDA/SFA-AC/SIPAG);

X. Padronização e classificação de produtos vegetais (SDA/SFA-AC/SIPAG);

XI. Gestão e administração do programa (SDA);

XII. Funcionamento do sistema laboratorial de apoio animal (SDA);

XIII. Funcionamento do sistema laboratorial de apoio vegetal (SDA).

Dentre as ações descritas acima, o LANAGRO/GO participa das ações XII e XIII que dão subsídio à tomada de decisões nas demais ações.

Tabela 3. Código das Ações executadas.

Código	Ação
2132.0001	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal –GO
2136.0001	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal – GO

4.2. Gestão das Ações

4.2.1. Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

4.2.1.1. Dados Gerais

Na Tabela 4 estão apresentados os dados referentes à Ação 2132 que corresponde ao Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal.

Tabela 4 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal.

Tipo de Programa	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos pecuários
Descrição	Promoção de padrões e uniformização dos procedimentos laboratoriais; credenciamento de laboratórios públicos e privados; fiscalização e monitoramento das atividades

	dos laboratórios credenciados; revisão de legislação; aquisição de equipamentos, reagentes e instrumentos analíticos; manutenção de equipamentos e estrutura; controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos; elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade; realização de análises laboratoriais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/GO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação e Divisão Técnica Laboratorial/LANAGRO/GO
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Cleia Ferreira Duarte

4.2.2. Ação 2136 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

4.2.2.1. Dados Gerais

Na Tabela 5 estão apresentados os dados referentes à Ação 2136 que corresponde ao Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal.

Tabela 5 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal.

Tipo de Programa	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos pecuários
Descrição	Promoção de padrões e uniformização dos procedimentos laboratoriais; credenciamento de laboratórios públicos e privados; fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados; revisão de legislação; aquisição de equipamentos, reagentes e instrumentos analíticos; manutenção de equipamentos e estrutura; controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos; elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade; realização de análises laboratoriais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/GO

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação e Divisão Técnica Laboratorial/LANAGRO/GO
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Cleia Ferreira Duarte

4.3. Programação e Resultados

Descrevem-se na Tabela 6 as metas físicas e financeiras prevista para o LANAGRO/GO em 2007 e as metas físicas das ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e de Vegetal.

No Apêndice A4, está apresentada a distribuição dos recursos financeiros programados por elemento de despesas, que compuseram o cálculo da meta financeira programada e no Apêndice A5, a composição do cálculo da meta física programada por ação, processo finalístico e atividade.

Tabela 6. Meta física e financeira prevista para 2007, para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal e Vegetal do LANAGRO/GO.

Código	Ação	Meta Financeira prevista 2007	Meta física para 2007	
			No. Amostras	No. Determinações
2132.0001	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal – GO	984.857,08	3.122	55.698
2136.0001	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal – GO	1.067.037,27	5.864	109.359
	Total	R$ 2.051.894,34	8.986	165.057

4.3.1. Metas físicas e financeiras realizadas

Descrevem-se na Tabela 7 as metas físicas e financeiras realizadas pelas ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e de Vegetal e pelo LANAGRO/GO em 2007. No Apêndice A4, está apresentada a distribuição dos recursos financeiros recebidos e utilizados por elemento de despesas, que compuseram o cálculo da meta financeira realizada. E no Apêndice A5, está apresentada a composição do cálculo da meta física realizada por processo finalístico.

Tabela 7. Meta física e financeira realizadas, para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal e Vegetal do LANAGRO/GO.

Código	Ação	Meta Financeira realizada 2007	Meta física realizada de 2007	
			No. Amostras	No. Determinações
2132.0001	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal – GO	830.873,84	3.979	69.298
2136.0001	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal – GO	1.044.265,70	5.110	82.139
	LANAGRO/GO	1.875.139,54	9.089	151.437
	Recurso não utilizado no LANAGRO/GO	4.307,97	-	-
	Total	1.879.447,51	9.089	151.437

5. Desempenho operacional

O Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dão através dos Processos Finalísticos Internos do LANAGRO/GO (Apêndice A3), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2004-2007, conforme a Apêndice A2.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades do cliente, o Serviço de Fiscalização.

O desempenho do LANAGRO será apresentado separadamente, categorizado nas Áreas de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal, e Apoio Laboratorial Geral, tendo como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e realizadas) e os recursos financeiros (programados, recebidos e utilizados) em sua execução.

A programação da oferta de unidades de análises laboratoriais do LANAGRO/GO baseou-se na capacidade operacional disponibilizada pelos seus setores, visando atender à demanda de análises dos Serviços de Fiscalização responsáveis pela coleta e remessa de amostras, considerando-se que a unidade de análise laboratorial pode ser expressa tanto pela amostra recebida para análise, como pelo número de provas ou determinações analíticas necessárias para se obter o laudo de inspeção ou certificado de análise dessa amostra.

A programação dos recursos financeiros a serem utilizados baseia-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial / SDA.

Assim, o desempenho das ações tem como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e realizadas) e os recursos financeiros programados, recebidos e utilizados em sua execução.

Os Indicadores de Desempenho do LANAGRO são descritos a seguir:

Indicador de Eficácia		
Utilidade Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a Execução das análises realizadas representam a demanda do Serviço de Fiscalização. A eficácia do LANAGRO/GO é medida pelo alcance da Meta Física programada para o ano de 2007, independentemente do custo ou impacto implicado na ação. São obtidos valores para o LANAGRO/GO e Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal e Vegetal.		
Fórmula de cálculo		
N_uAL	Número de *unidades* de Análises Laboratoriais realizadas	*unidade*= amostra ou prova
Método de medição		
Considerando-se que a unidade de análise laboratorial pode ser expressa tanto pela amostra recebida ou analisada ou como pelo número de provas ou determinações analíticas necessárias para se obter o laudo de inspeção ou certificado de análise dessa amostra. Utiliza-se como meta física alcançada o somatório das unidades de análise laboratorial das Ações LABANIMAL e LAVEGETAL. O valor da meta física alcançada por cada área é resultante da soma das unidades de análise laboratorial realizadas por cada processo finalístico de competência de cada Unidade Física coordenada pelo LANAGRO como se descreve no Apêndice A.5.		

d. Fontes de Informação

Os resultados das unidades de análise laboratorial são armazenadas nas bases de dados descritas a seguir e se tornam fontes de informação para os cálculos dos indicadores de desempenho

Ação	Unidade Física	Fonte de Informação	
Apoio Animal	Goiânia/GO	Base de Dados do Sistema de Controle de Amostras desenvolvido e gerenciado pelo LANAGRO/GO	
		Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal e para Alimentação Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico.	
Apoio Vegetal	Goiânia/ GO	Bebidas e Vinagres	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas BEBWIN
		Fertilizantes e Corretivos, Microbiologia, Físico-química de Óleos e farinhas, Diagnóstico Vegetal, Análise de Sementes	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises, por natureza da amostra, execução e resultado analítico.
	Campo Grande/MS	Diagnóstico Vegetal	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises, por natureza da amostra, execução e resultado analítico.

e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

DLAB/LANAGRO-GO

f. Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Eficácia (x_2)
Animal	Amostra	3.979
	Prova	69.298
Vegetal	Amostra	5.110
	Prova	82.139
LANAGRO/GO	Amostra	9.089
	Prova	151.437

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

Verificamos durante reunião com a CGAL e demais LANAGRO que há divergências na forma de estimar o número de determinações por amostra entre os Estados.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas	Responsável

de insucesso	
Comunicamos em Reunião com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial a necessidade de encaminhar, por escrito, aos LANAGRO a forma de estimar o número de determinações/amostra.	Cleia Ferreira Duarte - Coordenadora

Indicador de Eficiência	
a. Utilidade *Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, em relação aos recursos financeiros programados, e, em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.* A eficiência do LANAGRO/GO foi medida por dois indicadores, que avaliaram o custo de unidade de análise laboratorial em relação à eficácia do LANAGRO/GO e suas respectivas Ações. O primeiro em relação aos recursos financeiros programados e o segundo em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados, ou seja, recursos recebidos que atenderam os Elementos de Despesa do LANAGRO/GO.	
b. Fórmula de cálculo	
b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – *CUP*	
$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_1=recursos financeiros programados, em reais $x_2 = N_u AL$ (eficácia)
b.2.Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – *CUE*	
$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_2= recursos financeiros utilizados, em reais $x_2 = N_u AL$(eficácia)
c. Método de medição	
Os recursos financeiros utilizados somam os valores utilizados enviados por todos os PI's que atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório. Os recursos financeiros programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial / SDA.	
d. Fontes de Informação	
Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.	
e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição	
DLAB/LANAGRO/GO	
f. Resultado	

	Unidade de análise laboratorial (*u*)	CUP (R$/unidade)	CUE (R$/unidade)
LANAGRO/GO	Amostra	228,34	206,31
	Prova	12,43	12,38

g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

O *CUP* (custo unitário programado) para o LANAGRO/GO foi estimado em R$ 228,34/amostra e R$12,43/prova, enquanto que *CUE* (custo unitário efetivo) obtido foi de R$ 206,31/ amostra e R$ 12,38/ prova. Os valores médios estimados e efetivos para o LANAGRO-GO ficaram próximos, no entanto quando confrontamos o CUP e CUE das áreas animal e vegetal separadamente, verificamos uma diferença em função de ocorrências específicas em cada área. O CUP na área animal foi estimado em R$315,46/amostra e R$14,21/prova e o CUE obtido foi de R$208,81/amostra e R$11,99/prova. Esta diferença ocorreu devido ao uso de material de consumo comprado em 2006 nas determinações realizadas em 2007. Também foram executadas algumas atividades técnicas sem solicitação de recurso adicional, como por exemplo, a validação de metodologias na área de dripping-test, dentre outras. O CUP na área vegetal foi estimado em R$181,96/amostra e R$9,76/prova e o CUE obtido foi de R$ 204,36/amostra e R$12,71/prova. Os resultados mostram aumento no custo efetivo, no entanto, foi feito investimento na área de resíduo (pesticidas), com a compra de equipamentos e padrões, o que elevou o custo, apesar do uso de material de consumo remanescente de anos anteriores. A liberação de recursos concentrada no segundo semestre, prejudicou o gasto dos recursos. Ressaltamos que a carência de funcionários na área administrativa tem dificultado o andamento dos procedimentos da área. Atualmente temos três técnicos na área administrativa, responsáveis pelas atividades de compra, almoxarifado, patrimônio, transporte, finanças, acompanhamento da manutenção da área, entre outras atividades.

h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
1. Foi pleiteada junto a CGAL a contratação de novos funcionários para área administrativa e de apoio, além de técnicos de nível superior, visando aumentar a capacidade operacional técnica e administrativa, além do atendimento à demanda requerida para implantação de novas análises, validação de metodologias, revisão de métodos e implementação da qualidade segundo a norma ISO 17.025. 2. Em relação à liberação de recursos a tempo e a hora, gestões foram feitas junto ao Órgão Central competente.	Cleia Ferreira Duarte - Coordenadora

Indicador de Efetividade

a. Utilidade

Mostrar a efetividade do Apoio laboratorial do LANAGRO através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO e os recursos programados para o exercício de 2007.

A efetividade do LANAGRO/GO e das respectivas Ações foram medidas através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/GO e os recursos programados para o exercício de 2007.

b. *Fórmula de cálculo*

b.1. Índice de Realização da Demanda – IR

$IR = \frac{x_2}{x_1} 100\%$	x_1= Número de amostras recebidas - NAR x_2= N_uAL

b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – *IUOAD*

$IUOAD = \frac{x_1}{y_3} 100\%$	x_1=NAR y_3= capacidade operacional, em número de amostras

b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2007– UTI_1

$IUT_1 = \frac{y_2}{x} 100\%$	x= Total de recursos recebidos y_2= Total de recursos utilizados

b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo LANAGRO relativamente ao programado para 2007 – UTI_2

$IUT_2 = \frac{y}{y_1} 100\%$	y = Total de recursos efetivamente utilizados y_1= Total de recursos programados

c. Método de medição

O mesmo descrito para os indicadores de eficácia e eficiência

d. Fontes de Informação

As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência

e. Área Responsável pelo cálculo

DLAB/LANAGRO/GO
f. Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	IUOAD (%)	IUT1(%)	IUT2(%)
Animal	Amostra	96,62	127,45		
Vegetal	Amostra	96,93	87,14		
LANAGRO/GO	Amostra	96,79	104,50	89,05	91,39

g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	
O *IR* de 96,79% foi conseqüência algumas rejeições de amostras recebidas por alguns processos finalísticos. No geral, o *IUOAD* obtido demonstra que a capacidade operacional ofertada pelo LANAGRO/GO foi utilizada pelos clientes, apesar da greve ocorrida neste ano que prejudicou o envio de amostras. Na área animal recebeu-se um número de amostras maior que o programado, devido aos programas de controle contra a fraude do leite e água no frango, o que gerou uma demanda de compra de material de consumo de modo emergencial, mesmo utilizando os insumos remanescentes do ano anterior, porque as demandas destes programas não estavam previstas na programação.	
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
3. As ações corretivas necessárias para a utilização da capacidade operacional ofertada pelo LANAGRO/GO aos seus clientes já foram implementadas através do envio da a CGAL para ação junto aos Departamentos e, quando necessário, aos setores técnicos competentes.	Dra. Cleia Ferreira Duarte, Coordenadora

Os dados relativos aos recursos financeiros programados, recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.

Na Tabela 11 são apresentados os valores obtidos para os indicadores de eficácia, efetividade (*IR* e *IUOAD*) e eficiência (*CUP*, *CUE*, *IUT1* e *IUT2*).

Tabela 11. Indicadores de Gestão do LANAGRO/GO.

Ação	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Indicador(1)						
		Eficácia	Efetividade (%)		Eficiência (R$/*unidade*)			
		x_2	*IR*	*IUOAD*	*CUP*	*CUE*	*IUT1*	*IUT2*
Apoio Animal	Amostra	3.979	96,62	127,45	315,46	208,81		
	Prova	69.298	-	-	14,21	11,99		
Apoio Vegetal	Amostra	5.110	96,93	87,14	181,96	204,36		
	Prova	82.139	-	-	9,76	12,71		
LANAGRO/GO	Amostra	9.089	96,79	104,50	228,34	206,31	89,05	91,39
	Prova	151.437			12,43	12,38		

(1)x_2=número de amostras ou provas realizadas
IR = percentagem do realizado sobre o recebido;
IUOAD = percentagem do recebido sobre o programado;
CUE_u = recurso utilizado por amostra ou prova;
CUP = recurso programado por análise

6. Previdência Complementar – Não se aplica

7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal – Não se aplica

8. Operações de fundos - Não se aplica

9. Conteúdos específicos por LANAGRO conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/07-Não se aplica

10. Transferências de Recursos (Convênios e Outros Meios) – Não se aplica.

11. Controle das Entidades Fechadas de Previdência Complementar Patrocinada – Não se aplica.

12. Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos – Não se aplica.

13. Gastos com Cartões de Crédito

Os gastos com cartão de crédito estão apresentados no ANEXO C, conforme item 1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007.

14. Recomendações dos Órgãos do Sistema de Controle Interno

14.1. Número do relatório. Não houve.

14.2. Descrição da recomendação. Não houve.

14.3. Providências adotadas. Não houve.

15. Determinações e Recomendações do TCU

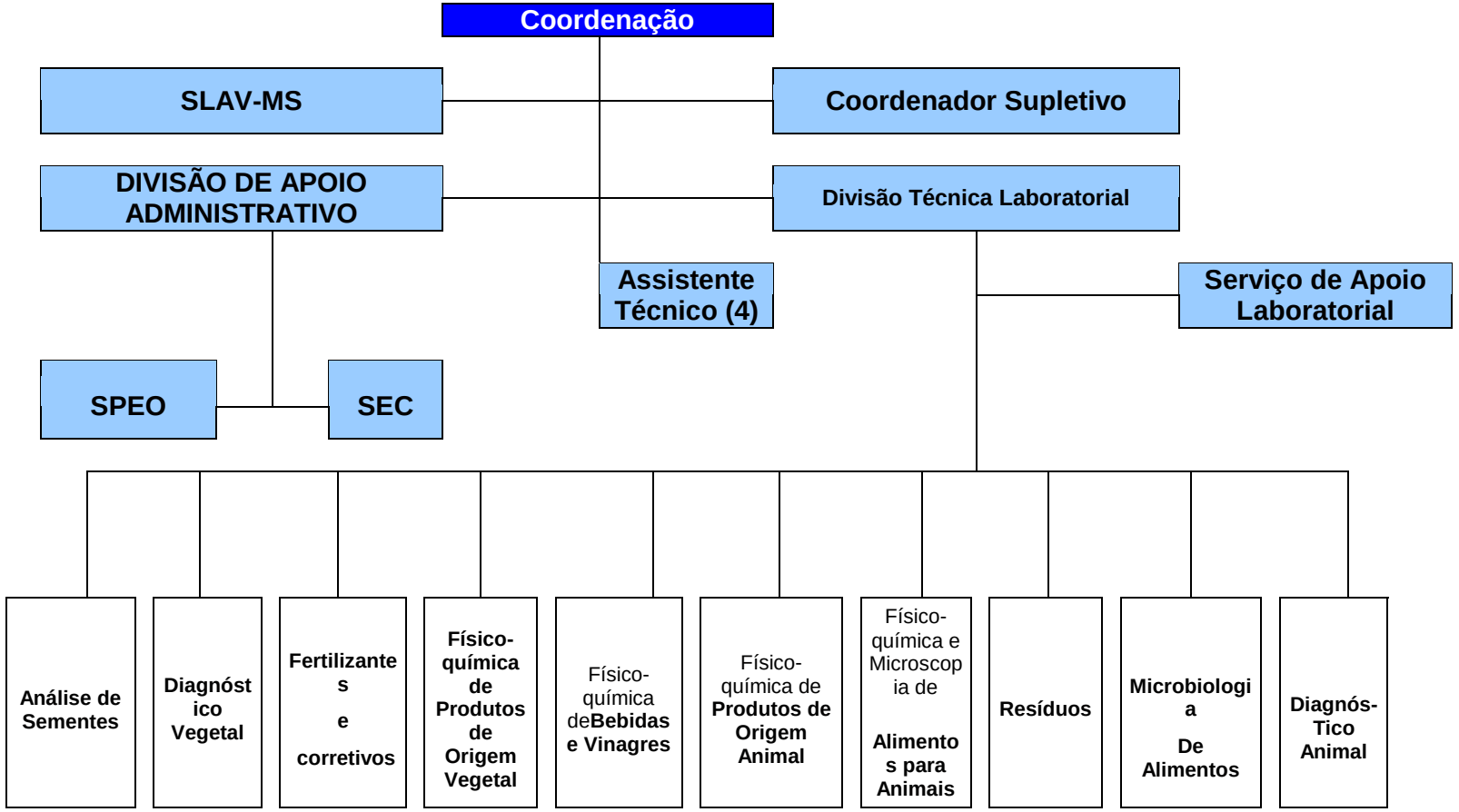
15.1. Número da Decisão ou Acórdão. Não houve.

15.2. Descrição da determinação ou da recomendação. Não houve.

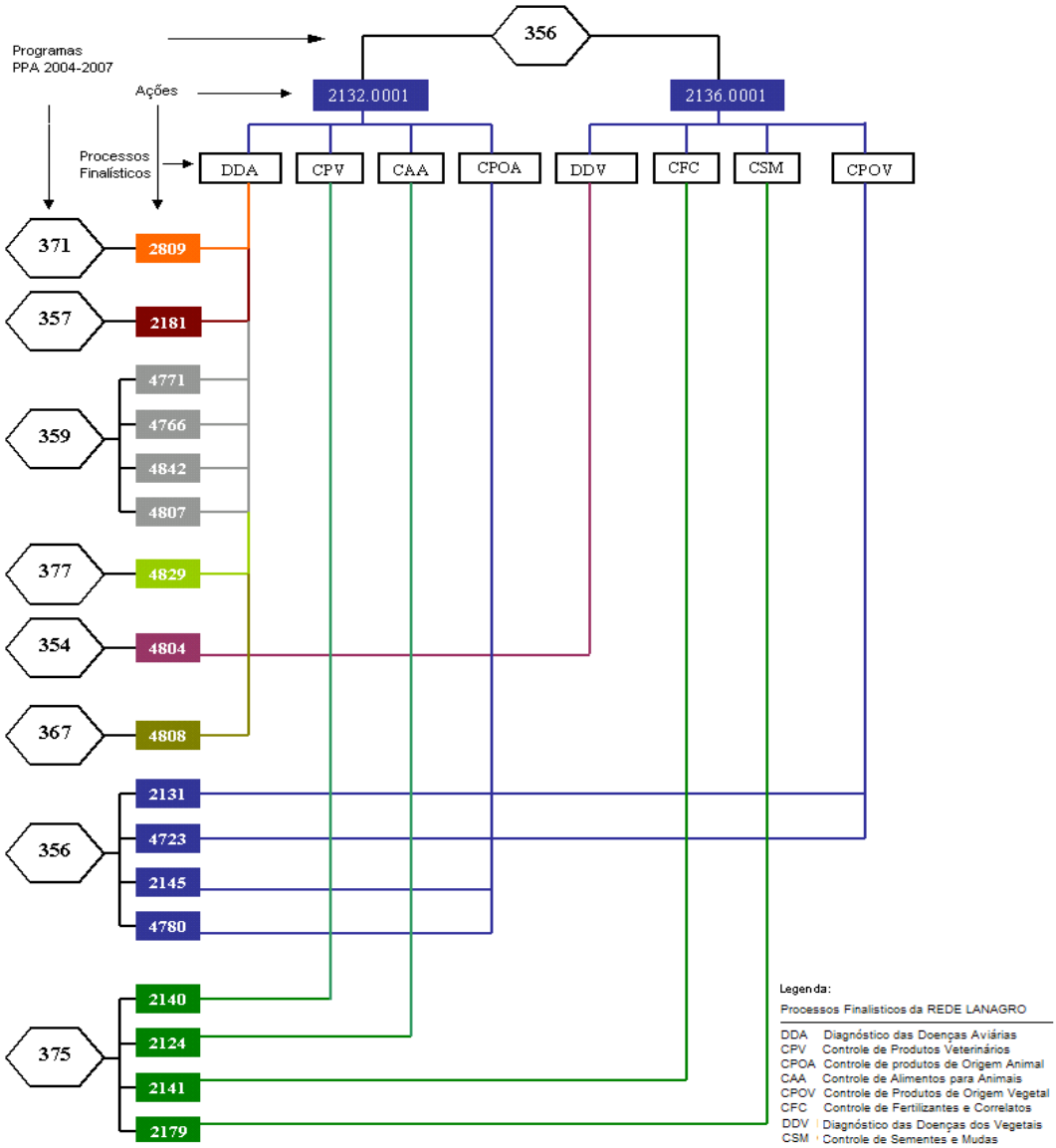
15.3. Providências adotadas. Não houve.

APÊNDICE

Apêndice A1. Estrutura Organizacional do LANAGRO/GO.



Apêndice A2. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do LANAGRO/GO, seus processos Finalísticos e as Ações do PPA 2004-2007.



Programa		Ação	
356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - SP
		2136	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - SP
		2145	Inspeção Industrial e Inspeção Sanitária dos Produtos, Sub-produtos e Derivados de Origem Animal
		4780	Fiscalização contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária
		4723	Controle de Contaminantes e Resíduos nos Animais e Vegetais e seus Produtos
		2131	Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal
357	Segurança Agropecuária no Trânsito Internacional de Animais	2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
375	Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários	2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
		2124	Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal
		2141	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
		2179	Fiscalização de sementes e mudas
371	Desenvolvimento da Avicultura .	2809	Prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura
359	Desenvolvimento da Bovideocultura	4807	Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovinocultura
		4842	Erradicação da Febre Aftosa
		4766	Controle e erradicação da tuberculose e brucelose
		4771	Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina-doença da vaca louca
377	Desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura e Ovinocultura	4829	Prevenção controle e erradicação da doenças da equideocultura, da caprinocultura e da da criação de pequenos e médios animais
354	Desenvolvimento da Fruticultura	4804	Prevenção e Controle de pragas na Fruticultura
367	Desenvolvimento da Suideocultura	4808	Prevenção, controle e erradicação das doenças da suideocultura

Apêndice A3. Processos finalísticos do LANAGRO/GO e seus desdobramentos em sub-processos e atividades.

Processos finalísticos	SUB-PROCESSOS	Atividades
Controle de insumos agropecuários	Análises físicas	Fertilizantes minerais
		Corretivos
	Análises químicas	Fertilizantes minerais
		Fertilizantes orgânicos
		Fertilizantes organo minerais
		Corretivos
Controle de produtos de origem animal	Análises de resíduos*	Leite
		Carne e derivados
	Análise de contaminantes	Pescados
		Leite
	Análises físico-químicas de produtos de origem animal	Leite e derivados
		Carne e derivados
		Ovos
		Mel
		Água
	Análises microbiológicas de produtos de origem animal	Leite e derivados
		Produtos carneos e pescados
		Água e gelo
		Bebidas não-alcoólicas e rações
		Alimentos de baixa acidez, enlatados e bebidas não alcoólicas em embalagens herméticas e sem conservantes
		Ovos
Controle de produtos de origem vegetal	Análises físico-químicas de bebidas	Não alcoólicos
		Fermentados alcoólicos
		Fermentados acéticos
		Destilados alcoólicos
		Destilo-retificados
		Alcoólicos por mistura
	Análises físico-químicas de óleos e farinhas	Óleos
		Farinhas
	Análises de resíduos*	Frutas
Controle de alimentos para animais	microscopia	Ração, concentrado, ingredientes, farelo, sal mineral, suplemento e misturas minerais
	Análises físico-químicas	Ração, concentrado, ingredientes e farelo
		Sal mineral, suplemento mineral e misturas minerais
Controle de Qualidade de Sementes	Análise de sementes	Grandes culturas
		Forrageiras
	Detecção em Sementes e Grãos	OGM
Diagnóstico de doenças dos animais	Virologia	Diagnóstico sorológico*
		Diagnóstico molecular
Diagnóstico de doenças vegetais	Sanidade de sementes	Sementes
	Identificação de fitopatógenos	Sementes, Partes vegetais e mudas

Apêndice A4. Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo LANAGRO/GO, por Elemento de Despesa.

Elemento de despesa	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)	IUT 1 (%)	LANAGRO -GO			
				LANAGRO/GO			Outros LANAGRO (**)
				Recursos programados (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)	IUT 2 (%)	
339014 Diárias	69492,55	69492,55	100,00	542 00,78	68748,08	126,84	744,47
339030 Material de consumo	335662,97	304379,25	90,68	371080,00	304379,25	82,03	-
339033 Passagens aéreas	62725,78	61567,65	98,15	62725,78	58004,15	92,47	3563,50
339036 Diárias colaboradores eventuais	5655,64	5655,64	100,00	5655,64	5655,64	100,00	-
339037 Contratos	103650,00	103650,00	100,00	103650,00	103650,00	100,00	-
3390(91)39 Serviços de terceiros	514539,22	417765,79	81,19	443932,14	417765,79	94,11	-
339047 Obrigações tributárias e contribuições	-	-	-	(*)	-	-	-
339091 Imprensa Nacional	4099,04	4099,04	100,00	(*)	4099,04	-	-
339092 Exercícios anteriores	4064,08	4064,08	100,00	(*)	4064,08	-	-
339093 Restituições e reembolsos	50,00	50,00	100,00	50,00	50,00	100,00	-
449051 Obras e instalações	-	-	-	-	-	-	-
449052 Equip amentos e material permanente	1010600,00	908723,51	89,92	1010600,00	908723,51	89,92	-
TOTAL	2.110.539,28	1879447,51	89, 05	2051894,34	1875139,54	91,39	4307,97

(*) Meta não programada;
(**) Recursos recebidos pelo LANAGRO/GO que atenderam os Elementos de Despesa de Outros Laboratório de Rede LANAGRO
IUT_1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;
IUT_2 =% de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/GO relativamente ao programado para 2007.
Obs. Do total de recursos recebidos, R$ 1.568.478,66 foram referentes ao PI LABANIMAL e LAVEGETAL, e R$542.060,62, referentes aos PI FISAGROTOX e RESIDUOS. Do total de recursos utilizados, R$344.599,13 são referentes ao PI RESIDUOS e R$17.966,17, referente ao PI FISAGROTOX.

Apêndice A5. Metas físicas programadas, recebidas e realizadas por Processos finalísticos das para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal e Vegetal do LANAGRO/GO.

Processo Finalístico/Goiânia-GO	Unidade de análise laboratorial	Programado (1)	Recebido	Eficácia (Realizado)
Diagnóstico Animal (2)	amostra	-	-	-
	prova	-	-	-
Análise Físico-química de Produtos de Origem Animal	amostra	1.260	2.086	2.086
	prova	24.948	-	38.317
Análise Físico-química e Microscopia de Alimentos para Animal	amostra	502	406	384
	prova	11.044	-	8.564
Microbiologia de Alimentos	amostra	1.360	1.626	1.509
	prova	19.706	-	22.417
Análises de Fertilizantes e Corretivos	amostra	1.200	1.248	1.052
	prova	5.184		5.017
Análises Físico-química de Bebidas e Vinagres	amostra	1.176	820	833
	prova	9.055	-	6.813
Resíduo em Alimentos (2)	amostra	-	-	-
	prova	-	-	-
Análises Físico-química de Óleos e Farinhas	amostra	488	326	326
	prova	8.390	-	5.600
Diagnóstico Vegetal	amostra	1.000	1.289	1.289
	prova	1.900	-	2.338
Análise de Sementes	amostra	1800	1.406	1.429
	prova	84600	-	62.163
Diagnóstico Vegetal – Campo Grande -MS	amostra	200	183	181
	prova	230	-	208
Ação	Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Eficácia (Realizado)
Apoio Animal	amostra	3.122	4.118	3.979
	prova	55.698	-	69.298
Apoio Vegetal	amostra	5.864	5.272	5.110
	prova	109.359	-	82.139
LANAGRO/GO	amostra	8.986	9.390	9.089
	prova	165.057	-	151.437

(1) amostra programada estimada (Setor se baseia na capacidade operacional de diagnósticos)

(2) Análises em implementação

Ação[1]	Unidade Física	Fonte de Informação	
Apoio Animal*	Goiânia/GO	Base de Dados do Sistema de Controle de Amostras do LANAGRO/GO	
		Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica[*2] de Produtos de Origem Animal e alimentos para animais, por natureza da amostra, execução e resultado analítico	
Apoio Vegetal	Goiânia/GO	Bebidas e Vinagres	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas BEBWIN
		Fertilizantes e Corretivos	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Periciais e Demonstrativo de Determinações Analíticas de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. periciais
		Diagnóstico Vegetal	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises, por natureza da amostra, execução e resultado.
		Óleos e farinhas	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química de óleos e farinhas, por natureza da amostra, execução e resultado analítico
		Análise de Sementes	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises, por natureza da amostra, execução e resultado.
	Campo Grande-MS	Diagnóstico Vegetal	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises, por natureza da amostra, execução e resultado.

[1] A atividade de Análise de Resíduos em produtos vegetais e produtos de origem animal e vegetal está em implantação. * Diagnóstico animal em implantação; *[2] Realiza análise de bebidas não-alcoólicas

Apêndice A6. Fonte de Informação dos dados utilizados no relatório.

ANEXOS

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item 1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

C.1. Série histórica de gastos com cartões de crédito, considerando o exercício a que se referem às contas e os dois exercícios anteriores:

Ano	2006	2005	2004
Gasto com Cartão de Crédito	R$ 15.259,00	Não foi utilizado	Não foi utilizado

C.2. Em relação ao exercício a que se referem às contas, detalhamento de cada ocorrência, com justificativa e responsável

Total de gastos com cartões de crédito: R$ 755,00

Total de despesas realizadas mediante o uso de cartões de crédito : R$ 365,00

Total de saques realizados mediante o uso de cartões de crédito : R$ 390,00

O detalhamento dos saques e justificativas encontra-se na Tabela A.9.

Tabela A.9. Relação de saques realizados com o uso de Cartão de Crédito.

Valor do Saque	Nome do colaborador que fez a retirada	Justificativa
R$ 390,00	João César Zanella	Saques efetuados em virtude de problemas no sistema de Cartão de Crédito.

Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle Interno (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN- TCU-85/2007 – Não houve

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/07)- Não se aplica

UNIDADE CONSOLIDADA

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO

LANAGRO MINAS GERAIS

UNIDADE GESTORA: 130058

APRESENTAÇÃO

O presente relatório atende à Portaria CGU no. 1950, de 28 de dezembro de 2007 e a Norma de Execução no. 05, de 28 de dezembro de 2007, ao que determina a Instrução Normativa nº. 47 de 27 de outubro de 2004, alterada pela no. 55, de 24 de outubro de 2007 e Decisões Normativas nº. 85, de 19 de setembro de 2007 e no. 88, de 28 de novembro de 2007, do Tribunal de Contas da União.

Seu conteúdo visa subsidiar a Tomada e Prestação de Contas pelo Tribunal de Contas da União no exercício de 2007, apresentando os resultados referentes às atividades do Laboratório Nacional Agropecuário (LANAGRO/MG).

O LANAGRO/MG é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Oficial de Laboratórios subordinada à Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores do LANAGRO/MG

Nome completo da unidade a sigla	Laboratório Nacional Agropecuário Minas Gerais– LANAGRO/MG	
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada do MAPA	
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA	
Norma de criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada	Norma da Reestruturação do MAPA: Decreto no. 5.351 de 21 de janeiro de 2005	
Norma da Finalidade:	Portaria no. 104, do MAPA, de 18 de abril de 2006, publicado no DOU de 19 de abril de 2006.	
Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame	Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 20006.	
Normas estabelecidas para Gestão das Ações do PPA 2004-2007	Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004	
Modelo de gestão	Suportado pela estrutura organizacional, conforme a Figura A.1. constante do Apêndice	
Número do CNPJ	00.396.895/0062-47	
Nome e Código no SIAFI	Laboratório Nacional Agropecuário/PA: Código 130058	
Código da UJ titular do relatório	Não se aplica	
Código das UJ abrangidas	Não se aplica	
Endereço completo da sede	Avenida Rômulo Joviano, s/n. Caixa Postal 50. Centro – 33600-000 – Pedro Leopoldo MG	
Endereço da Página Institucional na *Internet*	www.agricultura.gov.br	
	E-mail: **lanagro-mg@agricultura.gov.br**	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Agropecuaria	
Tipo de atividade	603-Defesa Sanitária Animal	
	604-Defesa Sanitária Vegetal	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Laboratório Nacional Agropecuário/MG	130058

2. Responsabilidades Institucionais

2.1. Papel do LANAGRO/MG na execução das políticas públicas

O LANAGRO/MG atua no apoio técnico laboratorial às ações governamentais nos vários segmentos da produção animal e vegetal, contribuindo o Objetivo Setorial 4 do MAPA, integrante do Plano Plurianual 2004/2007 na Agricultura, que é:

"Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária".

Nosso cliente direto é a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) nas suas ações de defesa dos rebanhos e lavouras brasileiras, além da certificação dos produtos agropecuários ofertados no mercado interno e internacional.

Indiretamente temos como público alvo as indústrias fabricantes de produtos de uso veterinário, estabelecimentos produtores de alimentos de origem animal sob Inspeção Federal, as indústrias fabricantes de fertilizantes, corretivos e inoculantes, estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres, produtores de sementes, embaladores e produtores de produtos vegetais sob Inspeção Vegetal, os produtores rurais como agentes e consumidores, laboratórios credenciados para diagnósticos de doenças dos animais e vegetais e laboratórios credenciados para prestação de serviços em ensaios analíticos de produtos de origem animal e vegetal, importadores e exportadores de produtos agropecuários.

2.2. Papel do LANAGRO/MG na rede de laboratórios da CGAL

O Decreto n°5.471, que regulamentou a Lei Agrícola, criou a Rede Nacional dos Laboratórios Agropecuários. Nesta rede está inserida a rede de Laboratórios Nacionais Agropecuários – LANAGROs do MAPA e os laboratórios credenciados pela SDA/MAPA para cumprimento de sua missão e visão, definidas como:

MISSÃO DO MAPA
"Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira"

VISÃO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
"Em 2015 a SDA será referência mundial de Defesa Agropecuária"

A CGAL, baseada em exigências internacionais, avanços tecnológicos e, conseqüentemente na atenção governamental dispensada às políticas de proteção da saúde pública e sanidade animal e vegetal, coordena as atividades desenvolvidas nos LANAGROs, distribuindo-as de acordo com a especialização adquirida pelos colaboradores dessas Unidades Laboratoriais.

Dentro desta estrutura o LANAGRO/MG cumpre com as ações designadas pela CGAL, visando a produção de resultados analíticos que sirvam para o diagnóstico e tomada de medidas reguladoras da ação de defesa agropecuária. Ele desenvolve também atividades voltadas à pesquisa e validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles interlaboratoriais que atestam a qualidade dos serviços prestados, além da execução de auditorias internas, externas para credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados pela CGAL/SDA.

3. Estratégia de Atuação

Como objetivo do LANAGRO-MG, inserido no Plano Agrícola e Pecuário– 2006/2007, está o de ofertar à Defesa Agropecuária estrutura laboratorial necessária para que as estratégias e ações do MAPA na área de defesa sanitária animal e vegetal levem ao aumento da produção e da produtividade sustentada dos rebanhos e lavouras, com a harmonização dos padrões e níveis de qualidade aceitos internacionalmente, e a eliminação de barreiras sanitárias para comercialização de animais e vegetais, seus produtos, subprodutos e derivados. Na área de inspeção de produtos agropecuários e seus derivados, também o suporte laboratorial é imprescindível para sua avaliação, garantindo aos consumidores alimentos com adequados níveis de proteção (inocuidade, qualidade e identidade), manutenção de mercados conquistados e a ampliação das áreas de exportação, além de colaboração nos programas de combate à fraude em alimentos.

A estratégia de ação está voltada para as seguintes áreas:

- Segurança alimentar,

- Saúde animal e vegetal,

- Garantia da qualidade de insumos agropecuários.

O quadro de pessoal, embora tenha sido agregado de 06 novos Fiscais Federais Agropecuários e 35 Fiscais Estaduais do Instituto Mineiro de Agropecuaria ainda está limitado na área de apoio. Não há técnicos e auxiliares de laboratório

suficientes para dar andamento às rotinas. Na área administrativa a limitação impõe cruzamentos de responsabilidades para dar atendimento às exigências dos órgãos de controle e regimentais. Este quadro tende a piorar pela proximidade de diversas aposentadorias e se transformou na principal causa da limitação de oferta analítica do LANAGRO-MG, uma vez que, tecnologicamente, ele está suprido e atualizado.

Os processos de compras e licitações, cada vez mais alvo de exigências por parte dos órgãos de controle e da Advocacia da União, se transformaram em longos processos de pesquisas de preços e definição de objeto conjugado com itens vazios e produtos inadequados ofertados pelos licitantes. Esta morosidade praticamente inviabilizou a compra de insumos analíticos em 2007 e deixou por realizar a manutenção da estrutura mobiliária que já paralisou a atividade de microbiologia de alimentos.

O uso de cartão corporativo para aquisição de insumos, foi decidido como forma de não paralisação das atividades, contrariando o objetivo de reduzir os gastos através desta modalidade. A maior dificuldade orçamentário-financeira foi a falta de previsão dos recursos disponíveis e sua liberação tempestiva para aplicação.

4. Gestão de Programas e Ações

4.1 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

4.1.1 Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Objetivo Geral	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas
Gerente do Programa	Secretaria de Defesa Agropecuaria
Gerente Executivo	Laboratório de analise de Bebidas de Andradas MG
Indicadores ou parâmetros utilizados	Numero de analises realizadas
Público-Alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas, consumidor final

4.1.2 Principais Ações do Programa

As principais ações do Programa que correspondem às metas executadas pelo LANAGRO/RS são Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal.

4.1.2.1 Gestão das Ações

4.1.2.1.1 - Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

4.1.2..1.1.1. - Dados Gerais

Tabela 3 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Tipo de Programa	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos pecuários
Descrição	Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/MG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Unidades do LANAGRO MG
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Ricardo Aurelio Pinto Nascimento

4.1.2.1.1.2. - Resultados

PRINCIPAIS ATIVIDADES DO LANAGRO MG

A capacidade do Brasil em concorrer no disputado mercado internacional de carnes está intimamente ligado às ações constantes e competentes na área de defesa sanitária animal, pois hoje não basta declarar que não existe esta ou aquela doença no País, é preciso provar por provas laboratoriais reconhecidas realizadas em unidades de alta

segurança que garanta que os organismos patogênicos utilizados para os testes ou eventualmente isolados não venham colocar o rebanho nacional em perigo.

Dentro deste contexto, foi criado o Laboratório de Alta Segurança do Laboratório Nacional Agropecuário em Pedro Leopoldo/MG que atende os requisitos de alta segurança, internacionalmente aceitos, para trabalhos com agentes patogênicos de alta periculosidade como ambiente totalmente herméticos com pressão negativa, fluxo de ar direcionado, portas e janelas herméticas, filtragem de ar através de filtros absolutos duplos, controle estrito de acesso através de senha, monitoramento de todo sistema através de sistema informatizado, saída de pessoal condicionado ao banho obrigatório e esterilização de todo material descartado, inclusive efluentes.

No novo laboratório podem ser manipulados organismos de qualquer natureza, inclusive aquelas consideradas exóticas no Brasil, pois as instalações não permitem a fuga de qualquer microrganismo. Todas o projeto e construção foram utilizados recursos humanos e materiais disponíveis no país com exceção de alguns itens relacionados com a informatização e sistema de ar.

Atividades/Área:

Área de Físico-química:

Controle físico-químico de alimentos de origem animal: carne e derivados, leite e derivados, água de estabelecimentos inspecionados e outros alimentos para avaliação da conformidade de composição e eventuais alterações.

Controle físico-químico de alimentos para animais: rações, ingredientes e misturas minerais.

Pesquisa de fraudes em alimentos de origem animal: adição de soro de queijo em leite, adição de água em carcaças de frango, amido em embutidos, e outros.

Atividades laboratoriais de referência do Programa Nacional de Qualidade do Leite em processo de implantação pelo MAPA: desenvolvimento de metodologias, confirmações, monitoramento de laboratórios a serem credenciados.

Monitoramento do uso ingredientes de origem animal proibidos com fontes de proteína em alimentos para animais, por ser a forma mais importante de disseminação da BSE, com início previsto para o próximo mês de setembro, utilizando metodologia analítica recomendada pela União Européia, já implantada, em final do processo de validação de acordo com os sistemas de qualidade de laboratório usuais.

Análises de resíduos biológicos em carne, pescado, leite e mel para o Programa Nacional de Controle de Resíduos Biológicos em alimentos de origem animal:

anabolizantes, metais pesados, antibióticos, sulfas, antiparasitários, coccidiostáticos e nitrofuranos. Estas análises têm o objetivo de detectar o eventual uso de drogas proibidas ou a violação dos limites de segurança dos resíduos de drogas permitidas.

Área de Biologia

Controle microbiológico de alimentos de origem animal para avaliação das condições higiênicas sanitárias dos mesmos.

Controle microbiológico de alimentos para animais

Produção referencial e controle de Tuberculinas bovina e aviária produzidas pela industria privada

Produção referencial e controle de antígenos de Brucelose produzidos pela industria privada

Controle de vacinas contra a Brucelose e Botulismo produzidas pela industria privada

Controle de vacinas contra os vírus da IBR e BVD em implantação.

Diagnósticos de doenças causadas por vírus e bactérias

Atividades laboratoriais de referência e apoio ao Programa Nacional de Combate e Erradicação da Tuberculose e Brucelose do MAPA: Cursos e treinamentos para coordenadores federais e estaduais de defesa sanitária de todos os estados, professores instrutores de universidades que vão habilitar profissionais veterinários; diagnósticos de Tuberculose, padronização de testes diagnósticos, isolamento e caracterização de Brucelas, diagnóstico de referência de Brucelose.

Produção em associação com o Centro Pan-americano de Febre Aftosa da OMS, de Tuberculinas padrão de referência, para os países da América do Sul.

A tabela 3 apresenta as Metas físicas previstas e realizadas para 2007 para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal no LANAGRO-MG.

Tabela 4 – Meta físicas previstas e realizadas para 2007 para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal no LANAGRO-MG.

Meta prevista			Meta realizada		
Financeira	Física		Financeira	Física	
	No. Amostras	No. Determinações		No. Amostras	No. Determinações
*	21.411	255.353	18.456.352,28	14.024	179.303

* A previsao orcamentaria e feita com base em custeio/investimento global.

Na Tabela 5 é apresentada a Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados em 2007 pelo LANAGRO-MG, por Elemento de Despesa.

Tabela 5 - Metas financeiras realizadas para Ação Funcionamento Sistema Laboratorial Animal por elementos de despesas- LANAGRO/MG

Programa	**20604035621320001-LABANIMAL**		
33390.14.00	Diárias	R$	159.629,55
33390.30.00	Material de Consumo	R$	749.155,02
33390.33.00	Passagens.....	R$	134.465,71
33390.36.00	Diárias Colaboradores Eventuais	R$	9.700,35
33390.37.00	Locação de Mão de Obra	R$	589.316,01
33390.39.00	Serviços de Terceiros	R$	1.567.092,55
33391.39.00	Outros serv. Terc-PES.Jurd-Op.Intra-Orc.....	R$	40.308,86
34490.52.00	Material Permanente.....	R$	1.826.202,47
TOTAL		**R$**	**5.075.870,52**

4.1.2.1.2 - Ação 2136 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal

4.1.2.1.2.1. - Dados Gerais

Tabela 6 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Vegetal

Tipo	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos e dos insumos da área vegetal
Descrição	Funcionamento do Sistema Laboratorial Vegetal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/MG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Unidades do Lanagro MG
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Ricardo Aurelio Pinto Nascimento

4.1.2.1.2.2. - Resultados

Como na área animal, a área laboratorial avançou principalmente na área de implantação do Programa de Qualidade, através da implantação da norma ISO17025.

Para atingimento das metas analíticas, o LANAGRO-MG aplicou a maior parte dos recursos em quatro itens: serviços de mão-de-obra terceirizada, prestação de serviços, equipamentos e insumos. No caso do investimento realizado, ele foi centralizado em renovação dos equipamentos da área analítica, permitindo maior adequação e atualização tecnológica da atividade fim e cumprimento dos compromissos com importadores de produtos agropecuário brasileiros.

Todas esta ações visaram dar atendimento a missão do LANAGRO-MG e permitindo ao MAPA a certificação de alimentos de origem vegetal seja dos padrões de identidade e qualidade, seja quanto ao padrão físico-químico, exigidos pela legislação brasileira, para evitar a fraude econômica ao consumidor; o controle de qualidade e identidade na importação e exportação de bebidas e vinagres, com vista à segurança alimentar da população; o controle de qualidade e sanidade de sementes importadas pelo país para produção interna, garantindo ao produtor rural insumo de qualidade biológica e

prevenindo internalização de pragas exótico de lavouras veiculadas por sementes; o controle da oferta de fertilizantes e correlatos aos produtores rurais, garantindo produtos eficientes à produção agrícola bem como o prejuízo econômico direto pela deficiência de nutrientes nos produtos bem como pela quebra de produtividade das lavouras.

Na Figura A.6 pode avaliar a realização de ensaios envolvidos nestas atividade, separados por processos internos e definido pela CGAL.

Descrevem-se na Tabela 7 as metas física e financeira previstas para o LANAGRO/MG em 2007 das ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal.

Tabela 7 - Meta físicas e financeiras previstas e realizadas para 2007 para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Vegetal no LANAGRO-MG.

Meta prevista			Meta realizada		
Financeira	Física		Financeira	Física	
	No. Amostras	No. Provas		No. Amostras	No. Provas
*	12.574	80.050	18.456.352,28	11.823	75.130

* A previsão orçamentária não é feita com base em PI mas num custeio/investimento global

Na Tabela 8 é apresentada a Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados em 2007 pelo LANAGRO-MG, por Elemento de Despesa.

Tabela 8 - Metas financeiras realizadas para Ação Funcionamento Sistema Laboratorial Vegetal por elementos de despesas - LANAGRO/MG

Programa	**20603035621360001-LAVEGETAL**		
33390.14.00	Diárias	R$	54.771,35
33390.30.00	**Material de Consumo**	R$	1.767.694,83
33390.33.00	Passagens.....	R$	85.449,81
33390.36.00	Diárias Colaboradores Eventuais	R$	10.303,11
33390.37.00	Locação de Mão de Obra	R$	343.462,43
33390.39.00	Serviços de Terceiros	**5. R$**	1.042.456,31
33390.92.00	Exercícios Anteriores		6.911,95
33390.93.00	Indenizações e Restituições	R$	2.310,87

	.....		
33391.39.00	Outros serv. Terc-PES.Jurd-Op.Intra-Orc.....	R$	16.475,72
34490.52.00	Material Permanente.....	R$	2.883.807,74
TOTAL		**R$**	**6.213.644,12**

4.1.2.1.3 - Outras Ações não previstas

Tabela 9 - Metas financeiras realizadas para Ações não previstas pelo LANAGRO/MG

PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS - FONTE 0100000000			
Programa	**20125035647450001-FISCORGEN**		
33390.14.00	Diárias	R$	1.026,83
33390.33.00	Passagens	R$	1.000,00
TOTAL		**R$**	**2.026,83**
Programa	**20125035647800001-FISCFRAUDE**		
33390.14.00	Diárias.....	R$	355,70
33390.33.00	Passagens	**R$**	1.205,04
34490.52.00	Material Permanente.....	R$	958.060,54
TOTAL		**R$**	**959.621,28**
Programa	**20125035721800001-FISCPLANTA1**		
33390.14.00	Diárias.....	R$	3.999,68
33390.33.00	Passagens	**6. R$**	4.000,00
TOTAL		**R$**	**7.999,68**
Programa	**20125037520190001-FISCGENE**		
34490.52.00	Material Permanente.....	R$	99.947,24
TOTAL		**R$**	**99.947,24**
Programa	**20125037529090001-FISAGROTOX**		
33390.14.00	Diárias.....	R$	34.941,50
33390.33.00	Passagens	**R$**	18.966,60
TOTAL		**R$**	**53.908,10**
Programa	**20604035947710001-VACALOUCA**		
33390.14.00	Diárias	R$	697,00
33390.33.00	Passagens.....	R$	25.790,00
33390.36.00	Diárias Colaboradores Eventuais	R$	15.344,78
TOTAL		**R$**	**41.831,78**
Programa	**206004035948070001-PCEBOV1**		

33390.30.00	Material de Consumo	R$	250.742,51
TOTAL		**R$**	**250.742,51**
Programa	**20604035948420001-FEBREAFTOSA**		
33390.33.00	Passagens.....	R$	1.773,13
33390.36.00	Diárias Colaboradores Eventuais	R$	1.871,26
TOTAL		**R$**	**3.644,39**
Programa	**20604037748290001-PCDPEM**		
33390.33.00	Passagens.....	R$	1.600,00
TOTAL		**R$**	**1.600,00**
Programa	**20665035647230001-RESÍDUOS**		
33390.14.00	Diárias	R$	1.037,87
33390.30.00	Material de Consumo	R$	1.237.364,63
33390.33.00	Passagens.....	R$	2.276,48
33390.39.00	Serviços de Terceiros	R$	831.049,33
TOTAL		**R$**	**2.071.728,31**
Programa	**2012503607E540056-REMOSDEA**		
34490.52.00	Material Permanente.....	R$	3.952.238,04
	TOTAL	**R$**	**3.952.238,04**
	TOTAL GERAL	**R$**	**7.445.288,16**

5. Desempenho Operacional

O Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dão através dos Processos Finalísticos Internos do LANAGRO/MG (Figura A.3. do Apêndice), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2004-2007, conforme a Figura A.2. constante do Apêndice.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas e medicamentos, insumos agropecuários e alimentos de origem animal e vegetal.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades do cliente, os serviços de fiscalização e inspeção da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

O LANAGRO/MG desenvolve também atividades voltadas à validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles inter-laboratoriais que atestam a qualidade aos serviços prestados.

Outra atividade importante refere-se à execução de auditorias internas e de credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados.

Os Indicadores de Desempenho do LANAGRO são descritos a seguir:

<table>
<tr><td colspan="4">Indicador de Eficácia</td></tr>
<tr><td colspan="4">Utilidade</td></tr>
<tr><td colspan="4">Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a Execução das análises realizadas representam a demanda do Serviço de Fiscalização</td></tr>
<tr><td colspan="4">Fórmula de cálculo</td></tr>
<tr><td>N_uAL</td><td colspan="2">Número de unidades de Análises Laboratoriais realizadas</td><td>unidade= amostra ou prova</td></tr>
<tr><td colspan="4">Método de medição</td></tr>
<tr><td colspan="4">Considerando-se que a <u>unidade de análise laboratorial</u> pode ser expressa tanto pela amostra recebida ou analisada ou como pelo número de provas analíticas necessárias para se obter o laudo de inspeção ou certificado de análise dessa amostra. Utiliza-se como meta física alcançada o somatório das <u>unidades de análise laboratorial</u> das Ações LABANIMAL e LABVEGETAL,. O valor da meta física alcançada por cada área é resultante da soma das <u>unidades de análise laboratorial</u> realizadas por cada processo finalístico de competência de cada Unidade Física coordenada pelo LANAGRO como se descreve a seguir.</td></tr>
<tr><td>Apoio Laboratorial</td><td>Processos Finalísticos</td><td colspan="2">Sub-processos</td></tr>
<tr><td rowspan="5">Animal</td><td rowspan="3">Diagnóstico Animal</td><td colspan="2">Bacteriologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Virologia - Sorologia</td></tr>
<tr><td colspan="2">Biologia Molecular</td></tr>
<tr><td rowspan="2">Controle de Produtos de Origem Animal</td><td colspan="2">Análise Físico-química</td></tr>
<tr><td colspan="2">Análise Microbiológica</td></tr>
<tr><td>Controle de Alimentos para</td><td colspan="2">Análise Microscópica</td></tr>
</table>

	Animais	Análise Microbiológica
	Controle de Vacinas e Medicamentos Veterinários	Análise Físico-química
		Análise Microbiológica
		Controle de Vacinas
Vegetal	Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análise Físico-química de Bebidas e Vinagres
		Análise Físico-química para fins de Classificação Vegetal
	Controle de Insumos Agropecuários	Análise Físico-química de Fertilizantes de Corretivos
		Análise de Sementes

d. Fontes de Informação

Os resultados das unidades de análise laboratorial são armazenadas nas bases de dados descritas a seguir e se tornam fontes de informação para os cálculos dos indicadores de desempenho

Apoio Laboratorial	Processo finalísticos	Fonte de Informação
Animal	Diagnóstico das Doenças dos Animais Controle de Produtos de Origem Animal Controle de Alimentos para Animais Controle de Vacinas e Medicamentos Veterinários	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico
Vegetal	Controle de Insumos Agropecuários Controle de Produtos de Origem Vegetal	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais e Periciais e Demonstrativo de Determinações Analíticas de Amostras Fiscais e periciais e Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas e Sistema BEBWIN

e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Eugenia Azevedo Vargas **– *Fiscal Federal Agropecuário – Coordenadora Técnica da DLAB/LANAGRO-MG***

Pedro Moacyr Pinto Coelho Mota - ***Fiscal Federal Agropecuário – Coordenador de Biosseguranca DBIO/LANAGRO-MG***

f. Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Eficácia ($x_{2)}$
Animal	Amostra	14.024
	Prova	179.303
Vegetal	Amostra	11.823
	Prova	75.130
LANAGRO/RS	Amostra	25.847
	Prova	254.433

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

-Falta e planejamento por parte dos clientes e não estabelecimento de sua demanda.

-Não realização de ações fiscais que atinjam a capacidade operacional ofertada.

-Dificuldades de contratação de manutenção predial para melhoria de condições ambientais.

-Deficiência de pessoal da atividade meio nos laboratórios e serviços de apoio.

-Deficiência setorial de equipamentos novos e manutenção dos existentes.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
-articulação da CGAL para obter informações dos clientes e planejar em nível nacional a demanda e distribuição da oferta laboratorial. -Ampliar a terceirização de atividades de apoio de laboratório, biotério, e manutenção. - convenio com o Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA para disponibilizarão de Fiscais Estaduais para fortalecimento da matriz laboratorial em Minas Gerais. -Compra de equipamentos para renovar setores fundamentais e realização de licitação para qualificar a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos. -Aquisição programada de insumos através de calendário anual de compras e equipamentos.	DAD DLAB DBIO Coordenador

Indicador de Eficiência

a. Utilidade

Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, de duas maneiras:

-em relação aos recursos financeiros programados, e,

-em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.

b. Fórmula de cálculo

b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – *CUP*

$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_1=recursos financeiros programados, em reais x_2= N_uAL (eficácia)

b.2.Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – *CUE*

$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_2= recursos financeiros utilizados, em reais x_2= N_uAL(eficácia)

Método de medição

Os recursos financeiros utilizados somam os valores utilizados enviados por todos os PI's que atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório.

Os recursos financeiros programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial / SDA.

Fontes de Informação

Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.

Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Magda Thomaz Madureira – Agente Administrativo – Chefe da SEOF/LANAGRO-MG

Resultado

Apoio laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	CUP (*) (R$/unidade)	CUE (R$/unidade)
Animal	Amostra	-	361,94
	Prova	-	28,31
Vegetal	Amostra	-	525,55
	Prova	-	82,70
LANAGRO/RS	Amostra	72,06	714,06
	Prova	24,24	72,54

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	
O *CUP* (custo unitário programado) obtido não pode ser calculado por PI, uma vez que a programação do LANAGRO-MG é feita de forma global, sem distinção em face do desconhecimento da formação e distribuição dos recursos para o ano seguinte. No entanto recursos devolvidos e que não foram utilizados tiveram causa em parte pela falta de estrutura administrativa para agilização dos processos de compras de insumos e serviços, principalmente da área técnica, tendo em vista que no exercício sob análise não foram executados os processos de manutenção e calibração de equipamentos laboratoriais, bem como efetuados os reparos necessários em parte das estruturas físicas do LANAGRO-MG..	
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
- as mesmas medidas que adotadas para eficácia	Os mesmos que para eficácia

Indicador de Efetividade	
a. Utilidade	
Mostrar a efetividade do Apoio laboratorial do LANAGRO através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO e os recursos programados para o exercício de 2007.	
b. Fórmula de cálculo	
b. 1. Índice de Realização da Demanda – *IR*	
$IR = \frac{x_2}{x_1} 100\%$	x_1= Número de amostras recebidas - *NAR* x_2= N_uAL
b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – *IUOAD*	
$IUOAD = \frac{x_1}{y_3} 100\%$	x_1=NAR y_3= capacidade operacional, em número de amostras
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2007– UTI_1	
$IUT_1 = \frac{y_2}{x} 100\%$	x= Total de recursos recebidos y_2= Total de recursos utilizados
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo LANAGRO relativamente ao programado para 2007 – UTI_2	
$IUT_2 = \frac{y}{y_1} 100\%$	y = Total de recursos efetivamente utilizados y_1= Total de recursos programados

Método de medição
O mesmo descrito para os indicadores de eficácia e eficiência
Fontes de Informação
As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência
Área Responsável pelo cálculo
Ricardo Aurélio Pinto Nascimento – Fiscal Federal Agropecuário Coordenador LANAGRO-MG
Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	IUOAD (%)	IUT1(%)	IUT2(%)
Animal	Amostra	65,5			
	Prova	70,2			
Vegetal	Amostra	94,0			
	Prova	93,8			
LANAGRO/MG	Amostra	76,0	70	98,5	112,9
	Prova	75,8			

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	
O *IR* alto demosntra que o laboratório tem tido baixo índice de rejeição de amostras. O *IUOAD* obtido por estimativa demonstra que a capacidade operacional ofertada por alguns processos finalísticos do LANAGRO-MG não foi totalmente utilizada em decorrência de diversos fatores como: Falta de demanda (as amostras programadas não foram efetivamente enviadas pelo Serviço de Fiscalização), Problemas em equipamentos por falta de manutenção e insuficiência de insumos necessários a realização das análises. Também por inviabilização ambiental para processos analíticos por falta de manutenção. Eventualmente a causa é falta de pessoal. O IUT2 demonstra bom aproveitamento dos recursos de custeio e deficiente programação pois os recursos programados foram inferiores aos recebidos.	
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
-melhorar o sistema de informações para o planejamento de oferta, distinguindo áreas estáveis e instáveis de demanda para melhor gerenciar recursos. -integração à rede LANAGRO para melhorar os processos administrativos e união de esforços para otimização do trabalho.	CGAL Coordenação DLAB DBIO

6. **Previdência Complementar – Não se aplica**

7. **Instituições beneficiadas por renúncia fiscal – Não se aplica**

8. **Operações de fundos - Não se aplica**

9. **Conteúdos específicos por LANAGRO conforme Anexos II X da DN-TCU-85/07- Não se aplica**

APÊNDICE

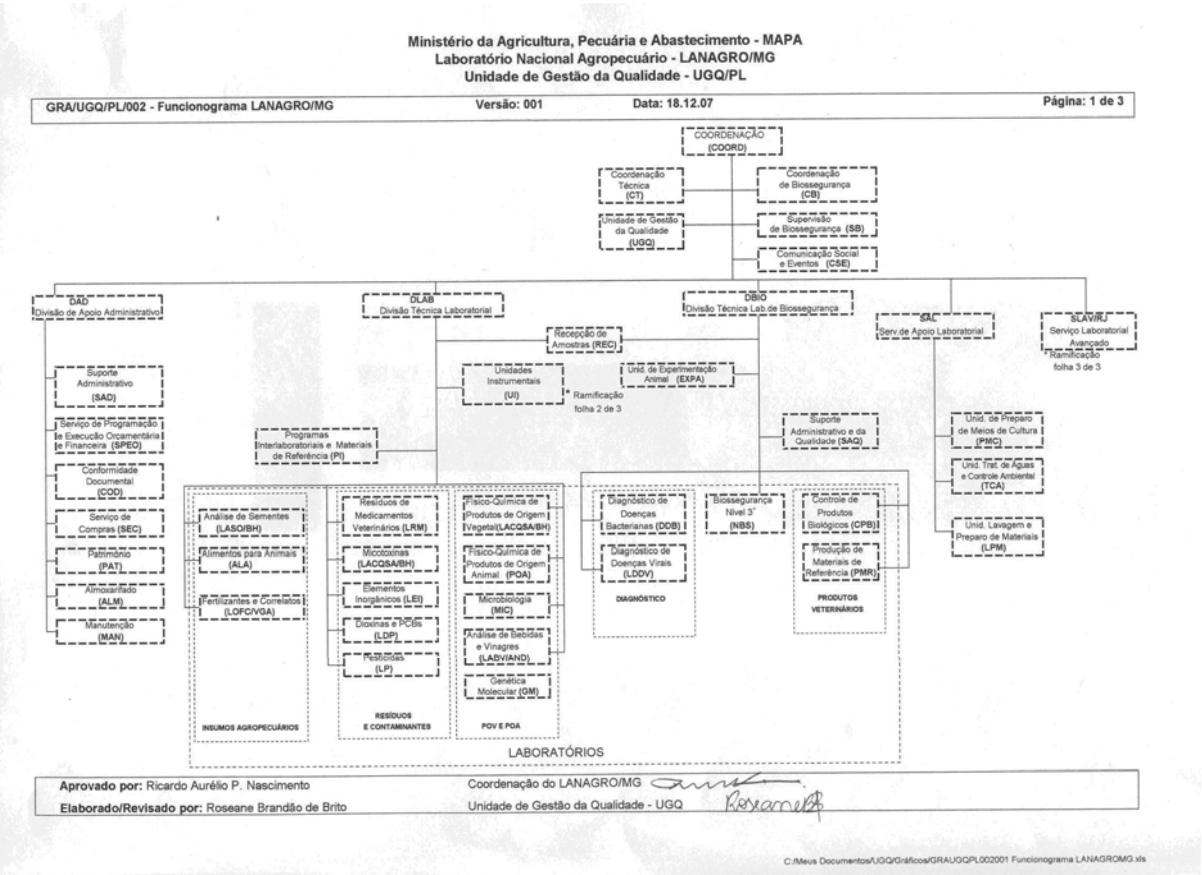
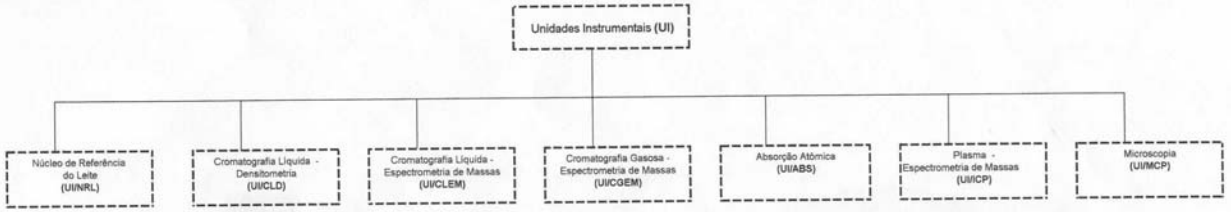


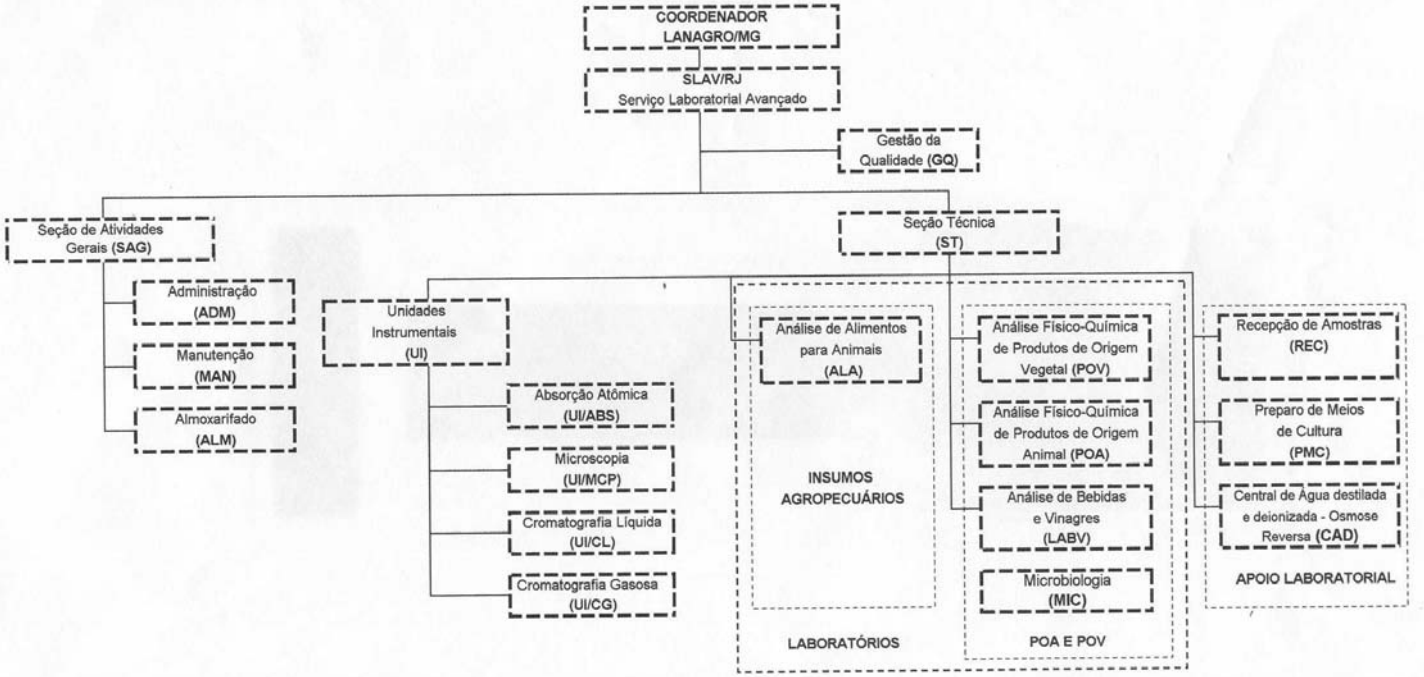
Figura A1. Estrutura Organizacional do LANAGRO/MG



Aprovado por: Ricardo Aurélio P. Nascimento	Coordenação do LANAGRO/MG
Elaborado/Revisado por: Roseane Brandão de Brito	Unidade de Gestão da Qualidade - UGQ

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Laboratório Nacional Agropecuário - LANAGRO/MG
Unidade de Gestão da Qualidade - UGQ/PL

GRA/UGQ/PL/002 - Funcionograma LANAGRO/MG	Versão: 001	Data: 18.12.07	Página: 3 de 3



Aprovado por: Ricardo Aurélio P. Nascimento — Coordenação do LANAGRO/MG

Elaborado/Revisado por: Roseane Brandão de Brito — Unidade de Gestão da Qualidade - UGQ

C:/Meus Documentos/UGQ/Gráficos/GRAUGQPL002001 Funcionograma LANAGROMG.xls

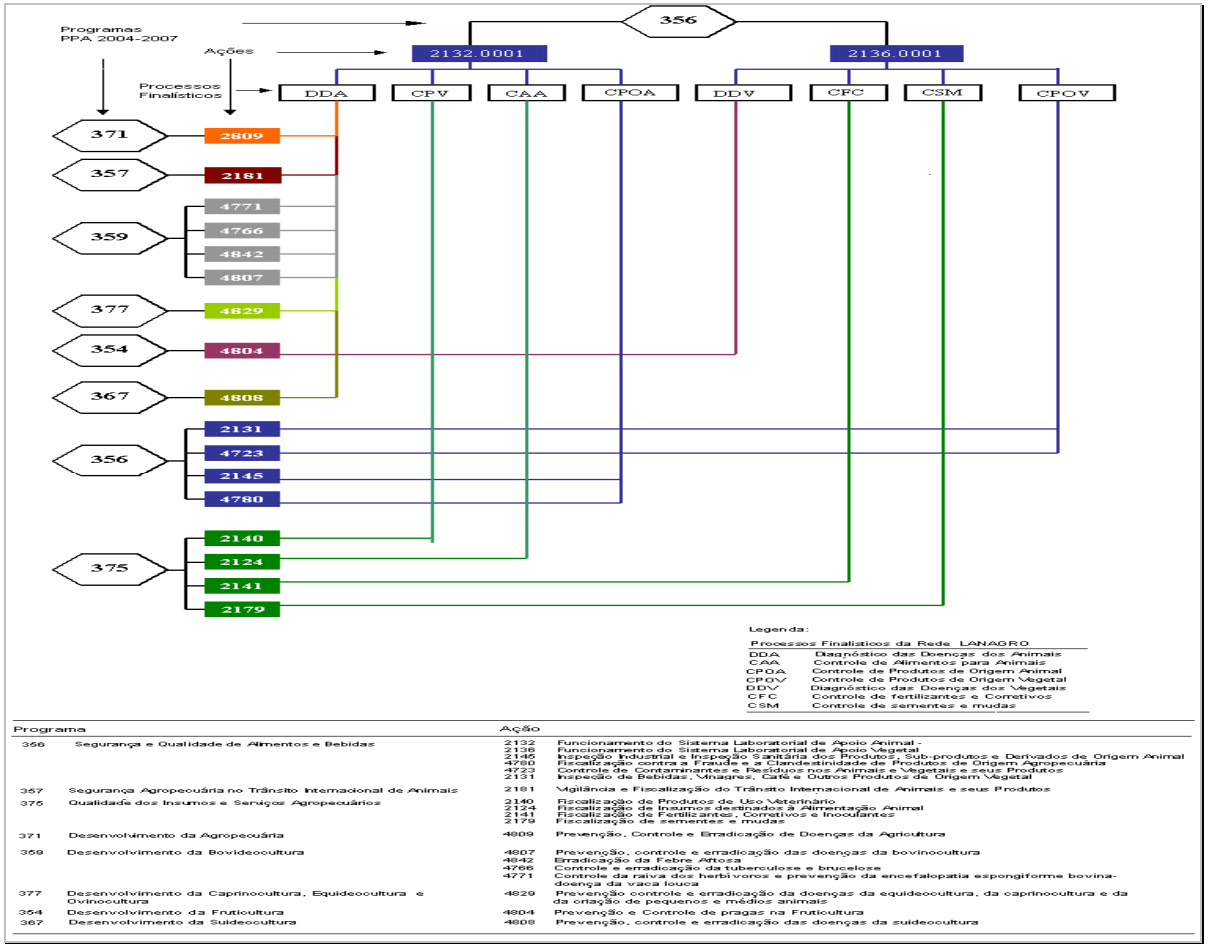


Figura A.2. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do LANAGRO/MG, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2004-2007.

Processos finalisticos	Sub-processos	Atividades							
Diagnóstico Animal		Sorológico	Virológico	Bacteriológico	Molecular				
	Virologia	X			X				
	Bacteriologia			X	X				
Controle de Produtos Veterinários	Controle de Vacinas	Controle de vacinas contra febre aftosa Controle de vacinas contra carbúnculo sintomático							
	Controle de Medicamentos	Controle de dosagem de princípio ativo Controle de esterilidade, ph, volume.							
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Microbiológicas	X							
	Físico-químicas	x							
Controle de Insumos Agropecuários	Análises de Sementes	x							
	Análise	Fertilizantes minerais	Fertilizantes orgânicos	Fertilizantes organo minerais	Corretivos				
	Físicas	X			X				
	Químicas	X	X	X	X				
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Microbiológicas	Análises de produtos cárneos, produtos lácteos, pescados e derivados, mel e derivados, ovos e derivados, água e outros							
	Análises Físico-químicas								
	Resíduos de Drogas Veterinárias e Contaminantes		Bovinos	Pescado	Suínos	Eqüinos	Leite	Aves	Mel
		Organoclorados	x		x	x	x	x	
		Inorgânicos	x	x	x	x		x	
		Avermectinas	x						
		Antimicrobianos	x		x			x	x
Controle de Alimentos para Animais	Microbiológica	x							

para Animais	Microscópica	x

Figura A. 3. Processos finalísticos do LANAGRO/MGe seus desdobramentos em sub-processos e atividades**.**

Figura A. 4. Força de trabalho do LANAGRO-MG

NOMES	LOCALIZAÇÃO
Anapolino Macedo de Oliveira	Coordenação de Biossegurança Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais Lab. de Biossegurança Nível 3^+
Adriana Eustáquia Pereira	Unidade de Gestão da Qualidade
Adriely Maciel Ferreira	Unidade de Preparo de Meios de Cultura
Aládio Lopes de Jesus	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais Lab. de Biossegurança Nível 3^+
Alessandra do Altíssimo Nogueira	Unidade de Gestão da Qualidade
Alberto Knust Ramalho	Supervisão de Biossegurança Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais Lab. de Biossegurança Nível 3^+
Alexandra Silva Gonçalves Ribeiro	Lab. de Pesticidas Programas Interlaboratoriais e Materiais de Referência
Alexandre Henrique dos Santos	Suporte Administrativo
Alexsander Barbosa Braga	Patrimônio
Armando César de Melo	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais
Amarildo Germano	Lab. de Elementos Inorgânicos UI de Plasma - Espectometria de Massas
Anderson Henrique Barbosa	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Andreia Gonçalves Rocha	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Antônio Pádua Lima	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Ângela Maria de Jesus Ferreira	Lab. de Produção de Materiais de Referência Serviço de Apoio Laboratorial Unidade de Preparo de Meios de Cultura Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Augusto Vinícius Arruda de Carvalho	Lab. de Produção de Materiais de Referência
Alexandre Gualberto Penna	Unidade de Experimentação Animal
Ana Paula Pontelo	Lab. de Pesticidas
Antônio Augusto Fonseca Júnior	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais Lab. de Biossegurança Nível 3^+
André Moreira de Souza	Lab. de Elementos Inorgânicos UI de Plasma - Espectometria de Massas
André Reis Pereira	Unidade de Experimentação Animal
Andréa Cristina Lima Quirino	Serviço de Compras
Andréa Melo Garcia de Oliveira	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Andrea Padilha de Alencar	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos Lab. de Produção de Materiais de Referência
Andreia Lanna Cunha	Lab. de Pesticidas

	Programas Interlaboratoriais e Materiais de Referência
Annita Fernanda Santos Luciano	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais
Anselmo Vasconcelos Rivetti Júnior	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais
Bruna Alves Pereira Mendes	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal UI do Núcleo de Referência do Leite
Bruno Magela Silva	Serviço de Compras
Caio Márcio Pereira de Sales	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal
Carlos Henrique dos S. Panzenhagem	Recepção de Amostras
Carlos Temóteo Pinto	Lab. de Elementos Inorgânicos UI de Absorção Atômica
Carolina Mariana Nunes	Lab. de Dioxinas e PCBs
Christiane de Moraes Meireles	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas
Claret da Conceição Monteiro	Divisão de Apoio Administrativa Serviço de Compras
Cláudia Vieira Serra	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais Lab. de Biossegurança Nível 3^{+}
Clério Vicente Silva	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Cristiana Perdigão Rezende	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Cristiane Gláucia de Oliveira Moraes	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Cristiana Rodrigues Paiva	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Cristina Gonçalves Magalhães	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Dalva Siqueira Tavares	Suporte Administrativo
Daniele Sales Caetano	Almoxarifado
Daniella Vasconcellos Augusti Oliveira	Lab. de Dioxinas e PCBs UI de Cromatografia Líquida - Espectrometria de Massas
Danillo Vicente Reis da Silva	Unidade de Experimentação Animal
Débora Gomide Santiago	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal
Denise Kátia Santos Aquino	Lab. de Alimentos para Animais
Derlinda Maria Cota dos Santos	Lab. de Elementos Inorgânicos UI de Absorção Atômica
Devanir dos Santos Oliveira	Unidade de Tratamento de Águas e Controle Ambiental
Diolanda Fernandes de Sousa	Lab. de Pesticidas Coordenação Técnica
Dulce Barbosa de Sousa	Lab. de Elementos Inorgânicos
Edson Nonato do Carmo	Recepção de Amostras
Eduardo Calazans dos Santos	Lab. de Controle de Produtos Biológicos
Eduardo Gonçalves Esteves	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal UI do Núcleo de Referência do Leite
Eleonora Vieira dos Santos	Lab. de Dioxinas e PCBs

	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários UI de Cromatografia Líquida - Espectrometria de Massas
Eliane Aparecida Santos de Souza	Serviço de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
Elizabeth de Oliveira Lima	Unidade de Preparo de Meios de Cultura
Elizete Cristina Dada de Araújo	Unidade de Preparo de Meios de Cultura
Ernane Marcelino Marques	Unidade de Preparo de Meios de Cultura
Eugênia Azevedo Vargas	Coordenação Técnica Divisão Técnica Laboratorial Lab. de Micotoxinas Lab. de FQ de Produtos de Origem Vegetal
Evandro dos Reis Machado	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas
Fabiano Aurélio da Silva Oliveira	Lab. de Pesticidas
Fábio Júnio Romão Barbosa	Unidade de Preparo de Meios de Cultura
Fábio de Almeida Morais	Suporte Administrativo Almoxarifado
Fabiano Soares de Aquino	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Fabrícia Ricarda Fernandes	Serviço de Compras
Fátima Maria Pereira	Recepção de Amostras
Fernando Diniz Madureira	Lab. de Pesticidas
Flávia dos Santos Coelho	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal
Flávia Lafetá Rabelo	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas
Flávia Maria Carvalho Malaquias	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Flávio Alves Santos	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Fernanda Borges Silva	Comunicação Social e Eventos
George Afonso Vitor Caldeira	Lab. de Controle de Produtos Biológicos
Geraldo Paulo	Manutenção
Gilberto de Carvalho Lopes	Suporte Administrativo
Gilberto Elísio Martins	Manutenção
Gilsara Silva	Lab. de Pesticidas Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Guilherme Canhestro de Faria	Lab. de Controle de Produtos Biológicos Lab. de Produção de Materiais de Referência
Heyder Antônio Almeida Celestino	Unidade de Experimentação Animal
Ilton dos Reis Pereira	Suporte Administrativo
Isabella Sacchetto Curi	Coordenação de Biossegurança
Ivanir Vicente Martins	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Jacqueline de Fátima Pereira	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais
Jairo Antonio da Silva	Lab. de Controle de Produtos Biológicos
João Curadares de Souza	Patrimônio
João Pereira da Silva Júnior	Manutenção
João Prado de Carvalho	Unidade de Tratamento de Águas e Controle Ambiental
Jorge Marques Vieira	Lab. de Alimentos para Animais

José Luciano das Graças Costa	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
José Pereira da Silva	Almoxarifado
Josefa Abucáter Lima	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários UI de Cromatografia Líquida - Desintometria
Jovino Alexandre dos Santos	Patrimônio
Juarez Fabiano de Alkmin Filho	Lab. de Alimentos para Animais
Júlio César de Faria	Lab. de Microbiologia
Júnia Patrícia Mafra Gonçalves	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Júnio da Silva Macena	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários UI de Cromatografia Líquida - Desintometria
Karla Aparecida Esteves Pereira	Lab. de Alimentos para Animais
Kely Cristine Correia	Suporte Administrativo e da Qualidade
Kelly Fagundes Nascimento	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos Lab. de Produção de Materiais de Referência
Leila Pereira Gomes Gelmini	Suporte Administrativo e da Qualidade Conformidade Documental
Leandro Martins Silva	Recepção de Amostras
Leonardo Francisco de Souza	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Leonardo Marques Ferreira	Suporte Administrativo
Lílian Cristian dos Santos Faustino	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos
Liliane de Lourdes Pereira	Recepção de Amostras
Luci da Conceição Fagundes	Unidade de Experimentação Animal
Lucília Aguiar Rodrigues	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais
Lucimére Silva Caldeira	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal
Lúcio Alves Campos Filho	Suporte Administrativo Conformidade Documental
Marcela Pereira da Silva	Coordenação Técnica
Marcelle Rodrigues do Nascimento Faria	Patrimônio
Marcelo Fernandes Camargos	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais Lab. de Biossegurança Nível 3^{+}
Marco Aurélio Marcelino Pereira	Suporte Administrativo
Marconi Madureira Thomaz	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais Lab. de Biossegurança Nível 3^{+}
Marcos Pêgo de Almeida	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Mardocheu Moreira Santos Filho	Manutenção
Magda Madureira Thomaz	Serviço de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
Maria da Conceição Lopes	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Maria das Dores Veloso dos Santos	Unidade de Experimentação Animal
Maria de Fátima Boechat Fernandes	Lab. de Microbiologia

Maria Francisca Hernandes	Comunicação Social e Eventos
Maria Helena Glicério Marcelina Diniz	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários UI de Cromatografia Líquida - Espectrometria de Massas
Maria Izabel Furst Gonçalves	Lab. de Genética Molecular
Maria Petrina Murta Barbosa Leite	Suporte Administrativo e da Qualidade
Mariana Costa Rangel	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos
Maurício Baltazar de Carvalho Filho	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos Lab. de Produção de Materiais de Referência
Marita Arilma Diniz	Unidade de Experimentação Animal
Mauro Lúcio Gonçalves de Oliveira	Lab. de Pesticidas UI de Cromatografia Líquida - Espectrometria de Massas
Massami Nakajima	Coordenação do LANAGRO/MG Supervisão de Biossegurança
Moacir Soares Dias Júnior	Suporte Administrativo
Moisa Medeiros Lasmar	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal
Mônica Cruz Vieira	Serviço de Compras
Nadia David Peres	Lab. de Controle de Produtos Biológicos
Nelziane Aparecida Pereira de Sousa	Suporte Administrativo Conformidade Documental Patrimônio
Neusa Pereira Rocha	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos
Nilson César Castanheira Guimarães	Lab. de Genética Molecular
Nicanor Costa Neto	Suporte Administrativo
Nisney Oliveira Fernandes	Unidade de Preparo de Meios de Cultura
Olga Maria Chaves Cardoso	Comunicação Social e Eventos
Olívia Vieira de Freitas	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Omara Tereza Vianello Pereira	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Produção de Materiais de Referência
Osvaldo Alves Costa	Manutenção
Otília Ângela Passos	Lab. de Alimentos para Animais
Paulo Martins Soares Filho	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos Lab. de Produção de Materiais de Referência
Paulo José Fraga	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Paulo Rodrigues Lopes Filho	Lab. de Controle de Produtos Biológicos
Pedro Moacyr P. Coelho Mota	Coordenação de Biossegurança Divisão Técnica Laboratorial de Biossegurança Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos Lab. de Produção de Materiais de Referência

Pedro Moreira Couto Motta	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais
Priscila Gonçalves Dias	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Rachel Ferreira	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos Lab. de Produção de Materiais de Referência
Rafael Pissinatti	Lab. de Dioxinas e PCBs
Rafaella Marchione Braga	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Raimundo Salomão Elias	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal
Rejane Silva Mendes	Unidade de Preparo de Meios de Cultura
Remy Costa de Miranda	Unidade de Tratamento de Águas e Controle Ambiental
Renato Sílvio Siqueira	Lab. de Alimentos para Animais
Ricardo Aurélio P. Nascimento	Coordenação do LANAGRO/MG Lab. de Produção de Materiais de Referência
Rodrigo Mauro Ramos	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais Lab. de Produção de Materiais de Referência
Rogério de Fátima Machado	Almoxarifado
Ronaldo Linaris Sanches	Lab. de Alimentos para Animais Coordenação Técnica Divisão Técnica Laboratorial UI de Microscopia
Ronnie Antunes de Assis	Lab. de Diag. de Doenças Bacterianas Lab. de Controle de Produtos Biológicos Lab. de Produção de Materiais de Referência
Roseane Bradão de Brito	Unidade de Gestão da Qualidade Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários
Rute Almeida Duarte	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal
Sami Dênia de Oliveira	Lab. de Microbiologia
Sebastião Rosa dos Santos	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
Sérgio Dracz	Lab. de Resíduos de Medicamentos Veterinários UI de Cromatografia Líquida - Desintometria UI de Cromatografia Líquida - Espectrometria de Massas
Sérgio Menicucci	Lab. de Microbiologia
Sinfrônio Soares de Sousa	Lab. de FQ de Produtos de Origem Animal
Soraya Godimho Vieira	Coordenação do LANAGRO/MG
Tânia Mara Viana	Comunicação Social e Eventos
Tânia Rosária Pereira Freitas	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais
Tânia Simões de Sales	Serviço de Programação e Execução Orçamentária e Financeira
Tatiana Flávia Pinheiro de Oliveira	Lab. de Diagnóstico de Doenças Virais
Tomaz de Aquino Porfírio	Lab. de Controle de Produtos Biológicos
Valéria Mourão Sabino	Lab. de Microbiologia
Vânia Sueli de Faria	Patrimônio

Varlei Luiz da Silva	Unidade de Preparo de Meios de Cultura
Wagner Lutero Souza Dibai	Lab. de Alimentos para Animais
Wanderley Luiz da Silva	Unidade de Lavagem e Preparo de Materiais
NOMES	LOCALIZAÇÃO
Myriam Aparecida Guimarães Leal Alvisi	Lab. Oficial de Análise de Sementes
José Caeiro Gomes	Lab. Oficial de Análise de Sementes
José Maurício Pereira	Lab. Oficial de Análise de Sementes
Karla Luiza da Costa e Silva	Lab. Oficial de Análise de Sementes
Luiz Artur Costa do Valle	Lab. Oficial de Análise de Sementes
Maria Aparecida da Silva	Lab. Oficial de Análise de Sementes
Maria do Rosário de Oliveira Silva	Lab. Oficial de Análise de Sementes
Olga Maria da Cunha Peixoto Ladeira	Lab. Oficial de Análise de Sementes
Sebastião Alves de Azevedo	Lab. Oficial de Análise de Sementes
Sinvaldo Gil de Souza	Lab. Oficial de Análise de Sementes
NOMES	LOCALIZAÇÃO
Arisson Siqueira Viana	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
Aguinaldo Resende Toledo	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
Antônio Eustáquio Miguel	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
João Batista Flausino	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
José Rodrigues Freire	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
Luiza Carlos Silva	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
Maria da Encarnação	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
Mario Lopes Semião Alves	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
Milton Jorge Pinto	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
Pedro Corrêa da Costa	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
Rose Emília de Oliveira Cobra	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
Wantuil Lopes Silva	Lab. Oficial de Fertilizantes e Correlatos
NOMES	LOCALIZAÇÃO
Adriana Cristina de Sousa Leal	FQ de Produtos de Origem Vegetal
Altivo da Mata	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas
Ana Lúcia Lopes	Lab. de Micotoxinas
Ariane Aparecida Gonçalves	Lab. de Micotoxinas
Cristiane Maria Gomes da Silva	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas
Eliene Alves dos Santos	Lab. de Micotoxinas
Érika Eustáquia de Freitas Passos	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas
Fernanda Ogando Chaves	FQ de Produtos de Origem Vegetal
Giovana Aparecida Amaral Gonçalves	Lab. de Micotoxinas
Júlio César Garcia	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas
Kássia Priscila da Silva	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas

Kátia Letícia de Carvalho	Lab. de Micotoxinas
Luciana de Castro	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas
Maria Isabel de Almeida	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas
Nádia Lusa Costa	FQ de Produtos de Origem Vegetal
Rosinalva de Almeida Preis	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas
Sinvaldo Gil de Souza	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas
Tatiana Vieira Alves	FQ de Produtos de Origem Vegetal
Thais Alves de Sá	FQ de Produtos de Origem Vegetal
	Lab. de Micotoxinas
NOMES	LOCALIZAÇÃO
Antônio Carlos Tristão	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres
Dalva Maria Ferraz	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres
Élson Luiz Rocha de Souza	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres
Guaraciaba Aparecida de Oliveira Lefort	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres
Jaqueline Aparecida da Silva	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres
Luís Célio Guimarães	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres
Mª Aparecida Andrade de Oliveira Campos	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres
Rafael Henrique Beraldo Caldas	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres
Rafael Luiz Basso	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres
NOMES	LOCALIZAÇÃO
Aluísio Franklin de Araújo Caldas	Lab. de Microbiologia (MIC)
Bruno Medeiros de Almeida	Gestão da Qualidade (GQ)
	Lab. de Análise FQ de Produtos de Origem Animal (POA)
Carlos Henrique da Silva Leitão	Lab. de Análise FQ de Produtos de Origem Animal (POA)
	UI de Absorção Atômica (UI/ABS)
	UI de Microscopia (UI/MCP)
Carlos Roberto Cardoso	Lab. de Análise FQ de Produtos de Origem Vegetal (POV)
	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres (LABV)
	UI de Cromatografia Líquida (UI/CL)
	UI de Cromatografia Gasosa (UI/CG)
Carmem Lúcia D'Amato R. de Souza	Lab. de Microbiologia (MIC)
	Preparo de Meios de Cultura (PMC)
Hercules Souza Mesquita	Lab. de Análise FQ de Produtos de Origem Animal (POA)
Ildo de Paula	Lab. de Análise FQ de Produtos de Origem Vegetal (POV)
	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres (LABV)
Jesus de Maria Gomes	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres (LABV)
Luzenice de Paula Souza	Lab. de Análise FQ de Produtos de Origem

	Vegetal (POV)
Mara Rúbia Henningem	Gestão da Qualidade (GQ)
Márcia Mosca de Araújo Maciel	Central de Água Destilada e Deionizada - Osmose Reversa (CAD)
Marcos Cláudio Rodrigues Monteiro	Gestão da Qualidade (GQ)
	Recepção de Amostras (REC)
Margareth Daye Fajngold	Lab. de Análise FQ de Produtos de Origem Vegetal (POV)
	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres (LABV)
Mário Antônio Teixeira	Lab. de Análise de Alimentos p/ Animais (ALA)
	UI de Absorção Atômica (UI/ABS)
	UI de Microscopia (UI/MCP)
Nadja Lucyola	Recepção de Amostras (REC)
Rita de Cássia de Macedo Briglia	Lab. de Microbiologia (MIC)
Rubens Soares Silva	Manutenção (MAN)
	Almoxarifado (ALM)
Sérgio Nicolau Freire Bruno	Lab. de Análise de Bebidas e Vinagres (LABV)
	UI de Cromatografia Líquida (UI/CL)
	UI de Cromatografia Gasosa (UI/CG)
Sidnei Reina Gomes	Recepção de Amostras (REC)
Sônia Regina Lacerda	Administração (ADM)
Vanira Lourdes de Menezes Gomes	Lab. de Análise de Alimentos p/ Animais (ALA)

Figura A.5. Resumo da distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelos LANAGRO/MG, por Elemento de Despesa.

Elemento de Despesa	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados e empenhos a liquidar (R$ 1,00)	IUT1 (%)	LANAGRO/MG		
				Recursos Programados (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)	IUT2 (%)
339014 Diárias	256.459,48	256.459,48	100,00	256.459,48	256.459,48	100,00
339030 Material de Consumo	4.004.956,99	4.007.765,95	100,07	4.600.000,00	4.007.765,95	87,13
339033 Passagens e Pedágios	276.526,77	271.715,50	98,26	276.526,77	271.715,50	98,26
339036 Diárias de colaboradores eventuais	37.219,50	37.053,15	99,55	37.219,50	37.053,15	99,55
339037 Contratos	932.778,44	932.778,44	100,00	871.270,65	932.778,44	107,06
339039 Serviços de Terceiros	3.440.598,19	3.440.001,22	99,98	3.069.514,55	3.440.001,22	112,07
339139 Outros Serviços de Terceiro – PJ	56.784,58	55.683,58	98,06	56.683,58	55.683,58	98,24
339047 Obrigaçoes tributárias e Contribuições	-	-	-	0,00	-	
339092 Exercícios Anteriores	6.911,95	5.710,56	82,62	6911,95	5.710,56	82,62
339093 Restituições ou reembolsos	2.310,87	1.091,02	47,21	2310,87	1.091,02	47,21
449051 Obras e Instalações	-	-	-	-	-	0,00

449052	Equipamentos e Material Permanente	9.720.256,03	9.448.093,38	97,20	7.160.000,00	9.448.093,38	131,96
	TOTAL	18.734.802,80	18.456.352,28	98,51	16.336.897,35	18.456.352,28	112,97

(*) Não foram realizados pagamentos para outros LANAGROS

IUT1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;
IUT2 =% de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/MG relativamente ao programado para 2007

(*) Meta não programada

(**) Rrecursos financeiros totais utilizados pelo LANAGRO-RS através das UG LANAGRO-RS, SFA-SC e SFA-RS (liquidados+ à liquidar).

IUT_1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;
IUT_2 =% de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/RS relativamente ao programado para 2007.

Figura A.6 Demonstrativo de execução analítica do LANAGRO-MG em 2007.

Processo Finalístico		u	Programado	Recebido	Eficácia (Realizado)	IR	IUO_uAL	IUOAD
			y_3	x_1	x_2			
Diagnóstico de Doenças Dos Animais	Diagnostico Virologico	amostra	9.000	7.134	7.134	100,00%	79,27%	79,27%
		prova	135.000	107.261	107.261	100,00%	79,45%	79,45%
	Diagnostico Bacteriologico	amostra	744	720	686	95,28%	92,20%	96,77%
		prova	5.855	5.666	5.090	89,83%	86,93%	96,77%
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Físico-químicas	amostra	3.962	858	858	100,00%	21,66%	21,66%
		prova	21.883	4.739	4.739	100,00%	21,66%	21,66%
	LEI - Inorganicos	amostra	1.090	954	920	96,44%	84,40%	87,52%
		prova	5.766	5.046	4.875	96,61%	84,55%	87,51%
	PNCR	amostra	2.690	1.568	1.484	94,64%	55,17%	58,29%
		Prova	9.950	5.800	5.564	95,93%	55,92%	58,29%
	Análises Microbiológicas	amostra	1.300	777	777	100,00%	59,77%	59,77%
		prova	48.000	28.729	28.729	100,00%	59,85%	59,85%
Controle de Alimentos para Animais	Análises Físico-químicas	Amostra	2.160	1.833	1.769	96,51%	81,90%	84,86%
		prova	10.152	8.615	8.398	97,48%	82,72%	84,86%
	Análises Microbiológicas	amostra	77	77	77	100,00%	100,00%	100,00 %
		prova	77	77	77	100,00%	100,00%	100,00 %
Controle de	Vacinas	amostra	240	209	209	100,00%	87,08%	87,08%

Produtos Veterinários	Brucelose	prova	12.000	10.450	10.450	100,00%	87,08%	87,08%
	Vacinas Clostridiose	amostra	68	63	63	100,00%	92,65%	92,65%
		prova	544	504	504	100,00%	92,65%	92,65%
	Antígenos Tuberculose	amostra	50	38	31	81,58%	62,00%	76,00%
		prova	4.026	3.060	2.496	81,57%	62,00%	76,01%
	Antigenos Brucelose	amostra	30	16	16	100,00%	53,33%	53,33%
		prova	2.100	1.120	1.120	100,00%	53,33%	53,33%
Unidade Física		u	y_3	x_1	x_2	IR	IUO_uAL	IUOAD
Laboratório Oficial de Fertilizantes e Correlatos		amostra	2.180	1.971	2.036	103,30%	93,39%	90,41%
		prova	11.990	10.896	11.566	106,15%	106,15%	90,88%
Laboratório Oficial de Sementes		amostra	1.450	1.680	1.680	100,00%	115,86%	115,86 %
		prova	5.000	5.800	5.800	100,00%	116,00%	116,00 %
Lanagro RJ - Inclui área animal e área vegetal		amostra	5.000	5.000	5.000	100,00%	100,00%	100,00 %
		prova	31.168	31.168	31.168	100,00%	100,00%	100,00 %
Bebidas e Vinagres/ Andradas - MG	Análises Físico-químicas	amostra	2.139	2.139	2.139	100,00%	100,00%	100,00 %
		prova	20.522	20.522	20.522	100,00%	100,00%	100,00 %
Laboratório de Analise, Controle, Qualidade e segurança alimentar /	Análises Físico-químicas	amostra	1.805	1.068	968	90,64%	53,63%	59,17%
		prova	11.370	6.728	6.074	90,28%	53,42%	59,17%

ANEXOS

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela C.1. Cartão de Crédito Coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura e saque

Ano	2005	2006	2007
Gasto com Cartão de Crédito	(*)	15.000,00	111.002,18

(*)Em 2005 nao foi utilizado cartao corporativo.

Tabela C.2. - Cartão de Crédito Coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante saque

Ano	2005	2006	2007
Gasto com Cartão de Crédito	(*)	11.280,00	81.593,00

(*)Em 2005 nao foi utilizado cartao corporativo.

Valor do Saque	Nome do colaborador que fez a retirada	Justificativa
R$ 4.860,00	Arisson Siqueira Viana Batista	Os saques realizados ocorreram pela não aceitação de cartão de crédito nos estabelecimentos onde ocorreram os gastos.
R$ 16.691,00	Pedro Moacir Pinto Coelho Mota	
R$ 8.640,00	Alfredo José Morandini	
R$ 4.419,00	Elson Luiz Rocha de Souza	
R$ 14.281,00	Mardocheu Moreira Santos Filho	
R$ 25.946,00	Ilton dos Reis Pereira	
R$ 534,00	Luiz Artur Costa do Valle	
R$ 6.222,00	Vânia Sueli de Faria	
R$ 81.593,00	**TOTAL**	

Tabela C.3. Cartão de Crédito Coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

Ano	2005	2006	2007
Gasto com Cartão de Crédito	(*)	3.720,00	29.409,18

(*)Em 2005 nao foi utilizado cartao corporativo.

Valor Fatura	**Nome do colaborador que fez a retirada**
R$ 4.315,36	Arisson Siqueira Viana Batista
R$ 2.611,43	Pedro Moacir Pinto Coelho Mota
R$ 3.307,34	Alfredo José Morandini
R$ 2.286,57	Elson Luiz Rocha de Souza
R$ 7.924,78	Mardocheu Moreira Santos Filho
R$ 7.665,31	Ilton dos Reis Pereira
R$ 872,39	Luiz Artur Costa do Valle
R$ 426,00	Vânia Sueli de Faria
R$ 29.409,18	**TOTAL**

Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle Interno (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN- TCU-85/2007

Tribunal de Contas da União

Sistema de Controle Interno

PLANO DE PROVIDÊNCIA DO LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO DO RS RELATIVO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO 2006

Unidade Examinada: 130058 – LANAGRO/MG
Relatório nº: 189353/08

UNID CONSOLIDADA : LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/MG
CODIGO : 130058
MUNICIPIO : BELO HORIZONTE
UF : MG

1. CONSTATAÇÃO:
Operação parcial da Unidade de Biossegurança do LANAGRO/MG.
ANÁLISE DA JUSTIFICATIVA:
As justificativas do gestor indicam a solução do problema de pessoal, via acordo de cooperação técnica com o IMA, bem como a breve contratação de empresa para manutenção corretiva, preventiva e melhorias do sistema de automação na Unidade de Biosegurança.

Novos esclarecimentos/informações do LANAGRO/MG: constatação 8.

- Através do Ofício nº 122/2007 o LANAGRO/MG informa que o Município que está localizado o Laboratório é Pedro Leopoldo-MG e não em Belo Horizonte, como indicado no Relatório em questão. Informa ainda: operação parcial da Unidade de Biossegurança e a pendência referente à contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva da unidade. O LANAGRO MG iniciou processo licitatório em 18.12.2006, Concorrência 001/2006, quando não compareceram empresas interessadas. Foi realizado novo processo licitatório em 13.02.2007, Concorrência 002/2006. Compareceram três empresas para a fase de habilitação, sendo duas empresas habilitadas. Houve recursos que atrasaram o desfecho do processo. Atualmente encontra-se o processo na segunda fase referente à classificação das propostas. Às empresas licitantes foi concedido prazo de oito dias úteis para modificação da equipe de trabalho atendendo ao Edital da Concorrência 002/06. O Prazo expira-se em 15.06.2007. Após esta fase será concluído o processo licitatório com o julgamento dos preços oferecidos. Previsão para conclusão final: 15.07.2007.

A Concorrência 002/06 foi encerrada em dezembro/2007 sem conclusão da mesma. Todas as Empresas concorrentes foram desclassificadas por não apresentarem atestado técnico compatível com exigência do edital. No período para continuidade da operação da Unidade de biosseguranca foi realizado contato com o Centro Panamericano de Febre Aftosa,

Organismo Internacional ligado a Organização Panamerica de Saúde, que apoio, através de convenio em vigência com o MAPA, funcionamento da referida unidade a partir de agosto/2007.

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/07)- Não se aplica

UNIDADE CONSOLIDADA

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO

LANAGRO PARÁ

UNIDADE GESTORA: 130017

APRESENTAÇÃO

O presente relatório atende à Portaria CGU no. 1950, de 28 de dezembro de 2007 e a Norma de Execução no. 05, de 28 de dezembro de 2007, ao que determina a Instrução Normativa nº. 47 de 27 de outubro de 2004, alterada pela no. 55, de 24 de outubro de 2007 e Decisões Normativas nº. 85, de 19 de setembro de 2007 e no. 88, de 28 de novembro de 2007, do Tribunal de Contas da União.

Seu conteúdo visa subsidiar a Tomada e Prestação de Contas pelo Tribunal de Contas da União no exercício de 2007, apresentando os resultados referentes às atividades do Laboratório Nacional Agropecuário (LANAGRO/PA).

O LANAGRO/PA é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Oficial de Laboratórios subordinada à Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores do LANAGRO/PA

Nome completo da unidade a sigla	Laboratório Nacional Agropecuário no Pará – LANAGRO/PA	
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada do MAPA	
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA	
Norma de criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada	Norma da Reestruturação do MAPA: Decreto no. 5.351 de 21 de janeiro de 2005	
Norma da Finalidade:	Portaria no. 104, do MAPA, de 18 de abril de 2006, publicado no DOU de 19 de abril de 2006.	
Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame	Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 20006.	
Normas estabelecidas para Gestão das Ações do PPA 2004-2007	Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004	
Modelo de gestão	Suportado pela estrutura organizacional, conforme a Figura A.1. constante do Apêndice	
Número do CNPJ	00.396.895/0040-31	
Nome e Código no SIAFI	Laboratório Nacional Agropecuário/PA: Código 130017	
Código da UJ titular do relatório	Não se aplica	
Código das UJ abrangidas	Não se aplica	
Endereço completo da sede	Avenida Almirante Barroso, 1234 – Marco CEP- 66093-020 - Belém/PA Fone (91) 3226-4233; FAX (91) 3226-2682	
Endereço da Página Institucional na *Internet*	www.agricultura.gov.br	
	E-mail: **lanagro-pa@agricultura.gov.br**	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	603-Defesa Sanitária Animal	
	604-Defesa Sanitária Vegetal	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Laboratório Nacional Agropecuário/PA	130017

2. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

2.1. Papel do LANAGRO/PA na execução das políticas públicas

MISSÃO DO MAPA

"Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira"

OBJETIVO DO LANAGRO

"Executar e prover ações laboratoriais de excelência para apoiar a verificação e validação dos processos de defesa agropecuária"

Aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, consoante orientações técnicas da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial/Secretaria de Defesa Agropecuária, compete promover o suporte laboratorial aos programas e ações de Defesa Agropecuária, em especial: realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência; realizar análises fiscais, periciais, registro, orientação, importação e exportação, monitoramento e de diagnóstico; garantir a implantação e implementação do sistema da garantia da qualidade e da gestão integrada de biossegurança em laboratórios; promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos; elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas; formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras; e execução de atividades de administração geral.

O LANAGRO/PA em consonância com as diretrizes da CGAL/SDA, baseado em exigências internacionais, avanços tecnológicos e, conseqüentemente na atenção governamental dispensada às políticas de proteção da saúde pública e sanidade animal e vegetal, executa as atividades que são distribuindas de acordo com a especialização adquirida..

O LANAGRO/PA desenvolve também atividades voltadas à pesquisa e validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles interlaboratoriais que atestam a qualidade aos serviços prestados.

Outra atividade importante refere-se à execução de auditorias internas e de credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados.

3. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

Com sede em Belém, Estado do Pará o Laboratório Nacional Agropecuário, exerce suas ações no âmbito da Região Norte, atendendo às demandas do Estado do Maranhão (Nordeste).

Ressalta-se que o LANAGRO/PA, como laboratório oficial da rede de laboratórios agropecuários do MAPA, atende também demandas de outros estados da Federação, sempre que solicitado, como Mato Grosso do Sul e Paraná, nos casos de monitoramento de febre aftosa.

O Laboratório atende também às demandas do setor público e privado das esferas federal, estaduais e municipais, universidades, centro de pesquisas e outros, com os quais mantém parcerias, cooperação técnica e convênios.

Executa as atividades laboratoriais de análises de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, suas partes e derivados, insumos agropecuários e correlatos, exames para diagnóstico das doenças dos animais, controle higiênico-sanitário de produtos de origem animal e controle higiênico-sanitário de insumos pecuários destinados à alimentação animal, dando suporte às ações de defesa e inspeção sanitária de animais e vegetais, fiscalização de produtos de origem vegetais e animais e insumos agropecuários no comércio interno, na importação e exportação, contribuindo para o desenvolvimento do agronegocio Regional e Nacional.

Sua participação efetiva na execução das atribuições regimentais do Ministério da Agricultura, na Região Norte, tem sido também decisiva para que o Brasil atenda aos compromissos e acordos comerciais internacionais, garantindo, por meio das análises laboratoriais, que as partidas dos produtos brasileiros apresentem a conformidade, qualidade e competitividade exigidas pelos mercados.

A principal dificuldade enfrentada pela Unidade com impacto significativo no desempenho institucional foi a deficiente gestão de processos administrativos em decorrência da falta de pessoal qualitativo e quantitativamente. Fato oriundo da criação do LANAGRO e da conseqüente transformação em Unidade Gestora, ocasião em que os procedimentos de aquisição de insumos e serviços que eram realizados pela Superintendência Federal, passaram a ser executado pelo LANAGRO, embora não houvesse e não exista ainda estrutura para tal, o que tem causado sérios transtornos a área técnica, dificuldades no alcance das metas estabelecidas e baixo desempenho institucional.

4. GESTÃO DE PROGRAMA E AÇÕES

4.1 Programas

4.1.1 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

4.1.1.1 Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Objetivo Geral	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários.
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-Alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas, consumidor final.

4.1.1.2 Principais Ações do Programa

As principais ações do Programa que correspondem às metas executadas pelo LANAGRO/PA são Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - 20.604.0356.2132 e Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - 20.603.0356.2136.

4.1.1.3 Gestão das Ações

4.1.1.3.1 Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

4.1.1.3.1.1. Dados Gerais

Tabela 3 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Tipo	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos pecuários.
Descrição	
Unidade responsável pelas	SDA/CGAL

decisões estratégicas	
Unidades Executoras	LANAGRO/PA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Francisco Airton Nogueira

4.1.1.3.1.2. Resultados

Descrevem-se na Tabela 4 as metas física e financeira previstas e realizadas para o LANAGRO/PA em 2007 das ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal.

Tabela 4 - Meta físicas e financeiras previstas e realizadas para 2007 para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal no LANAGRO-PA.

Meta prevista			Meta realizada		
Financeira	Física		Financeira	Física	
	No. Amostras	No. Determinações		No. Amostras	No. Determinações
*	12.727	27.175	R$ 561.499,78	4.609	10.992

*Meta financeira não prevista – UG em processo de desvinculação da gestão financeira da SFA/PA

Tabela 5 - Metas financeiras realizadas para Ação Funcionamento Sistema Laboratorial Animal-LANAGRO/PA por elemento de despesa

Elemento de Despesa		**Recursos Programados (R$ 1,00)**	**Recursos Recebidos (R$ 1,00)**	**Recursos utilizados (R$ 1,00)**
335039	Convênio CIEE**	34.655,98	34.655,98	34.655,98
339014	Diárias	43.248,60	43.248,60	43.248,60
339030	Material de Consumo	200.288,16	200.288,16	116.040,47
339033	Passagens Aéreas	26.917,17	26.917,17	26.917,17
339036	Diárias de colab. eventuais	6.058,02	6.058,02	5.550,14
339037	Contratos**	163.035,28	163.035,28	163.035,28
339039	Serviços de Terceiros	166.077,10	166.077,10	94.266,88
339047	Obrig. Tributárias Contrib.	4.600,24	4.600,24	4.068,32
339092	Exercícios Anteriores	14.583,79	14.583,79	14.583,79
449051	Obras e Instalações	15.000,00	15.000,00	14.548,96

449052	Equip.Material Permanente	231.700,59	231.700,59	42.215,87
339139	Imprensa Nacional	6.000,00	6.000,00	2.368,32
TOTAL		912.166,33	912.166,33	561.499,78

** Contratos Executados pela SFA/PA

4.1.1.3.2 Ação 2136 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal

4.1.1.3.2.1. Dados Gerais

Tabela 6 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Vegetal

Tipo	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos e dos insumos da área vegetal.
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Francisco Airton Nogueira

4.1.1.3.2.2. Resultados

Descrevem-se na Tabela 7 as metas física e financeira previstas para o LANAGRO/PA em 2007 das ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal.

Tabela 7 - Meta físicas e financeiras previstas e realizadas para 2007 para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Vegetal no LANAGRO-PA.

Meta prevista			**Meta realizada**		
Financeira	Física		Financeira	Física	
	No. Amostras	No. Determinações		No. Amostras	No. Determinações
*	2.475	11.955	R$ 563.190,39	2.244	11.070

* Meta financeira não prevista – UG em processo de desvinculação da gestão financeira da SFA/PA

Na Tabela 8 é apresentada a Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados em 2007 pelo LANAGRO-PA, por Elemento de Despesa.

Tabela 8 - Metas financeiras realizadas para Ação Funcionamento Sistema Laboratorial Vegetal - LANAGRO/PA por Elemento de Despesa

Elemento de Despesa		**Recursos Programados (R$ 1,00)**	**Recursos Recebidos (R$ 1,00)**	**Recursos utilizados (R$ 1,00)**
335039	Convênio CIEE**	49.534,19	49.534,19	40.757,76
339014	Diárias	27.905,38	27.905,38	26.168,24
339030	Material de Consumo	10.666,70	10.666,70	6.287,49
339033	Passagens Aéreas	66.559,22	66.559,22	66.052,16
339036	Diárias de colaboradores eventuais	5.537,68	5.537,68	5.537,68
339037	Contratos**	413.509,74	413.509,74	353.862,38
339039	Serviços de Terceiros	191.624,39	191.624,39	62.224,68
339047	Obrigações tributárias e Contribuições	300,00	300,00	300,00
339139	Publicidade	2.000,00	2.000,00	2.000,00
449052	Equipamentos e Material Permanente	68.540,58	68.540,58	-
	TOTAL	836.177,88	836.177,88	563.190,39

** Contratos Executados pela SFA/PA

Tabela 9 - Metas financeiras realizadas no PI CAPACITA 1 no LANAGRO/PA

Elemento de Despesa		**Recursos Programados (R$ 1,00)**	**Recursos Recebidos (R$ 1,00)**	**Recursos utilizados (R$ 1,00)**
339014	Diárias	2.329,66	2.329,66	2.329,66
339033	Passagens Aéreas	1.900,00	1.900,00	1.072,50
	TOTAL	4.229,66	4.229,66	3.402,16

Tabela 10 - Metas financeiras realizadas no PI RESÍDUO no LANAGRO/PA

Elemento de Despesa		Recursos Programados (R$ 1,00)	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)
339014	Diárias	1.450,00	1.450,00	1.450,00
339030	Material de Consumo	7.763,60	7.763,60	5.917,60
339039	Serviços de Terceiros	102.080,00	102.080,00	-
	TOTAL	111.293,60	111.293,60	7.367,60

Tabela 11 - Metas financeiras realizadas no PI FEBRE AFTOSA no LANAGRO/PA

Elemento de Despesa		Recursos Programados (R$ 1,00)	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)
339014	Diárias	3.697,26	3.697,26	2.432,16
339030	Material de Consumo	254.565,80	254.565,80	131.789,00
339033	Passagens Aéreas	10.000,00	10.000,00	3.460,56
339039	Serviços de Terceiros PJ	211.537,27	211.537,27	142.701,01
	TOTAL	479.800,33	479.800,33	280.382,73

Tabela 9 – Resumo dos recursos recebidos e utilizados por PI pelo LANAGRO-PA

PI	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos Utilizados (R$ 1,00)
CAPACITA1*	4.229,66	3.402,16
FEBREAFTOSA*	479.800,33	280.382,73
LABANIMAL	912.166,33	561.499,78
LAVEGETAL	836.177,88	563.190,39
RESIDUOS*	111.293,60	7.367,60
TOTAL	2.343.667,80	1.415.842,66

***Ressaltamos que o valor aplicado pelo LANAGRO-PA correspondente a R$ 294.555,65 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e cinqüenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), referente aos PI's CAPACITA1, FEBREAFTOSA e RESÍDUOS, não foram computados na avaliação por não pertencerem aos PI's da rede de laboratórios do MAPA, e que portanto, devem ser computados para avaliação nas respectivas áreas responsáveis pelos PI's.**

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

O Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dão através dos Processos Finalísticos Internos do LANAGRO/PA (Figura A.3. do Apêndice), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2004-2007, conforme a Figura A.2. constante do Apêndice.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, laudos analíticos.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades do cliente, o Serviço de Fiscalização, Inspeção e Defesa Agropecuária.

O LANAGRO/PA desenvolve também atividades voltadas à validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles inter-laboratoriais que atestam a qualidade aos serviços prestados.

Outra atividade importante refere-se à execução de auditorias internas e de credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados.

Assim, o desempenho do LANAGRO será apresentado separadamente, categorizado nas Áreas de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal, e Apoio Laboratorial Geral. tendo como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e realizadas) e os recursos financeiros (programados, recebidos e utilizados) em sua execução.

Os Indicadores de Desempenho do LANAGRO são descritos a seguir:

<table>
<tr><td colspan="3">Indicador de Eficácia</td></tr>
<tr><td colspan="3">Utilidade
Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois as Execuções das análises realizadas representam à demanda do Serviço de Fiscalização, Inspeção e Defesa Agropecuária.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Fórmula de cálculo</td></tr>
<tr><td>$N_u AL$</td><td>Número de unidades de Análises Laboratoriais realizadas</td><td>unidade= amostra ou prova</td></tr>
</table>

Método de medição

Considerando-se que a unidade de análise laboratorial pode ser expressa tanto pela amostra recebida ou analisada ou pelo número de provas ou determinações analíticas necessárias para se obter o laudo analítico ou certificado de análise dessa amostra. Utiliza-se como meta física alcançada o somatório das unidades de análise laboratorial das Ações LABANIMAL e LABVEGETAL, PNCR e FEBREAFTOSA O valor da meta física alcançada por cada área é resultante da soma das unidades de análise laboratorial realizadas por cada processo finalístico de competência de cada Unidade Física coordenada pelo LANAGRO como se descreve a seguir.

Apoio Laboratorial	Processos Finalístico	Sub-processos
Animal	Diagnóstico das Doenças dos Animais	Bacteriologia
		Virologia
		Parasitologia
	Controle de Produtos de Origem Animal	Análise Físico-química
		Análise Microbiológica
	Controle de Alimentos para Animais	Análise Físico-química
		Análise Microbiológica
		Análise Microscópica
Vegetal	Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análise Físico-química de Bebidas e Vinagres
		Análise Microbiológica de Bebidas e Outros Produtos Vegetais
	Controle de Insumos Agropecuários	Análise Físico-química de Fertilizantes e Corretivos
		Análise Físico-Fisiológica de Sementes

d. Fontes de Informação

Os resultados das unidades de análise laboratorial são armazenadas nas bases de dados descritas a seguir e se tornam fontes de informação para os cálculos dos indicadores de desempenho

Apoio Laboratorial	Processo finalístico	Fonte de Informação

Animal	Diagnóstico das Doenças dos Animais Controle de Produtos de Origem Animal Controle de Alimentos para Animais	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico.
Vegetal	Fertilizantes e Corretivos	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Periciais e Demonstrativos de Determinações Analíticas de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Periciais.
	Sementes	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Sementes.
	Bebidas e Vinagres	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas Sistema BEBWIN

e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Raimundo Brito Dantas – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe da DLAB/LANAGRO-PA

f. Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Eficácia ($x_{2)}$
Animal	Amostra	4.609
	Prova	10.992
Vegetal	Amostra	2.244
	Prova	11.070
LANAGRO/PA	Amostra	6.853
	Prova	22.062

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

Não se aplica

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
Não se aplica	

Indicador de Eficiência

a. Utilidade

Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, de duas maneiras:

-em relação aos recursos financeiros programados, e,

-em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.

b. Fórmula de cálculo

b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – *CUP*

$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_1=recursos financeiros programados, em reais x_2= $N_u AL$ (eficácia)

b.2.Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – *CUE*

$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_2= recursos financeiros utilizados, em reais x_2= $N_u AL$(eficácia)

Método de medição

Os recursos financeiros utilizados somam os valores utilizados enviados por todos os PI's que atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório.

Os recursos financeiros programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial / SDA.

Fontes de Informação

Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.

Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Raimundo Brito Dantas – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe da DLAB/LANAGRO-PA

Resultado

Apoio laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	CUP (R$/unidade)	CUE (R$/unidade)
Animal	Amostra	197,90	121,82
	Prova	82,98	51,08
Vegetal	Amostra	372,62	250,97
	Prova	75,53	50,87
LANAGRO/PA	Amostra	255,12	164,11
	Prova	79,24	50,97

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	
O *CUP* (custo unitário programado) obtido foi de R$ 255,12/amostra e R$ 79,24/provas e o *CUE* (custo unitário efetivo) obtido foi de R$ 164,11/amostra e R$ 50,97/prova. Isso traduz a baixa aplicação dos recursos recebidos 60,41% (% de recursos utilizados relativamente aos recebidos), que decorre em parte pela falta de estrutura administrativa para agilização dos processos de compras de insumos e serviços, principalmente da área técnica, tendo em vista que no exercício sob análise não foram executados os processos de manutenção e calibração de equipamentos laboratoriais, plano de gerenciamento de resíduos sólidos do laboratório, compra de insumos laboratoriais demandados pelas unidades (material químico, farmacológico, biológico e vidrarias), bem como, efetuados os reparos necessários em parte das estruturas físicas do LANAGRO-PA. Quanto ao aspecto do cumprimento da demanda dos clientes, decorre do fato do uso dos insumos adquiridos no exercício de 2006, entretanto os estoques estão praticamente exauridos, isso significa que teremos sérios problemas no início do exercício de 2008 que poderá se agravar em decorrência do possível atraso na aprovação do Orçamento da União.	
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
Fortalecimento setorial da gestão de Processos Administrativos (gestão na aquisição de insumos e serviços, Gestão de Almoxarifado e Patrimônio)	MAPA e MPOG

Indicador de Efetividade	
a. Utilidade Mostrar a efetividade do Apoio laboratorial do LANAGRO através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, Inspeção e Defesa Agropecuária em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO e os recursos programados para o exercício de 2007.	
b. Fórmula de cálculo	
b. 1. Índice de Realização da Demanda – *IR*	
$IR = \frac{x_2}{x_1} 100\%$	x_1= Número de amostras recebidas - *NAR* x_2= N_uAL
b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – *IUOAD*	
$IUOAD = \frac{x_1}{y_3} 100\%$	x_1=NAR y_3= capacidade operacional, em número de amostras
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2007– UTI_1	
$IUT_1 = \frac{y_2}{x} 100\%$	x= Total de recursos recebidos y_2= Total de recursos utilizados
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo LANAGRO relativamente ao programado para 2007 – UTI_2	

$IUT_2 = \frac{y}{y_1}100\%$	y = Total de recursos efetivamente utilizados y_1= Total de recursos programados

Método de medição

O mesmo descrito para os indicadores de eficácia e eficiência

Fontes de Informação

As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência

Área Responsável pelo cálculo

Raimundo Brito Dantas – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe da DLAB/LANAGRO-PA

Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	IUOAD (%)	IUT1(%)	IUT2(%)
Animal	Amostra	78,54	46,11	61,56	(*)
	Prova	83,24	48,59	-	(*)
Vegetal	Amostra	87,01	48,59	67,35	(*)
	Prova	86,97	106,47	-	(*)
LANAGRO/PA	Amostra	81,13	55,57	60,41	(*)
	Prova	85,07	66,28		

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

O *IR* de 81,13% para amostras e 85,07% para provas foi conseqüência do alto índice de rejeições de amostras recebidas por alguns processos finalísticos, que gira em torno de 15%. A rejeição de amostras não conformes se dá por diversos aspectos dentre eles: Quantidade do material enviado (insuficiente), Qualidade do material enviado, acondicionamento, transporte, identificação, documentação etc.

O *IUOAD* obtido demonstra que a capacidade operacional ofertada por alguns processos finalísticos do LANAGRO-PA não foi totalmente utilizada em decorrência de diversos fatores como: Falta de demanda (as amostras programadas não foram efetivamente enviadas pelo Serviço de Fiscalização, Inspeção e Defesa Agropecuária), Problemas em equipamentos por falta de manutenção e insuficiência de insumos necessários a realização das análises, nestes casos as amostras são enviadas a outros laboratórios da REDE aptos a receberem as amostras.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
Reunião setorial com os clientes externos (Fiscalização, Inspeção e Defesa Agropecuária.	Alta Direção do LANAGRO/PA
Estabelecer contrato de manutenção preventiva e corretiva e de calibração de equipamentos labotratoriais com empresas especializadas.	SEC/SAD
Estabecer programação de aquisição de insumos laboratoriais	SEC/SAD

6. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – NÃO SE APLICA

7. INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS POR RENÚNCIA FISCAL – NÃO SE APLICA

8. OPERAÇÕES DE FUNDOS - NÃO SE APLICA

9. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR LANAGRO CONFORME ANEXOS II E X DA DN-TCU-85/07- NÃO SE APLICA

Anexos

ANEXO - A

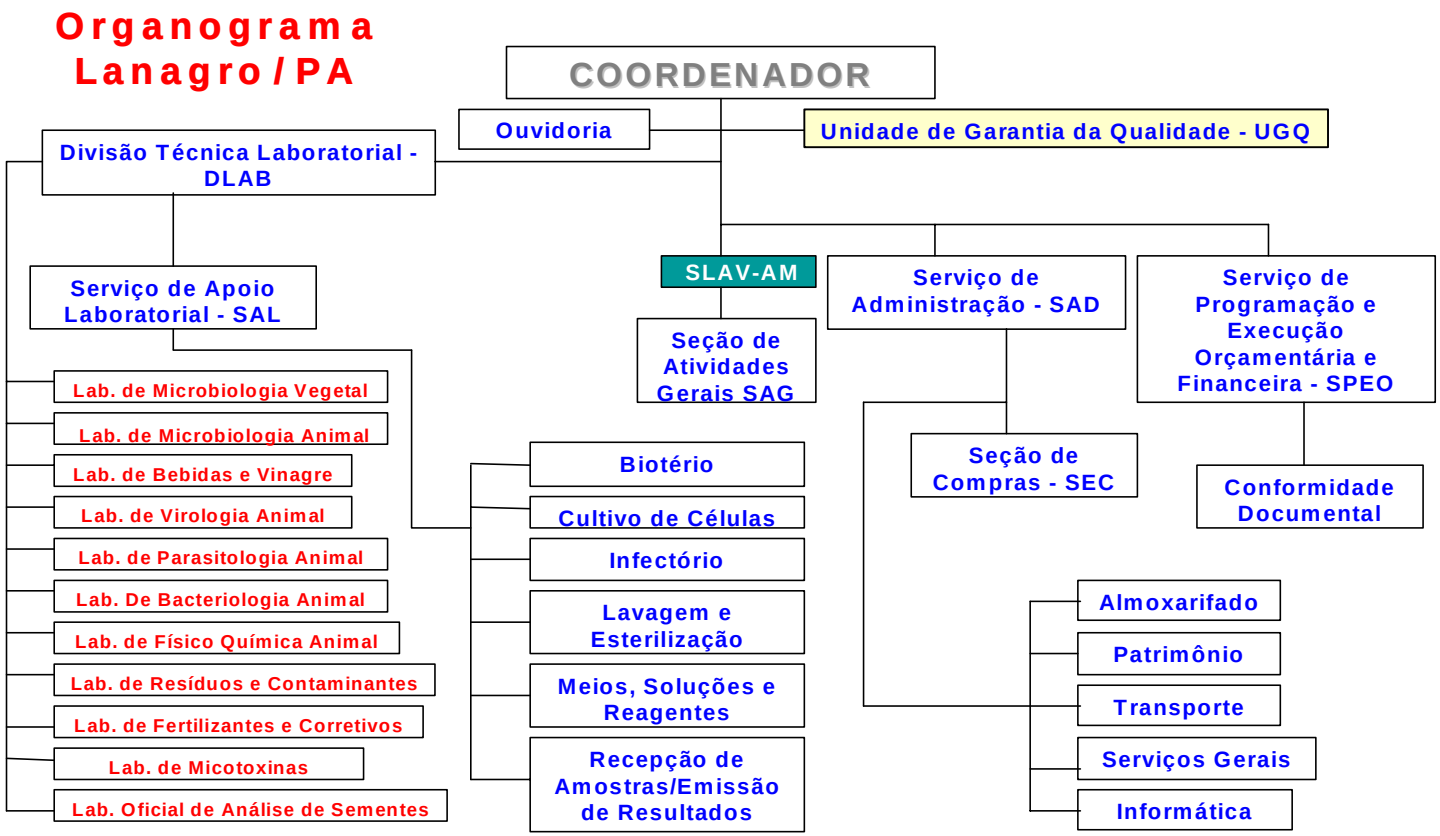
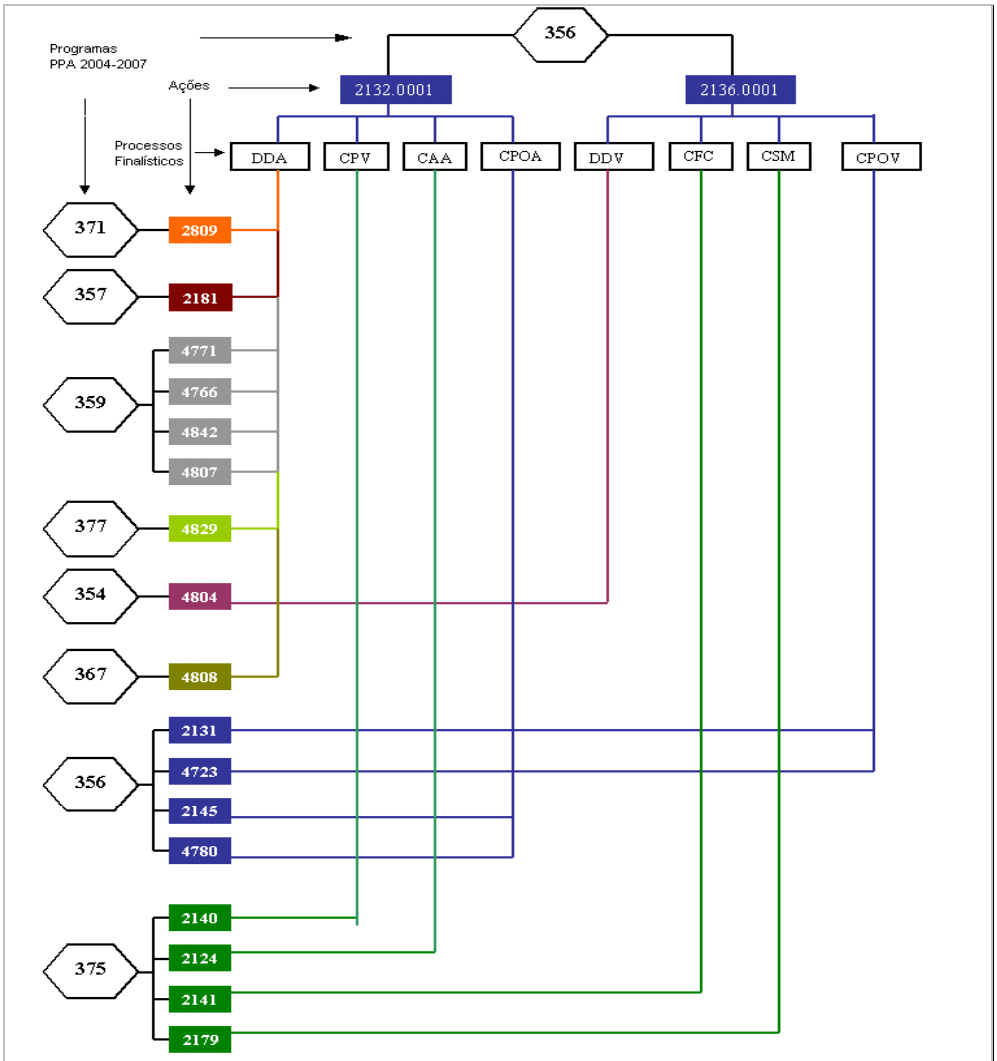


Figura A1. Estrutura Organizacional do LANAGRO/PA



Programa		Ação	
356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - SP
		2136	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - SP
		2145	Inspeção Industrial e Inspeção Sanitária dos Produtos, Sub-produtos e Derivados de Origem Animal
		4780	Fiscalização contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária
		4723	Controle de Contaminantes e Resíduos nos Animais e Vegetais e seus Produtos
		2131	Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal
357	Segurança Agropecuária no Trânsito Internacional de Animais	2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
375	Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários	2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
		2124	Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal
		2141	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
		2179	Fiscalização de sementes e mudas
371	Desenvolvimento da Agropecuária	4809	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Agricultura
359	Desenvolvimento da Bovideocultura	4807	Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovinocultura
		4842	Erradicação da Febre Aftosa
		4766	Controle e erradicação da tuberculose e brucelose
		4771	Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina-doença da vaca louca
377	Desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura e Ovinocultura	4829	Prevenção controle e erradicação da doenças da equideocultura, da caprinocultura e da da criação de pequenos e médios animais
354	Desenvolvimento da Fruticultura	4804	Prevenção e Controle de pragas na Fruticultura
367	Desenvolvimento da Suideocultura	4808	Prevenção, controle e erradicação das doenças da suideocultura

Figura A.2. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do LANAGRO/PA, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2004-2007.

*Figura A. 3. Processos finalísticos do LANAGRO/PA e seus desdobramentos em sub-processos e atividades***.**

Processos finalísticos	Sub-processos	Atividades					
Doenças dos Animais	Virologia	Diagnóstico sorológico Diagnóstico virológico					
	Bacteriologia	Diagnóstico sorológico Diagnóstico bacteriológico					
	Parasitologia	Exames Microscopicos					
Controle de Produtos De Origem Vegetal		Matriz					
		Não Alcoólicos	Fermentados Alcoólicos	Fermentados Acéticos	Destilados	Destilo-retificados	Alcoólicos Por mistura
	Análise microbiológica de bebidas	X					
	Análise físico-química de bebidas e vinagres	X	X	X	X	X	X
Controle de Insumos		Matriz					
		Fertilizantes Minerais	Fertilizantes Orgânicos	Fertilizantes Organo minerais	Corretivos		Sementes
	Analises física	X			X		X
	Análises químicas	X	X	X	X		
	Análise Fisiológica						X
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises microbiológicas	Análises de produtos cárneos, lácteos, pescado e derivados, mel e derivados; ovos; água e outros.					
	Análises físico-química						
Controle de Alimentos para Animais		Matriz					
		Rações	Ingredientes	Concentrados	Sais minerais	Alimentos	Suplementos Vitamínicos
	Análises microbiológicas	X	X			X	
	Análises físico-químicas	X	X	X	X	X	X

	Análise microscópica	X		X			

Figura A. 4. Força de trabalho do LANAGRO-PA

NO.	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Laboratório ou Área de Atuação
1	S	Adriano Marcos de Carvalho Vilar	ADEPARA	Médico Veterinário	Diagnóstico Animal
2	S	Francisco Airton Nogueira	MAPA	FFA	Coordenador do LANAGRO/PA
3	S	Afonso Lopes Morais	MAPA	FFA	Microbiologia Animal
4		Francisco Moacir Pereira Neto	ADEPARA	Auxiliar de Fronteira	Análise Físico-Química de Alimentos
5	M	Alailson José Alves Monteiro	Fundepag	Técnico em Controle Laboratorial II	Serviço de Apoio Laboratorial
6	M	Galileu Martins da Costa	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
7	M	Alan Brito de Souza	ADEPARA	Auxiliar de Fronteira	Serviço de Apoio Laboratorial
8	S	Gláucio Romeu Galindo	MAPA	FFA	Análise Microbiológica de Alimentos
9	M	Américo Pinheiro dos Santos Neto	MAPA	Agente Administrativo	Chefe do SAD/LANAGRO/PA
10	S	Helder Bruno dos Santos Valente	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Informática
11	S	Ana Cristina Leite Corrêa	MAPA	Agente Administrativo	Unidade de Gestão da Qualidade
12	S	Iara Gláucia de Araújo Maciel	MAPA	FFA	Análise de Sementes
13	M	Ana Cristina Pantoja de Souza	E.B. Cardoso	Auxiliar de Serviços Gerais	Serviços Gerais
14	S	Ivone Neves de Queiroz Santos	ADEPARA	Médica Veterinária	Diagnóstico Animal
15	M	Antônio Cláudio de Araújo Aguiar	MAPA	Agente de Vigilância	Serviço de Vigilância
16	S	Janus Pablo Fonseca de Macedo	MAPA	FFA	Serviço de Apoio Laboratorial
17	M	Antônio Eudo Pereira Pinheiro	Fundepag	Técnico em Controle Laboratorial II	Serviço de Apoio Laboratorial

NO.	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Laboratório ou Área de Atuação
18	M	Joabe Oliveira Silva	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
19	S	Antônio Pinheiro do Nascimento Neto	MAPA	FFA	Análise de Resíduos e Contaminantes
20	M	João Augusto de Oliveira Fróes	MAPA	Auxiliar de Atividade Agropecuária	Análise de Fertilizantes e Corretivos
21	M	Antônio Sérgio Alves Teixeira	E.B. Cardoso	Encarregado	Serviços Gerais
22	M	João Batista de Souza Piedade	MAPA	Agente de Vigilância	Serviço de Vigilância
23	M	Arnaldo Costa da Silva	MAPA	Agente Administrativo	Chefe da SEC/SAD/LANAGRO/PA
24	M	João Batista Veiga Machado	MAPA	Agente de Vigilância	Serviço de Vigilância
25	M	Benícia Barros dos Reés	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
26	S	Jorge Ribeiro dos Reis	MAPA	FFA	Diagnóstico Animal
27	M	Carla Jaqueline Gouvêa Lobato	E.B. Cardoso	Secretária	Secretária
28	M	José Augusto Pereira Cordeiro	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
29	M	Carlos dos Santos Cabral	MAPA	Agente de Vigilância	Responsável pelo Patrimônio/LANAGRO/PA
30	M	José Benedito Barbosa Valente	MAPA	Agente Administrativo	Serviço de Apoio Laboratorial
31	S	José Luís Arias Bahia	MAPA	FFA	RT/Análise de Sementes
32	M	Charlene Cecícilia F. de S. Valente	E.B. Cardoso	Telefonista	PABX
33	M	José Ventura da Silva	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
34	M	Charles Soares Mesquita	Fundepag	Técnico em Controle Laboratorial I	Análise Microbiológica de Alimentos
35	S	Júlio Raimundo de Oliveira	MAPA	Agente de Vigilância	Serviço de Vigilância
36	S	Cíntia Alves Chaves	ADEPARA	Engenheiro Agrônomo	Análise Físico-Química de

NO.	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Laboratório ou Área de Atuação
					Alimentos
37	S	Jurandir Auad Beltrão	Fundepag	Especialista em Sistema Laboratorial "B"	Análise Físico-Química de Alimentos
38	M	Dirceu dos Santos Pinto	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Serviço de Apoio Laboratorial
39	M	Kleyse Danielle C. Ferreira	Fundepag	Técnico em Controle Laboratorial I	Secretaria
40	M	Edjaile Auxiliadora de Lacerda Cintra	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Análise Microbiológica de Alimentos
41	S	Lígia do Socorro Oliveira de Lima	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Serviço de Apoio Laboratorial
42	M	Elias Nonato de Macedo Cardoso	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Serviço de Apoio Laboratorial
43	S	Lílian Cristina da Silva Magalhães Costa	MAPA	FFA	Análise de Resíduos e Contaminantes
44	M	Eluiza Silva dos Santos	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
45	M	Linda Célia de Castro Sales	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
46		Enildo Mauro das Mercês	ADEPARA	Agente Administrativo	Administração
47	S	Luciana Yumi Nishizumi	Fundepag	Especialista em Sistema Laboratorial "A"	Diagnóstico Animal
48	S	Fabiane da Silva Coelho	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Serviço de Apoio Laboratorial
49	S	Lucila Pereira da Silva	ADEPARA	Médica Veterinária	Diagnóstico Animal
50	S	Manoel Pedro Freitas Pereira	MAPA	Agente de Vigilância	Serviço de Apoio Laboratorial
51	M	Marcos Evangelista Soares dos Santos	MAPA	Auxiliar de Atividade Agropecuária	Diagnóstico Animal
52	S	Maria de Fátima Araújo Almeida da Paz	UFRA	Química Industrial	RT/Análise de Bebidas e Vinagre

NO.	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Laboratório ou Área de Atuação
53	M	Maria Helena Pereira da Rocha	Fundepag	Técnico em Controle Laboratorial II	Serviço de Apoio Laboratorial
54	M	Maria José Brito Siqueira	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
55	M	Maria Oneide Soares Mesquita	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
56	M	Maria Tolentina Sousa Rodrigues	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
57	M	Marilélia de Oliveira Matos	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Diagnóstico Animal
58	S	Marília Lúcia Souza Morais	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Análise Físico-Química de Alimentos
59	M	Marisa Matos Lameira	E.B. Cardoso	Recepcionista	Administração
60	S	Mauricio Quaresma de Araújo	MAPA	FFA	Análise de Fertilizantes e Corretivos e Micotoxinas.
61	M	Meirivan da Silva Barbosa	Fundepag	Técnico em Controle Laboratorial II	Diagnóstico Animal
62	S	Naimes Paiva de Oliveira	MAPA	FFA	Diagnóstico Animal
63	S	Nelson Rosa Ferreira	Fundepag	Especialista em Sistemas Laboratoriais “A”	Serviço de Apoio Laboratorial
64	S	Nilce Limeira Medeiros	MAPA	FFA	Análise Microbiológica Vegetal
65	M	Nívea Cristina Coelho Bentes	E.B. Cardoso	Telefonista	PABX
66	S	Ofir de Sales Ramos	SAGRI	Médico Veterinário	Diagnóstico Animal
67	M	Otacílio Honório de Sousa Filho	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
68	S	Paula Amorim Schiavo	MAPA	FFA	Diagnóstico Animal
69	S	Paulo Airton Lopes	MAPA	FFA	RT/Análise de Fertilizantes e Corretivos
70	S	Paulo Augusto Figueiredo	MAPA	Agente Administrativo	Análise de Fertilizantes e Corretivos

NO.	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Laboratório ou Área de Atuação
71	S	Poliana Carla Góes de Souza	MAPA	FFA	Análise Microbiológica Vegetal
72	S	Raimunda de Castro Alvarenga	SAGRI	Veterinário	Análise Microbiológica Animal
73	S	Raimundo Brito Dantas	MAPA	FFA	Chefe de Divisão Técnica Laboratorial
74	M	Raimundo Joaquim Nascimento Chaves	UFRA	Técnico de Laboratório	Análise de Bebidas e Vinagre
75	M	Rairique Serique da Silva	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
76	S	Renato de Jesus Maués	MAPA	Agente Administrativo	Chefe do SPEO/LANAGRO/PA
77	S	René Ribeiro da Silva	MAPA	FFA	Diagnóstico Animal
78	S	Ricardo Carvalho Belizário	MAPA	FFA	Análise Físico-Química de Alimentos
79	S	Rita de Cássia B. M. Gonçalves	ADEPARA	Médica Veterinária	Serviço de Apoio Laboratorial
80	M	Riziane Freitas Galende	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Serviço de Apoio Laboratorial
81	M	Roberto Martins da Silva	ADEPARA	Auxiliar de Fronteira	Serviço de Apoio Laboratorial
82	M	Rosa Isabel Leite da Silva	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
83	M	Rosana Conceição Silva Cruz	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
84	M	Rosângela Botelho Vasconcelos	E.B. Cardoso	Recepcionista	Diagnóstico Animal
85	M	Rosiléia Auad Beltrão	Fundepag	Assistente Técnico Operacional I	Análise Físico-Química de Alimentos
86	M	Rosimar Marialva	ADEPARA	Auxiliar de Fronteira	Serviço de Apoio Laboratorial
87	S	Ruth Smith de Moraes	MAPA	FFA	Análise Microbiológica Animal

NO.	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Laboratório ou Área de Atuação
88	S	Sandra Lúcia Balbi Noronha	ADEPARA	Médica Veterinária	Diagnóstico Animal
89	S	Santinha Cabral de Lima	MAPA	FFA	Análise Microbiológica Vegetal
90	S	Silvio Orlan de Castro Chaves	MAPA	FFA	Diagnóstico Animal
91	S	Talita Lopes Pomin	MAPA	FFA	Serviço de Apoio Laboratorial
92	S	Tatiana Pereira Cardoso	MAPA	FFA	Diagnóstico Animal
93	S	Terezinha de Jesus Mazza	MAPA	FFA	Análise Físico-Química de Alimentos
94	S	Ursula de Mesquita Tavares	ADEPARA	Médica Veterinária	Diagnóstico Animal
95	S	Valéria Barros Monteiro	MAPA	FFA	Análise Microbiológica Animal
96	M	Vanda Maria Paes da Silva	E.B. Cardoso	Serviços Gerais	Serviços Gerais
97	S	Wagner Yoshihiko Okasaki	MAPA	FFA	Análise Bebidas e Vinagre
98	S	Walmir do Espirito Santo Lopes	Fundepag	Técnico em Controle Laboratorial II	Serviço de Apoio Laboratorial
99	S	Walquiria Araújo Albuquerque	MAPA	Biblioteconomista	Responsável pela Conformidade Documental/LANAGRO/PA
100	S	Eliana Déa Lara Costa	MAPA	FFA	Diagnóstico Animal
101	S	Janus Pablo Fonseca de Macedo	MAPA	FFA	Serviço de Apoio Laboratorial
102	S	Valéria Barros Monteiro	MAPA	FFA	Serviço de Apoio Laboratorial

Figura A.5. Resumo da distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo LANAGRO, por Elemento de Despesa.

Elemento de Despesas	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos Utilizados (R$ 1,00)	(IUT)%
335039 – Convênio CIEE**	84.190,17	75.413,74	89,58
339014 – Diárias	78.630,90	75.628,66	96,18
339030 – Material de Consumo	473.284,96	260.034,56	54,94
339033 – Passagens Aéreas	105.376,39	97.502,39	92,53
339036 – Diárias a Colab. Eventuais	11.595,70	11.087,82	95,62
339037 – Contratos**	576.545,02	516.897,66	89,65
339039 – Serviços de Terceiros	671.319,46	299.192,57	44,57
339147 – Obrig. Trib. E Contribuições	4.900,24	4.368,32	89,15
339092 – Exercícios Anteriores	227,68	227,68	100
339139 – Imprensa Nacional	8.000,00	4.368,32	54,60
449051 – Obras e Instalações	15.000,00	14.548,96	97,00
449052 – Equip. e Mat. Permanente	314.597,28	56.571,98	17,98
TOTAL	**2.343.667,80**	**1.415.842,66**	**60,41**

IUT_1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;
** Contratos Executados pela SFA/PA

Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela C.1. Cartão de Crédito Coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

Ano	2005	2006	2007
Gasto com Cartão de Crédito	(*)	R$ 11.900,00	R$ 57.149,13

(*)Em 2005 a execução financeira era realizada pela SFA/PA., o LANAGRO-PA, passou a ser Unidade Gestora a partir de 2006.

Tabela C.2. - Cartão de Crédito Coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Valor do Saque	Nome do colaborador que fez a retirada	Justificativa
R$ 22.689,75	R$ 22.689,75	Arnaldo Costa da Silva	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 20.846,86	R$ 20.846,86	José Benedito da Costa Valente	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito
R$ 13.612,52	R$ 13.612,52	Arnaldo Costa da Silva	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.

Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle Interno (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN- TCU-85/2007

Tribunal de Contas da União

Unidade Examinada: 130017 – LANAGRO/PA

Relatório nº: 189373

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1

Falta de especificação do bem / serviço a ser adquirido na sede por intermédio de suprimento de fundos no LANAGRO/PA.

Recomendação: Recomendamos à Unidade Auditada que especifique previamente e com o nível de detalhamento adequado a demanda a ser satisfeita por meio de suprimento de fundos. Recomendamos ainda que a Unidade utilize suprimento de fundos em caráter excepcional, para atender às despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: (1)

Providências a serem Implementadas:

a) A providência será atendida plenamente conforme recomendação.

b) A Unidade Gestora acatará o caratér de excepcionalidade no uso do suprimentos de fundos, todavia as ações laboratoriais são consideradas “sui generis” e bem pecualiares para requererem procedimentos de atendimentos em urgência, haja vista uma gama de instrumentos e utensilios que são usados nas lidas do dia-a-dia de um laboratório, além de vários insumos que compõem os processos laboratoriais, que vão desde um diagnóstico de uma doença animal ao do controle higi~enico sanitário de alimentos para alimentação humana e animal.

c) Diante do exposto acima, o procedimentode aquisição, por mais planejado que seja foge a regra normal de compra, a fim de não provocar descontinuidade nos procedimentos laboratoriais, os quais por sua natureza não podem aguardar soluções demoradas.

Prazo limite de implementação:30/08/2007

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.2

Ausência de justificativa para aquisição de bens e serviços via saque com CPGF no LANAGRO/PA.

Recomendação: Recomendamos que cada saque em espécie nos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) seja justificado, conforme parágrafo 2º art. 2º do Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, sem prejuízo da Unidade observar o entendimento do Tribunal de Contas da União, manifestado no Acórdão/TCU nº 1783/2004, orientando formalmente os portadores do CPGF à respeitarem o princípio da excepcionalidade dos saques, quando for verificada, nas prestações de contas, a existência de saques para despesas onde poderia ser utilizada a rede afiliada ao cartão de pagamento do governo federal.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: (1)

Providências a serem Implementadas:

a) Recomenda-se ao suprido que as aquisições sejam efetuadas preferencialmente nas empresas que acatem o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, todavia muitas das vezes os produtos ou serviços necessários ao desenvolvimento das ações laboratoriais não são encontradas nas mesmas, havendo dessa forma a necessidade da compra através de saque, consequentemente, com a devida justificativa.

Prazo limite de implementação: 30/08/2007

Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.3

Saque em espécie para ressarcir pagamento realizado por meio de Duplicata no LANAGRO/PA.

Recomendação: Recomendamos ao Gestor da Unidade que não aprove prestações de contas de suprimento de fundos em que se verifique saque em espécie com o CPGF, a

fim de ressarcir despesa paga por meio de duplicata, cheque, nota promissória, ou qualquer outro título de crédito, bem como cartões de crédito pessoais ou de terceiros.

Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: (1)

Providências a serem Implementadas:

a) A recomendação será acatada plenamente

Prazo limite de implementação: 30/08 2007

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/07)- Não se aplica

UNIDADE CONSOLIDADA

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO

LANAGRO PERNAMBUCO

UNIDADE GESTORA: 130016

APRESENTAÇÃO

O presente relatório atende à Portaria CGU no. 1950, de 28 de dezembro de 2007 e a Norma de Execução no. 05, de 28 de dezembro de 2007, ao que determina a Instrução Normativa nº. 47 de 27 de outubro de 2004, alterada pela no. 55, de 24 de outubro de 2007 e Decisões Normativas nº. 85, de 19 de setembro de 2007 e no. 88, de 28 de novembro de 2007, do Tribunal de Contas da União.

Seu conteúdo visa subsidiar a Tomada e Prestação de Contas pelo Tribunal de Contas da União no exercício de 2007, apresentando os resultados referentes às atividades do Laboratório Nacional Agropecuário (LANAGRO/PE).

O LANAGRO/PE é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Oficial de Laboratórios subordinada à Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores do LANAGRO/PE

Nome completo da unidade a sigla	Laboratório Nacional Agropecuário em Pernambuco – LANAGRO/PE	
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada do MAPA	
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA	
Norma de criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada	Norma da Reestruturação do MAPA: Decreto no. 5.351 de 21 de janeiro de 2005	
Norma da Finalidade:	Portaria no. 104, do MAPA, de 18 de abril de 2006, publicado no DOU de 19 de abril de 2006.	
Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame	Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 20006.	
Normas estabelecidas para Gestão das Ações do PPA 2004-2007	Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004	
Modelo de gestão	Suportado pela estrutura organizacional, conforme a Figura A.1. constante do Apêndice	
Número do CNPJ	00.396.895/0071-38	
Nome e Código no SIAFI	Laboratório Nacional Agropecuário/PE: Código 130016	
Código da UJ titular do relatório	Não se aplica	
Código das UJ abrangidas	Não se aplica	
Endereço completo da sede	Rua Dom Manoel de Medeiros s/n – Dois Irmãos - CEP-52.171.-030 - Recife/PE Fone (81) 3441-6311; FAX (81) 3441-6477	
Endereço da Página Institucional na Internet	www.agricultura.gov.br	
	E-mail:cpd-lanagro-pe@agricultura .gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	603-Defesa Sanitária Animal	
	604-Defesa Sanitária Vegetal	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Laboratório Nacional Agropecuário/PE	130016

2. Responsabilidades Institucionais

2.1 Papel do LANAGRO/PE na execução das políticas públicas

MISSÃO DO MAPA: “Promover o desenvolvimento sustentável de excelência do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”.

OBJETIVO DO LANAGRO: “Executar e prover ações laboratoriais de excelência para apoiar a verificação e validação dos processos de defesa agropecuária”

A CGAL, baseada em exigências internacionais, avanços tecnológicos e, conseqüentemente na atenção governamental dispensada às políticas de proteção da saúde pública e sanidade animal e vegetal, coordena as atividades desenvolvidas nos LANAGROs, distribuindo-as de acordo com a especialização adquirida pelos colaboradores dessas Unidades Laboratoriais.

O Apoio Laboratorial, animal e vegetal, têm como objetivo prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, inspeção e fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos agropecuários.

Apoio Laboratorial, animal e vegetal, se dão através dos Processos Finalísticos Internos do LANAGRO/PE (Figura A.3. do Anexo), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2004-2007, conforme a Figura A.2. constante do Anexo.

O processo finalístico, como se sabe, representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com o objetivo de transformar insumos e emitir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades do cliente, que constituem o Serviço de Fiscalização.

O LANAGRO/PE desenvolve também atividades voltadas à pesquisa e validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles interlaboratoriais que atestam qualidade aos serviços prestados.

Outra atividade importante refere-se à execução de auditorias internas e externas com a finalidade de credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciado.

3. Estratégia de Atuação

A instituição teve como principais objetivos em 2007, a conclusão da construção do novo laboratório de Diagnóstico das Encefalopatias, ampliação do almoxarifado para atender às necessidades da nossa Unidade Gestora, criada em 2005, manutenção predial, bem como na área de qualidade a otimização da implantação da norma ISO 17025. Além de procurar dominar alguns processos da área administrativa, como o desfazimento de bens e treinamento dirigido à Unidade Gestora. Ressalta-se a participação do gestor deste LANAGRO no Programa de Desenvolvimento de Gestores do MAPA. A estratégia de ação é ditada pelo órgão central que indica as prioridades como o controle de patógenos em aves, soro em leite, resíduos, fraude com água em frango, dentre outras. O laboratório procura participar dos principais programas nacionais, na visão estratégica de fomentar o agronegócio brasileiro.

A coordenação do LANAGRO/PE dota o laboratório de infra-estrutura básica de serviços, não vinculados à administração direta, tais como serviços postagem, vigilância armada, conservação e limpeza, manutenção de equipamentos, digitadores, fretes, fornecimento de gases nobres, TELEMAR, CELPE, COMPESA, Cooperagem, Reprografia, dentre outros. Neste particular cada contrato tem um fiscal designado por portaria, que freqüentemente se reúne com a coordenação para acompanhamento do andamento do contrato.

Por outro lado, um dos gargalos da administração da instituição é a falta de pessoal que interfere no andamento de todos os processos, quer técnicos ou administrativos. Como exemplo, podemos citar a ausência no nosso quadro de engenheiro embora os serviços de manutenção predial e adequação da estrutura física de uma maneira geral, demandam pessoal com este tipo de formação. Fato evidenciado sobremaneira quando da construção do novo laboratório de Diagnóstico das Encefalopatias, quando contamos com parceria do Comando Regional de Obras, Órgão do Ministério da Defesa, que minimizou a defasagem, constituindo-se numa excelente parceria.

De maneira análoga, quando da apreciação dos projetos elétricos e de instalação da central de ar no novo laboratório, entre outros, convidamos o servidor do LANAGRO/MG, engenheiro elétrico, para executar estes serviços.

Um dos entraves para utilização de recursos deriva do fato de na administração pública o credito ficar vinculado à elaboração do processo licitatório, ficando todo recurso atrelado à conclusão do processo. Quando há crédito remanescente do

processo e isto ocorre no final do exercício, não há tempo suficiente para elaboração de novo processo, resultando no recolhimento do referido recurso.

A liberação de recurso em investimento, obra e permanente ocorre normalmente a partir do segundo semestre, o que dificulta dotar o laboratório de melhores equipamentos e infra-estrutura. Quando o recurso é liberado no primeiro semestre, o valor é de pequeno vulto, gerando pulverização dos mesmos.

4. Gestão de Programa e Ações

4.1. Programas

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	-
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não se aplica (1)
Público-Alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas, consumidor final

(1) No nível do LANAGRO os indicadores devem ser gerados das Ações sob sua responsabilidade

Principais Ações do Programa

As principais ações do Programa que correspondem às metas executadas pelo LANAGRO/PE são Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal.

Gestão das Ações

Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

Dados Gerais

Tabela 3 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Tipo de Programa	Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos pecuários.
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais, credenciamento de laboratórios públicos e privados, fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados, revisão de legislação, manutenção de equipamento e estrutura, controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos, elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade e realização de análises laboratoriais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO-PE
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria Técnica, Unidade de Garantia da Qualidade e Diagnóstico Virológico, Diagnóstico Bacteriológico, Microbiologia Geral, Diagnóstico das Encefalopatias e Físico-química Geral.
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Diana Sione Barbosa Pinheiro

Resultados

O LANAGRO-PE tem a visão de que o atendimento ao cliente é a sua principal missão. Segundo este raciocínio, a coordenação deste laboratório investe na melhoria das condições de trabalho, traduzindo-se por capacitação de pessoal, calibração dos equipamentos, bem como manutenção preventiva e corretiva dos mesmos e aquisição de reagentes e demais insumos. Além do exposto, procura adequar a infra-estrutura física necessária para o desenvolvimento dos trabalhos, aceitando os novos desafios.

Alinhado com este objetivo e atendendo demanda do Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias (PNCRH), pretendemos implantar novas metodologias e adequar as instalações do Laboratório de Diagnóstico das Encefalopatias respeitando os requisitos técnicos de qualidade e biossegurança. Para isto investimos R$ 120.000,00 (Cento e vinte mil de reais) para conclusão da construção do novo laboratório, bem como na aquisição e instalação de sistema de refrigeração capaz de fornecer, dentre outras coisas, ventilação própria, pressão negativa e filtração em todas as saídas do ar.

Certos que o Brasil deve possuir um sistema de vigilância capaz de atestar que seu rebanho bovino é livre da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) ou doença da Vaca Louca, ser capaz de identificar as doenças que afetam o sistema nervoso de bovinos e reconhecer casos da doença da vaca louca, caso venha ocorrer, o Laboratório de Diagnóstico das Encefalopatias do LANAGRO/PE fornece apoio laboratorial ao PNCRH para assegurar a saúde pública, a segurança alimentar e ao mesmo tempo manter as exportações.

O LANAGRO-PE constitui-se no único laboratório oficial do Brasil a realizar o diagnóstico das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis (EETs) e o único no estado de Pernambuco a realizar o diagnóstico de raiva. Estamos nos estruturando para, no futuro, nos candidatarmos à referência no diagnóstico das encefalopatias no nosso país.

Paralelamente, para adequar o laboratório à expansão de suas atividades, foi projetado e empenhado o serviço de engenharia para implantação de uma subestação abrigada, onde foram aplicados aproximadamente R$ 250.000,00 (Duzentos e cinqüenta mil reais) que fornecerá o suporte elétrico necessário à demanda atual e permitirá crescimento do laboratório, sem estrangulamento na área para os próximos cinco anos, no mínimo. Além disso, foi elaborado o projeto para deslocamento dos Setores Administrativos, tendo sido empenhado R$ 480.000,00 (Quatrocentos e oitenta mil reais), possibilitando a ampliação do laboratório de Físico-química de Alimentos, do qual faz parte a Unidade Analítica de Resíduo, de grande interesse para União Européia, entre outros, no mesmo bloco atual.

Os recursos financeiros aplicados em passagens e diárias no montante R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais), diz respeito à aplicação financeira inerente na instituição visto que engloba deslocamento de servidores para participar de reuniões técnicas e treinamentos específicos imprescindíveis para o desenvolvimento das diversas atividades do LANAGRO/PE. Vale ressaltar que no exercício de 2007 não houve deslocamento de servidores com diárias no início no final de semana.

Na área de qualidade, visando a implantação da NBR 17025, norma de qualidade específica na área de laboratórios, foi empenhado o valor de R$ 130.000 (Cento e trinta mil reais), meta que competia para o exercício em questão.

A aplicação de recursos de aproximadamente R$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), nas diversas atividades mencionadas acima visou à adequação do LANAGRO-PE de estrutura necessária para o desenvolvimento das suas atividades. Além do exposto, sabemos que manter o funcionamento de qualquer instituição requer aquisição de serviços, suprimento, entre outros. Tendo o LANAGRO/PE utilizado no exercício, R$ 5.072.919 (Cinco

milhões, setenta e dois mil e novecentos e dezenove reais) na totalização de suas despesas, conforme descrito na figura A-5.

Vale destacar que todos os processos licitatórios são submetidos à apreciação pela AGU, o que se constitui numa relevante contribuição, sendo os recursos aplicados dentro da abrangência da ação finalística do laboratório.

Tabela 4 - Metas físicas e financeiras previstas e realizadas para 2007 para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal no LANAGRO-PE.

Meta programada			Meta realizada		
	Física			Física	
Financeira**(*)**	No. Amostras	No. Determinações	Financeira	No. Amostras	No. Determinações
R$5.079.900,00	86.999	128.615	R$ 1.761.998,71	54.355	95.059

(*)A meta prevista financeira é da LOA para o PI –2132- Sistema de Funcionamento Laboratorial de Apoio Animal e a meta realizada corresponde ao recebido e realizado utilizado por este PI

Tabela 5 - Metas financeiras realizadas para Ação Funcionamento Sistema Laboratorial Animal - LANAGRO/PE

Elemento de Despesa		Recursos Programados (R$ 1,00)	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)
335039	Convênio CIEE**	49.000,00	11.672,50	11.672,36
339014	Diárias	56.000,00	58.017,96	55.848,01
339030	Material de Consumo	700.00,00	227.352,17	227.209,46
339033	Passagens Aéreas	140.000,00	156.547,55	147.303,95
339036	Serviços de Terceiros – P. Física	29.400,00	30.181,12	30.181,12
339037	Mão-de-Obra	658.000,00	481.219,30	479.638,96
339039	Serviços de Terceiros – P. Jurídica	980.000,00	418.827,69	417.957,39
339092	Exercícios Anteriores	-	-	-
339139	Serviços de Terceiros – P. Jurídica	17.500,00	6.000,00	5.984,00
339047	Obrigações tributárias e Contribuições	-	2.400,00	2.400,00

Elemento de Despesa		Recursos Programados (R$ 1,00)	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)
449051	Obras e Instalações	1.050.000,00	-	-
449052	Equipamentos e Material Permanente	1.400.000,00	383.811,00	383.803,46
TOTAL		5.079.900,00	1.776.029,29	R$ 1.761.998,71

*Percentual dos recursos utilizados sobre os recebidos ** Contratos Executados pela SFA/PE

Ação 2136 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal

Dados Gerais

Tabela 6 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Vegetal

Tipo	Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos e dos insumos da área vegetal
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais, credenciamento de laboratórios públicos e privados, fiscalização e monitoramento das atividade dos laboratórios credenciados, revisão de legislação , manutenção de equipamento e estrutura, controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos, elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade e realização de análises laboratoriais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Diretoria Técnica, Unidade de Garantia da Qualidade, Microbiologia Geral e Físico-química Geral.
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Diana Sione Barbosa Pinheiro

Resultados

Descrevem-se na Tabela 7 as metas física e financeira previstas para o LANAGRO/PE em 2007 das ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e Vegetal.

Tabela 7 - Meta físicas e financeiras previstas e realizadas para 2007 para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Vegetal no LANAGRO-PE.

Meta programada			Meta realizada		
Financeira **(*)**	Física		Financeira	Física	
	No. Amostras	No. Determinações		No. Amostras	No. Determinações
R$ 2.177.000,00	5.435	47.730	R$ 2.511.136,97	3.141	22.145

(*) A meta prevista financeira é da LOA para o PI –2136- Sistema de Funcionamento Laboratorial de Apoio Vegetal e a meta realizada corresponde ao recebido e realizado por este PI

Na Tabela 6 é apresentada a Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados em 2007 pelo LANAGRO-PE, por Elemento de Despesa.

Tabela 8 - Metas financeiras realizadas para Ação Funcionamento Sistema Laboratorial Vegetal - LANAGRO/PE

Elemento de Despesa		Recursos Programados (R$ 1,00)	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)
335039	Convênio CIEE**	21.000,00	48.937,48	40.742,48
339014	Diárias	24.000,00	10.780,34	9.709,59
339030	Material de Consumo	300.000,00	273.160,54	273.069,09
339033	Passagens Aéreas	60.000,00	30.559,04	27.217,26
339036	Serviços de Terceiros – P. Física	12.600,00	7.711,11	5.402,41
339037	Mão-de-Obra	282.000,00	458.667,35	457.153,01
339039	Serviços de Terceiros – P. Jurídica	420.000,00	516.875,32	492.388,27

Elemento de Despesa		Recursos Programados (R$ 1,00)	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)
339092	Exercícios Anteriores	-	130,00	130,00
339139	Serviços de Terceiros – P. Jurídica	7.500,00	12.363,78	12.363,78
339147	Obrigações tributárias e Contribuições	-	1.877,84	939,84
449051	Obras e Instalações	450.000,00	690.958,40	495.614,31
449052	Equipamentos e Material Permanente	600.000,00	698.030,60	696.406,93
	TOTAL	2.177.000,00	2.750.051,80	R$ 2.511.136,97

*Percentual dos recursos utilizados sobre os recebidos;
** Contratos Executados pela SFA/PE

Outras Ações

PI	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos Utilizados (R$ 1,00)
VACALOUCA	90.734,98	65.870,08
FEBREAFTOSA	35.000,00	28.766,09
RESIDUOS	849.892,00	848.339,69
TOTAL	975.626,98	942.975,86

Ressaltamos que o valor aplicado pelo LANAGRO-PE correspondente a R$ 942.975,86 (novecentos e quarenta e dois mil, novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), referente aos PI's VACALOUCA, FEBREAFTOSA e RESÍDUOS, não foram computados na avaliação por não pertencerem aos PI's da rede de laboratórios do MAPA, e que portanto, devem ser computados para avaliação nas respectivas áreas responsáveis pelos PI's.

5. Desempenho Operacional

O Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dão através dos Processos Finalísticos Internos do LANAGRO/PE (Figura A.3. do Apêndice), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2004-2007, conforme a Figura A.2. constante do Apêndice.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades do cliente, o Serviço de Fiscalização.

O LANAGRO-PE desenvolve também atividades voltadas à validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles inter-laboratoriais que atestam a qualidade aos serviços prestados.

Outra atividade importante refere-se à execução de auditorias internas e de credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados.

Assim, o desempenho do LANAGRO será apresentado separadamente, categorizado nas Áreas de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal, tendo como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e realizadas) e os recursos financeiros (programados, recebidos e utilizados) em sua execução.

Os Indicadores de Desempenho do LANAGRO são descritos a seguir:

Indicador de Eficácia		
Utilidade Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a Execução das análises realizadas representam a demanda do Serviço de Fiscalização		
Fórmula de cálculo		
$N_u AL$	Número de unidades de Análises Laboratoriais realizadas	unidade= amostra ou prova

Método de medição

Considerando-se que a unidade de análise laboratorial pode ser expressa tanto pela amostra recebida ou analisada ou como pelo número de provas ou determinações analíticas necessárias para se obter o laudo de inspeção ou certificado de análise dessa amostra. Utiliza-se como meta física alcançada o somatório das unidades de análise laboratorial das Ações LABANIMAL, LABVEGETAL, RESÍDUO, VACALOUCA, FEBREAFTOSA . O valor da meta física alcançada por cada área é resultante da soma das unidades de análise laboratorial realizadas por cada processo finalístico de competência de cada Unidade Física coordenada pelo LANAGRO como se descreve na Figura A.6., no Apêndice.

Fontes de Informação

Os resultados das unidades de análise laboratorial são armazenadas nas bases de dados descritas a seguir e se tornam fontes de informação para os cálculos dos indicadores de desempenho

Apoio Laboratorial	Processo finalísticos	Fonte de Informação
Animal	Diagnóstico das Doenças dos Animais Controle de Produtos de Origem Animal Controle de Alimentos para Animais	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico
Vegetal	Fertilizantes e Corretivos	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Periciais e Demonstrativo de Determinações Analíticas de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. periciais
	Bebidas e Vinagres	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas - Programa BEBWIN
	Sementes	Relatórios Demonstrativos da Execução de Sementes

Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)	* Eficácia (x_2)
Animal	Amostra	54.355
	Prova	95.059
Vegetal	Amostra	3.141
	Prova	22.145
LANAGRO-PE	Amostra	57.496
	Prova	117.024

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	
Pode-se observar que nas áreas de diagnóstico virológico, diagnóstico bacteriológico, análises físico-químicas de alimentos para animais e microbiologia de alimentos a capacidade operacional do laboratório não foi utilizada em sua totalidade, tendo-se recebido menor quantitativo de amostra que o programado, o que demonstra necessidade de revisão do plano operativo. Vale salientar que em alguns casos, como diagnóstico virológico e diagnóstico bacteriológico, a demanda é flutuante, com difícil previsibilidade por parte dos clientes.	
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
Foi enviado ao setor competente memorando de melhor adequação de envio de amostra e foram sugeridas reuniões com clientes. Uma outra medida será a revisão do plano operativo e, quando será efetuada uma avaliação do histórico do Relatório de Gestão dos últimos três anos.	Diana Sione Barbosa Pinheiro
Indicador de Eficiência	
a. Utilidade Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, de duas maneiras: -em relação aos recursos financeiros programados, e, -em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.	
b. Fórmula de cálculo	
b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – *CUP*	
$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	*y1=recursos financeiros programados, em reais* *x2= NuAL (eficácia)*
b.2.Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – *CUE*	
$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	*y2= recursos financeiros utilizados, em reais* *x2= NuAL(eficácia*)
Método de medição	
Os recursos financeiros utilizados somam os valores utilizados enviados por todos os PI's que atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório. Os recursos financeiros programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial / SDA.	
Fontes de Informação	
Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de	

Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.
Área Responsável pelo cálculo e/ou medição
Paulo José Elias Foerster – Fiscal Federal Agropecuário – Controle e Avaliação/LANAGRO-PE
Resultado

Apoio laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)	CUP (R$/unidade)	CUE (R$/unidade)
Animal	Amostra	58,39	32,42
	Prova	38,46	18,56
Vegetal	Amostra	400,55	799,47
	Prova	45,61	113,39
LANAGRO-PE	Amostra	78.51	90,22
	Prova	41,15	44,26

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	
O *CUP* (custo unitário programado) obtidos foi de R$ 78,51 /amostra e R$ 41,15 /prova. O *CUE* (custo unitário efetivo) obtidos foram de R$ 90,22/amostra e R$ 44,26/prova. A diferença observada entre o CUP e o CUE tem também o impacto do indicador de efetividade. Ao elaborar o custo em relação ao recurso leva-se me conta o plano operacional; Se há falha neste sentido, haverá também distorções na elaboração do custo da análise. Vale salientar que também no CUE estão inseridos os recursos recebidos e que foram totalmente aplicados em controle da qualidade, validação de metodologia, treinamento de pessoal, manutenção de equipamentos, adequação de instalações, aquisição de equipamentos e veículos.	
Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
Fomentar reuniões com os clientes de maneira a enviar um quantitativo de amostras compatível com a capacidade operacional do laboratório além de ter investido em novas tecnologias que diminui o tempo de análise e, a longo prazo, os custos das mesmas.	Diana Sione Barbosa Pinheiro

Indicador de Efetividade	
a. Utilidade Mostrar a efetividade do Apoio laboratorial do LANAGRO através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO e os recursos programados para o exercício de 2007.	
b. Fórmula de cálculo	
b. 1. Índice de Realização da Demanda – *IR*	
$IR = \frac{x_2}{x_1} 100\%$	*x_1= Número de amostras recebidas - NAR* *x_2= N_uAL*
b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – *IUOAD*	
$IUOAD = \frac{x_1}{y_3} 100\%$	*x_1=NAR* *y_3= capacidade operacional, em número de amostras*
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2007– *UTI_1*	
$IUT_1 = \frac{y_2}{x} 100\%$	*x= Total de recursos recebidos* *y_2= Total de recursos utilizados*
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo LANAGRO relativamente ao programado para 2007 – *UTI_2*	
$IUT_2 = \frac{y}{y_1} 100\%$	*y = Total de recursos efetivamente utilizados* *y_1= Total de recursos programados*
Método de medição	
O mesmo descrito para os indicadores de eficácia e eficiência	
Fontes de Informação	
As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência	

Área Responsável pelo cálculo
Paulo José Elias Foerster – Fiscal Federal Agropecuário – Controle e Avaliação/LANAGRO-PE
Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (u)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	IUOAD (%)	IUT1(%)	IUT2(%)
Animal	Amostra	100,00	62,48		
Vegetal	Amostra	100,00	57,79		
LANAGRO-PE	Amostra	100,00	62,20	95,24	69,90

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

Todas as amostras recebidas nos respectivos laboratórios são processadas e analisadas, razão pela qual o *IR* é de 100%.

O *IUOAD* obtido, 62,20% demonstra que a capacidade operacional ofertada, por alguns processos finalísticos do LANAGRO-PE, não foi totalmente utilizada pelos clientes.

Embora não tenha recebido e, portanto não realizado o número máximo de amostras programadas, o LANAGRO-PE está estruturado para oferecer melhor suporte, incluindo situações emergenciais, aos Serviços de Defesa Sanitária e de Inspeção de Alimentos, com a utilização pelos clientes da totalidade de sua capacidade operacional.

1- A Unidade Laboratorial de Fortaleza, não realizou provas de amostras durante o ano de 2007, apesar de fazer parte da estrutura organizacional do LANAGRO-PE, conforme a Portaria Nº 104 de 18.04.2006.

2-Utilização parcial de parte das unidades laboratoriais pelos usuários do LANAGRO-PE.

3- Falta de planejamento do calendário de encerramento do exercício financeiro.

4-Contingenciamento dos recursos no início do ano e sua distribuição para investimento no segundo semestre.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas	Responsável
1- Foi nomeado chefe de serviço e investido em treinamento de pessoal e na melhoria das instalações, no decorrer de 2007, para que a Unidade Laboratorial de Fortaleza esteja capacitada para desenvolver as suas atividades laboratoriais no decorrer de 2008. 2- As ações corretivas necessárias para a utilização total da capacidade operacional ofertada pelo LANAGRO-PE aos seus clientes foram devidamente notificadas a CGAL (OF. SCAL/LANAGRO-PE Nº 072/2006) e aos seus clientes através de reuniões técnicas e ofícios circulares. Em relação aos itens 3 e 4, nos quais a administração não tem gerenciamento direto, o LANAGRO-PE decidiu enviar, no inicio de 2008, documento formal ao Órgão Central solicitando a finalização do exercício financeiro na data de 31 de dezembro e ratificou, mais	Dra. Diana Sione Barbosa Pinheiro Coordenadora do LANAGRO-PE

uma vez, o pedido de distribuição harmônica de recursos ao longo do ano.	

6. **Prev**

7. **idência Complementar – <u>Não se aplica</u>**

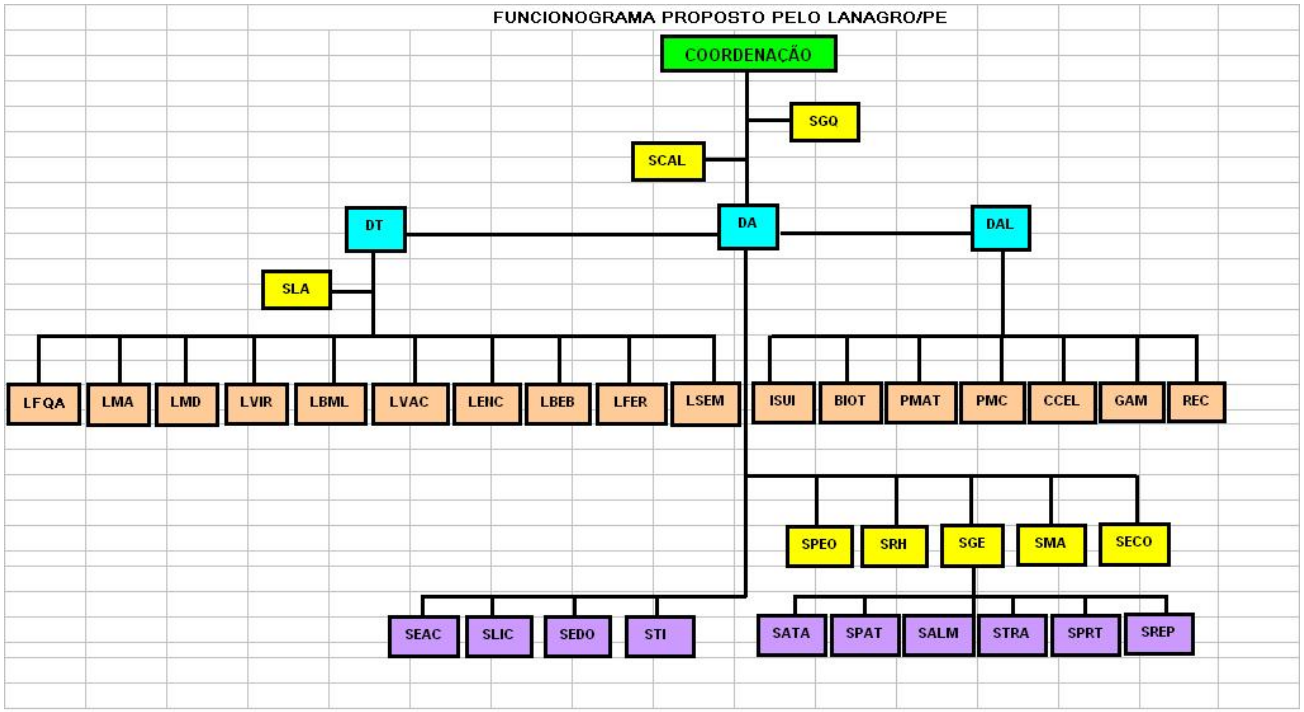
8. **Instituições beneficiadas por renúncia fiscal – <u>Não se aplica</u>**

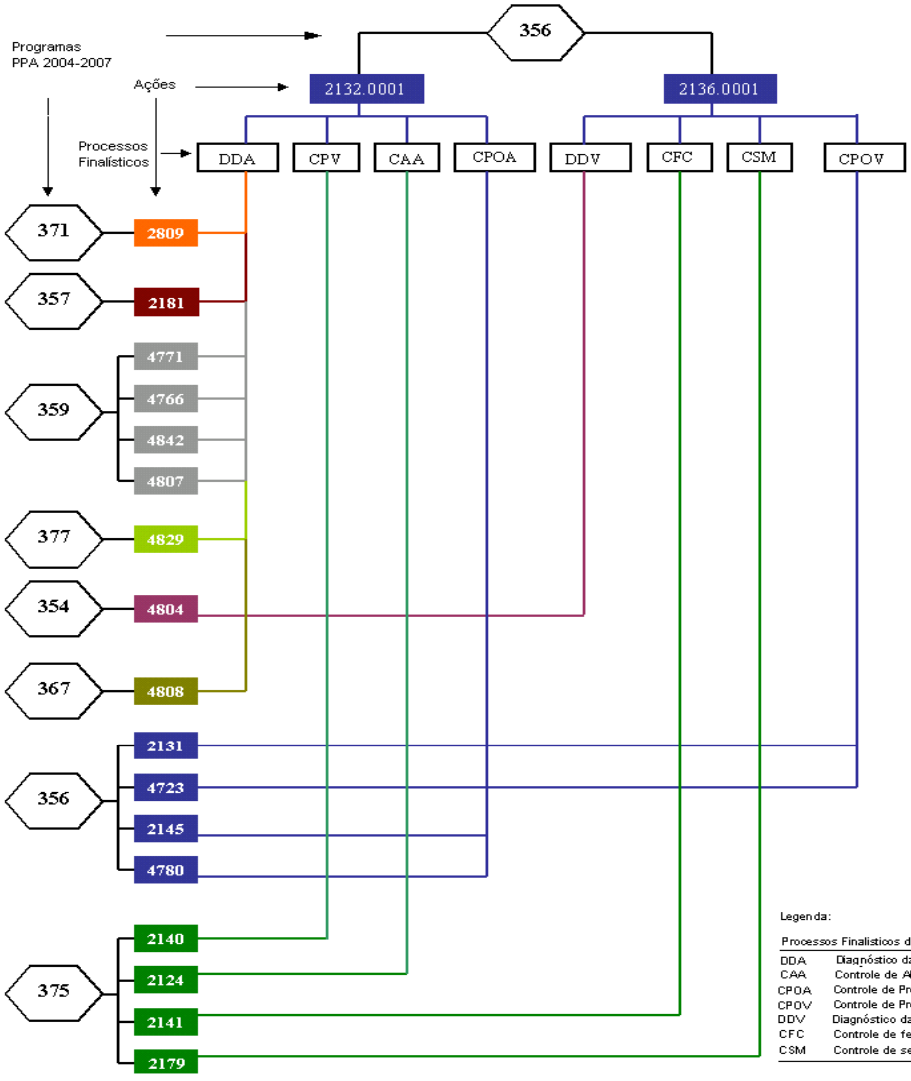
9. **Operações de fundos - Não se aplica**

10. **Conteúdos específicos por LANAGRO conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/07- <u>Não se aplica</u>**

APÊNDICE

Figura A1. Estrutura Organizacional do LANAGRO/PE





Programa		Ação	
356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132 2136 2145 4780 4723 2131	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - SP Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - SP Inspeção Industrial e Inspeção Sanitária dos Produtos, Sub-produtos e Derivados de Origem Animal Fiscalização contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária Controle de Contaminantes e Resíduos nos Animais e Vegetais e seus Produtos Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal
357	Segurança Agropecuária no Trânsito Internacional de Animais	2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
375	Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários	2140 2124 2141 2179	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes Fiscalização de sementes e mudas
371	Desenvolvimento da Avicultura .	2809	Prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura
359	Desenvolvimento da Bovideocultura	4807 4842 4766 4771	Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovinocultura Erradicação da Febre Aftosa Controle e erradicação da tuberculose e brucelose Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina-doença da vaca louca
377	Desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura e Ovinocultura	4829	Prevenção controle e erradicação da doenças da equideocultura, da caprinocultura e da da criação de pequenos e médios animais
354	Desenvolvimento da Fruticultura	4804	Prevenção e Controle de pragas na Fruticultura
367	Desenvolvimento da Suideocultura	4808	Prevenção, controle e erradicação das doenças da suideocultura

Figura A.2. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do LANAGRO/PE, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2004-2007.

Figura A. 3. Processos finalísticos do LANAGRO/PE e seus desdobramentos em sub-processos e atividades.

Processos Finalísticos	Sub – processos	Atividades					
Diagnóstico de doenças dos Animais	Virologia	Diagnóstico sorologico					
		Diagnóstico virologico					
	Bacteriologia	Diagnóstico sorologico					
		Diagnóstico virologico					
	Histopatologia	Diagnóstico histopatológico					
Controle de produtos veterinários	Controle de vacinas	Controle de vacinas contra febre a aftosa					
		Controle de vacinas contra peste suína clássica					
Controle de produtos de Origem Animal	Análises microbiologica	Análises de produtos cárneos, produtos lácteos, pescado e derivados, mel, ovos, água e outros					
	Análises físico-químico	Análises de produtos cárneos, produtos lácteos, pescado e derivados, mel, ovos, água e outros					
	Pesquisa de Resíduos	Análise por:		Matriz			
				Bovinos	Suínos	Aves	Pescado
		Espectrofotometria	Contam. Inorgânicos	X	X	X	X
Controle de alimentos para animais		Matriz					
		Rações	Ingredientes	Concentrados	Misturas Minerais	Alimentos	Vitamínicos
	Análises microbiologica	X	X				
	Análises físico-química	X	X	X	X	X	X
Controle de produtos de origem vegetal	Analise de bebidas	Matriz					
		Não Alcoólicos	Fermentados alcoólicos	Fermentados acéticos	Destilados	Destilo-retificados	Alcoólicos por mistura
	Microbiológicas	X					
	Físico-químicas	X	X	X	X	X	X
Controle de Insumos Agropecuários		Matriz					
		Fertilizantes minerais	Fertilizantes orgânicos	Fertilizantes organo minerais	Corretivos		
	Análises físicas	X					
	Análises químicas	X					

Figura A. 4. Força de trabalho do LANAGRO-PE.

Nº	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Formação	Laboratório ou Área de Atuação
.01	S	Ana Karina Cunha Callado	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Encefalopatias
.02	S	Adriana Soares Leite	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Virologia
.03	S	Bruno Parente Lima	MPA	Fiscal Federal Agropecuário	Bach. Química	Físico-química
.04	S	Cid Aristoteles de Siqueira Alencar	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Virologia
.05	S	Cláudia de Farias Cordeiro	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Controle de Produtos Biológicos - S.A.A
.06	S	Carmen Lúcia Brederodes C. Maia	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Virologia
.07	S	Dalila Angélica Moliterno Duarte	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Microbiologia Alimentar
.08	S	Diana Sione Barbosa Pinheiro	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Coordenação-geral do LANAGRO/PE
.09	S	Ennio Jefte Aristides da Silva	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Físico-química
.10	S	Edna Silvana de Oliveira	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Bachar e Lic. Em química	Físico-química
.11	S	Elizete de Oliveira	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Microbiologia Alimentar
.12	S	Glaubem Arruda Mariz	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Engenharia Química	Bebidas

.13	S	Hilda Barros de Freitas	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Engenharia Química	Bebidas
.14	S	Ione Mª de Figueiredo	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Engenharia Química	Bebidas

Nº	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Formação	Laboratório ou Área de Atuação
.15	S	Joana Evangelina Cesar de Lima	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Lic. Química industrial	Físico-química
.16	S	José Salomão Nader	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Biotério
.17	S	Lindomário Barros de Oliveira	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Engenharia Agrônoma	Fertilizantes e Corretivos
.18	S	Mabel Hanna Vance Harrop	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Bacteriologia
.19	S	Maria de Fátima Ventura Almeida	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Engenharia Química	Bebidas
.20	S	Maria Lúcia da Motta Vieira	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Engenharia Química	Assessoria da Unidade de Qualidade
.21	S	Paulo Roberto de Barros S. David	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Engenharia Química	Físico-química
.22	S	Paulo José Elias Foerster	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Controle e Avaliação
.23	S	Rafael Silvio Nunes	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Engenharia Agrônoma	Sementes
.24	S	Raiolanda Castello Branco Perman	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Química Industrial	Chefe Divisão Técnica
.25	S	Sayonara Mª Paulino de Assis	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Engenharia Agrônoma	Unidade de garantia da qualidade

.26	S	Vânia Lúcia de Assis Santana	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Bacteriologia
.27	S	Verônica Mª Sena de Albuquerque	MAPA	Fiscal Federal Agropecuário	Medicina Veterinária	Físico-química
.28	S	Gláucia Mª de Figueiredo Almeida	MAPA	Pesquisadora C. Exatas	Bachar. Biologia	Sementes

Nº	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Formação	Laboratório ou Área de Atuação
.29	M	Alecsandra Maria Gomes	MAPA	Chefe de Serviço	Nível Médio	Finanças
.30	M	Ariovaldo de Lira Mendes	MAPA	Agente de vigilância	Lic. Matemática	Patrimônio
.31	M	Marcos André de Oliveira	MAPA	Agente de vigilância	Medicina Veter./Biologia	Físico-química
.32	M	Marcos Antônio de Santana	MAPA	Aux. Serviços Diversos	Nível Médio	Transporte
.33	M	Urbano José Araujo Dantas	MAPA	Agente de vigilância	Nível Médio	Setor de Transporte
.34	M	Evandro Vieira Ferreira	MAPA	Agente Administrativo	Nível Médio	Manutenção
.35	M	Eva Maria Frutuoso	MAPA	Agente Administrativo	Medicina Veterinária	Bacteriologia
.36	M	Vera Lúcia Rodrigues Chaves	MAPA	Agente Administrativo	Nível Médio	Bebidas
.37	M	Audinete Silva Souza	MAPA	Telefonista	Nível Médio	Telefonia
.38	A	Davi Ferreira de Lima	MAPA	Auxiliar Operacional Agropecuário	Concluinte Biologia	Fertilizantes e Corretivos
.39	A	Jose Ferreira de Morais	MAPA	Auxiliar Operacional Agropecuário	Nível Médio	Fertilizantes e Corretivos

.40	M	Rosângela Mª de Mello Moura	MAPA	Datilografa	Nível Médio	Almoxarifado
.41	M	Ana Mª Cordeiro Costa Nobrega	MAPA	Técnico em laboratório	Pedagogia	Encefalopatias
.42	M	Gilvanete Oliveira Cavalcanti	MAPA	Técnico em laboratório	Nível Médio	Microbiologia Alimentar
.43	M	Marinete Ferreira Marais	MAPA	Técnico em laboratório	Concluinte Zootecnia	Fertilizantes e Corretivos

Nº	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Formação	Laboratório ou Área de Atuação
.44	S	Marcília Mª Alves de Souza	ADAGRO	Fiscal Agropecuário	Medicina Veterinária	Bacteriologia
.45	S	Maria Izaura Oliveira Cunha	ADAGRO	Médico Veterinário	Medicina Veterinária	Virologia
.46	S	Marta Maria Nery Farias da Silva	ADAGRO	Fiscal Agropecuário	Medicina Veterinária	Virologia
.47	M	Dácio Batista da Silva	CONAB	Auxiliar de Operações	Nível Médio	Almoxarifado
.48	M	Jose Amaro da Silva	CONAB	Auxiliar de Operações	Nível Médio	Transporte
.49	M	Paulo Roberto Figueiredo	CONAB	Ajudante Geral	Nível fundamental	Transporte
.50	S	José Lindemberg M. Machado	LACEN	Médico Veterinário	Medicina Veterinária	Setor de Raiva
.51	S	Verônica Izabel Brito	LACEN	Médico Veterinário	Medicina Veterinária	Setor de Raiva
.52	S	Mariluce de Lima Melo	LACEN	Médico Veterinário	Medicina Veterinária	Setor de Raiva
.53	M	Sérgio Roberto Bezerra	LACEN	Auxiliar em Saúde	Nível Médio	Setor de Raiva

.54	M	Jânio da Ressureição dos Santos	ADLIM	Agente Administrativo	Nível Médio	Setor de Raiva
.55	M	Soraya Maia Vieira de Lima	ADLIM	Assistente I	Ciências Biológicas	Setor de Raiva
.56	M	Flávio Augusto Leite Rodrigues	GDM	Técnico Adm. De Redes	Tecnólogo em Rede e Ambiente Operacional	CPD
.57	M	Sérgio Henriques Gouveia	GDM	Apoio Administrativo	Superior Inc.Ciência Computação	Virologia
.58	M	Elyelvis Teles Guedes Gadelha	GDM	Digitador	Superior Inc.Ciência Computação	Bebidas
.59	M	Renata Silva de Almeida	GDM	Digitador	Fonaudiologia	Físico-química
Nº	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Formação	Laboratório ou Área de Atuação
.60	M	Eládio Deodato e Barros Júnior	GDM	Digitador	Superior Inc.administração de Empresas	Microbiologia
.61	M	Irinalva Rodrigues da Silva	GDM	Auxiliar Administrativo	Nível Médio	Bebidas
.62	M	Carla Patrícia Bezerra	V.R LTDA	Auxiliar Administrativo	Nível Médio	Financeiro
.63	M	Edna de Carvalho Aires	V.R LTDA	Auxiliar Administrativo	Secretária Executiva	Secretaria da Coordenação.
.64	M	Giancarlo Barbosa dos Santos	V.R LTDA	Auxiliar Administrativo	Nível Médio	Xérox
.65	M	Suely Fátima do Nascimento	V.R LTDA	Auxiliar Administrativo	Nível Médio	Encefalopatias
.66	M	Mônica Bezerra da Silva	V.R LTDA	Auxiliar Administrativo	Bach. Sociologia	Recursos Humanos
.67	M	Pollyanna Conceição de Souza	V.R LTDA	Auxiliar Administrativo	Nível Médio	Recepção de Amostra
.68	M	Tereza Cristina R. França	V.R LTDA	Telefonista	Nível Médio	Telefonia
.69	M	Wlademir Mendes de Andrade	V.R LTDA	Auxiliar Administrativo	Nível Médio	Controle e Avaliação

.70	F	Aldenir Pereira da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.71	F	André Dias da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível Médio	Sistema de Rodízio nos setores
.72	F	Bartolomeu Ferreira da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.73	F	Carmen Lúcia Alves da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.74	F	Emanoel Oliveira de Araujo	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.75	F	Fernando Gomes da Silva Junior	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível Médio	Sistema de Rodízio nos setores
.76	F	Geraldo Luiz Moreira Gusmão	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível Médio	Sistema de Rodízio nos setores
Nº	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Formação	Laboratório ou Área de Atuação
.77	F	Glaudia Virginia Gomes	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.78	F	Ivanildo Augusto da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.79	F	Janaína Claudia Amâncio Santana	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.80	M	Jose Cláudio Silva	EPS	Encarregado de Serviços	Nível Médio	Sistema de Rodízio nos setores
.81	F	Fábio de Morais	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.82	F	José Eudes Nascimento	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.83	F	Jose Valdeci Leite Junior	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.84	F	Julio César Dutra da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores

.85	F	Laércio Jose de Souza	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.86	F	Leonardo Tavares de Freitas	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.87	F	Jorge Eduardo de Lima	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível Médio	Sistema de Rodízio nos setores
.88	F	Lindalva Maria da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.89	F	Mônica Siqueira da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.90	F	Maria José Correia de Adelino	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.91	F	Manoel Gervásio Nunes	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.92	F	Marcelo André da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.93	F	Remo Danilo Bezerra de Melo	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
Nº	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Formação	Laboratório ou Área de Atuação
.94	F	Rosa Cássia Paiva Pontes	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.95	F	Severino Pereira da Silva	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.96	F	Wilson Delgado Dias	EPS	Auxiliar Serviços Gerais	Nível fundamental	Sistema de Rodízio nos setores
.97	M	Abelardo Bezerra da Silva	EXECUTE	Técnico em Química	Nível Médio	Físico-Química
.98	M	Aleandra Mª do Nascimento Silva	EXECUTE	Técnico em Química	Lic. Química	Físico-Química
.99	M	Luciana Rangel Soares	EXECUTE	Técnico em Química	Técnica em Análises Clínicas	Microbiologia

.100	M	Gileno Câmara Lino	EXECUTE	Técnico em Química	Medicina Veterinário	Microbiologia
.101	M	Alayne Agnes dos Santos	Fundepag	Téc. Controle Laborat. II	Bach. História	Finanças
.102	S	Ana Mercia Mendes Vasconcelos	Fundepag	Especialista em Biologia I	Bióloga	Microbiologia
.103	M	Andressa Ana Paiva Santana	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Técnico em química	Microbiologia Alimentar
.104	M	Anelise Alexandre da Silva	Fundepag	Auxiliar Técnico M. Lab II	Nível Médio	Triagem
.105	M	Benjamim Juvencio da Silva	Fundepag	Técnico controle laboratorial I	Nível Médio	Virologia
.106	M	Cristine Espindola Agra Valpassos	Fundepag	Assistente Técnico oper. III	Ciências Biológicas	Cultivo Celuar / Lav. Esterilização
.107	S	Cynthia Andrea V. de Oliveira	Fundepag	Esp. Em vacinas Animais II	Medicina Veterinária	Infectório Suíno
.108	M	Diomedes Gonçalves de Brito	Fundepag	Técnico Controle laboratorial I	Técnico em química	Lavagem e esterilização
.109	M	Emília Mª Araujo dos Anjos	Fundepag	Aux. Tec. M. Laboratorial II	Licenciatura em química	Lavagem e esterilização
.110	M	Jacqueline Andrade da Silva	Fundepag	Auxiliar Tec. Lab. M. Lab II	Técnico em química	Controle de Produtos Biológicos
Nº	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Formação	Laboratório ou Área de Atuação
.111	M	Jan Van Eyck Batista Sena	Fundepag	Aux. Tec. M. Laboratorial I	Ciência ADM em andamento	Contratos
.112	M	Jueline Teles Guedes	Fundepag	Licenciatura em química	Licenciatura em química	Compras
.113	M	Lucia Sedae Pereira C. A. Falcão	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Medicina Veterinário/ C. Agrária	Microbiologia Alimentar
.114	M	Luciana Batista da Silva	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Nível Médio	Bacteriologia

.115	M	Luciene Pereira da Silva	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Técnico em química	Bacteriologia
.116	M	Maria Aparecida Bezerra	Fundepag	Aut. Tec. Manut. Lab. II	Nível Médio	Triagem
.117	M	Maria do Rosário O. Cunha Beltrão	Fundepag	Tec. Contr. Laboratorial I	Medicina Veterinária	Virologia
.118	M	Patrícia Lúcia A de Andrade	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Técnico em química	Microbiologia Alimentar
.119	M	Susi Paulino de Melo	Fundepag	Téc. Controle Laborat. II	Bach. Relações Públicas	Compras
.120	M	Vanessa Maria Menezes Calado	Fundepag	Auxiliar Técnico I	Técnico em química	Microbiologia Alimentar
.121	M	Vilma Neris de Freitas	Fundepag	Auxiliar Téc. Manut. Lab II	Nível Médio	Cultivo Celular
.122	M	Antônio Gervásio	HIDELMA	Bombeiro Hidraúlico I - A	Nível Médio	Manutenção
.123	M	Erivelton Cardoso de Oliveira	HIDELMA	Eletricista	Nível Médio	Manutenção
.124	M	Valmir José de Santana	HIDELMA	Mecânico de Refrigeração	Nível Médio	Manutenção
.125	M	Breno Campêlo de Albuquerque	LIBER LTDA	Auxiliar Serviços Gerais	Nível Médio	Físico-Química
.126	M	Jadir Elias da Silva	ADLIM LTDA	Recepcionista	Nível Médio	Recepção de Amostras

Nº	Nível	NOME	Situação Funcional	Cargo Conforme Contratado	Formação	Laboratório ou Área de Atuação
.127	M	Alexandre de Lima Almeida	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.128	M	Alessandro Cavalcanti Felix Costa	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.129	M	Carlos Fernando M. Ribeiro A Junior	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial

.130	M	George do Nascimento Lins	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.131	M	José Adja Melo Cirilo	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.132	M	José Carneiro da Cunha Junior	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.133	M	Leonardo Ribeiro da Silva	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.134	M	Leonildo Valério de Moura	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.135	M	Manoel Plácido Duarte D´assunção	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.136	M	Marcone da Silva Oliveira	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.137	M	Milton Bernardino de Lima	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial
.138	M	Rodrigo Cunha Pavão	Sempre Forte	Vigilante	Nível Médio	Vigilância Predial

Figura A.5- Distribuição de Recursos Financeiros, Programados, Recebidos e Utilizados pelo LANAGRO-PE, por Elemento de Despesa.

Elemento de Despesa		Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)	IUT1 (%)	Recursos Programados (R$ 1,00) (2)	Recursos utilizados (R$ 1,00)	IUT2 (%) (3)	Recursos utilizados em Outros LANAGRO's (R$ 1,00) (1)
335039	Serviços de Terceiros	60.609,98	52.414,84	86,48	70.000,00	-	0,00	52.414,84
339014	Diárias	70.248,30	67.007,60	95,39	80.000,00	67.007,60	83,76	-
339030	Material de Consumo	939.512,71	939.268,01	99,97	1.000.000,00	939.268,01	93,93	-
339033	Passagens e Pedágios	197.006,59	184.421,21	93,61	200.000,00	184.421,21	92,21	-
339036	Diárias de colaboradores eventuais	39.952,21	37.594,02	94,10	42.000,00	37.594,02	89,51	-
339037	Contratos	939.886,65	936.791,97	99,67	940.000,00	936.791,97	99,66	-
339039	Serviços de Terceiros	1.458.920,01	1.424.898,83	97,67	1.400.000,00	1.310.194,12	93,59	90.777,45
339092	Exercícios Anteriores	130,00	130,00	100,00	(*)	130		-
339139	Serviços de Terceiros	18.363,78	18.347,78	99,91	25.000,00	18.347,78	73,39	-
339047	Obrigaçoes tributárias e Contribuições	4.277,84	3.339,84	78,07	(*)	3.339,84		-
449051	Obras e Instalações	690.958,40	495.614,31	71,73	1.500.000,00	495.614,31	33,04	-
449052	Equipamentos e Material Permanente	1.081.841,60	1.080.210,39	99,85	2.000.000,00	1.080.210,39	54,01	-
LANAGRO/PE		5.501.708,07	5.240.038,80	95,24	7.257.000,00	5.072.919,25	69,90	143.192,29

(*) Meta não programada
(**) Recursos recebidos pelo LANAGRO/PE que foram remanejados p/ SFA/PE (Unidade II do LANAGRO/PE)
IUT1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;
IUT2 =% de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/PE relativamente ao programado para 2007

Figura A.6. Metas físicas programadas e realizadas por processo finalisticos das ações de funcionamento dos Sistemas laboratoriais de Apoio Animal e Vegetal do LANAGRO/PE.

Processo Finalístico/Recife-PE		u	Programado	Realizado	Eficácia (Realizado)
			y_3	x_1	x_2
Diagnóstico de Doenças Dos Animais	Diagnostico Virologico	amostra	75.590	45.130	45.130
		prova	89.590	53.272	53.272
	Diagnostico Bacteriano	amostra	4.250	2.189	2.189
		prova	11.939	6.180	6.180
	BSE	amostra	244	366	366
		prova	244	320	320
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Físico-químicas	amostra	1.183	1.592	1.592
		prova	8.353	11.996	11.996
	Absorção atômica (Metais Pesados)	amostra	464	840	840
		prova	1.225	1.742	1.742
	Análises Microbiológicas	amostra	3.906	3.568	3.568
		prova	10.302	18.142	18.114
Controle de Alimentos para Animais	Análises Físico-químicas	Amostra	960	423	423
		prova	5.886	1.939	1.939
	Análises Microbiológicas	amostra	220	41	41
		prova	220	470	470
Controle de Produtos Veterinários	Vacinas contra febre aftosa	amostra	150	174	174
		prova	600	696	696
	Vacinas contra Peste Suína	amostra	32	32	32
		prova	256	256	256
Processo Finalístico/UA-Fortaleza		u	y_3	x_1	x_1
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Microbiológicas	amostra	0	0	0
		prova	0	0	0
	Análises Físico-químicas	amostra	0	0	0
		prova	0	0	0
Unidade Física e Avançada		u	y_3	x_1	x_1
Recife-PE		amostra	86.999	54.355	54.355
		prova	128.615	95.059	95.059
Fortaleza-CE		amostra	0	0	0
		prova	0	0	0
Apoio Animal		amostra	86.999	54.355	54.355
		prova	128.615	95.059	95.059
Processo Finalístico Recife- PE		u	y_3	x_1	x_1
Fertilizantes e Corretivos	Análises Físico-químicas	amostra	506	1.032	1.032
		prova	1.570	4.140	4.140
Controle de Sementes	Analise Físico-química e microbiológica	amostra	873	300	300
		prova	3.792	1.167	1.167
Bebidas e Vinagres	Análises Físico-químicas	amostra	3.052	1.449	1.449
		prova	38.542	14.891	14.891
	Análise Microbiológica	amostra	470	36	36
		prova	990	94	94
Processo Finalístico/UA- J. Pessoa/PB		u	y_3	x_1	x_1
Controle de Sementes	Análise Física e Microbiológica	amostra	234	71	71
		prova	886	233	233
Bebidas e Vinagres	Análises Físico-químicas	amostra	300	253	253
		prova	1.950	1.620	1.620
Unidade Física e Avançada		u	y_3	x_1	x_1
Recife-PE		amostra	4.901	2.817	2.817
		prova	44.894	20.292	20.292
João Pessoa - PB		amostra	534	324	324
		prova	2.836	1.853	1.853
Apoio Vegetal		amostra	5.435	3.141	3.141
		prova	47.730	22.145	22.145

(1) Amostras programadas – estimadas de acordo com a capacidade operacional do laboratório
(2) Todas amostras recebidas são realizadas (recebido=realizado)

ANEXOS

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela C.1. Cartão de Crédito Coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

Ano	2007	2006	2005
Gasto com Cartão de Crédito	35.499,36	38.751,53	R$ 9.543,67

(*)Em 2005 a execução financeira era realizada pela SFA/PE., o LANAGRO-PE, passou a ser Unidade Gestora a partir de 2006.

Tabela C.2. - Cartão de Crédito Coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Valor do Saque	Nome do colaborador que fez a retirada	Justificativa
R$ 304,00	R$ 304,00	Josiel Severino da Silva	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 9.311,00	R$ 9.311,00	Evandro Vieira Ferreira	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito
R$ 610,00	R$ 610,00	José Salomão Nader	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 645,00	R$ 645,00	Marcos Antonio de Santana	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 780,00	R$ 780,00	José Amaro da Silva	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 1.500,00	R$ 1.500,00	Rafael Silvio Nunes	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.

Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle Interno (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN- TCU-85/2007 – não houve.

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/07)- Não se aplica

UNIDADE CONSOLIDADA

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO

LANAGRO RIO GRANDE DO SUL

UNIDADE GESTORA: 130103

Apresentação

O presente relatório atende à Portaria CGU no. 1950, de 28 de dezembro de 2007 e a Norma de Execução no. 05, de 28 de dezembro de 2007, ao que determina a Instrução Normativa nº. 47 de 27 de outubro de 2004, alterada pela no. 55, de 24 de outubro de 2007 e Decisões Normativas nº. 85, de 19 de setembro de 2007 e no. 88, de 28 de novembro de 2007, do Tribunal de Contas da União.

Seu conteúdo visa subsidiar a Tomada e Prestação de Contas pelo Tribunal de Contas da União no exercício de 2007, apresentando os resultados referentes às atividades do Laboratório Nacional Agropecuário (LANAGRO/RS).

O LANAGRO/RS é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Oficial de Laboratórios subordinada à Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

Sua estrutura organizacional é composta por quatro unidades físicas que produzem meios e produtos para atender sua finalidade. São elas:

Unidade Física-Ponta Grossa:

Estrada da Ponta Grossa, 3036 – CEP 91780-580

PORTO ALEGRE/RS – Fone/Fax: (51) 3248.2133

E-mail: lanagrors@agricultura.gov.br

Unidade Física – Farrapos

Avenida Farrapos, 285 - CEP 90440-002

PORTO ALEGRE/RS – Fone/Fax: (51) 3286.6399

E-mail: ufflanagrors@agricultura.gov.br

Serviço Laboratorial Avançado – São José

Rua João Grumiché, s/n° – Praia Comprida - CEP 88102-700

SÃO JOSÉ/SC – Fone/Fax: (48) 3247.0977

E-mail: slavsclanagrors@agricultura.gov.br

Posto Agropecuário de Sarandi

BR 386 – km 139 – Beira Campo - CEP 99560-000

SARANDI/RS

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores do LANAGRO/RS

Nome completo da unidade a sigla	Laboratório Nacional Agropecuário no Rio Grande do Sul LANAGRO/RS	
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada do MAPA	
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA	
	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA	
Norma de criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada	Norma da Reestruturação do MAPA: Decreto no. 5.351 de 21 de janeiro de 2005	
Norma da Finalidade:	Portaria no. 104, do MAPA, de 18 de abril de 2006, publicado no DOU de 19 de abril de 2006.	
Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame	Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 20006.	
Normas estabelecidas para Gestão das Ações do PPA 2004-2007	Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004	
Modelo de gestão	Suportado pela estrutura organizacional, conforme a Figura A.1. constante do Apêndice	
Número do CNPJ	00.396.895/0040-31	
Nome e Código no SIAFI	Laboratório Nacional Agropecuário/RS: Código 130103	
Código da UJ titular do relatório	Não se aplica	
Código das UJ abrangidas	Não se aplica	
Endereço completo da sede	Estrada da Ponta Grossa, 3036 – CEP 91.780-580 Porto Alegre/RS Fone (51) 3248-2133; FAX (51) 3248-1926	
Endereço da Página Institucional na *Internet*	www.agricultura.gov.br	
	E-mail: lanagrors@agricultura.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	603-Defesa Sanitária Animal	
	604-Defesa Sanitária Vegetal	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Laboratório Nacional Agropecuário/RS	130103

2. Responsabilidades Institucionais

2.1. Papel do LANAGRO/RS na execução das políticas públicas

O LANAGRO/RS atua no apoio técnico laboratorial às ações governamentais nos vários segmentos da produção animal e vegetal, contribuindo o Objetivo Setorial 4 do MAPA, integrante do Plano Plurianual 2004/2007 na Agricultura, que é:

"Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade dos produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, a qualidade dos insumos agropecuários e promover a sanidade animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária".

Nosso cliente direto é a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) nas suas ações de defesa dos rebanhos e lavouras brasileiras, além da certificação dos produtos agropecuários ofertados no mercado interno e internacional.

Indiretamente temos como público alvo as indústrias fabricantes de produtos de uso veterinário, estabelecimentos produtores de alimentos de origem animal sob Inspeção Federal, as indústrias fabricantes de fertilizantes, corretivos e inoculantes, estabelecimentos produtores de bebidas e vinagres, produtores de sementes, embaladores e produtores de produtos vegetais sob Inspeção Vegetal, os produtores rurais como agentes e consumidores, laboratórios credenciados para diagnósticos de doenças dos animais e vegetais e laboratórios credenciados para prestação de serviços em ensaios analíticos de produtos de origem animal e vegetal, importadores e exportadores de produtos agropecuários.

2.2. Papel do LANAGRO/RS na rede de laboratórios da CGAL

O Decreto n°5.471, que regulamentou a Lei Agrícola, criou a Rede Nacional dos Laboratórios Agropecuários. Nesta rede está inserida a rede de Laboratórios Nacionais Agropecuários – LANAGROs do MAPA e os laboratórios credenciados pela SDA/MAPA para cumprimento de sua missão e visão, definidas como:

MISSÃO DO MAPA
"Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira"

VISÃO DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
"Em 2015 a SDA será referência mundial de Defesa Agropecuária"

A CGAL, baseada em exigências internacionais, avanços tecnológicos e, conseqüentemente na atenção governamental dispensada às políticas de proteção da saúde pública e sanidade animal e vegetal, coordena as atividades desenvolvidas nos

LANAGROs, distribuindo-as de acordo com a especialização adquirida pelos colaboradores dessas Unidades Laboratoriais.

Dentro desta estrutura o LANAGRO/RS cumpre com as ações designadas pela CGAL, visando a produção de resultados analíticos que sirvam para o diagnóstico e tomada de medidas reguladoras da ação de defesa agropecuária. Ele desenvolve também atividades voltadas à pesquisa e validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles interlaboratoriais que atestam a qualidade dos serviços prestados, além da execução de auditorias internas, externas para credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados pela CGAL/SDA.

3. Estratégia de Atuação

Como objetivo do LANAGRO-RS, inserido no Plano Agrícola e Pecuário– 2006/2007, está o de ofertar à Defesa Agropecuária estrutura laboratorial necessária para que as estratégias e ações do MAPA na área de defesa sanitária animal e vegetal levem ao aumento da produção e da produtividade sustentada dos rebanhos e lavouras, com a harmonização dos padrões e níveis de qualidade aceitos internacionalmente, e a eliminação de barreiras sanitárias para comercialização de animais e vegetais, seus produtos, subprodutos e derivados. Na área de inspeção de produtos agropecuários e seus derivados, também o suporte laboratorial é imprescindível para sua avaliação, garantindo aos consumidores alimentos com adequados níveis de proteção (inocuidade, qualidade e identidade), manutenção de mercados conquistados e a ampliação das áreas de exportação, além de colaboração nos programas de combate à fraude em alimentos.

Para dar atendimento aos processos finalísticos descritos no item 5 deste relatório, a gestão teve de se deparar com restrições de ordem operacional mais do que com restrições técnicas. As duas principais foram: deficiência de pessoal e aquisição de serviços e insumos.

O quadro de pessoal, embora tenha sido agregado de 06 novos Fiscais Federais Agropecuários, está brutalmente limitado na área de apoio. Não há técnicos e auxiliares de laboratório suficientes para dar andamento às rotinas. Na área administrativa a limitação impõe cruzamentos de responsabilidades para dar atendimento às exigências dos órgãos de controle e regimentais. Este quadro tende a piorar pela proximidade de diversas

aposentadorias e se transformou na principal causa da limitação de oferta analítica do LANAGRO-RS, uma vez que, tecnologicamente, ele está muito suprido e atualizado.

Os processos de compras e licitações, cada vez mais alvo de exigências por parte dos órgãos de controle e da Advocacia da União, se transformaram em longos processos de pesquisas de preços e definição de objeto conjugado com itens vazios e produtos inadequados ofertados pelos licitantes. Esta morosidade praticamente inviabilizou a compra de insumos analíticos em 2007 e deixou por realizar a manutenção da estrutura mobiliária que já paralisou a atividade de microbiologia de alimentos.

Priorizamos o atendimento às exigências de parceiros externos, como a implantação de ISO17025 e processos de calibração de equipamentos, manutenção predial e conservação do solo no PAP Sarandi, tendo alcançado somente, parcialmente, a primeira.

O uso de cartão corporativo para aquisição de insumos, foi decidido como forma de não paralisação das atividades, contrariando o objetivo de reduzir os gastos através desta modalidade. A maior dificuldade orçamentário-financeira foi a falta de previsão dos recursos disponíveis e sua liberação tempestiva para aplicação.

4. Gestão de Programas e Ações

4.2 Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

4.2.1 Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Objetivo Geral	
Gerente do Programa	
Gerente Executivo	
Indicadores ou parâmetros utilizados	
Público-Alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas, consumidor final

4.2.2 Principais Ações do Programa

As principais ações do Programa que correspondem às metas executadas pelo LANAGRO/RS são Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal.

4.2.2.1 Gestão das Ações

4.2.2.1.1 - Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal

4.1.2.1.1.1. - Dados Gerais

Tabela 3 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Tipo de Programa	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos pecuários
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/RS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	João Mathias Becker

4.1.2.1.1.2. - Resultados

A área laboratorial avançou principalmente na área de implantação do Programa de Qualidade, através da implantação da norma ISO17025, com a consultoria contratada da Rede Metrológica do RS. Através da formação de pessoal iniciada em 2007 e da consultoria na área, a Unidade de Garantia da Qualidade avançou em instrumentos de avaliação de desempenho técnico, testes de proficiência, analises críticas de desempenho e não-conformidades com relação à norma ISO.

Na área de apoio, o Serviço de Apoio Laboratorial foi implantado, adequando o regimento à prática gerencial do LANAGRO-RS. Isso fez com que se qualificassem os processos de licitação através de padronização de descrições de insumos, racionalização dos pedidos de compras, acompanhamento de pregões eletrônicos e análise de propostas por equipe técnica.

Desta organização surgiu um melhor atendimento global das necessidades, rompendo uma setorização anterior e permitindo melhor participação dos responsáveis técnicos na elaboração dos pedidos de compras.

Embora estas melhorias sejam de processo, certamente trarão economicidade por gerenciar as demandas globais, diminuindo o descontrole e desperdício

por compras indevidas e estoque excessivos para a necessidade de rotina. A utilização do instrumento de registro de preços é outra melhoria para reduzir gastos e racionalizou as compras, permitindo melhor utilização de recursos.

Da mesma forma, a implantação de sistema de fiscalização de contratos e embasamento técnico das decisões na área laboratorial, reduziu as despesas com prestação de serviços pela avaliação conjunta de custo e oportunidade..

Para atingimento das metas analíticas, o LANAGRO-RS aplicou a maior parte dos recursos em quatro itens: serviços de mão-de-obra terceirizada, prestação de serviços, equipamentos e insumos. No caso do investimento realizado, ele foi centralizado em renovação dos equipamentos da área analítica, permitindo maior adequação e atualização tecnológica da atividade fim.

Todas esta ações visaram dar atendimento a missão do LANAGRO-RS e permitindo ao MAPA a certificação de alimentos de origem animal dentro dos padrões sanitários exigidos internacionalmente, seja quanto ao padrão microbiológico, físico-químico ou de resíduos de drogas veterinárias; o controle oficial de vacinas contra a Febre Aftosa, Carbúnculo Sintomático e de medicamentos de uso veterinário realizados exclusivamente pelo LANAGRO/RS proporcionam ao consumidor produtos certificados com qualidade garantida; os diagnósticos em PCR de doenças de organismos aquáticos, especialmente de camarões, apóiam atividades desenvolvidas pela Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca/PR. Também os diagnósticos de Febre Aftosa para manutenção e expansão de zonas livres, bem como o credenciamento de laboratórios para diagnóstico de AIE, apóiam atividades previstas para o Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa– PNEFA e para o Programa Nacional de Sanidade dos Eqüídeos–PNSE, respectivamente; os ensaios em produtos de origem animal para combate à fraude, apóiam o Programa de Controle de Absorção de Água em Carcaças de Aves–PCAACA, permitindo ao consumidor a aquisição de um produto dentro dos padrões exigidos de qualidade.

Na Figura A.6 pode avaliar a realização de ensaios envolvidos nestas atividade, separados por processos internos e definido pela CGAL.

Descrevem-se na Tabela 4 as metas física e financeira previstas e realizadas para o LANAGRO/RS em 2007 das ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal.

Tabela 4 - Meta físicas e financeiras previstas e realizadas para 2007 para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal no LANAGRO-RS.

	Meta prevista			Meta realizada	
Financeira	Física		Financeira	Física	
	No. Amostras	No. Provas		No. Amostras	No. Provas
*	75.289	109.849	R$ 2.316.314,88	43.472	78.688

* A previsão orçamentária não é feita com base em PI mas num custeio/investimento global

Na Tabela 5 é apresentada a Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados em 2007 pelo LANAGRO-RS, por Elemento de Despesa.

Tabela 5 - Metas financeiras realizadas para Ação Funcionamento Sistema Laboratorial Animal por elementos de despesas- LANAGRO/RS

Elemento de Despesa		Recursos Programados (R$ 1,00)	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)
339014	Diárias		84.134,23	84.134,23
339030	Material de Consumo		245.133,18	243.702,91
339033	Passagens Aéreas		99.295,46	99.295,46
339036	Diárias de colaboradores eventuais		2.894,87	2.894,87
339037	Contratos de terceirização		741.653,16	741.199,92
339039	Serviços de Terceiros		612.672,48	597.411,27
339047	Obrigações tributárias e Contribuições		1.199,46	1.199,46
339092	Exercícios Anteriores		7.477,77	7.477,77
339139	Serviços de Governo		10.000,00	10.000,00
449052	Equipamentos e Material Permanente		528.998,99	528.998,99
	TOTAL		R$ 2.333.459,60	R$ 2.316.314,88

** Percentual dos recursos utilizados sobre os recebidos*
*** Contratos Executados pela SFA/RS e SC*

4.2.2.1.2 - Ação 2136 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal

4.1.2.1.2.1. - Dados Gerais

Tabela 6 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Vegetal

Tipo	
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos e dos insumos da área vegetal
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	LANAGRO/RS
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	João Mathias Becker

4.1.2.1.2.2. - Resultados

Como na área animal, a área laboratorial avançou principalmente na área de implantação do Programa de Qualidade, através da implantação da norma ISO17025. Desde a junção das unidades do LARA E LARV, pode-se obter o maior avanço no ano de 2007. Também nesta área implantou-se o sistema de auditorias internas no sistema de qualidade que até então não haviam sido realizadas. Foi incluído na formação de pessoal iniciada em 2007 e da consultoria na área, a Unidade de Garantia da Qualidade avançou em instrumentos de avaliação de desempenho técnico, testes de proficiência, analises críticas de desempenho e não-conformidades com relação à norma ISO.

Na área de apoio, os mesmos procedimentos adotados na Unidade Ponta Grossa, foram adotados na Unidade Farrapos, através do Serviço de Apoio Laboratorial. Isso provocou o mesmo efeito de qualificação dos processos de licitação através de padronização de descrições de insumos, racionalização dos pedidos de compras, acompanhamento de pregões eletrônicos e análise de propostas por equipe técnica.

Para atingimento das metas analíticas, o LANAGRO-RS aplicou a maior parte dos recursos em quatro itens: serviços de mão-de-obra terceirizada, prestação de serviços, equipamentos e insumos. No caso do investimento realizado, ele foi centralizado em

renovação dos equipamentos da área analítica, permitindo maior adequação e atualização tecnológica da atividade fim e cumprimento dos compromissos com importadores de produtos agropecuário brasileiros.

Todas esta ações visaram dar atendimento a missão do LANAGRO-RS e permitindo ao MAPA a certificação de alimentos de origem vegetal seja dos padrões de identidade e qualidade, seja quanto ao padrão físico-químico, exigidos pela legislação brasileira, para evitar a fraude econômica ao consumidor; o controle de qualidade e identidade na importação e exportação de bebidas e vinagres, com vista à segurança alimentar da população; o controle de qualidade e sanidade de sementes importadas pelo país para produção interna, garantindo ao produtor rural insumo de qualidade biológica e prevenindo internalização de pragas exótico de lavouras veiculadas por sementes; o controle da oferta de fertilizantes e correlatos aos produtores rurais, garantindo produtos eficientes à produção agrícola bem como o prejuízo econômico direto pela deficiência de nutrientes nos produtos bem como pela quebra de produtividade das lavouras.

Na Figura A.6 pode avaliar a realização de ensaios envolvidos nestas atividade, separados por processos internos e definido pela CGAL.

Descrevem-se na Tabela 7 as metas física e financeira previstas para o LANAGRO/RS em 2007 das ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal.

Tabela 7 - Meta físicas e financeiras previstas e realizadas para 2007 para as Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Vegetal no LANAGRO-RS.

Meta prevista			Meta realizada		
Financeira	Física		Financeira	Física	
	No. Amostras	No. Provas		No. Amostras	No. Provas
*	9.100	78.313	R$ 1.011.826,80	7.648	73.254

** A previsão orçamentária não é feita com base em PI mas num custeio/investimento global*

Na Tabela 8 é apresentada a Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados em 2007 pelo LANAGRO-RS, por Elemento de Despesa.

Tabela 8 - Metas financeiras realizadas para Ação Funcionamento Sistema Laboratorial Vegetal por elementos de despesas - LANAGRO/RS

Elemento de Despesa		Recursos Programados (R$ 1,00)	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)
335039	Convênio CIEE*		43.890,00	43.890,00
339014	Diárias		30.863,32	29.708,79
339030	Material de Consumo		893,26	893,26
339033	Passagens Aéreas		57.937,87	54.961,11
339036	Diárias de colaboradores eventuais		6.139,81	6.139,81
339037	Contratos de terceirização		196.902,88	196.902,88
339039	Serviços de Terceiros		310.794,95	310.765,95
339093	Restituições/Reembolsos		300,00	300,00
339139	Serviços de Governo		10.000,00	10.000,00
449052	Equipamentos e Material Permanente		402.155,00	402.155,00
	TOTAL		R$ 1.015.987,09	R$ 1.011.826,80

** Contratos Executados pela SFA/RS e SC*

4.2.2.1.3 - Outras Ações não previstas

Tabela 8 - Metas financeiras realizadas para Ações não previstas pelo LANAGRO/RS

PI	Recursos Recebidos (R$ 1,00)	Recursos Utilizados (R$ 1,00)
FISFECOI	552,02	552,02
FISCORGEN	991,84	991,84
PCEDPEM	6.079,57	6.065,91
RESIDUOS	12.276,19	12.262,53
TOTAL	19.899,62	19.872,30

Os valores aplicados pelo LANAGRO-RS correspondem a R$ 19.872,30 (dezenove mil, oitocentos e setenta e dois reais e trinta centavos), referentes aos PI's FISFECOI, FISCORGEN, PCEDPEM e RESÍDUOS. Os recursos objetivaram a participação de servidores do laboratório em eventos de formação técnica. Estes valores não foram computados na avaliação por não pertencerem aos PI's da rede de laboratórios do MAPA e que, devem ser computados para avaliação nas respectivas áreas responsáveis pelos PI's.

5. Desempenho Operacional

O Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dão através dos Processos Finalísticos Internos do LANAGRO/RS (Figura A.3. do Apêndice), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2004-2007, conforme a Figura A.2. constante do Apêndice.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas e medicamentos, insumos agropecuários e alimentos de origem animal e vegetal.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades do cliente, os serviços de fiscalização e inspeção da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA.

O LANAGRO/RS desenvolve também atividades voltadas à validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles inter-laboratoriais que atestam a qualidade aos serviços prestados.

Outra atividade importante refere-se à execução de auditorias internas e de credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados.

Assim, o desempenho do LANAGRO será apresentado separadamente, categorizado nas Áreas de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal, e Apoio Laboratorial Geral. tendo como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e realizadas) e os recursos financeiros (programados, recebidos e utilizados) em sua execução.

Os Indicadores de Desempenho do LANAGRO são descritos a seguir:

Indicador de Eficácia
Utilidade
Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a Execução das análises realizadas representam a demanda do Serviço de Fiscalização

Fórmula de cálculo		
N_uAL	Número de *unidades* de Análises Laboratoriais realizadas	*unidade*= amostra ou prova

Método de medição

Considerando-se que a unidade de análise laboratorial pode ser expressa tanto pela amostra recebida ou analisada ou como pelo número de provas analíticas necessárias para se obter o laudo de inspeção ou certificado de análise dessa amostra. Utiliza-se como meta física alcançada o somatório das unidades de análise laboratorial das Ações LABANIMAL e LABVEGETAL,. O valor da meta física alcançada por cada área é resultante da soma das unidades de análise laboratorial realizadas por cada processo finalístico de competência de cada Unidade Física coordenada pelo LANAGRO como se descreve a seguir.

Apoio Laboratorial	Processos Finalísticos	Sub-processos
Animal	Diagnóstico Animal	Bacteriologia
		Virologia - Sorologia
		Biologia Molecular
	Controle de Produtos de Origem Animal	Análise Físico-química
		Análise Microbiológica
	Controle de Alimentos para Animais	Análise Microscópica
		Análise Microbiológica
	Controle de Vacinas e Medicamentos Veterinários	Análise Físico-química
		Análise Microbiológica
		Controle de Vacinas
Vegetal	Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análise Físico-química de Bebidas e Vinagres
		Análise Físico-química para fins de Classificação Vegetal
	Controle de Insumos Agropecuários	Análise Físico-química de Fertilizantes de Corretivos
		Análise de Sementes

d. Fontes de Informação

Os resultados das unidades de análise laboratorial são armazenadas nas bases de dados descritas a seguir e se tornam fontes de informação para os cálculos dos indicadores de desempenho

Apoio Laboratorial	Processo finalísticos	Fonte de Informação
Animal	Diagnóstico das Doenças dos Animais Controle de Produtos de Origem Animal Controle de Alimentos para Animais Controle de Vacinas e Medicamentos Veterinários	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico
Vegetal	Controle de Insumos Agropecuários Controle de Produtos de Origem Vegetal	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais e Periciais e Demonstrativo de Determinações Analíticas de Amostras Fiscais e periciais e Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas e Sistema BEBWIN

e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Aguinaldo Parussolo – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe da DLAB/LANAGRO-RS

f. Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Eficácia ($x_{2)}$
Animal	Amostra	43.472
	Prova	78.688
Vegetal	Amostra	7.648
	Prova	73.254
LANAGRO/RS	Amostra	51.120
	Prova	151.942

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

-Falta e planejamento por parte dos clientes e não estabelecimento de sua demanda.

-Não realização de ações fiscais que atinjam a capacidade operacional ofertada.

-Dificuldades de contratação de manutenção predial para melhoria de condições ambientais.

-Deficiência de pessoal da atividade meio nos laboratórios e serviços de apoio.

-Deficiência setorial de equipamentos novos e manutenção dos existentes.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
-articulação da CGAL para obter informações dos clientes e planejar em nível nacional a demanda e distribuição da oferta laboratorial. -Ampliar a terceirização de atividades de apoio de laboratório, biotério, campo e manutenção.	DAD DLAB

-Compra de equipamentos para renovar setores fundamentais e realização de licitação para qualificar a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos. -Aquisição programada de insumos através de calendário anual de compras e equipamentos.	SAL Coordenador

Indicador de Eficiência

a. Utilidade

Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, de duas maneiras:

-em relação aos recursos financeiros programados, e,

-em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.

b. Fórmula de cálculo

b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – *CUP*

$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_1=recursos financeiros programados, em reais x_2= N_uAL (eficácia)

b.2.Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – *CUE*

$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_2= recursos financeiros utilizados, em reais x_2= N_uAL(eficácia)

Método de medição

Os recursos financeiros utilizados somam os valores utilizados enviados por todos os PI's que atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório.

Os recursos financeiros programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial / SDA.

Fontes de Informação

Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.

Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Alexandre Ribeiro Estima – Agente Administrativo – Chefe da DAD/LANAGRO-RS

Resultado

Apoio laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	CUP (*) (R$/unidade)	CUE (R$/unidade)

Animal	Amostra	-	53,66
	Prova	-	29,65
Vegetal	Amostra	-	132,28
	Prova	-	13,81
LANAGRO/RS	Amostra	72,06	65,42
	Prova	24,24	22,01

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

O *CUP* (custo unitário programado) obtido não pode ser calculado por PI, uma vez que a programação do LANAGRO-RS é feita de forma global, sem distinção em face do desconhecimento da formação e distribuição dos recursos para o ano seguinte. O *CUP* geral foi de R$ 72,06/amostra e R$ 24,24/prova e o *CUE* (custo unitário efetivo) obtido foi de R$ 65,42/amostra e R$ 22,01/prova. Isso mostra valores muito próximos e traduz uma aplicação dos recursos recebidos de forma adequada porém, os recursos não foram suficientes para atender o total de demandas e o custo deveria ter sido maior. No entanto recursos devolvidos e que não foram utilizados tiveram causa em parte pela falta de estrutura administrativa para agilização dos processos de compras de insumos e serviços, principalmente da área técnica, tendo em vista que no exercício sob análise não foram executados os processos de manutenção e calibração de equipamentos laboratoriais, bem como efetuados os reparos necessários em parte das estruturas físicas do LANAGRO-RS. Quanto ao aspecto de termos conseguido cumprir a demanda, decorre do fato do uso dos insumos adquiridos no exercício de 2006, entretanto os estoques estão praticamente exauridos, isso significa que teremos sérios problemas no início do exercício de 2008 que poderá se agravar em decorrência do possível atraso na aprovação do Orçamento da União.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
- as mesmas medidas que adotadas para eficácia	Os mesmos que para eficácia

Indicador de Efetividade

a. Utilidade

Mostrar a efetividade do Apoio laboratorial do LANAGRO através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO e os recursos programados para o exercício de 2007.

b. Fórmula de cálculo

b. 1. Índice de Realização da Demanda – *IR*

$IR = \frac{x_2}{x_1} 100\%$	x_1= Número de amostras recebidas - *NAR* x_2= N_uAL

b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – *IUOAD*

$IUOAD = \frac{x_1}{y_3}100\%$	x_1=NAR y_3= capacidade operacional, em número de amostras
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2007– UTI_1	
$IUT_1 = \frac{y_2}{x}100\%$	x= Total de recursos recebidos y_2= Total de recursos utilizados
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo LANAGRO relativamente ao programado para 2007 – UTI_2	
$IUT_2 = \frac{y}{y_1}100\%$	y = Total de recursos efetivamente utilizados y_1= Total de recursos programados
Método de medição	
O mesmo descrito para os indicadores de eficácia e eficiência	
Fontes de Informação	
As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência	
Área Responsável pelo cálculo	
Aguinaldo Parussolo – Fiscal Federal Agropecuário – Chefe da DLAB/LANAGRO-RS	
Resultado	

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	IUOAD (%)	IUT1(%)	IUT2(%)
Animal	Amostra	99,31%	58,14%	(*)	(*)
	Prova	99,62%	71,91%	(*)	(*)
Vegetal	Amostra	100,00%	84,04%	(*)	(*)
	Prova	100,00%	93,54%	(*)	(*)
LANAGRO/RS	Amostra	99,42%	60,93%	88,75	90,79
	Prova	99,80%	80,91%		

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

O *IR* alto demosntra que o laboratório tem tido baixo índice de rejeição de amostras.
O *IUOAD* obtido demonstra que a capacidade operacional ofertada por alguns processos finalísticos do LANAGRO-RS não foi totalmente utilizada em decorrência de diversos fatores como: Falta de demanda (as amostras programadas não foram efetivamente enviadas pelo Serviço de Fiscalização), Problemas em equipamentos por falta de manutenção e insuficiência de insumos necessários a realização das análises. Também por inviabilização ambiental para processos analíticos por falta de manutenção. Eventualmente a causa é falta de pessoal. O IUT2 demonstra bom aproveitamento dos recursos de custeio e deficiente programação pois os recursos programados foram inferiores aos recebidos.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
-melhorar o sistema de informações para o planejamento de oferta, distinguindo áreas estáveis e instáveis de demanda para melhor gerenciar recursos. -integração à rede LANAGRO para melhorar os processos administrativos e união de esforços para otimização do trabalho.	CGAL Coordenação DLAB

Previdência Complementar – <u>Não se aplica</u>

Instituições beneficiadas por renúncia fiscal – <u>Não se aplica</u>

Operações de fundos - Não se aplica

Conteúdos específicos por LANAGRO conforme Anexos II X da DN-TCU-85/07- <u>Não se aplica</u>

APÊNDICE

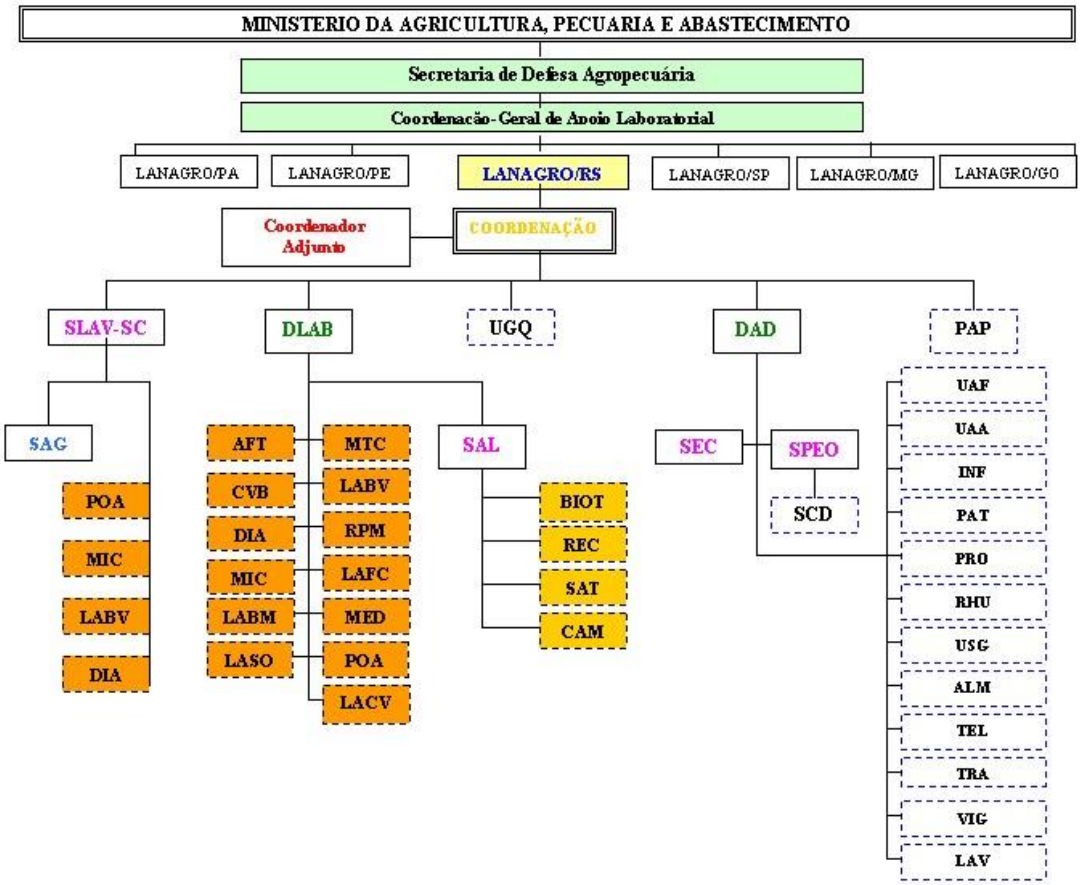
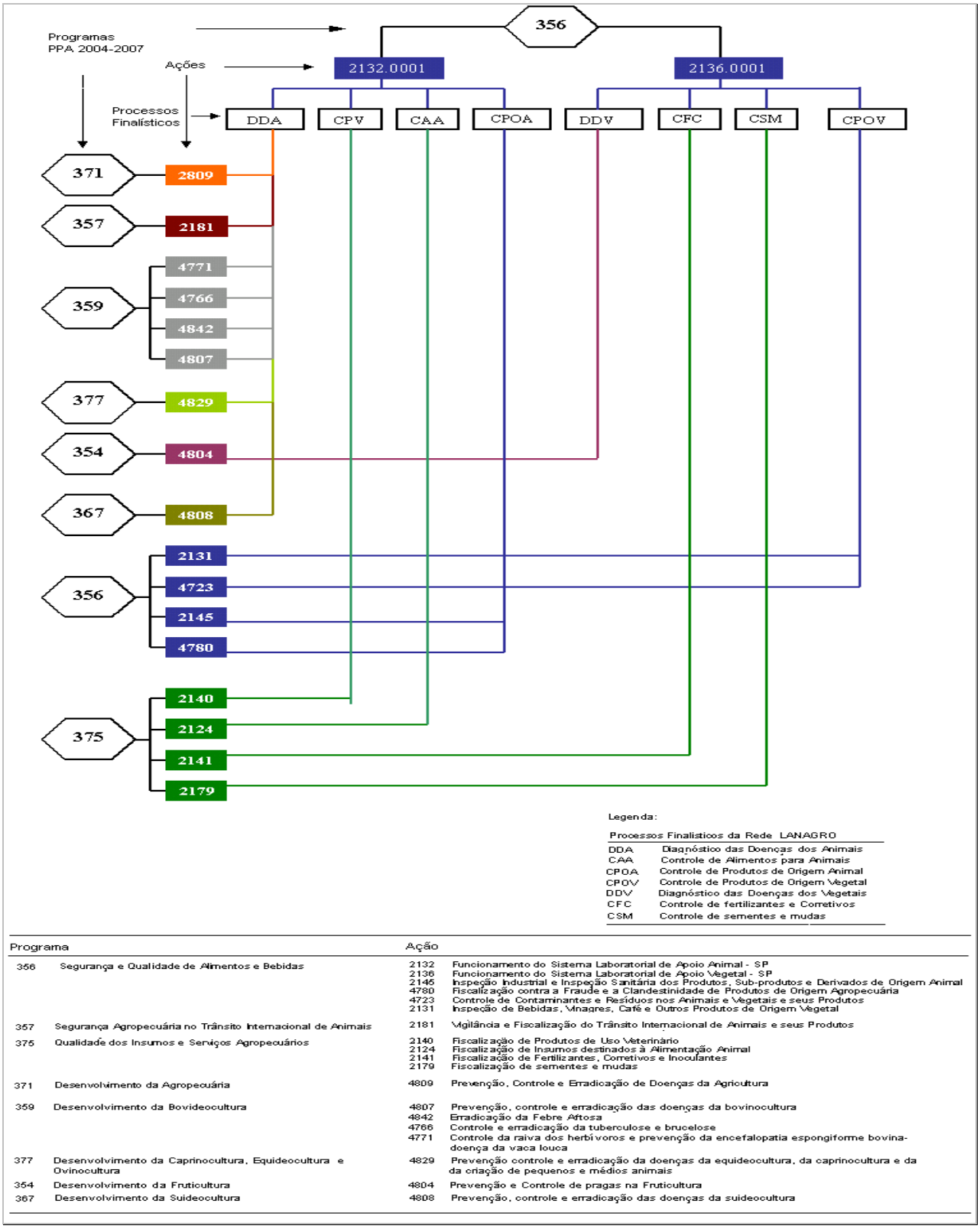


Figura A1. Estrutura Organizacional do LANAGRO/RS

SIGLAS DAS UNIDADES

SLAV/SC: Serviço Laboratorial Avançado/ Santa Catarina
UGQ: Unidade de Gestão da Qualidade
PAP: Posto Agropecuário Sarandi
DLAB: Divisão Técnica Laboratorial
MTC: Metais, Traços e Contaminantes
AFT: Controle de Vacinas Contra Febre Aftosa
BEB: Laboratório de Bebidas
CVB: Controle de Vacinas Bacterianas
RPM: Resíduos de Pesticidas e Medicamentos Veterinários
DIA: Diagnóstico de Doenças dos Animais
LAFC: Laboratório de Fertilizantes e Corretivos
MIC: Microbiologia de Alimentos
MED: Controle de Medicamentos Veterinários
LBM: Laboratório de Biologia Molecular
POA: Produtos de Origem Animal
LASO: Laboratório Oficial de Análise de Sementes
LACV: Laboratório de Classificação Vegetal
SAL: Serviço de Apoio Laboratorial
CAM: Campo
BIOT: Biotério
SAT: Apoio Técnico
REC: Recepção de Amostras
DAD: Divisão de Apoio Administrativo
SEC: Serviço de Compras
SPEO: Serviço de Programação e Exec. Orçamentária e Financeira
SCD: Serviço de Conformidade Documental
UAF: Unidade Administrativa Farrapos
UAA: Unidade de Apoio Administrativo
INF: Informática
PAT: Patrimônio
PRO: Protocolo
RHU: Recursos Humanos
ALM: Almoxarifado
USG: Unidade de Serviços Gerais
TEL: Telefonia
TRA: Unidade de Transporte
VIG: Vigilância
LAV: Lavanderia



Programa		Ação	
356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - SP
		2136	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - SP
		2145	Inspeção Industrial e Inspeção Sanitária dos Produtos, Sub-produtos e Derivados de Origem Animal
		4780	Fiscalização contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária
		4723	Controle de Contaminantes e Resíduos nos Animais e Vegetais e seus Produtos
		2131	Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal
357	Segurança Agropecuária no Trânsito Internacional de Animais	2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
375	Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários	2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
		2124	Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal
		2141	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
		2179	Fiscalização de sementes e mudas
371	Desenvolvimento da Agropecuária	4809	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Agricultura
359	Desenvolvimento da Bovideocultura	4807	Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovinocultura
		4842	Erradicação da Febre Aftosa
		4766	Controle e erradicação da tuberculose e brucelose
		4771	Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina-doença da vaca louca
377	Desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura e Ovinocultura	4829	Prevenção controle e erradicação da doenças da equideocultura, da caprinocultura e da da criação de pequenos e médios animais
354	Desenvolvimento da Fruticultura	4804	Prevenção e Controle de pragas na Fruticultura
367	Desenvolvimento da Suideocultura	4808	Prevenção, controle e erradicação das doenças da suideocultura

Figura A.2. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do LANAGRO/RS, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2004-2007.

Processos finalisticos	Sub-processos	Atividades							
Diagnóstico Animal		Sorológico		Virológico		Bacteriológico		Molecular	
	Virologia	X						X	
	Bacteriologia					X		X	
Controle de Produtos Veterinários	Controle de Vacinas	Controle de vacinas contra febre aftosa Controle de vacinas contra carbúnculo sintomático							
	Controle de Medicamentos	Controle de dosagem de princípio ativo Controle de esterilidade, ph, volume.							
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Microbiológicas	X							
	Físico-químicas	x							
Controle de Insumos Agropecuários	Análises de Sementes	x							
	Análise	Fertilizantes minerais		Fertilizantes orgânicos		Fertilizantes organo minerais		Corretivos	
	Físicas	X						X	
	Químicas	X		X		X		X	
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Microbiológicas	Análises de produtos cárneos, produtos lácteos, pescados e derivados, mel e derivados, ovos e derivados, água e outros							
	Análises Físico-químicas								
	Resíduos de Drogas Veterinárias e Contaminantes		Bovinos	Pescado	Suínos	Eqüinos	Leite	Aves	Mel
		Organoclorados	x		x	x	x	x	
		Inorgânicos	x	x	x	x		x	
		Avermectinas	x						
		Antimicrobianos	x		x			x	x
Controle de Alimentos para Animais	Microbiológica	x							

para Animais	Microscópica	x

QUADRO DE PESSOAL										
Situação em 31/12/2007										
Exercício	**MAPA**	**MAPA**	**Protepo rt**	**Asgarra s**	**Silvestre/Leand ro**	**CTZ**	**CIEE**	**FUNDEPAG/CPQ**	**FUNDEPAG/CAS**	**TOTAL**
2007	Permanent e	Embrap a	Limpeza	Vigilânci a	Telefonia/digitaç ão	Informátic a	Estagiário s	Contrato	Cooperação	
Superior	34		-	-	-	-	-	-	2	36
Médio	25	1	-	15	7	1	6	6	6	67

Figura A. 3. Processos finalísticos do LANAGRO/RS e seus desdobramentos em sub-processos e atividades.

Auxiliar	22	-	32	-	-	-	2	1	3	60
Total	**81**	**1**	**32**	**15**	**7**	**1**	**8**	**7**	**11**	**163**
		MAPA	**TERCEIRIZADOS**				**CONVÊNIO**	**CONTRATO**	**COOPERAÇÃO**	**Total**
		82				**55**	**8**	**7**	**11**	**163**

Figura A. 4. Força de trabalho do LANAGRO-RS

Elemento de Despesa		Recursos recebidos (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)	IUT1 (%)	LANAGRO/RS				
					UG LANAGRO/RS			UG SFA/RS e SFA/SC	TOTAL**
					Recursos programados (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00)	IUT2 (%)	Recursos utilizados (R$ 1,00)	Recursos utilizados (R$ 1,00
335039	Estagiários	-	-	-	-	-	-	43.890,00	43.890,00
339014	Diárias	124.403,95	122.627,76	98,57	129.442,81	122.627,76	94,74	14.871,71	137.499,47
339030	Material de Consumo	430.760,00	244.596,17	56,78	426.130,00	244.596,17	57,40	4.936,05	249.532,22
339033	Passagens e Pedágios	164.817,58	160.816,85	97,57	180.234,56	160.816,85	89,23	24.118,23	184.935,08
339036	Diárias de Colaboradores Eventuais	9.034,68	9.034,68	100,00	9.034,98	9.034,68	100,00	-	9.034,68
339037	Contratos	938.556,04	938.102,80	99,95	1.008.961,52	938.102,80	92,98	70.405,48	1.008.508,28
339039	Serviços de Terceiros de Pessoas Jurídicas	927.037,60	908.177,22	97,97	997.247,43	908.177,22	91,07	68.500,00	976.677,22
339047	Obrigações Tributárias e Contribuições	1.119,46	1.119,46	100,00	1.199,46	1.119,46	93,33	-	1.119,46
339092	Exercícios Anteriores	7.477,77	7.477,77	100,00	-	7.477,90	*	-	7.477,90
339093	Restituições ou Reembolsos	1.390,65	1.390,65	100,00	300,00	1.390,65	*	-	1.390,65
339139	Serviços de Terceiros UGs do Governo	20.000,00	20.000,00	100,00	-	20.000,00	*	-	-
449051	Obras e Instalações	-	-	-	-	-	*	-	-
449052	Equipamentos e Material						100,00	-	

Permanente	1.142.456,00	931.153,99	81,50	931.154,00	931.153,99			931.153,99
TOTAL	3.767.053,73	3.343.342,82	88,75	3.683.704,76	3.344.497,48	90,79	226.721,47	3.571.218,95

(*) Meta não programada

(**) Rrecursos financeiros totais utilizados pelo LANAGRO-RS através das UG LANAGRO-RS, SFA-SC e SFA-RS (liquidados+ à liquidar).

IUT_1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;

IUT_2 =% de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/RS relativamente ao programado para 2007.

Figura A.5. Resumo da distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelos LANAGRO/RS, por Elemento de Despesa.

LANAGRO-RS - EXECUÇÀO ANALÍTICA 2007			Programado	Executado
Processo Finalístico Animal - Porto Alegre/RS		*u*	y_3	x_1
Diagnóstico Animal	Virologico/Sorológico	amostra	64.510	34.324
		prova	64.510	46.551
	Biologia Molecular	amostra	0	0
		prova	0	0
	Bacteriologia	amostra	1.199	1.199
		prova	1.199	1.199
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Físico-químicas	amostra	1.380	1.133
		prova	8.000	6.801
	Análises Microbiológicas	amostra	1.320	88
		prova	13.200	134
Controle de Produtos Veterinários	Analises Fisico-químicas	amostra	240	181
		prova	440	1.029
	Analises Microbiologicas	amostra	200	176
		prova	1.440	2.058
	Controle de Vacinas	amostra	500	544
		prova	13.700	13.374
Processo Finalístico Animal - SLAV São José/SC		*u*	y_3	x_1
Controle de Alimentos para Animais	Microscopia	amostra	740	491
		prova	860	573
Controle de Produtos de Origem Animal	Analises Fisico-químicas	amostra	0	134
		prova	0	644
Diagnóstico Animal	Virologico	amostra	700	703
		prova	1.500	1.515
	Bacteriologia	amostra	4.500	4.799
		prova	5.000	5.110
Unidade Física Porto Alegre		amostra	69.349	37.645
		prova	102.489	71.146
Unidade Física São José		amostra	5.940	6.127
		prova	7.360	7.842
Apoio Animal		amostra	75.289	43.772
		prova	109.849	78.988
Processo Finalístico Vegetal - Porto Alegre/RS		*u*	y_3	x_1
Controle de Insumos Agropecuários	Analise Físico-química	amostra	100	75
		prova	300	227
	Analise de Sementes	amostra	1.100	759
		prova	4.700	3.037
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análises Físico-químicas	amostra	5.500	5.978
		prova	50.000	62.316
	Análises Microbiológicas	amostra	0	0
		prova	0	0
Processo Finalístico Vegetal - SLAV São José/SC		*u*	y_3	x_1
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análises Físico-químicas	amostra	2.400	836
		prova	23.313	7.674
	Análises Microbiológicas	amostra	0	0
		prova	0	0
Unidade Física Porto Alegre		amostra	6.700	6.812
		prova	55.000	65.580
Unidade Física São José		amostra	2.400	836
		prova	23.313	7.674
Apoio Vegetal		amostra	9.100	7.648
		prova	78.313	73.254

Figura A.6 Demonstrativo de execução analítica por PI e do LANAGRO-RS em 2007

Ação	Unidade de análise laboratorial	Programado	Executado
Apoio Animal	amostra	75.289	43.772
	prova	109.849	78.988
Apoio Vegetal	amostra	9.100	7.648
	prova	78.313	73.254
LANAGRO/RS	amostra	84.389	51.420
	prova	188.162	152.242

.

ANEXOS

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela C.1.

Cartão de Crédito Coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

Ano	2007	2006	2005
Gasto com Cartão de Crédito	R$ 39.236,28	R$ 33.497,23	R$ 18.038,74

Tabela C.2.

Cartão de Crédito Coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante saques

Valor do Saque	Valor compra com Cartão	Nome do suprido que fez a retirada	Justificativa
R$ 1.367,20	R$ 3.166,54	Fernando José Castro Germano	Saques efetuados para pagamento e pedágios, que somente é aceito pelas concessionárias em dinheiro, e saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito
R$ 1.295,72	R$ 0,00	Aguinaldo Parussolo	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 1.282,00	R$ 2.638,05	Rita de Cássia	Saques efetuadas em

		Malucelli Harger	virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito
R$ 551,28	R$ 463,02	José Luis Marques de Lima	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 1.068,80	R$ 1.937,41	José Olmar Castoldi Huppes	Saques efetuadas em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 1.998,81	R$ 1.308,38	Paulo Gustavo Celso	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 1.626,46	R$ 0,00	Soraya E. M. Constantinópolos	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 3.630,02	R$ 4.896,99	Jussara da silva	Saques efetuados em virtude das empresas

		Borba	fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 2.386,40	R$ 4.408,93	Gelso Antônio Ce	Saques efetuados para pagamento e pedágios, que somente é aceito pelas concessionárias em dinheiro e saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 1.691,45	R$ 267,00	Realdo Vieira de Aguiar	Saques efetuados para pagamento e pedágios, que somente é aceito pelas concessionárias em dinheiro e saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 891,80	R$ 461,81	Leonel Borba	Saques efetuados para pagamento e pedágios, que somente é aceito

			pelas concessionárias em dinheiro e saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 624,00	R$ 0,00	Álvaro Ricardo Bavaresco	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 624,00	R$ 0,00	Marcus Vinicius B. Sfoggia	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 705,00	R$ 0,00	Marco Aurélio Dolado da Silva	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.

Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle Interno (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN- TCU-85/2007

Tribunal de Contas da União

Sistema de Controle Interno

PLANO DE PROVIDÊNCIA DO LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO DO RS RELATIVO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO 2006

Unidade Examinada: 130103 – LANAGRO/RS
Relatório nº: 189375

20. **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1**
Despesas efetuadas por intermédio de Cartão de Pagamentos do Governo Federal comprovadas por intermédio de documento fiscal não original no LANAGRO/RS.

20.1 **Recomendação:** Recomenda-se ao LANAGRO/RS que somente aceite como comprovação de despesas efetuadas por intermédio de suprimento de fundos os documentos originais enumerados no item 11.5 da macrofunção nº 02.11.21 (Suprimento de Fundos) do Manual SIAFI, com a reposição de valores em comprovações efetuadas de forma diversa.
Em situações em que houver o extravio de documentação, recomenda-se a instauração de procedimento administrativo, onde, partindo-se do devido registro de ocorrência nos órgãos policiais, deverá ser realizada a averiguação das justificativas apresentadas, bem como a verificação de eventual comprovação em duplicidade, promovendo-se o respectivo ressarcimento do suprido se provada a boa-fé do mesmo.
Recomendamos ainda que os resultados apurados pela comissão constituída pela portaria LANAGRO/RS nº 16/2007 sejam encaminhados a CGU/RS.

20.2 **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

20.3 **Providências a serem implementadas:**

a) Orientação aos servidores envolvidos com concessão e recebimento de suprimento de fundos para que atentem para a obrigatoriedade dos comprovantes de gastos serem originais e emitidos em favor do LANAGRO/RS.

b) Em caso de extravio de comprovante, adotar as medidas administrativas e legais de registro, comprovação e instrução dos processos onde este fato estiver presente.

c) Emissão de relatório pela comissão instituída pela Portaria LANAGRO/RS nº 16/2007 e encaminhamento à CGU/RS.

20.4 **Prazo limite de implementação:** 30/10/2007

TODAS AS PROVIDÊNCIAS IMPLEMENTADAS

21 **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.2**
Ausência de justificativa para a não utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) na realização de despesas enquadradas como suprimento de fundos no LANAGRO/RS.

21.1 **Recomendação:** O item 2.3 da macrofunção 02.11.21 (Suprimento de Fundos) do Manual SIAFI dispõe que a concessão de suprimento de fundos deverá ocorrer por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), utilizando as contas de suprimento de fundos somente em caráter excepcional, onde comprovadamente não seja possível utilizar o cartão. Isto posta, recomenda-se ao LANAGRO/RS a estreita observância de tal dispositivo, e que, visando ao seu pleno atendimento, seja consignada no processo a justificativa pertinente quando da ocorrência da situação de excepcionalidade nele previsto (utilização das contas suprimento de fundos, seja por meio de Ordem Bancária de Pagamento – OBP ou de Ordem Bancária de Crédito – OBC, em detrimento do uso do CPGF).

21.2 **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

21.3 **Providências a serem implementadas:**

a) As orientações aos supridos deverá ser feita por documento de instrução incluídos nos processos de concessão.
b) Os processos deverão ser instruídos e justificados pelo suprido antes de encaminharem sua prestação de contas para ser analisada e julgada pelo gestor.

21.3 **Prazo limite de implementação:** 01/10/2007

TODAS AS PROVIDÊNCIAS IMPLEMENTADAS

22 **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.3**
Utilização do Cartão Pagamento do Governo Federal para a realização de despesas na modalidade saque em desconformidade com a legislação aplicável no LANAGRO/RS.

22.1 Recomendação: **Recomenda-se que cada saque em espécie nos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) seja justificado, conforme parágrafo 2º art. 2º do Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, sem prejuízo de a Unidade observar o entendimento do Tribunal de Contas da União, manifesto no ACÓRDÃO/TCU nº 1783/2004, orientando formalmente os portadores do CPGF a respeitarem o princípio da excepcionalidade dos saques, quando for verificada, nas prestações de contas, a existência de saques para despesas onde poderia ser utilizada rede afiliada ao Cartão de Pagamento do Governo Federal.**

22.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: **(1)**

22.3 Providências a serem Implementadas:

a) Informamos que orientamos todos os supridos, que de preferência somente efetue despesas onde possa ser utilizada rede afiliada ao Cartão de Pagamento do Governo Federal. Em casos de utilização de saques já se encontra no PCSF uma justificativa, como segue:

"JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Justifica-se o saque, para eventuais necessidades de despesas onde não houver bandeira VISA ou quando haver problemas técnicos para utilização do cartão.
Fund. Legal: Portaria/MF Nº 95/2002, Lei Nº 9648/93, Decreto Nº93872/86, Portaria/MF Nº 492/93; Decreto Nº 5355/2005 e Macro-função SIAFI 02.11.22"

22.4 Prazo limite de implementação: **30/10/2007**

PROVIDÊNCIA IMPLEMENTADA

23 Item do relatório de auditoria: 2.1.1.1
Ausência de realização de inventário físico anual de bens móveis do LANAGRO/RS.

23.1 Recomendação: **Recomenda-se ao LANAGRO/RS que continue envidando esforços para finalizar a revisão patrimonial citada em sua manifestação, de forma que ao final do exercício de 2007 possa dar atendimento aos dispositivos legais atinentes à matéria, em especial ao disposto no item oito da Instrução Normativa SEDAP nº 205/1988, relativamente aos inventários físicos anuais e encaminhe, para a CGU-RS, os resultados do levantamento físico a ser efetuado pela comissão constituída pela Portaria LANAGRO/RS nº 014/2007, assim que concluído.**

23.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: **(1)**

23.3 Providências a serem implementadas:

a) Dar prosseguimento aos trabalhos da comissão constituída pela Portaria LANAGRO/RS nº 014/2007, para sua conclusão ainda em 2007.

23.3 Prazo limite de implementação: **30/11/2007.**

OS TRABALHOS DA COMISSÃO ENCERRARAM-SE EM 11/12/2007 COM IDENTIFICAÇÀO DE NÃO-CONFORMIDADES RELATADAS NO PROCESSO, IDENTIFICANDO BENS SEM REGISTRO PATRIMONIAL, BENS NÃO ENCONTRADOS E BENS COM DESCRIÇÀO INADEQUADA E ESTADO DE CONSERVAÇÀO DESATUALIZADO.

24 Item do relatório de auditoria: 2.1.1.2
Existência de termos de responsabilidade sem a assinatura do responsável pela sua carga no LANAGRO/RS.

24.1 Recomendação: **Reitera-se, a recomendação já dirigida a essa Unidade, por ocasião da auditoria de avaliação de gestão do exercício de 2005, no sentido de que, na hipótese de ser identificada qualquer pendência ou irregularidade, seja observado o disposto na Instrução Normativa SEDAP nº 205/88, em seu item 10.8 (adoção de providências necessárias à apuração e imputação de responsabilidades).**
Recomendamos ainda que o LANAGRO/RS encaminhe a CGU-RS o resultado do levantamento físico a ser realizado pela comissão constituída pela Portaria LANAGRO/RS nº 014/2007, assim que forem concluídos os trabalhos.

24.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: **(1)**

24.3 Providências a serem implementadas:
a) Dar prosseguimento aos trabalhos da comissão instituída pela Portaria LANAGRO/RS nº 014/2007, para a sua conclusão ainda em 2007.

24.3 Prazo limite de implementação: **30/11/2007.**

OS TRABALHOS DA COMISSÃO ENCERRARAM-SE EM 11/12/2007 COM IDENTIFICAÇÀO DE NÃO-CONFORMIDADES RELATADAS NO PROCESSO, IDENTIFICANDO BENS SEM REGISTRO PATRIMONIAL, BENS NÃO ENCONTRADOS E BENS COM DESCRIÇÀO EM DESACORDO E ESTADO DE CONSERVAÇÀO DESATUALIZADO.
TODOS OS TERMOS DE RESPONSABILIDADE FORAM CONFERIDOS E ASSINADOS EM 2007, COM EXCESSÃO DA UNIDADE GERAL, ONDE SE ENCONTRAM 97 BENS DESAPARECIDOS

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/07)- Não se aplica

UNIDADE CONSOLIDADA

LABORATÓRIO NACIONAL AGROPECUÁRIO

LANAGRO SÃO PAULO

UNIDADE GESTORA: 130102

APRESENTAÇÃO

O presente relatório atende à Portaria CGU no. 1950, de 28 de dezembro de 2007 e a Norma de Execução no. 05, de 28 de dezembro de 2007, ao que determina a Instrução Normativa nº. 47 de 27 de outubro de 2004, alterada pela no. 55, de 24 de outubro de 2007 e Decisões Normativas nº. 85, de 19 de setembro de 2007 e no. 88, de 28 de novembro de 2007, do Tribunal de Contas da União.

Seu conteúdo visa subsidiar a Tomada e Prestação de Contas pelo Tribunal de Contas da União no exercício de 2007, apresentando os resultados referentes às atividades do Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas (LANAGRO/SP).

O LANAGRO/SP é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) pertencente à Rede Oficial de Laboratórios subordinada à Coordenação Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) vinculada à Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA).

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores do LANAGRO/SP

Nome completo da unidade a sigla	Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – LANAGRO/SP
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo – Unidade Descentralizada do MAPA
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
	Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Norma de criação e Finalidade da Unidade Jurisdicionada	Norma da Reestruturação do MAPA: Decreto no. 5.351 de 21 de janeiro de 2005
Norma da Finalidade:	Portaria no. 104, do MAPA, de 18 de abril de 2006, publicado no DOU de 19 de abril de 2006.
Normas que estabelecem a estrutura orgânica no período de gestão sob exame	Decreto Presidencial nº. 5.351, de 21 de janeiro de 2005, publicado no DOU, de 24 de janeiro de 2005; Portaria Gabinete do Ministro Nº. 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 20006.
Normas estabelecidas para Gestão das Ações do PPA 2004-2007	Decreto nº. 5.233, de 6 de outubro de 2004
Modelo de gestão	Suportado pela estrutura organizacional, conforme a Figura A.1. constante do Apêndice
Número do CNPJ	00.396.895/0047-08
Nome e Código no SIAFI	Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas: Código 130102
Código da UJ titular do relatório	Não se aplica
Código das UJ abrangidas	Não se aplica
Endereço completo da sede e demais unidades	Unidade Física-Campinas: Rua Raul Ferrari s/n, Jardim Santa Marcelina Campinas, SP CEP 13100-105 e-mail: lanagro-gab-sp@agricultura.gov.br Fone: (19) 3252-0155 Fax: (19) 3252-4835 Unidade Física - Jundiaí Av. Jundiaí, no. 773, Bairro Anhangabaú Jundiaí, SP CEP 13208-000 Fone: (11) 4586-2025 Fax: (11) 4586-1587 Serviço Laboratorial Avançado –Curitiba -PR Rua Schiller, 159, Bairro Cristo Rei Curitiba, PR CEP 80050-260 e-mail: lanagro-dtapr@agricultura.gov.br Fone: (41) 3362-3460 Fax: (41) 3264-4039
Endereço da Página Institucional na *Internet*	www.agricultura.gov.br
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento

Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	603-Defesa Sanitária Animal	
	604-Defesa Sanitária Vegetal	
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas /SP	130102

2. Responsabilidades Institucionais

2.1. Papel do LANAGRO/SP na execução das políticas públicas

MISSÃO DO MAPA

“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”

OBJETIVO DO LANAGRO

“Executar e prover ações laboratoriais de excelência para apoiar a verificação e validação dos processos de defesa agropecuária”

A CGAL, baseada em exigências internacionais, avanços tecnológicos e, conseqüentemente na atenção governamental dispensada às políticas de proteção da saúde pública e sanidade animal e vegetal, coordena as atividades desenvolvidas nos LANAGROs, distribuindo-as de acordo com a especialização adquirida pelos colaboradores dessas Unidades Laboratoriais.

O LANAGRO/SP desenvolve também atividades voltadas à pesquisa e validação de métodos de análises, treinamento e capacitação dos colaboradores, participação em testes de proficiência e controles interlaboratoriais que atestam a qualidade aos serviços prestados.

Outra atividade importante refere-se à execução de auditorias internas e de credenciamento e monitoramento de laboratórios credenciados.

3. Estratégia de Atuação

A estratégia de atuação do LANAGRO/SP é conduzida pela CGAL, que indica as prioridades em atendimento aos serviços clientes, executando entre outras atividades, Programas como o controle de patógenos em aves (PRP), soro em leite, resíduos de drogas veterinárias e contaminantes (PNCR), fraude com água em frango (Programa de controle de fraude de água em carcaças de frangos), programa de sanidade avícola (PNSA), controle de produtos veterinários e pesquisa de presença de subprodutos de origem animal em alimentos para ruminantes. O LANAGRO/SP também realiza atividades de rotina em atendimento aos SIPAGs e SEFAGs, para análises de produtos de origem animal e produtos de origem vegetal (bebidas e fertilizantes).

Para a realização das atividades, anualmente é elaborada a programação de recursos financeiros necessários e encaminhada à CGAL.

Para a manutenção laboratorial e infra-estrutura, conta com pessoal de manutenção (predial e pequenos consertos), além de contar com a contratação de empresas especializadas para manutenção corretiva e preventiva de alguns equipamentos.

Para a aquisição de material de consumo e outros materiais, foi criada a Comissão de aquisição de materiais e serviços, que conta com a participação de todos os colaboradores envolvidos no processo.

As maiores dificuldades para a execução das atividades são: número insuficiente de pessoal e disponibilização de recursos financeiros de acordo com o planejamento do LANAGRO.

Principais ações executadas em 2007:

- Contratação da REMESP (Rede Metrológica de São Paulo) para implantação integral da NBR ISO/IEC 17025
- Início dos treinamentos técnicos pela REMESP como parte do contrato
- Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de adequação dos laboratórios de Microbiologia e Produção de Meios de Cultura
- Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto para construção do Laboratório de biossegurança NB3
- Aquisição de novos equipamentos para as áreas que realizam análises de resíduos e contaminantes e diagnóstico de doenças aviárias
- Validações de novos métodos de análise

- Contratação de empresas especializadas para manutenção predial e manutenção corretiva e preventiva de equipamentos
- Participação em Ensaios de Proficiência e controles interlaboratoriais
- Participação em auditoria de credenciamento de laboratórios
- Recebimento de missões estrangeiras
- Participação de colaboradores em palestras e congressos
- Participação em Grupos de trabalho e comitês (GTAVES, CODEX ALIMENTARIUS, GPESC, ANFAL, COESA, ANDA) e grupos de estudo para elaboração/revisão de legislação
- Apresentação de trabalhos de colaboradores em congressos
- Inicio das atividades de rotina para o diagnóstico das micoplasmoses aviárias pela técnica de PCR
- Implantação da área de aves SPF no Biotério
- Inicio da primeira fase de identificação e caracterização genotípica de culturas de Salmonella, através da técnica de Ribotipagem, isoladas em carcaça de aves (frangos e perus) pelos Laboratórios do País que participam na execução do PRP e criação do Banco de Dados Nacional
- Implantação do sistema informatizado Sistema de amostras para cadastro e registro de amostras
- Criação do Grupo de trabalho para validação de métodos, visando harmonização de procedimentos
- Reestruturação da UGQ
- Recebimento do curso “Highly Pathogenic Avian Influenza (HPAI) Diagnostic Training Course”, organizado pela FAO e USDA
- Visita ao Laboratório de Biossegurança NB3 CISA em Valdeolmos – Espanha
- Participação no curso “Highly Pathogenic Avian Influenza (HPAI) Diagnostic Training Course”, em Ames/Iowa
- Seminário de doenças infecciosas e parasitárias dos animais aquáticos, promovido pela CGAL/SDA e sediado no LANAGRO/SP
- Implementação da pesquisa de subprodutos de origem animal de alimentos para ruminantes colhidos em propriedades rurais.
- Realização de análises comparativas entre o Método GDS – sistema automatizado para detecção genética de microorganismos através da técnica de PCR em tempo real e o método tradicional utilizado para detecção de Salmonella
- Realização do Ensaio Piloto estabelecido no Projeto Brasil Cuba, objetivando a avaliação preliminar de métodos analíticos alternativos

- Participação em curso “Requirements for management and quality management of food control laboratories” - Holanda

Desafios para 2008:

- Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de execução da adequação dos laboratórios de Microbiologia e Produção de Meios de Cultura
- Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de execução do Laboratório de biossegurança NB3
- Contratação e empresas especializadas para manutenção preventiva e corretiva para equipamentos e sistemas de ar e refrigeração
- Tornar o LANAGRO/SP laboratório de referência para a OIE para a doença de Newcastle e Influenza Aviária;
- Participar do programa de cooperação entre laboratórios da OIE (“Twinning”), juntamente com o NVSL (USDA/EUA);
- Padronizar a técnica de seqüenciamento genético para caracterização de patogenicidade dos vírus da doença de Newcastle e influenza aviária;
- Implantar o diagnóstico da laringotraqueíte infecciosa das aves pela técnica de PCR;
- Participar de ensaios de proficiência – GD (Deventer), NVSL (USDA).
- Projeto de reforma dos laboratórios de análises físico-químicas e de resíduos e contaminantes
- Projeto de reforma da área de atividades de controle de vacinas anti-rábicas
- Projeto de reforma da área de análises de fertilizantes
- Validações de métodos de análises para outros analito/matrizes ainda não analisados
- Acreditação de escopos da área de resíduos e contaminantes junto ao INMETRO
- Início da segunda fase do Banco de Dados Nacional (PRP)
- Melhoria dos atuais sistemas de tratamento de efluentes, rede elétrica e hidráulica
- Incremento de pessoal técnico e administrativo através de concurso público ou contratação de serviços técnicos especializados
- Implantação das atividades de diagnóstico de doenças de animais aquáticos

4. Gestão de Programa e Ações

4.1. Programas

Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Dados gerais

Tabela 2 – Dados gerais do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal por meio da avaliação de risco, vigilância, controle e fiscalização fitozoossanitária.
Gerente do Programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente Executivo	-
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não se Aplica (1)
Público-Alvo (beneficiários)	Cadeia agropecuária: produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas, consumidor final

(1) No nível do LANAGRO os indicadores devem ser gerados das Ações sob sua responsabilidade

Principais Ações do Programa

As principais ações do Programa que correspondem às metas executadas pelo LANAGRO/SP são Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal e Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal.

Gestão das Ações

Ação 2132 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal (LABANIMAL)

Dados Gerais

Tabela 3 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial Animal

Tipo de Programa	Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, vigilância, fiscalização, para garantir a qualidade e sanidade do rebanho nacional, dos produtos e dos insumos pecuários.
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais, credenciamento de laboratórios públicos e

	privados, fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados, revisão de legislação, manutenção de equipamento e estrutura, controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos, elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade e realização de analises laboratorias
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL
Unidades Executoras	Unidade Física de Campinas e Serviço Laboratorial Avançado de Curitiba /PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	BIOTÉRIO Responsável: Graciana Corrêa Romitto – Fiscal Federal Agropecuário CONTAMINANTES INORGÂNICOS Responsável: Helena Müller Queiroz – Fiscal Federal Agropecuário CONTAMINANTES ORGÂNICOS Responsável: Elizabete Maia Cordeiro Saglioni – Fiscal Federal Agropecuário CONTROLE DE VACINAS ANTI-RÁBICAS Responsável: Amiris Pereira Gonçalves de Campos – Pesquisador das Ciências Exatas e da Natureza FÍSICO-QUÍMICA DE ALIMENTOS Responsável: Daniela Degan Pereira – Farmacêutica FÍSICO-QUÍMICA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS Responsável: Tsuyoshi Taka – Fiscal Federal Agropecuário MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS Responsável: Amaury dos Santos – Pesquisador das Ciências Exatas e da Natureza MICROSCOPIA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS Responsável: Helena Müller Queiroz – Fiscal Federal Agropecuário PRODUÇÃO DE MEIOS DE CULTURA E HISTOCULTURA Responsável: Bruno Bonatto - Biológo RESÍDUOS DE DROGAS VETERINÁRIAS Responsável: Tsuyoshi Taka – Fiscal Federal Agropecuário SANIDADE AVIÁRIA Responsável: André de Oliveira Mendonça – Fiscal Federal Agropecuário SERVIÇO LABORATORIAL AVANÇADO – CURITIBA/PR Chefe: Ecilda Batista – Fiscal Federal Agropecuário
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Abrahão Buchatsky, Coordenador Maria de Fátima Martins Pinhel, Coordenadora Técnica

4.1.1.3.1.2. Resultados

Descrevem-se na Tabela 4 as metas física e financeira previstas e realizadas para o LANAGRO/SP em 2007 das ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal.

Tabela 4 - Meta físicas e financeiras previstas e realizadas para a Ação de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal no LANAGRO-SP

	Meta prevista			*Meta realizada*	
	Física		Financeira **(*)**	Física	
Financeira	No. Amostras	No. Determinações		No. Amostras	No. Determinações
(*)	12.781	87.609	R$ 5.340.919,84	10.696	98.432

(*)A meta prevista financeira é da LOA para o PI –2132- Sistema de Funcionamento Laboratorial de Apoio Animal e a meta realizada corresponde ao recebido e realizado utilizado por este PI

Ação 2136 - Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal (LAVEGETAL)

Dados Gerais

Tabela 5 – Dados gerais da Ação – Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal

Tipo	Ação do Programa intra-setorial do Ministério da Agricultura
Finalidade	Prover apoio técnico-científico às ações de defesa, inspeção, fiscalização, para garantir a sanidade e a qualidade dos produtos e dos insumos da área vegetal
Descrição	Promoção de padrões e uniformização de procedimentos laboratoriais, credenciamento de laboratórios públicos e privados, fiscalização e monitoramento das atividades dos laboratórios credenciados, revisão de legislação , manutenção de equipamento e estrutura, controle interlaboratorial, capacitação e treinamento em metodologias e validação de métodos analíticos, elaboração de sistemas de gerenciamento da qualidade e realização de análises laboratoriais
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA / CGAL

Unidades Executoras	Unidade Física de Jundiaí, SP e Serviço Laboratorial Avançado de Curitiba , PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	BEBIDAS E VINAGRES Responsável: Maria de Fátima Martins Pinhel – Fiscal Federal Agropecuário FERTILIZANTES E CORRELATOS Responsável: Maria Miriam Borges de Abreu – Fiscal Federal Agropecuário SERVIÇO LABORATORIAL AVANÇADO – CURITIBA/PR Chefe: Ecilda Batista – Fiscal Federal Agropecuário
Coordenador Nacional da Ação	Abrahão Buchatsky
Responsável pela execução da ação no nível local	Abrahão Buchatsky, Coordenador Maria de Fátima Martins Pinhel, Coordenadora Técnica

4.1.1.3.2.2. Resultados

Descrevem-se na Tabela 7 as metas física e financeira previstas para o LANAGRO/SP em 2007 das ações de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal.

Tabela 6 - Meta físicas e financeiras previstas e realizadas para a Ação de Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal no LANAGRO/SP.

Meta prevista			*Meta realizada*		
Financeira	*Física*		Financeira **(*)**	*Física*	
	No. Amostras	No. Determinações		No. Amostras	No. Determinações
(*)	*8.440*	*61.800*	*R$ 6.676.559,48*	*13.484*	*58.376*

(*)A meta prevista financeira é da LOA para o PI –2132- Sistema de Funcionamento Laboratorial de Apoio Vegetal e a meta realizada corresponde ao recebido e realizado utilizado por este PI

Outras Ações

Tabela 7 - Recursos financeiros recebidos pelo LANAGRO/SP de Outras Ações de outros Programas do PPPA 2004-2007

Ação (PI)		Recursos Recebidos (R$ 1,00)
4842- Erradicação da Febre Aftosa (FEBFRAFTOSA)		1.112.888,76
2809-Prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura (PCEAVE)		619.777,44
4723-Controle de Contaminantes e Resíduos nos animais, vegetais e seus produtos (RESIDUOS)		690.594,16
2141-Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes(FISFECOI)		2.150,00
4771-Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina-doença da vaca louca (VACALOUCA)		6.918,55
ADMSEDE1	Diárias	1584,00
MANUTGM2	Diárias de colaboradores eventuais	103,10

5. Desempenho Operacional

O Apoio Laboratorial Animal e Vegetal se dão através dos Processos Finalísticos Internos do LANAGRO/SP (Figura A.3. do Apêndice), que interagem com Ações distribuídas entre Programas Intra-setoriais do PPA 2004-2007, conforme a Figura A.2. constante do Apêndice.

Um Processo Finalístico representa um conjunto de atividades específicas, logicamente inter-relacionadas, organizadas com a finalidade de transformar insumos e produzir certificados oficiais de análises e/ou resultados de diagnósticos de doenças, testes de vacinas.

Essas atividades baseiam-se no atendimento às necessidades dos serviços clientes (SIPAG, SEDESA, SEFAG) e programas de governo (PRP, PNCR, PNSA).

O desempenho do LANAGRO será apresentado separadamente, categorizado nas Áreas de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal, e Apoio Laboratorial Geral, tendo como indicadores a relação entre o efetivo de unidades laboratoriais (programadas, recebidas e realizadas) e os recursos financeiros (programados, recebidos e utilizados) em sua execução.

Os Indicadores de Desempenho do LANAGRO são descritos a seguir:

<table>
<tr><td colspan="3">Indicador de Eficácia</td></tr>
<tr><td colspan="3">Utilidade
Mostrar o alcance da meta física independente do custo ou impacto implicado na ação. Este indicador é apresentado em valor absoluto, pois a Execução das análises realizadas representam a demanda do Serviço de Fiscalização.</td></tr>
<tr><td colspan="3">Fórmula de cálculo</td></tr>
<tr><td>N_uAL</td><td>Número de unidades de Análises Laboratoriais realizadas</td><td>unidade = amostra ou prova</td></tr>
<tr><td colspan="3">Método de medição</td></tr>
<tr><td colspan="3">Considerando-se que a <u>unidade de análise laboratorial</u> pode ser expressa tanto pela amostra recebida ou analisada ou como pelo número de provas ou determinações analíticas necessárias para se obter o laudo de inspeção ou certificado de análise dessa amostra. Utiliza-se como meta física alcançada o somatório das <u>unidades de análise laboratorial</u> das Ações LABANIMAL, LAVEGETAL, RESIDUOS, PCEAVE, FISFECOI, FEBREAFTOSA, VACALOUCA, MANUTGM2 e ADMSEDE1. O valor da meta física alcançada por cada área é resultante da soma das <u>unidades de análise laboratorial</u> realizadas por cada processo finalístico de competência de cada Unidade Física coordenada pelo LANAGRO como se descreve na Figura A.5.</td></tr>
</table>

d. Fontes de Informação

Os resultados das unidades de análise laboratorial são armazenadas nas bases de dados descritas a seguir e se tornam fontes de informação para os cálculos dos indicadores de desempenho

Ação	Unidade Física	Fonte de Informação	
Apoio Animal	Campinas/ SP	Base de Dados do Sistema de Controle de Amostras desenvolvido e gerenciado pelo LANAGRO/SP	
	Curitiba/PR	Relatório Mensal do Demonstrativo de Execução de Análises Físico-química e Microbiológica de Produtos de Origem Animal, por natureza da amostra, execução e resultado analítico	
Apoio Vegetal	Jundiaí/ SP	Bebidas e Vinagres	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas BEBWIN
		Fertilizantes e Corretivos	Relatórios Demonstrativos de Execução Física de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. Periciais e Demonstrativo de Determinações Analíticas de Amostras Fiscais, Periciais e 2ª. periciais
	Curitiba/PR	Bebidas e Vinagres	Relatórios mensais extraídos da Base de Dados do Sistema de Controle de Análises de Bebidas Sistema BEBWIN

e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Controle, Avaliação e Estatística – LANAGRO/SP

f. Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Eficácia ($x_{2)}$
Animal	Amostra	10.606
	Prova	98.432
Vegetal	Amostra	13.514
	Prova	58.423
LANAGRO/SP	Amostra	24.120
	Prova	156.855

Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador

O número de amostras e provas realizadas depende da demanda vinda dos serviços clientes.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
Não se aplica	

Indicador de Eficiência

a. Utilidade

Mostrar a eficiência do apoio laboratorial através do custo unitário da unidade de análises laboratorial, de duas maneiras:
-em relação aos recursos financeiros programados, e,
-em relação aos recursos financeiros efetivamente utilizados.

b. Fórmula de cálculo

b.1. Custo unitário programado da Unidade de Análise Laboratorial – *CUP*

$CUP_u = \frac{y_1}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_1=recursos financeiros programados, em reais x_2= $N_u AL$ (eficácia)

b.2.Custo unitário efetivo da Unidade de Análise Laboratorial – *CUE*

$CUE_u = \frac{y_2}{x_2} \quad (R\$/_{unidade})$	y_2= recursos financeiros utilizados, em reais x_2= $N_u AL$(eficácia)

c. Método de medição

Os recursos financeiros utilizados somam os valores utilizados enviados por todos os PI's que atenderam aos Elementos de Despesa do Laboratório.

Os recursos financeiros programados a serem utilizados baseiam-se primariamente nas despesas básicas (água, luz e telefone). A isso se somam as despesas relativas à aquisição e/ou manutenção de insumos, bens de consumo, obras e equipamentos. Os recursos necessários aos processos de aquisição de bens e serviços são submetidos e aprovados pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial / SDA.

d. Fontes de Informação

Os dados relativos aos recursos financeiros recebidos e utilizados têm como Fonte de Informação os Sistemas Administrativos Governamentais, Contrato de Fornecedores e Notas Fiscais.

e. Área Responsável pelo cálculo e/ou medição

Controle, Avaliação e Estatística - LANAGRO/SP

f. Resultado

	Unidade de análise laboratorial (*u*)	CUP (R$/unidade)	CUE (R$/unidade)
LANAGRO/SP	Amostra	1156,75	455,37
	Prova	177,88	70,02

g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	
O *CUP* (custo unitário programado) obtido foi de R$ 1156,75/amostra e R$ 177,88/prova, enquanto que *CUE* (custo unitário efetivo) obtido foi de R$ 455,37/ amostra e R$ 70,02/ prova. Mesmo não tendo recebido o total programado, o LANAGRO/SP, conseguiu executar a demanda de análises, utilizando insumos remanescentes do ano anterior.	
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
Para não haver problemas quanto à descontinuidade das atividades programadas é necessário que os recursos programados sejam disponibilizados segundo a programação do LANAGRO/SP enviada à CGAL no início de cada ano.	*CGAL*

Indicador de Efetividade	
a. Utilidade Mostrar a efetividade do Apoio laboratorial do LANAGRO através das relações entre o impacto do efetivo realizado sobre o programado, segundo a sua capacidade operacional, e o recebido dos Serviços de Fiscalização, em número de amostras. Além disso, mede-se a efetividade através das relações entre o impacto dos recursos utilizados e recebidos e entre o impacto dos recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO e os recursos programados para o exercício de 2007.	
b. *Fórmula de cálculo*	
b.1. Índice de Realização da Demanda – IR	
$IR = \frac{x_2}{x_1} 100\%$	x_1= Número de amostras recebidas - NAR x_2= N_uAL
b.2. Índice de Utilização da Oferta sobre a Demanda – *IUOAD*	
$IUOAD = \frac{x_1}{y_3} 100\%$	x_1=NAR y_3= capacidade operacional, em número de amostras
b.3. Índice de Utilização dos Recursos Recebidos no exercício de 2007– UTI_1	
$IUT_1 = \frac{y_2}{x} 100\%$	x= Total de recursos recebidos y_2= Total de recursos utilizados
b.4. Índice de Utilização dos Recursos pelas atividades executadas pelo LANAGRO relativamente ao programado para 2007 – UTI_2	
$IUT_2 = \frac{y}{y_1} 100\%$	y = Total de recursos efetivamente utilizados y_1= Total de recursos programados

c. Método de medição
O mesmo descrito para os indicadores de eficácia e eficiência
d. Fontes de Informação
As mesmas fontes de informação citadas para os indicadores de eficácia e eficiência
e. Área Responsável pelo cálculo
Controle, Avaliação e Estatística - LANAGRO/SP
f. Resultado

Apoio Laboratorial	Unidade de análise laboratorial (*u*)	Indicador			
		Efetividade			
		IR(%)	IUOAD (%)	IUT1(%)	IUT2(%)
Animal	Amostra	87,53	94,81		
Vegetal	Amostra	109,33	146,46		
LANAGRO/SP	Amostra	98,54	115,35	97,86	39,37

g. Disfunções estruturais ou situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador	
O *IR* de 87,53% para amostras no apoio animal foi devido à de rejeições de amostras recebidas por alguns processos finalísticos. O *IUOAD* obtido demonstra que a demanda ultrapassou a capacidade operacional de alguns processos finalísticos, principalmente na área de Apoio Vegetal.	
h. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso	Responsável
As ações corretivas necessárias para a utilização da capacidade operacional ofertada pelo LANAGRO/SP aos seus clientes tem sido implementadas através de reuniões com os setores técnicos competentes, visando adequar demanda à capacidade operacional e também conscientização dos clientes para redução do número de amostras rejeitadas.	Dr. Abrahão Buchatsky, Coordenador Dra. Maria de Fátima Martins Pinhel, Coordenadora Técnica

6. Previdência Complementar – Não se aplica

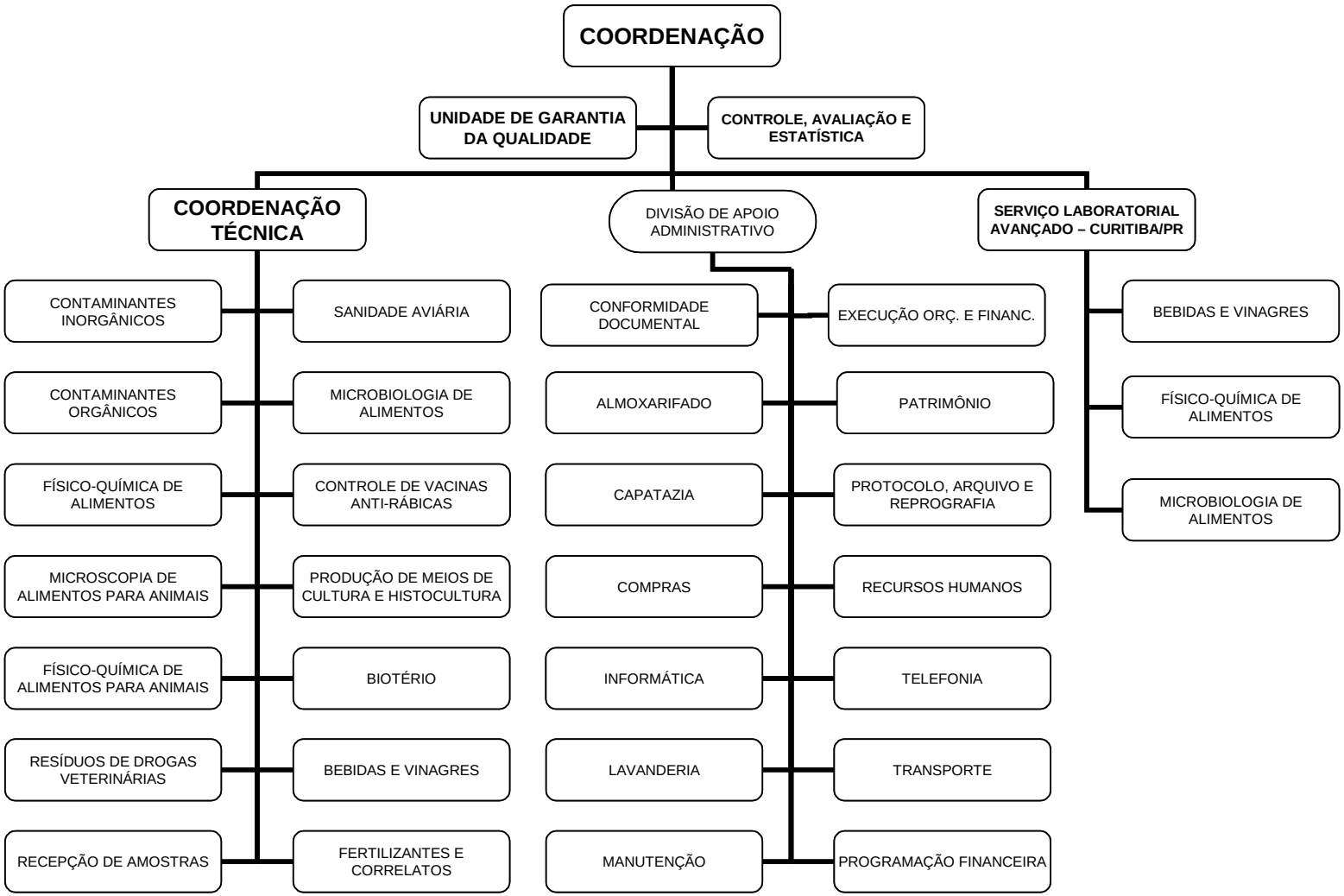
7. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal – Não se aplica

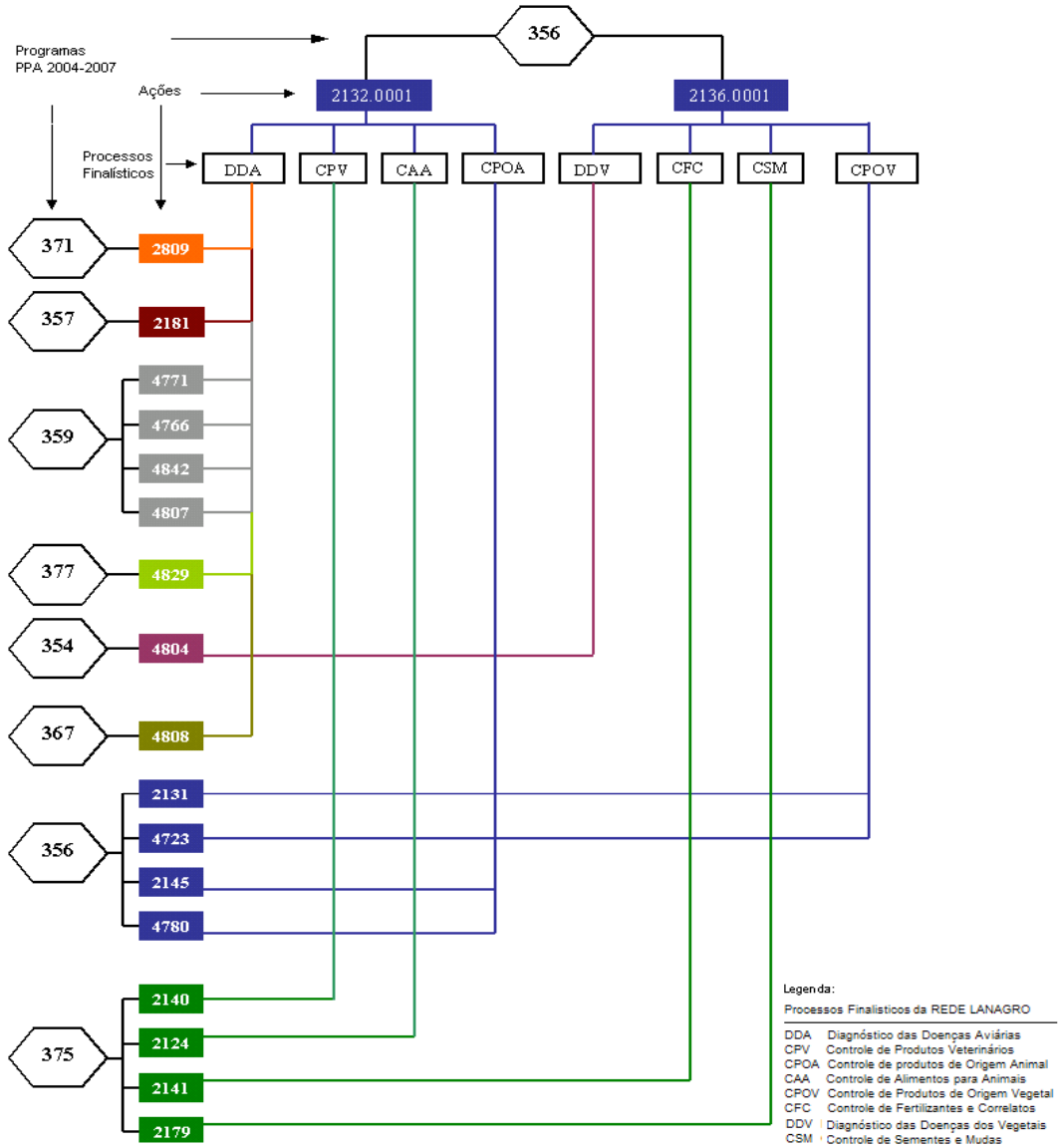
8. Operações de fundos - Não se aplica

9. Conteúdos específicos por LANAGRO conforme Anexos II e X da DN-TCU-85/07- Não se aplica

APÊNDICE

Figura A1. Estrutura Organizacional do LANAGRO/SP





Programa		Ação	
356	Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	2132	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal - SP
		2136	Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal - SP
		2145	Inspeção Industrial e Inspeção Sanitária dos Produtos, Sub-produtos e Derivados de Origem Animal
		4780	Fiscalização contra a Fraude e a Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária
		4723	Controle de Contaminantes e Resíduos nos Animais e Vegetais e seus Produtos
		2131	Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal
357	Segurança Agropecuária no Trânsito Internacional de Animais	2181	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos
375	Qualidade dos Insumos e Serviços Agropecuários	2140	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
		2124	Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal
		2141	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
		2179	Fiscalização de sementes e mudas
371	Desenvolvimento da Avicultura .	2809	Prevenção, controle e erradicação de doenças da avicultura
359	Desenvolvimento da Bovideocultura	4807	Prevenção, controle e erradicação das doenças da bovinocultura
		4842	Erradicação da Febre Aftosa
		4766	Controle e erradicação da tuberculose e brucelose
		4771	Controle da raiva dos herbívoros e prevenção da encefalopatia espongiforme bovina-doença da vaca louca
377	Desenvolvimento da Caprinocultura, Equideocultura e Ovinocultura	4829	Prevenção controle e erradicação da doenças da equideocultura, da caprinocultura e da da criação de pequenos e médios animais
354	Desenvolvimento da Fruticultura	4804	Prevenção e Controle de pragas na Fruticultura
367	Desenvolvimento da Suideocultura	4808	Prevenção, controle e erradicação das doenças da suideocultura

Figura A.2. Interação entre as ações de Funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal do LANAGRO/SP, os seus Processos Finalísticos e as Ações do PPA 2004-2007.

Processos finalisticos	Sub-processos	Atividades					
Diagnóstico de doenças aviárias		Diagnóstico					
		Sorológico	Virológico	Bacteriológico	Molecular		
	Virologia	X	X		X		
	Bacteriologia	X		X	X		
Controle de produtos veterinários	Controle de Vacinas Aviárias	Controle de vacinas vivas contra a Doença de Newcastle Controle de vacinas vivas contra Bronquite Infecciosa das Aves Controle de vacinas vivas contra Gumboro Controle de vacinas vivas Combinadas Controle de vacinas vivas Polivalentes					
	Controle de Vacinas anti-rábicas	Controle de vacinas inativadas para herbívoros Controle de vacinas inativadas para cães e gatos					
Controle de produtos de Origem Vegetal	Análises de bebidas	Matriz					
		Não alcoólicos	Fermentados Alcoólicos	Fermentados Acéticos	Destilados	Destilo-retificados	Alcoólicos por mistura
	Microbiológicas	X					
	Físico-químicas	X	X	X	X	X	X
Controle de insumos agropecuários	Análises	Matriz					
		Fertilizantes minerais	Fertilizantes orgânicos	Fertilizantes organo minerais	Corretivos		
	Físicas	X			X		
	Químicas	X	X	X	X		

(continua)

Figura A.3. Processos finalísticos do LANAGRO/SP e seus desdobramentos em sub-processos e atividades.

(continuação)

Processos finalisticos	Sub-processos	Atividades						
Controle de produtos de Origem Animal	Análises Microbiológicas Análises Físico-químicas	Análises de produtos cárneos, produtos lácteos, pescados e derivados, mel e derivados, ovos e derivados, água e outros						
	Resíduos de drogas veterinárias e contaminantes	Pesquisa de Resíduos	Matriz					
			Bovinos	Suínos	Eqüinos	Leite	Aves	Mel
		Organoclorados	x	x	x	x	x	
		Inorgânicos	x	x	x		x	
		Anabolizantes	x					
		Cloranfenicol						x

Controle de Alimentos para animais	Análise	Matriz					
		Racões	ingredientes	concentrados	sais minerais	alimentos	suplementos vitamínicos
	Microbiológica	X	x			x	x
	Físico-química	X	x	x	x	x	x
	de Micotoxinas	X	x				
	Microscópica	X		x			

Figura A.3. Processos finalísticos do LANAGRO/SP e seus desdobramentos em sub-processos e atividades.

Figura A.4. Resumo da Distribuição dos Recursos Financeiros Programados, Recebidos e Utilizados pelo LANAGRO/SP, por Elemento de Despesa.

339037	contratos	1.685.893,60	1.486.663,83	88,18	2.770.752,36	1.486.663,83	53,66	-
339039	serviços de terceiros	8.477.045,86	8.408.333,44	99,19	9.145.870,66	5.252.606,08	57,43	3.155.727,36
339047	obrigações trib.	2.546,64	2.546,64	100,00	(*)	2.546,64	-	-
339092	exercicios anteriores	8.347,49	8.347,49	100,00	(*)	8.347,49	-	-
339139	publicações	32.000,00	26.090,24	81,53	192.000,00	26.090,24	-	-
449051	obras e instalações				9.900.000,00	-	-	-
449052	material permanente	1.729.250,44	1.729.250,44	100,00	1.000.000,00	1.729.250,44	-	-
339093	restituições	480,47	480,47	100,00		480,47	-	-
	TOTAL	14.454.042,07	14.144.335,43	97,86	27.900.739,66	10.983.543,81	39,37	3.160.791,62

(*) Meta não programada
(**) Recursos recebidos pelo LANAGRO/SP que atenderam os Elementos de Despesa de Outros LANAGROs
IUT1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;
IUT2 =% de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/SP relativamente ao programado para 2007

27.900.739,66 14.144.335,43
Fundepag-Outros 2.982.498,46

(*) Meta não programada
(**) Recursos recebidos pelo LANAGRO/SP que atenderam os Elementos de Despesa de Outros LANAGROs
IUT1 = % de recursos utilizados relativamente aos recebidos;
IUT2 =% de recursos efetivamente utilizados pelo LANAGRO/SP relativamente ao programado para 2007.

Figura A.5. Metas físicas programadas, recebidas e realizadas por Processos finalísticos das Ações de Funcionamento dos Sistemas Laboratoriais de Apoio Animal e Vegetal do LANAGRO/SP.

Processo Finalístico/Campinas-SP		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Eficácia (Realizado)	*IR*	*IUOAD*
Diagnóstico de Doenças Aviárias		amostra	1.594	1.887	968	51,30%	118,41%
		prova	42.948		55.105		
Controle de Produtos de Origem Animal/Campinas-SP	Análises Físico-químicas	amostra	2.376	2.417	2.180	90,19%	101,73%
		prova	12.355		11.673		
	Análises Microbiológicas	amostra	2.496	2.589	2.608	100,73%	103,73%
		prova	8.268		7.936		
	Análise de resíduos de Contaminantes Inorganicos	amostra	222	78	22	28,21%	35,14%
		prova	666		69		
	Análise de resíduos de Contaminantes Organicos	amostra	180	236	221	93,64%	131,11%
		prova	3.240		4.840		
	Análise de resíduos de Drogas Veterinárias	amostra	60	73	63	86,30%	121,67%
		prova	120		126		
Controle de Alimentos para Animais	Análise por Microscopia	amostra	630	302	259	85,76%	47,94%
		prova	3.150		1.604		
	Análise de resíduos de Contaminantes Inorganicos	amostra	126	47	21	44,68%	37,30%
		Prova	504		153		
	Análises Físico-químicas	Amostra	525	181	150	82,87%	34,48%
		prova	1.050		1.088		
	Análises Microbiológicas	amostra	204	32	28	87,50%	15,69%
		prova	204		28		
Controle de Produtos Veterinários	Vacinas Anti-rábicas	Controle de Produtos Veterinários	384	367	339	92,37%	95,57%
		prova	3.072		2.712		
	Vacinas contra Doenças Aviárias	amostra	444	453	418	92,27%	102,03%
		prova	1.332		1.393		
Processo Finalístico/Curitiba-PR		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Eficácia (Realizado)	*IR*	*IUOAD*
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Microbiológicas	amostra	900	762	721	94,62%	84,67%
		prova	2.400		2.477		
	Análises Físico-químicas	amostra	2.640	2.693	2.608	96,84%	102,01%
		prova	8.300		9.228		
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Fertilizantes e Corretivos/ Jundiaí-SP	amostra	840	384	327	85,16%	45,71%
		prova	4.200		1.267		
	Bebidas e Vinagres/ Jundiaí-SP	amostra	6.500	10.732	11.784	109,80%	165,11%
		prova	45.500		49.081		
	Bebidas e Vinagres/ Curitiba-PR	amostra	1.100	1.245	1.403	112,69%	113,18%
		prova	12.100		8.075		
Ação		Unidade de análise laboratorial	Programado	Recebido	Eficácia (Realizado)	*IR*	*IUOAD*
Apoio Laboratorial Animal		amostra	12.781	12.117	10.606	87,53%	94,81%
		prova	87.609	-	98.432		
Apoio Laboratorial Vegetal		amostra	8.440	12.361	13.514	109,33%	146,46%
		prova	61.800	-	58.423		
LANAGRO/SP		amostra	21.221	24.478	24.120	98,54%	115,35%
		prova	149.409	-	156.855		

ANEXOS

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo B – Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II DN-TCU-85/2007) - Não se aplica

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item 1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela C.1. Cartão de Crédito Coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

Ano	2005	2006	2007
Gasto com Cartão de Crédito	(*)	R$ 7.039,45	R$ 10.927,52

(*) Registros anteriores só dispuseram os valores de Saques e Despesas juntos, que somaram R$ 28.771,96

Tabela C.2. - Cartão de Crédito Coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Valor do Saque	Nome do colaborador que fez a retirada	Justificativa
R$ 2.721,50	Ecilda Batista	Despesas pagas em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 1.433,52	Inês A. Muniz Silva	Despesas pagas em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito
R$ 10.927,52	Terezinha Barbosa da Silva	Despesas pagas em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.

Tabela C.3. Cartão de Crédito Coorporativo: série histórica dos saques efetuados

Ano	2005	2006	2007
Gasto com Cartão de Crédito	(*)	R$18.230,00	R$ 11.639,00

.(*) Registros anteriores só dispuseram os valores de Saques e Despesas juntos que somaram R$ 28.771,96

Tabela C.4. - Cartão de Crédito Coorporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007.

Valor do Saque	Nome do colaborador que fez a retirada	Justificativa
R$ 9.235,10	Ecilda Batista	Saques efetuados em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 1.960,00	Fátima Eloísa	Saques efetuados para pagamento e pedágios, que

Valor do Saque	Nome do colaborador que fez a retirada	Justificativa
	Castanheira Ferreira	somente é aceito pelas concessionárias em dinheiro, e saques para despesas com combustível em viagens realizadas pelos motoristas, em posto de abastecimentos que não possuem o sistema de Cartão de Crédito.
R$ 7.524,00	Inês A. Muniz Silva	Saques efetuadas em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito
R$ 1.050,00	Lusia da Rocha	Saques efetuados para pagamento de pedágios, que somente é aceito pelas concessionárias em dinheiro, e saques para pagamento de seguro obrigatório dos veículos do LANAGRO/SP que também somente é aceito em dinheiro.
R$ 10.927,52	Terezinha Barbosa da Silva	Saques efetuadas em virtude das empresas fornecedoras não possuírem o sistema de Cartão de Crédito.

Anexo D – Recomendações de Órgãos de Controle Interno (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN- TCU-85/2007

Anexo E – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/07)- Não se aplica

ANEXOS

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS (CONFORME ANEXOS II X DA DN-TCU-85/2007)

Anexo A – Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

a) Nº do Processo: 21000.005670/2007-77

b) Fato que Originou

- Omissão no dever de prestar contas.

c) Identificação da unidade ou do responsável pela apuração

- **Unidade:** Secretaria de Defesa Agropecuária
- **Responsáveis pela apuração:**
    i. Willian Araújo Neres
    ii. Ramonita Vieira da Motta

d) Identificação dos responsáveis

- **Nome:** Antônio Duarte Nogueira Júnior
- **CPF:** 048.048.818-59
- **Caro/Função:** Presidente do Fórum Nacional de Secretários da Agricultura – FNSA

e) Valores Originais e datas de competências

- Valor Original do débito: R$ 900.000,00
- Datas de competências:
    i. Data da Assinatura; 23/08/2004
    ii. Vigência do Instrumento: 23/08/2007 a 30/06/2005

f) Situação do Processo

- Em análise na Controladoria Geral da União

Anexo B – Demonstrativo de Perdas, extravios e outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Não se aplica

Anexo C – Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela 1 – Cartão de crédito coorporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
2.834,27	*2.590.36*	*4.747,66*

Tabela 2 – Cartão de crédito coorporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da Ocorrência	Justificativa	*Responsável*	*Valor (R$)*
- Aquisição de material de expediente, processamento de dados, utilização em gráfica e acondicionamento e embalagem	*A concessão de suprimento de fundos foi realizada por meio do cartão de crédito corporativo do Governo Federal, para atender despesas eventuais e de pequeno vulto, que não disponibilizado pelo almoxarifado central do Ministério*	Jonas Bandeira da Rocha	*1.981,41*
- Aquisição de material de processamento de dados			*500,00*
- Aquisição de material de expediente, copa e cozinha, processamento de dados e utilização em gráfica			*2.266,25*
Totais			***4.747,66***

Tabela 3 – Cartão de crédito coorporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
Não se aplica		

Tabela 2 – Cartão de crédito coorporativo: detalhamento dos

Descrição da Ocorrência	Justificativa	*Responsável*	*Valor*
Totais			
Não se aplica			

Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. Tribunal de Contas da União

Recomendação ou determinação

Acórdão Nº 585/2007-TCU-PLENÁRIO

Item 9.4 – determinar à Secretária de Defesa Agropecuária do MAPA que adote as medidas necessárias à inclusão do Convênio nº 003/2004/MAPA/DFA/MG na relação dos convênios disponibilizados no sítio oficial do MAPA.

- Providências adotadas e resultados obtidos: a Secretaria providenciou o encaminhamento do pedido de inclusão do referido convênio, no site oficial do MAPA, à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação ligada a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – CGTI/SPOA/SE/MAPA, unidade responsável por disponibilizar informações no sitio oficial do MAPA.

- Resultados obtidos: foi adotada por esta Secretaria a inclusão do referido convênio no sítio oficial do MAPA.

Item 9.5 – determinar ao MAPA que se abstenha de realizar transferências de recursos, via convênio, com a finalidade de custear despesas que não tenham correspondência com as atividades finalísticas dos programas da área de sanidade agropecuária, a exemplo de despesas administrativas de matéria de consumo para manutenção predial dos órgãos convenentes (detergente, cera para piso, água sanitária, flanela, lustra moveis, papel higiênico, sabão em barra e em pó), em observância à determinação contida no item 9.3 do Acórdão TCU 1.458/2004 – 2ª Câmara.

- Providências adotadas e resultados obtidos: a Secretaria de Defesa Agropecuária preparou e encaminhou aos seus Departamentos e às Superintendências, um documento alertando para o contido no Acórdão, como também, solicitou a esta ultima que desse ciência aos órgãos convenentes no sentido do cumprimento do item 9.5.

- Resultados Obtidos: as providências foram adotadas a partir do conhecimento do Acórdão.

Anexo E – Demonstrativos de Transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tipo	Código Siafi/ Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivo	Objeto da Avença	Data da Publicação no DOU	Valor Total Pactuado	Valor Recebido/ Transferido no Exercício	Contrapartida	Beneficiário	Situação da Avença
Ajuste ao Acordo de Cooperação Técnica	-	**- Processo nº** 21000.009584/2007-33 - **Data da assinatura:** 28/12/2007 **- Vigência**: 5 anos a partir da assinatura do Acordo	"O Termo de Ajuste tem por objeto a continuidade das ações existes e a inclusão de novos projetos no âmbito das áreas acordadas entre as partes signatárias do Termo de Cooperação Técnica entre a OPAS/PANAFTOSA e o Ministério no desenvolvimento de atividades relacionadas com Programas de Sanidade Animal, de conformidade com o disposto na cláusula décima quinta do mencionado termo".	04/01/2008	R$ 4.988.920,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e oito mil e novecentos e vinte reais)	R$ 4.788.920,00 (quatro milhões, setecentos e oitenta e oito mil e novecentos e vinte reais)	R$ 200.000,00	**Razão Social:** Organização Pan-Americana de Saúde – Organização Mundial de Saúde CNPJ Nº: 29.139.078/0001-73	Em andamento

Anexo D – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. Tribunal de Contas da União

Recomendação ou determinação

Acórdão Nº 585/2007-TCU-PLENÁRIO

Item 9.4 – determinar à Secretária de Defesa Agropecuária do MAPA que adote as medidas necessárias à inclusão do Convênio nº 003/2004/MAPA/DFA/MG na relação dos convênios disponibilizados no sítio oficial do MAPA.

- Providências adotadas e resultados obtidos: a Secretaria providenciou o encaminhamento do pedido de inclusão do referido convênio, no site oficial do MAPA, à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação ligada a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – CGTI/SPOA/SE/MAPA, unidade responsável por disponibilizar informações no sitio oficial do MAPA.

- Resultados obtidos: foi adotada por esta Secretaria a inclusão do referido convênio no sítio oficial do MAPA.

Item 9.5 – determinar ao MAPA que se abstenha de realizar transferências de recursos, via convênio, com a finalidade de custear despesas que não tenham correspondência com as atividades finalísticas dos programas da área de sanidade agropecuária, a exemplo de despesas administrativas de matéria de consumo para manutenção predial dos órgãos convenentes (detergente, cera para piso, água sanitária, flanela, lustra moveis, papel higiênico, sabão em barra e em pó), em observância à determinação contida no item 9.3 do Acórdão TCU 1.458/2004 – 2ª Câmara.

- Providências adotadas e resultados obtidos: a Secretaria de Defesa Agropecuária preparou e encaminhou aos seus Departamentos e às Superintendências, um documento alertando para o contido no Acórdão, como também, solicitou a esta ultima que desse ciência aos órgãos convenentes no sentido do cumprimento do item 9.5.

- Resultados Obtidos: as providências foram adotadas a partir do conhecimento do Acórdão.

Anexo III – Relatório de Correição – Item 7 do Anexo V da DN-TCU/85/2007

Anexo IV – Plano de Providências

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Controladoria - Geral da União

ANEXO IV:

PLANO DE PROVIDÊNCIAS DA SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA RELATIVO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO 2007 (Unidade responsável pela apresentação do processo anual de contas – consolidada)

1. Item do Relatório de Auditoria:

1.1. Recomendação: registrar a recomendação constante do relatório de auditoria.

1.2. Posicionamento do Gestor em relação à recomendação: Assinale o nº correspondente ao posicionamento.

( ) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.3. Providências a serem Implementadas:

- No caso de não concordância ou concordância parcial, anexar documentação analisando o fato, com documentos que, sob a ótica do gestor, possam agregar novas informações que sob seu julgamento não foram consideradas pela equipe na análise da constatação ou na recomendação, propondo a revisão da recomendação nos termos esposados pela equipe, para sua extinção ou substituição por uma nova ação sugerida.
- No caso de concordância com o teor da constatação e/ou recomendação, discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.

1.4. Prazo limite de implementação da etapa 1: _____ **/**_____ **/** _____
Prazo limite de implementação da etapa 2: _____ **/**_____ **/** _____

Unidade Examinada: 130058 – LANAGRO/MG
Relatório nº: 189371

1 **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1**
Operação parcial da Unidade de Biossegurança do LANAGRO/MG.

1.1 **Recomendação:** Recomendamos ao LANAGRO/MG dar tratamento prioritário à contratação de empresa especializada em manutenção de sistemas automatizados, para permitir a operação total da Unidade de Biossegurança.

1.2 **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

1.3 **Providências a serem Implementadas:**

A Concorrência 002/006 foi encerrada em dezembro de 2007 sem conclusão da mesma. Todas as Empresas concorrentes foram desclassificadas por não apresentarem atestado técnico compatível com exigência do edital.

No período para continuidade da operação da Unidade de biossegurança foi realizado contato com o Centro Panamericano de Febre Aftosa, Organismo Internacional ligado a Organização Panamericana de Saúde, que apoiou, através de Termo de Cooperação Técnica em vigência com o MAPA, funcionamentop da referida unidade a partir de agosto/2007.

Em março/2008 os trabalhos para conclusão das alterações no sistema de automação serão reiniciados com o apoio do CPFA e será, também, analisado proposta de contratação por inexigibilidade de licitação de empresa notoriamente especializada em sistema de automação, com nova certificação da área biossegura.

1.4. **Prazo limite de implementação: 30**/_06 / 2008.

Unidade Examinada: 130102 – LANAGRO/SP
Relatório nº: 189376

2. **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1**
Falta de registro contábil de devedores diversos no LANAGRO/SP, Reincidência.

2.1. **Recomendação:** Recomendamos informar a CGU-SP quando do efetivo registro de responsabilidade do valor que foi apurado no processo de sindicância 21052.001574/2004-00.

2.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

2.3. **Providências a serem Implementadas:**

- Ressaltamos que já havia sido encaminhado a Consultoria Jurídica do MAPA, pleito da empresa Centurion quanto a possibilidade de parcelamento da divida em questão, motivo pelo qual até aquele momento não havia sido tomada nenhuma providencia em relação ao registro contábil. Após auditoria da CGU/SP e conseqüente recomendação em 08/06/07 foi encaminhado através do ofício nº 400/07 à Setorial de Contabilidade do MAPA/DF, cópia do processo de sindicância nº 21052.001574/2004-00 para fins de registro contábil de devedores diversos na conta 11229.05.00 vez que somente ela pode efetuar este registro no sistema. Anexamos mensagem nº 2007/0874275 e Nota de lançamento 2007NL000055 ambas emitidas pela UG 130003 – Setorial de Contabilidade/MAPA.

2.4. **Prazo limite de implementação: JÁ IMPLANTADO**

3. **Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1**

Desvio de função de empregado terceirizado e utilização indevida de veículo oficial no LANAGRO/SP.

3.1. **Recomendação:** Recomendamos ao LANAGRO-SP que:
a) adote providências para a imediata regularização da situação dos dois funcionários em desvio de função.
b) adote providências com vistas a coibir o uso de veículos oficiais para fins de natureza particular e privativa dos agentes políticos, proibindo sua utilização em outra finalidade que não as necessidades de trabalho (Acórdão TCU 61/2003).

3.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

3.3. **Providências a serem Implementadas:**
a) Esforços vêm sendo implementados na identificação de profissionais – motoristas – disponíveis no quadro efetivo do MAPA. A partir de 26 de fevereiro de 2007 disponibilizamos um colaborador (motorista) na base física de Jundiaí/SP que já vem atendendo parcialmente nossa demanda, que aumenta cada vez mais, motivo pelo qual não pudemos até o momento atender “in totum” a orientação desta CGU/SP.
Para atender a demanda, a coordenação determinou a emissão de uma autorização de condução de veiculo oficial aos técnicos que fazem parte do quadro efetivo do MAPA, diminuindo assim a ocorrência da não conformidade apontada.
Efetivamente, quando da realização de nova licitação a critério do órgão central, o problema deverá estar sendo resolvido, com a contratação de profissionais habilitados.
b) No que diz respeito ao item B a coordenação notificou ao órgão central da não conformidade identificada, sendo que a partir daquela data tal fato não mais se repetiu.

3.4. **Prazo limite de implementação: JA IMPLANTADA**

4. **Item do Relatório de Auditoria: 3.1.1.1**
Ausência de apresentação de relatórios de viagens e bilhetes de passagens por parte de servidores e terceirizados no LANAGRO/SP.

4.1. **Recomendação:** Recomendamos ao LANAGRO/SP que institua rotina de entrega, pelos beneficiários de diárias e passagens, dos relatórios de viagem, bem como dos cartões de embarque, tempestivamente.

4.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

4.3. **Providências a serem Implementadas:**
- A Divisão de Apoio Administrativo adotou como regra desde janeiro/07, emissão de memorando a cada colaborador enviando cópia da OS, bem como reiterando a necessidade de apresentação de relatório de viagem com anexação dos bilhetes quando houver. Também adotamos a rotina de só liberar nova OS quando o colaborador estiver em dia com suas obrigações**.**

4.4 **Prazo limite de implementação: JÁ IMPLANTADA**

5. **Item do Relatório de Auditoria: 4.1.1.1**
Ausência de comprovação da existência de créditos orçamentários para a abertura de processo licitatório no LANAGRO/SP.

5.1. **Recomendação:** Recomendamos ao LANAGRO/SP:
a) exigir nas requisições de compras, serviços ou obras, a assinatura do responsável pela emissão da mesma.
b) não iniciar processo licitatório sem a identificação da fonte do recurso orçamentário disponível para fazer frente a despesa do objeto a ser contratado.
c) formalizar o "termo de contrato", quando as compras não forem para entrega imediata, respeitando o disposto na legislação vigente.

5.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

5.3. **Providências a serem Implementadas:**
A Divisão de Apoio Administrativo atendendo as orientações da CGU e NAJ/SP e com anuência da Coordenação do LANAGRO/SP, estabeleceu como norma:
a) Todas as solicitações de compras, serviços ou obras devem vir acompanhadas de memorando e justificativa com assinatura do responsável do setor especifico.
b) Estamos anexando declaração de disponibilização de recurso (solicitação da NAJ/SP) ou pré-empenho, ambos emitidos pelo Setor de Orçamento e Finanças do LANAGRO/SP.
Os processos de contrato que sempre abrimos em novembro ou dezembro, para atender o exercício subseqüente (onde a CGU apontou a falta de identificação de recursos), será substituído por Ata de Registro de Preço evitando-se com isso não conformidades. (orientação emanada da NAJ/SP)
c) Já adotamos como rotina a formalização de termo de contrato nas aquisições que ultrapassam os 30 (trinta) dias.

5.4. **Prazo limite de implementação: Já implantada**

6. **Item do Relatório de Auditoria: 4.1.1.2**
Aquisição de materiais sem a anexação de requisição de material pela área interessada. Indicação de preços de referência superior ao encontrado em pesquisa de preços no LANAGRO/SP.

6.1. **Recomendação:** Recomendamos à Unidade que:
a) proceda a juntada, nos processos de compras, de requerimento efetuado pela área interessada, interno ou externo ao órgão, justificando a necessidade de sua aquisição;
b) proceda a indicação, nos termos de referência, da forma como foram determinados os preços de referência, procedendo a anexação de pesquisa de preços ou a indicação do fornecedor consultado.

6.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

6.3. **Providências a serem Implementadas:**

Como já informado no item anterior adotou-se como rotina pela DAD/LANAGRO/SP:
a) Todas as solicitações de compras, serviços ou obras devem vir acompanhadas de memorando e justificativa do requisitante e as mesmas estão sendo juntadas ao processo, alteramos inclusive a montagem dos processos seguindo orientação da NAJ/SP;
b) Estamos anexando ao processo todas as solicitações de orçamento e consultas formuladas por telefone, internet e catálogos.

6.4. **Prazo limite de implementação: Já implantada**

7. **Item do Relatório de Auditoria: 4.1.1.3**
Ausência de parecer jurídico em processo licitatório no LANAGRO/SP.

7.1. **Recomendação:** Recomendamos que o LANAGRO/SP encaminhe os processos licitatórios para a Unidade Jurídica responsável, com vistas a obtenção de parecer em todas as licitações realizadas.

7.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

7.3. **Providências a serem Implementadas:**
A Divisão de Apoio Administrativo desde junho/07 encaminha todos os processos licitatórios ao Núcleo de Assessoramento Jurídico de São Paulo, vez que sua implantação deu-se a partir de abril de 2007.

7.4. **Prazo limite de implementação: JÁ IMPLANTADA**

8. **Item do Relatório de Auditoria: 4.1.2.1**
Imposição de limites à competitividade nos processos licitatórios analisados no LANAGRO/SP.

8.1. **Recomendação:** Recomendamos que a Unidade quando desclassificar por inexequibilidade algum licitante, deixe claro o critério utilizado, justificando adequadamente a sua desclassificação, observando os incisos VI e VII do artigo 11 do Decreto 3.555, de 08 de agosto de 2000.

8.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

8.3. **Providências a serem Implementadas:**
Novamente lembramos que conforme orientação recebida da CGU/SP, o LANAGRO/SP está justificando cada passo das desclassificações, em atendimento ao decreto 3.555/2000.

8.4. **Prazo limite de implementação: JÁ IMPLANTADA.**

9. **Item do Relatório de Auditoria: 4.2.1.1**
Pagamentos efetuados ao fornecedor, sem apresentação de termo de recebimento de mercadoria efetuado por comissão instituída em conformidade com a lei 8.666/93, no LANAGRO/SP.

9.1. **Recomendação:** Recomendamos ao LANAGRO que:
a) para as aquisições cujos pagamentos devam ser realizados pelo LANAGRO/SP, seja observado o disposto no art. 15, §8º, da Lei 8.666/93, que prevê : "§8o O recebimento de material de valor superior ao limite estabelecido no art. 23 desta Lei, para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros."
b) proceda à análise dos casos pendentes, aplicando as penalidades previstas contratualmente, inclusive multas contratuais para os dias de atraso.

9.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

9.3. **Providências a serem Implementadas:**
a) O LANAGRO/SP tem como rotina o POP nº SAA/ALM/003/001/08 e formulários SAA/ALM/001 e SAA/ALM/002 para recebimento de material e a Portaria nº 027/06 que aprovou o Regimento Interno da Comissão de Avaliação de Solicitação, Aquisição e Recebimento de Material e Serviços do LANAGRO/SP. Tem como rotina a emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Equipamentos e Material Permanente que é assinado pelo responsável do setor requisitante bem como pela Coordenação Técnica.
b) Foi providenciando abertura de processo individual por empresa, posteriormente encaminhados a NAJ/SP que vem nos orientando em relação aos procedimentos a serem adotados diante das ocorrências. Mudamos assim por orientação da CGU e NAJ nossos procedimentos.

9.4. **Prazo limite de implementação: JÁ IMPLANTADA.**

10. **Item do Relatório de Auditoria: 5.2.1.1**
Utilização de senha de servidor em período de férias e desobservância do princípio da segregação de funções no LANAGRO/SP.

10.1 **Recomendação:** Recomendamos ao LANAGRO/SP que:
a) Evite atribuir a servidor funções que pela sua natureza devam ser segregadas, visando o aprimoramento dos controles internos e em atendimento ao princípio da segregação de funções;
b) Quando da alteração de férias, sem que haja tempo hábil para lançamento no sistema, proceda a emissão de Portaria e a sua publicação em Boletim de Pessoal, como forma de oficializar a respectiva alteração;
c) Faça gestões junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, visando obter autorização para ampliação de seus quadros, mediante a realização de concurso que vise atender não só a área técnica da Unidade, como também a sua área administrativa.

10.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

10.3. **Providências a serem Implementadas:**
a) O LANAGRO/SP está tentando na medida do possível evitar a sobreposição de funções. Tal item só poderá ser totalmente atendido no momento em que as solicitações dos Senhores Coordenadores forem parcialmente ou totalmente atendidas, conforme consta em oficio nº 129/07 (LANAGRO/PE). Acreditamos

conforme descrito no item 5.2.1.1 pg.97 do relatório da auditoria, termos demonstradas as dificuldades com as quais a Coordenação se depara em seu dia a dia, dado o reduzido numero de colaboradores pertencentes ao quadro do MAPA, porém atendendo às orientações emanadas da CGU, alteramos alguns procedimentos visando minimizar as não conformidades apontadas.
b) Rotina já devidamente implementada, nenhuma alteração de férias esta sendo deixada de comunicar, com expediente encaminhado a SFA/SP responsável pela publicação em boletim de pessoal;
c) Encontra-se à disposição dessa CGU/PR Ata de reunião realizada no LANAGRO/PE onde pode ser verificada a preocupação dos senhores Coordenadores com a reposição de pessoal técnico e administrativo.

10.4. **Prazo limite de implementação: JÁ IMPLANTADA.**

Unidade Examinada: 130007 - SDA
Relatório nº: 189353
11. **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1**
Divergências entre as informações, referentes às metas físicas e financeiras dos Programas/Ações da Unidade, apresentadas no Relatório de Gestão, e as informações constantes do SIGPLAN.
11.1. **Recomendação:** Recomendamos à SDA que quando da elaboração do Relatório de Gestão observe que as informações apresentadas devem estar compatíveis com as informações constantes do SIGPLAN, orientando os seus Gerentes e Coordenadores para que cumpram as recomendações da Portaria MP n.º 198/2005, a qual estabelece os procedimentos e a periodicidade para registro de informações relacionadas com o desempenho das ações do PPA no SIGPLAN. Recomendamos ainda, fazer constar no Relatório de Gestão justificativas para a ausência de meta física nas ações em que houve execução financeira a fim de dar maior transparência à execução dos programas de governo sendo possível desta forma, verificar a compatibilidade da execução com o definido na Lei Orçamentária Anual.

11.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

11.3 **Providências a serem Implementadas:**
a) No que se refere a ação (2179) Fiscalização de sementes e Mudas, recebemos da Coordenação da área, através de seu Mem. CSM/DFIA/SDA/MAPA nº 353/2007 os esclarecimentos de que a "...divergência encontrada nos valores da Execução Financeira...deve-se à razão de ao se elaborar o Relatório Gestor, o SIGPLAN encontrava-se ainda em aberto, não contendo portanto, os números definitivos levantados..." pela Coordenação de Sementes e Mudas.
b) Quanto as ações de códigos 2180 e 2181, Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos e Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos, recebemos através do Memo.393/2007 da Coordenação do VIGIAGRO a informação de "...que para o próximo relatório as informações serão compatíveis com a do SIGPLAN", cumprindo as recomendações da Portaria MP Nº 198. Esclarece ainda a Unidade do MAPA que quanto ao cálculo das metas físicas dessas ações, por se tratar de trânsito internacional, "...que a variação cambial é fator determinante do quantitativo de partidas inspecionadas", no

entanto, para os anos seguintes aquela Unidade da SDA, procederá "...melhor estudo do quantitativo de metas físicas".
c) Quanto as ações 2019 -Fiscalização do Material Genético Animal; 2124 – Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal) e 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário através do MEMO. 302/DFIP/SDA essa Unidade da SDA esclarece que "a partir desse ano, o Relatório de Gestão, além da base de dados do SIPLAN e SIOR, vai levar em consideração os dados constantes do SIGPLAN e do SIAFI, de forma que as informações apresentadas sejam as mais precisas possíveis".

Quanto às demais Ações esta SDA estará orientando os seus vários Órgãos no sentido de atender as recomendações emanadas da SFC/CGU, relacionadas no item 11.1, visando a conformidade dos dados quando do encaminhamento do próximo Relatório de Gestão

11.4. **Prazo limite de implementação: 31 /12 /2007**

12. **Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.3**
Não observância do prazo legal para a prestação de contas de viagem, bem como ausência de cartões de embarque e comprovantes de despesas.

12.1. **Recomendação:** Dessa forma, reiteramos a recomendação a SDA para:
a) Concluir, de imediato, os processos de Prestação de Contas de Viagens dos servidores e colaboradores eventuais, assim como, concluir os demais processos que não compuseram a SA n°2, mas que constam como pendentes;
b) Fixar prazo objetivando recolher os valores pagos a título de diárias e passagens, inclusive, para os servidores/colaborador eventual que porventura não apresentarem a documentação comprobatória das viagens realizadas, caso não logre êxito providenciar o desconto em folha, informando os resultados das providências adotadas a esta CGU;

12.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

12.3. **Providências a serem Implementadas:**

a) A SDA, adotou providências junto ao Departamento de Saúde Animal, através do MEMO.CAO/SDA Nº 064, cópia no ANEXO III, visando concluir as pendências e constatações objeto de diligências dessa SFC/CGU. O Departamento de Saúde Animal por sua vez nos encaminhou os relatórios e os cartões de embarques, em quase sua totalidade, ficando somente pendente quatro desses, porém o Departamento atestou "que o colaborador eventual", objeto dessas pendências "apresentou palestra no período constante do relatório, o que está à disposição dessa SFC/CGU nesta SDA.

b) Informamos, também, que mesmo com as dificuldades de insuficiência de funcionários no âmbito desta SDA, sobretudo na área de Administração, esta SDA, implantou sistema de informatização para controle e registros das Ordens de Serviço, que mesmo ainda estando, ainda necessitando de algumas adaptações, vêm facilitando os controles, de uma

forma automatizada vai permitir maior confiabilidade e transparência dos atos e fatos relacionados aos deslocamentos objeto de ordens de serviços.

A gestão do mencionado sistema, denominado PCDP, é do MP e acreditamos estar disponível aos Órgãos de Controle.

12.4. **Prazo limite de implementação: implementado.**

13. **Item do Relatório de Auditoria: 3.1.1.1**
Não atendimento à recomendação da CGU quanto ao item 8.2.3.2 do Relatório de Avaliação da Gestão nº 175340/2006 no que pertine a instauração de processo para apurar os fatos atinentes à manutenção de servidor em cargo em comissão, simultaneamente, com a prestação de serviço terceirizado na Secretaria de Defesa Agropecuária.

13.1. **Recomendação:** Reiteramos a recomendação para que a SDA encaminhe a documentação referente a esta constatação à Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visando a instauração de processo para apurar os fatos atinentes à manutenção de servidor em cargo em comissão, simultaneamente, com a prestação de serviço terceirizado na Secretaria de Defesa Agropecuária; imputando aos responsáveis as penalidades administrativas e, se for o caso, ressarcimento ao erário.

13.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (**3**)

Os servidores foram designados para cargo em comissão por convite do gestor, o qual encaminhou o pedido de nomeação à Coordenação de Recursos Humanos e esta adotou as providências necessárias. O gestor convidou os servidores para assumirem os cargos mas à Coordenação de Recursos Humanos coube verificar a legalidade dos atos de nomeação.

Tão logo foram informados da impossibilidade da permanência nos cargos em comissão, os servidores pediram afastamento dos mesmos, no que foram atendidos quando o gestor definiu substituto.

A atitude adotada pelos servidores e pelo gestor (exoneração) demonstra o desconhecimento dos mesmos quanto à impossibilidade de ocupação de cargo em comissão por servidor contratado para prestação de serviço terceirizado. O órgão de pessoal, responsável pela designação, da mesma forma não se alertou para o fato. Entende-se assim não ter havido intenção de nenhuma parte de "burlar" a legislação.

13.3. **Providências a serem Implementadas:**

Solicitamos à CGU que aceite as explicações contidas no item 13.2, visto não ter havido má fé dos envolvidos nas designações.

13.4. **Prazo limite de implementação: imediato.**

14. **Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.1**
Morosidade na instauração de TCE atinente ao Convênio Siafi n.º 509387.

14.1. **Recomendação:** Recomendamos à Unidade que agilize a instauração do Processo de Tomada de Contas do Convênio Siafi n.º 509387, informando os resultados a esta CGU.

14.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (2)

14.3. **Providências a serem Implementadas:**

- A tomada de contas especial segue um rito próprio, após esgotar as medidas administrativas necessárias no âmbito interno da administração, e, deve atender aos princípios de finalidade, da razoabilidade, etc, e também do direito de respostas dos potenciais responsáveis, arrolados nos processos administrativos. A SDA adotou todas as providências para que a Entidade conveniada fosse notificada na pessoa dos seus responsáveis com vistas à apresentação da prestação de contas do convênio, no entanto após acusar o recebimento de guia de recolhimento indicando a devolução dos recursos ao Tesouro Nacional, conforme já relatado e esclarecido anteriormente à SFC/CGU e também ao TCU, a SDA não havia instaurado a tomada de contas especial. A morosidade apontada pela SFC para instauração da TCE se deu ao fato da apresentação na SDA de Guia de Recolhimento a União, dos recursos do Convênio, em sua totalidade, porém com a não identificação desses recursos na conta transitória, a SDA tomou as providências que lhe competiam, inclusive levando os autos à Secretaria Executiva do MAPA que por sua vez realizou o envio de cópias integrais do Convênio SIAFI 509387 a CGU/PR, Ministério Público e Tribunal de Contas da União/5ª SECEX.

Não podemos deixar de frisar também, que continua em quase todas as áreas da administração pública a insuficiência de pessoal qualificado, principalmente nessas áreas específicas de prestação de contas de convênios, e, tão pouco esta Secretaria conta com uma unidade específica de correição, o que por si só também pode acarretar em atrasos substanciais quanto às providências, tanto de análises de prestações de contas, quanto de encaminhamentos de tomadas de contas especiais.

Mesmo com todas providências adotadas, preliminarmente à instauração da tomada de contas do convênio 509387, a SDA já instaurou a TCE, autuada sob o nº 21000.005670/2007-77. Ainda designou Comissão de Tomada de Contas, conforme Portaria nº 101, de 15/08/2007, retificada em 16/08/2007, tendo em vista os fatos contidos no processo, mencionado, e para cumprimento do que dispõe a IN/TCU Nº 13, Artigo 4º, Inciso IV, necessário para o prosseguimento da TCE.

A mencionada Comissão concluiu o seu relatório, cuja cópia está no ANEXO IV, encaminhado a SFC/CGU.

14.4. **Prazo limite de implementação: IMPLEMENTADA.**

15. **Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.2**
Atendimento parcial das 29 recomendações da CGU quanto às impropriedades apontadas na Prestação de Contas do Convênio Siafi 488970 (ABEAS), consignadas no Relatório de Avaliação da Gestão nº 175340/2006.

15.1. **Recomendação:** Diante o exposto, reiteramos as recomendações constante nos itens, h, i (i1, i2 e i3), k, m, n, s, u, v, w, x, y, z, aa, por permanecerem pendentes de solução.

I – Item “h” e “i1”, mantemos a recomendação quanto a adotar providências visando à devolução ao erário do montante de R$ 156.440,00, referente à criação técnica e impressão de 80 mil cartilhas.

Recomendamos ainda que a Unidade apresente as manifestações dos técnicos responsáveis pela emissão do parecer de viabilidade técnica, designados pela Portaria n.° 84, conforme sugestão constante da alínea "b" do item 7.4.3. do Parecer 04/2006 - ASSISTENTE CAO/SDA, haja vista que essa meta não constava do Plano de Trabalho.

II – Item “i2” e “i3”, reiteramos a recomendação no tocante a adoção de providências visando à devolução ao erário do montante de R$ 70.800,00 relativo ao pagamento de despesas não previstas no Plano de Trabalho.

III – Item “k”, uma vez que a própria SDA entende como devido o recolhimento pela ABEAS do valor de R$ 20.485,85, referente a pagamentos, com recursos do convênio, a funcionária da própria convenente, recomendamos agilizar a devolução ao erário do pagamento efetuado indevidamente, atualizados monetariamente, informando a esta SFC.

IV – Itens “m”, “x” e “y”, reiteramos a recomendação para que a SDA emita opinião a respeito da justificativa apresentada pela ABEAS junto à Corregedoria do MAPA, bem como submeta o assunto à Consultoria Jurídica, com vistas ao pronunciamento daquela setorial da AGU, ressaltando que os recursos geridos pela concedente são públicos, devendo por isso se submeter à Lei 8.666/93, Lei 4.320/64 dentre outros normativos que estabelecem a forma de utilização desses recursos.

V - Item "n", uma vez que a própria SDA entende como devido o recolhimento pela ABEAS do valor de R$ 44.100,00, referente a pagamentos, com recursos do convênio, à própria convenente, recomendamos agilizar a devolução ao erário do pagamento efetuado indevidamente, atualizados monetariamente, informando a esta SFC.

VI - Item "s", recomendamos a SDA, tão logo se concretize a devolução dos recursos, referente ao pagamento indevido de taxas bancárias a conta do convênio, anexar o comprovante ao processo de prestação de contas e informar a esta SFC.

VII - Item "u", reiteramos a recomendação quanto a encaminhar a esta SFC cronograma para instalação e funcionamento dos subsistemas que compõem o SIIVA.

VIII - Item "v", recomendamos a SDA apresentar relatório circunstanciado demonstrado cronograma de realização do treinamento, contendo datas e quantitativo de pessoal a ser treinado de acordo com o projeto desenvolvido pela consultoria da empresa Fernandes e Araújo Ltda, sob pena de ficar caracterizado desperdício de dinheiro público pelo pagamento de um produto que não será utilizado pelo MAPA.

IX - Item "w", reiteramos a recomendação para que a SDA encaminhe a esta CGU justificativa circunstanciada demonstrando a motivação do desenvolvimento dos sistemas SIIVA e PNCRV via convênio.

X - Item "z", reiteramos a recomendação quanto a oficiar as empresas vencedoras das cartas convites nº 02/2004, 04/2004, 05/2004, 06/2004 e 08/2004 para que

informem os responsáveis técnicos pela elaboração dos relatórios/estudos objetos das referidas cartas convites, identificando: nome, CPF, qualificação técnica, profissão e valor recebido. Caso se confirme a participação e pagamento, com recursos do convênio, a servidores públicos pela elaboração dos referidos relatórios/estudos, recomendamos a adoção de providências com vistas à devolução ao erário dos valores pagos indevidamente.

XI - Item "aa", uma vez que a constatação foi ratificada pela SDA, recomendamos que seja informado a esta SFC as providências visando sanar a impropriedade apontada, quer seja pelo recolhimento e/ou justificativa com documentação que ampare a dispensa de licitação realizada.

Recomendamos ainda que a SDA faça gestão junto à Secretaria - Executiva do MAPA afim de que seja instaurado processo apuratório para avaliar eventuais responsabilidades na execução/prestação de contas do Convênio, informando os resultados para esta SFC.

15.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (2)

15.3. **Providências a serem Implementadas:**

A SDA adotou várias providências quanto aos itens relacionados, e ainda sob diligência tais como:

1. Notificando a ABEAS a promover recolhimentos, conforme demonstrativo de débito detalhado no Of.SDA nº 221, fls. 1164 do processo de prestação de contas, também levado ao conhecimento da SFC/CGU, porém a Entidade novamente fez contestações, pelo seu OF.PRES. 142 e pediu revisão de valores.

1.1. Com isso, novas providências foram adotadas e outras estão sendo ultimadas, como a emissão de nova comunicação a ABEAS e Notificação, das despesas até então glosadas, concedendo-lhe um prazo mínimo para o recolhimento devido, sob pena de instauração de tomada de contas especial, de imediato sobre essas despesas.

2. A Secretaria também solicitou manifestação da área técnica, quanto a despesas relacionadas às cartilhas, sendo objeto de respostas pelos responsáveis pela elaboração de parecer de viabilidade técnica, através dos Memorandos nº 1097, fls. 430; Memo nº 143/CGVB/DIPOV, Memo.CAPTA/DEPTA/SDC Nº 41 fls.431/432; Memo.01/AJS, fls. 433; Memo.AssDSV Nº 04, fls. 434 e Memo.CGAC/SE Nº 296, fls. 435,do processo nº 21000.005796/2007-41, porém não ocorrendo fato novo na manifestação dos técnicos quanto o assunto "cartilhas", na avaliação realizada pela CAO/SDA, através de sua Informação nº/06/2008, onde essa sugeriu então ao gestor para que notificasse a Entidade a realizar o imediato recolhimento do valor estimado para Cartilha do "SIZ", já rejeitada pela área técnica, que faz parte do item "h" e "i.1"; sugerindo ainda, quanto as demais cartilhas, que somado totaliza o valor de R$ 156.440,00 que o gestor crie Grupo de Trabalho, visando realizar a avaliação do Instrumento e os produtos sob diligência, para fins de decisão;

3. Quanto ao item "i.1" e "i.2", a SDA, novamente com a nova avaliação realizada estará notificando a Entidade a promover o recolhimento no valor de

R$ 70.800,00, num prazo de 20(vinte) dias sob pena de instauração de Tomada de Contas Especial; Da mesma forma para os itens "k", o valor de R$ 20.485,85; o item "n", o valor de R$ 44.100,00; item "s", o valor de R$ 1.300,10;

4. Com relação ao item "m"; item "x" e "y", a SDA estará emitindo sua opinião junto a Corregedoria do MAPA e também retornando os autos a Consultoria Jurídica do MAPA para manifestação daquele órgão, conforme solicitado pela SFC/CGU;

5. Também foi solicitada manifestação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, para o atendimento ao item "u", sendo por esta respondido através da sua Nota Técnica nº 71, fls. 1177/1179 do processo de prestação de contas, o que culminou com a necessidade de outras providências pela SDA, junto aos seus técnicos gestores dos sistemas, que também foi realizada e respondida por esses, sendo então após nova avaliação realizada, e a complexidade da matéria, a necessidade de criação de Grupo de Trabalho para avaliar os produtos do Convênio, diante dos objetivos propostos no Instrumento e às manifestações, contidas nos autos, tanto da área técnica de informática e dos gestores dos sistemas, visando possibilitar a finalização do mencionado item;

6. Quanto ao item "v" a SDA, estará também adotando providências para finalizar o mencionado item, junto aos seus técnicos e a Entidade convenente, com posterior informação a SFC/CGU;

7. O item "w" foi objeto de memorando da SDA ao ex-gestor da Secretaria solicitando, a esse, as informações sobre a motivação pela execução via convênios dos sistemas objeto do convênio, tendo como resposta o MEMO.GAB/SDA Nº 968, às fls. 1243, do proc. 21000.00962/2005-51, informando que:

> "1) Na época da assinatura do convênio, 23.12.2003. MAPA/ABEAS não havia nenhum tipo de Serviço de informação nessas áreas, em implantação ou não. Trata-se de uma área de capital importância, até os dias atuais, para as exportações brasileiras de produtos agrícolas, uma vez que em todos os países importadores o que possibilita a compra é o nível de resíduos de agrotóxicos (LMR's) existente em cada cultura",
>
> "2) Na época não havia qualquer outro tipo de serviço que pudesse ter sido utilizado para os objetivos preconizados, relativos a área vegetal e animal".

7.1. Com isso, do ponto de vista da SDA, entendemos concluído o mencionado item, ficando a disposição da SFC/CGU o mencionado documento.

8. Quanto ao item "z" a SDA também solicitaou informações a ABEAS, que através do seu OF.PRES.226, às fls. 812/819, informou ter solicitado as Empresas recebendo dessas as informações e declarações, visando atender a solicitação da SFC/CGU, tendo uma única ressalva de não não ter conseguido a informação de uma Empresa, por não mais funcionar no mesmo endereço.

8.1. Às informações das Empresas fazem parte do processo nº 21000.000962/2005-51, às fls. 821 a 828, à disposição dos Órgãos de Controle. Uma vez que a única Empresa que não foi localizada é uma entidade de direito privado, que refere-se à carta convite nº 5, entendemos que o referido item tenha sido atendido.

9. Também o item "a.a" a documentação sob diligência foi apresentada pela ABEAS, através do seu Ofício nº 147, às fls. 04 do processo 21000.005796/2007-41, sendo cópia da documentação referente a dispensa de licitação homologada por aquela Entidade, bem como acordo de cooperação firmado entre a ABEAS e o Instituto Adolfo Lutz com a interveniência da Fundação de Estudos e Pesquisa em Agronomia, Medicina Veterinária e Agronomia, juntada no mencionado processo às fls. 69/81.
9.1. Com isso, para a SDA o item fica concluído.

Finalmente, cabe registrar ainda que continua a insuficiência de funcionários qualificados nessa área da administração, já objeto de informações anteriores a SFC/CGU, bem como ao TCU, o que por si só acaba se traduzindo em dificuldades e morosidades na avaliação e finalização das demandas da SDA, que tem uma atuação em nível nacional, porém todos o esforço continua sendo implementado para sanar toda e qualquer pendência junto aos Órgãos de Controle.

15.4. **Prazo limite de implementação: 31_/_05_ / 2008_**

16. **Item do Relatório de Auditoria: 3.2.1.3**
Pendências de justificativa e adoção de providências quanto às impropriedades relativas ao Convênio Siafi 404757 (Fundação Dalmo Giacometti) registradas no item 8.3.2.3 do Relatório de Avaliação da Gestão N.º 175340/2006.

16.1. **Recomendação:** Recomendamos que a Secretaria de Defesa Agropecuária informe a essa CGU as providências adotadas pela Fundação Dalmo Giacometti, visando regularizar a situação do Convênio no que tange ao subitem 4.1 do Parecer 01/2007 - ASSISTENTE CAO/SDA, dando especial atenção aos subitens:
2.1.b.1) - Relacionar às despesas executadas por item de aplicação, constante do Plano de Trabalho do Convênio, preenchendo a planilha modelo anexada ao Parecer. 2.1.c.1) - Encaminhar novo demonstrativo de execução da receita e despesa, com as correções necessárias, bem como promova o recolhimento do saldo do Convênio no valor de R$ 285,03 (duzentos e oitenta e cinco reais e três centavos), atualizados monetariamente desde a data de encerramento do Convênio, 31/03/2001, até a data do efetivo recolhimento.
3.1 - Preencher a Planilha com a relação de todos os bens objeto de locação, oriundos do Convênio n.º 404757, contendo dados suficientes de verificação, tais como: descrição do item, n.º de série, localização, usuário, ou responsável pelo recebimento do bem, etc, devendo ainda compor a planilha os bens objeto do contrato celebrado entre a Fundação Dalmo Giacometti e a KZ Manutenção de Equipamentos Ltda (conforme subitem 3.7 do Parecer).

3.2 - Apresentar relatório detalhado de que trata da economicidade das locações, inclusive com comparativo de preços de mercado.
3.10 - Visando atender ao solicitado pela SFC/CGU item 7.3.5.4, com o envio pela Fundação Giacometti de cópia dos contratos mencionados, verifica-se uma inconsistência e não compatibilidade nos dados contratados com a cópia dos termos de doações informados e já comentados no item 3.9.4, deste requerendo informações complementares, bem como o preenchimento de planilha contendo a relação dos bens e respectivas localizações, compatibilizadas com o Convênio em questão,
conforme item 3.1.

16.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1), porém, informamos que continua a insuficiência de funcionários qualificados principalmente nesta área da administração, o que por si só se traduz em morosidade nas ações preventivas e corretivas, tanto quando da execução de convênios, em seu acompanhamento; análises de prestações de contas e outras demandas da Secretaria. Situação alheia a Administração uma vez que não ocorre concurso público há anos para suprir essa deficiência de funcionários, combinada, ainda, com a evasão de servidores qualificados para outros órgãos da Administração.
16.3. **Providências a serem Implementadas:**

- Em resposta ao Parecer 01/2007, encaminhado pelo Gabinete da SDA à EMBRAPA, informamos a essa SFC/CGU que a Fundação Dalmo Giacometti, apresentou através de correspondência denominada, C.DAF.CCE.Nº 308/2007,da EMBRAPA, cópia de recolhimento realizado no valor de R$ 773,87 (setecentos e setenta e três reais e oitenta e sete centavos), ao Tesouro Nacional (Anexo II), referente ao saldo do convênio; planilhas com indicadores físicos previstos no plano de trabalho; planilha com indicadores físicos realizados, também em CD e cópias de processos licitatórios e novo demonstrativo de execução da receita e despesa (item 2.1.c.1), com correções; no entanto, pela insuficiência de funcionários qualificados nessa área da Administração, e a demanda reprimida existente, ainda não foi possível analisar suas respostas à vista das diligências anteriores, e também emanadas do Parecer 01/2007. Tão logo seja concluída a verificação, bem como possíveis outras providências esta SDA informará a essa SFC/CGU os resultados e providências adotadas.

16.4. **Prazo limite de implementação: 30/ 04 /2008**

Unidade Examinada: 130017 – LANAGRO/PA
Relatório nº: 189373

17. **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1**
Falta de especificação do bem / serviço a ser adquirido na sede por intermédio de suprimento de fundos no LANAGRO/PA.

17.1.1 **Recomendação:** Recomendamos à Unidade Auditada que especifique previamente e com o nível de detalhamento adequado a demanda a ser satisfeita por meio de suprimento de fundos.

Recomendamos ainda que a Unidade utilize suprimento de fundos em caráter excepcional, para atender às despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

17.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

17.3. **Providências a serem Implementadas:**

a) A providência será atendida plenamente conforme recomendação.

b) A Unidade Gestora acatará o caráter da excepcionalidade no uso do suprimento de fundos, todavia as ações laboratoriais são consideradas "sui generes" e bem peculiares para requererem procedimentos de atendimentos em urgência, haja vista uma gama de instrumentos e utensílios que são usados nas lidas do dia-a-dia de um laboratório, além de vários insumos que compõem os processos laboratoriais, que vão desde um diagnóstico de uma doença animal ao do controle higiênico-sanitário de alimentos para alimentação humana e animal.

c) Diante do exposto acima, o procedimento de aquisição, por mais planejado que seja foge a regra normal de compra, a fim de não provocar descontinuidade nos procedimentos laboratoriais, os quais por sua natureza não podem aguardar soluções demoradas.

17.4. **Prazo limite de implementação: já implementada**

18. **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.2**

Ausência de justificativa para aquisição de bens e serviços via saque com CPGF no LANAGRO/PA.

18.1. **Recomendação:** Recomendamos que cada saque em espécie nos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF)seja justificado, conforme parágrafo 2º art. 2º do Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, sem prejuízo da Unidade observar o entendimento do Tribunal de Contas da União, manifestado no Acórdão/TCU nº 1783/2004, orientando formalmente os portadores do CPGF à respeitarem o princípio da excepcionalidade dos saques, quando for verificada, nas prestações de contas, a existência de saques para despesas onde poderia ser utilizada a rede afiliada ao cartão de pagamento do governo federal.

18.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

18.3. **Providências a serem Implementadas:**

a) Recomenda-se ao suprido que as aquisições sejam efetuadas, preferencialmente nas empresas que acatem o uso do cartão de pagamento do Governo Federal, todavia muitas das vezes os produtos ou serviços necessários ao desenvolvimento das ações laboratoriais não são encontrados nas mesmas, havendo dessa forma a necessidade da compra através de saque, conseqüentemente, com a devida justificativa.

18.4. **Prazo limite de implementação: já implementada**

19. **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.3**

Saque em espécie para ressarcir pagamento realizado por meio de Duplicata no LANAGRO/PA.

19.1. **Recomendação:** Recomendamos ao Gestor da Unidade que não aprove prestações de contas de suprimento de fundos em que se verifique saque em espécie com o CPGF, a fim de ressarcir despesa paga por meio de duplicata, cheque, nota promissória, ou qualquer outro título de crédito, bem como cartões de crédito pessoais ou de terceiros.

19.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

19.3. **Providências a serem Implementadas:**

a) A recomendação será acatada plenamente.

19.4. **Prazo limite de implementação: já implementada.**

Unidade Examinada: 130103 – LANAGRO/RS
Relatório nº: 189375

20. **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.1**
Despesas efetuadas por intermédio de Cartão de Pagamentos do Governo Federal comprovadas por intermédio de documento fiscal não original no LANAGRO/RS.

20.1 **Recomendação:** Recomenda-se ao LANAGRO/RS que somente aceite como comprovação de despesas efetuadas por intermédio de suprimento de fundos os documentos originais enumerados no item 11.5 da macrofunção nº 02.11.21 (Suprimento de Fundos) do Manual SIAFI, com a reposição de valores em comprovações efetuadas de forma diversa.
Em situações em que houver o extravio de documentação, recomenda-se a instauração de procedimento administrativo, onde, partindo-se do devido registro de ocorrência nos órgãos policiais, deverá ser realizada a averiguação das justificativas apresentadas, bem como a verificação de eventual comprovação em duplicidade, promovendo-se o respectivo ressarcimento do suprido se provada a boa - fé do mesmo.
Recomendamos ainda que os resultados apurados pela comissão constituída pela portaria LANAGRO-RS n.º 16/2007 sejam encaminhados à CGU-RS.

20.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

20.3. **Providências a serem Implementadas:**
a) Orientação aos servidores envolvidos com concessão e recebimento de suprimento de fundos para que atentem para a obrigatoriedade dos comprovantes de gastos serem originais e emitidos em favor do LANAGRO/RS.
b) Em caso de extravio de comprovante, adotar as medidas administrativas e legais de registro, comprovação e instrução dos processos onde esse fato estiver presente.
c) Emissão de relatório pela comissão instituída pela Portaria LANAGRO/RS nº 16/2007 e encaminhamento à CGU/RS.

Esclarecimentos/informações adicionais do LANAGRO/RS, objeto do seu MEMO nº 141/2007:

- Em face da não instrução adequada do processo 21043.000226/2006-88, sem procedimento administrativo para apurar fatos contidos no relatório do suprido, o LANAGRO constituiu comissão, através da Portaria LANAGRO-RS nº 16/2007, para apurar estes fatos e dar encaminhamento aos atos administrativos necessário à comprovação adequada aos pagamentos efetuados. A Comissão concluiu os trabalhos em 05/10/2007.

20.4. **Prazo limite de implementação: IMPLEMENTADA_**

21. **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.2**
Ausência de justificativa para a não utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) na realização de despesas enquadradas como suprimento de fundos no LANAGRO/RS.

21.1. **Recomendação:** O item 2.3 da macrofunção 02.11.21 (Suprimento de Fundos) do Manual SIAFI dispõe que a concessão de suprimento de fundos deverá ocorrer por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), utilizando as contas de suprimento de fundos somente em caráter excepcional, onde comprovadamente não seja possível utilizar o cartão. Isto posto, recomenda-se ao LANAGRO/RS a estreita observância de tal dispositivo, e que, visando ao seu pleno atendimento, seja consignada no processo a justificativa pertinente quando da ocorrência da situação de excepcionalidade nele previsto (utilização das contas suprimento de fundos, seja por meio de Ordem Bancária de Pagamento-OBP ou de Ordem Bancária de Crédito-OBC, em detrimento do uso do CPGF).

21.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

21.3. **Providências a serem Implementadas:**
a) As orientações aos supridos deverá ser feita por documento de instrução incluídos nos processos de concessão.
b) Os processos deverão ser instruídos e justificados pelo suprido antes de encaminharem sua prestação de contas para ser analisada e julgada pelo gestor.

21.4. **Prazo limite de implementação: 01 /10 /2007**

22. **Item do Relatório de Auditoria: 1.1.1.3**
Utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal para a realização de despesas na modalidade saque em desconformidade com a legislação aplicável no LANAGRO/RS.

22.1. **Recomendação:** Recomenda-se que cada saque em espécie nos Cartões de Pagamento do Governo Federal (CPGF) seja justificado, conforme parágrafo 2º art. 2º do Decreto nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005, sem prejuízo da Unidade

observar o entendimento do Tribunal de Contas da União, manifestado no Acórdão/TCU nº 1783/2004, orientando formalmente os portadores do CPGF à respeitarem o princípio da excepcionalidade dos saques, quando for verificada, nas prestações de contas, a existência de saques para despesas onde poderia ser utilizada rede afiliada ao Cartão de Pagamento do Governo Federal.

22.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

22.3. **Providências a serem Implementadas:**

a) Informamos que orientamos todos os supridos, que de preferência somente efetuem despesas onde possa ser utilizada rede filiada ao Cartão de Pagamento do Governo Federal. Em casos de utilização de saques já se encontra no PCSF uma justificativa, como segue:

"JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Justifica-se o saque, para eventuais necessidades de despesas onde não houver bandeira VISA ou quando haver problemas técnicos para utilização do cartão.
Fund. Legal: Portaria/MF Nº 95/2002, Lei Nº 9648/98, Lei Nº 8666/93, Decreto Nº 93872//86, Portaria/MF Nº
Nº 492/93; Decreto Nº 5355/2005 e Macro-função SIAFI 02.11.22"

22.4. **Prazo limite de implementação: 30 /10 /2007**

23. **Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.1**
Ausência de realização de inventário físico anual de bens móveis no LANAGRO/RS.

23.1. **Recomendação:** Recomenda-se ao LANAGRO/RS que continue envidando esforços para finalizar a revisão patrimonial citada em sua manifestação, de forma que ao final do exercício de 2007 possa dar atendimento aos dispositivos legais atinentes à matéria, em especial ao disposto no item 8 da Instrução Normativa SEDAP nº 205/1988, relativamente aos inventários físicos anuais e encaminhe, para a CGU-RS, os resultados do levantamento físico a ser efetuado pela comissão constituída pela Portaria LANAGRO-RS n.º 014/2007, assim que concluído.

23.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

23.3. **Providências a serem Implementadas:**

Informa o LANAGRO/RS que deu continuidade ao indicado pela Comissão de Sindicância para apurar desaparecimento de bens móveis e constituiu comissão, através da Portaria LANAGRO-RS nº 014/2007, com o fim de promover amplo levantamento físico, de estado de conservação, e descrição de bens móveis, cujo trabalho está previsto para terminar em novembro de 2007. Paralelamente a isto, os termos de responsabilidades foram conferidos e assinados pelos responsáveis, medida realizada após a auditoria.

23.4. **Prazo limite de implementação: IMPLEMENTADA**

24. **Item do Relatório de Auditoria: 2.1.1.2**
Existência de termos de responsabilidade sem a assinatura do responsável pela sua carga no LANAGRO/RS.

24.1. **Recomendação:** Reitera-se, a recomendação já dirigida a essa Unidade, por ocasião da auditoria de avaliação de gestão do exercício de 2005, no sentido de que, na hipótese de ser identificada qualquer pendência ou irregularidade, seja observado o disposto na Instrução Normativa SEDAP nº 205/88, em seu item 10.8 (adoção de providências necessárias à apuração e imputação de responsabilidades).
Recomendamos ainda que o LANAGRO-RS encaminhe à CGU-RS o resultado do levantamento física a ser realizado pela comissão constituída pela Portaria LANAGRO-RS n.º 014/2007, assim que forem concluídos os trabalhos.

24.2. **Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:** (1)

24.3. **Providências a serem Implementadas:**

- O LANAGRO constituiu comissão, através da Portaria LANAGRO-RS nº 014/2007, com o fim de promover amplo levantamento físico, de estado de conservação, e descrição de bens móveis, cujo trabalho está previsto para terminar em novembro de 2007. Paralelamente a isto, os termos de responsabilidades foram conferidos e assinados pelos responsáveis, medida realizada após a auditoria. Trabalho da Comissão concluído em dez/07.

24.4. **Prazo limite de implementação: IMPLEMENTADA_**